



# MANUAL DA INTERNACIONALISTA RECATADA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
E GÊNERO

(ORGS.)

DÉBORA PRADO, CAROLINA PAVESE E LARA SELIS



**MANUAL  
DA  
INTERNACIONALISTA  
RECATADA**

Organizadoras  
Débora Prado,  
Carolina Pavese e Lara Selis

**MANUAL DA INTERNACIONALISTA RECATADA:  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GÊNERO**

2021



Copyright@2021 (Editora Sibipiruna)

Projeto gráfico da capa:  
Editora Sibipiruna

Editoração eletrônica:  
Fabio Fraissat

Revisão:  
Eurides Machado

Editora responsável:  
Simone Cléa dos Santos Miyoshi

Todos os direitos reservados pela Editora Sibipiruna. Nenhuma parte dessa publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica sem a autorização prévia da Editora.

EDITORA SIBIPIRUNA

Endereço: Alameda Europa, 1892 - 38406-401 - Uberlândia MG

Telefone: 34 99194-7992

[www.editorasibipiruna.com.br](http://www.editorasibipiruna.com.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lumos Assessoria Editorial

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

M294 Manual da internacionalista recatada : relações internacionais e gênero [recurso eletrônico] / organizadoras Débora Prado, Carolina Pavese e Lara Selis. — 1. ed. — Uberlândia : Sibipiruna, 2021. Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-81520-04-5

1. Relações internacionais. 2. Identidade de gênero.  
3. Mulheres na política. 4. Mulheres - Política internacional. 5. Feminismo. I. Prado, Débora. II. Pavese, Carolina. III. Selis, Lara. IV. Título

CDD 327.082

**Manual da internacionalista recatada:**

*Relações Internacionais e Gênero*

**Organizadoras:**

Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Carolina Boniatti Pavese

Lara Martim Rodrigues Selis

**Equipe Técnica:**

Filipe Almeida do Prado Mendonça

Débora Lemos Nascentes

Isabela Fernandes Moreira Fontaniello

Isabela Marques Caetano

Leonardo Alexandre Santos

Maria Júlia Barbosa Vergueiro

Vitória de Oliveira Ribeiro

**Equipe do Podcast Chutando a Escada:**

Filipe Almeida do Prado Mendonça

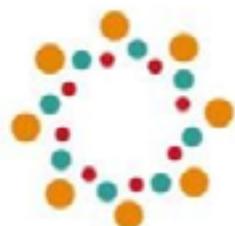
Geraldo Nagib Zahran Filho

Carolina Boniatti Pavese

Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Maria Júlia Barbosa Vergueiro

## Apoio



# GENERI-UFU

Grupo de estudos e pesquisas sobre gênero  
e relações internacionais



# UFU

Universidade  
Federal de  
Uberlândia



CHUTANDO  
A ESCADA



## **Apresentação**

A inserção da agenda sobre feminismos, gênero e sexualidade no campo de estudo de Relações Internacionais vem ganhando espaço no Brasil. Na última década temos identificado contribuições importantes que buscam também analisar a temática de gênero e sexualidade a partir dos olhares do Sul global, com especial atenção à nossa realidade brasileira e latino-americana. Destaca-se, com isso, os valores acadêmico, ético e político das reflexões sobre a experiência dos corpos generificados a partir dos marcadores de diferença, que se tornam contribuições inescapáveis para compreensão das dinâmicas políticas nacionais e internacionais. Como provam os conteúdos dos capítulos deste livro, as geografias produzidas pelas estruturas de poder de gênero criam mapas indicativos das fronteiras e dos dispositivos de controle que atuam sobre os corpos, seu deslocamento, comportamento e representação. Forças internas e externas cruzam-se e conectam-se a um campo policêntrico em que estruturas de raça, classe, nacionalidade, sexualidade e gênero desenham formas de dominação com escopos locais e transnacionais.

Frente a esse quadro, o presente livro reúne entrevistas que, juntas, nos ajudam a compreender este emaranhado de perspectivas, atores e agendas que compõem as experiências das mulheres e populações LGBTQI+ ao redor do globo. No todo, vislumbra-se um manual cuja natureza apresenta-se irônica por essência, já que ele não dispõe normas ou procedimentos totalizantes, mas contesta-os. O título da obra segue então as lições de Oswald de Andrade, para quem a ironia e a paródia são traços de estilo para deglutição antropofágica das heranças hegemônicas. Portanto, contra as ideologias patriarcais que nos querem comedidas, trazemos aqui vozes contestatórias, cuja enunciação recatada ganha um novo sentido, agora voltado para

denúncia pública das opressões, violências e silenciamentos impostos sobre os corpos femininos ou feminilizados.

Tal ideia surgiu do diálogo estabelecido entre a equipe do Podcast Chutando a Escada e o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (GENERI-UFU). Reunidos pelo interesse de fortalecer a divulgação científica das agendas sobre gênero e sexualidade e de avançar no debate junto à sociedade, vimos uma oportunidade fortuita na transcrição de algumas das excelentes entrevistas realizadas nos programas do Podcast. Desse processo, nasce o livro que conta, ainda, com apoio do projeto “Promoção da Educação em Culturas Populares em parceria com a Universidade” desenvolvido no âmbito da Próreitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) coordenado pela Profa Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira (INHIS - UFU). Trata-se, portanto, de um trabalho feito a muitas mãos, em que se destaca a atuação fundamental da equipe técnica, composta por discentes dos programas de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais sob coordenação do prof. Filipe Almeida do Prado Mendonça (IERI-UFU).

Para construção do conteúdo, foram selecionados onze episódios do quadro “Elas Chutando a Escada”, nos quais ativistas e pesquisadoras brasileiras do campo da Ciência Política e das Relações Internacionais tratam de pontos caros às RI, enquanto campo científico e enquanto área de atuação profissional, além de aprofundarem debates urgentes para a sociedade brasileira. A cada transcrição foi adicionada uma introdução inédita escrita pelas entrevistadas, assim como sugestões de leitura para que as/os leitoras/es possam aprofundar seus estudos. Dessa forma, as entrevistas estão apresentadas em formato de capítulos e organizadas em três seções. Cada uma das seções, como apresentamos a seguir, reúne agendas de pesquisa com pontos em comum, quer

seja em termos de nível analítico ou de recorte empírico. No entanto, a intersecção de pautas atravessa a obra como um todo, compondo seu compromisso base com o combate às desigualdades de gênero.

Na primeira seção estão reunidos os capítulos cujos debates abordam questões de gênero na política internacional. Em todos os episódios desta seção, o foco recai sobre experiências de mulheres ou grupos não hegemônicos. Nos dois primeiros capítulos, a temática dos conflitos e das lutas de resistência envolvendo mulheres não-ocidentais se faz presente. No primeiro, “Mulheres no Irã: força e resistência”, Khazar Masoumi analisa os movimentos das mulheres e os feminismos produzidos no Irã a partir de uma abordagem íntima e potente. No capítulo seguinte, Daniela Mussi discorre sobre “As mulheres na Revolução Russa”, contestando o apagamento imposto pelas historiografias às lideranças e protagonismos femininos. O terceiro capítulo também se engaja com processos de invisibilização e silenciamento, mas neste caso direcionados às/aos migrantes e refugiadas/os. Assim, em “Imigração e separação de famílias nos EUA”, Patrícia Nabuco Martuscelli discute as políticas migratórias restritivas nos Estados Unidos, com destaque para a polêmica envolvendo a prática de separação de famílias implementada durante o governo de Donald Trump. O quarto e último capítulo da seção aborda a situação das mulheres no mercado de trabalho. Nele, Katuscia Moreno Galhera chama nossa atenção para os efeitos da divisão sexual do trabalho em nível internacional.

A segunda seção do livro, por sua vez, direciona sua análise para o campo nacional, reunindo entrevistas que discutem gênero, sexualidade e feminismos no Brasil. No quinto capítulo, “Mulheres e Democracia”, Flávia Biroli apresenta sua pesquisa sobre as reações neoconservadoras contra a agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual no Brasil. O movimento religioso que fundamenta a expressão “ideologia de

gênero” é também o foco do sexto capítulo, intitulado “Quem tem medo de estudos de gênero?”. Nessa entrevista, Flávia Melo comenta sobre a trajetória dos movimentos antigênero no Brasil e seus impactos sobre as campanhas acusatórias contra o feminismo. Em seguida, a palavra de ordem da mobilização das mulheres indígenas e camponesas ganha centralidade com o capítulo “Nosso corpo, nosso espírito”. Nessa sétima entrevista, Cristiane Julião Pankararu, Sandra Procópio da Silva e Tchella Maso abordam o ativismo das mulheres indígenas no Brasil e sua luta contra as violações impostas aos seus corpos, povos e territórios. O tema das violências contra as mulheres retorna no capítulo oito, que encerra a segunda seção com uma discussão sobre o “Femicídio no Brasil e no Mundo”. Nele, Joana Perrone avalia os vínculos complexos estabelecidos entre as mulheres, seus agressores e o Estado.

Por fim, a terceira seção convida as/os leitoras/es para pensar os desafios enfrentados pelas mulheres pesquisadoras e internacionalistas ao longo de suas carreiras. Nos três capítulos que compõem essa parte, as estruturas institucionais, marcadas pelo machismo e pelo racismo, tornam-se alvo de análise e crítica. No nono capítulo, com título homônimo ao presente livro, as entrevistadas, Elia Elisa Cia Alves, Mariana Pimenta Oliveira Baccarini e Xaman Korai Minillo, apresentam os resultados da importante pesquisa que realizaram sobre as desigualdades de gênero na academia brasileira de Relações Internacionais. Nessa conversa, somos confrontadas/os com índices e relatos sobre as práticas discriminatórias que atravessam as experiências das mulheres na área, assim como somos também convidadas/os a refletir sobre a necessidade de práticas reparadoras. No décimo capítulo, “O Assédio e o machismo na Universidade”, Márcia Cristina Bernardes Barbosa amplia aquela discussão, trazendo dados sobre a participação das mulheres na ciência como um todo. Machismo, assédio e autoestima são alguns dos pontos levantados pela convidada. A baixa representatividade

das mulheres em áreas de atuação específicas também será um tema caro ao último capítulo, que volta sua atenção para as “Mulheres na diplomacia brasileira”. Nele, Karla Gobo discute a participação das mulheres e dos negros no Itamaraty e levanta questões importantes para entendermos as diferenças de gênero na carreira diplomática.

Em comum, todos os capítulos foram pensados no formato de diálogos acessíveis, diretos e consistentes. Assim, ao percorrer as entrevistas, esperamos que as/os leitoras/es sintam-se integradas/os às conversas, que puxem a cadeira e convidem seus círculos a se juntarem a nós nesse bate-papo. Nossa opção pela transcrição das entrevistas surge também do nosso interesse em ver o formato replicado no ato da leitura, ou seja, que novas perguntas e respostas possam surgir e que as posições de entrevistadas/os e entrevistadoras/es sejam reivindicadas, ocupadas e pluralizadas por aquelas/es que nos leem. Com isso, exercitamos uma das principais lições que o feminismo oferece para nossa prática política e que consiste na construção de diálogos democráticos, pautados na busca por equidade e no respeito à diversidade. Boa leitura a todas/os.

As organizadoras

## Sumário

### Parte 1 | Gênero e Política Internacional

- 1 ***Mulheres no Irã: força e resistência***  
Khazar Masoumi 14
- 2 ***As Mulheres na Revolução Russa***  
Daniela Mussi 36
- 3 ***Imigração e separação de famílias nos EUA***  
Patrícia Nabuco Martuscelli 58
- 4 ***Mulheres e mercado de trabalho***  
Katuscia Moreno Galhera 84

### Parte 2 | Gênero e Feminismos no Brasil

- 5 ***Mulheres e Democracia***  
Flávia Biroli 105
- 6 ***Quem tem medo de estudos de gênero?***  
Flávia Melo 119
- 7 ***Nosso Corpo, Nosso Espírito***  
Cristiane Julião Pankararu, Sandra Procópio da  
Silva, Tchella Fernandes Maso 38
- 8 ***Feminicídio no Brasil e no Mundo***  
Joana Perrone 164

### Parte 3 | Machismo Institucional

- 9 ***Manual da internacionalista recatada***  
Mariana Pimenta Oliveira Baccarini, Xaman Korai  
Minillo e Elia Elisa Cia Alves 181
- 10 ***O Assédio e o machismo na Universidade***  
Marcia Cristina Bernardes Barbosa 201
- 11 ***Mulheres na diplomacia brasileira***  
Karla Gobo 215

***Sobre as Autoras*** 230

**PARTE 1 | GÊNERO  
E POLÍTICA  
INTERNACIONAL**

## Capítulo 1 - Mulheres no Irã: força e resistência

por Khazar Masoumi

Entrevistadoras: Carolina Pavese e Débora Prado  
Episódio divulgado no dia 8 de setembro de 2020

### Introdução

Em setembro de 2020, quando fui entrevistada pelo Chutando a Escada, o Irã iniciava o último ano da presidência de *Rohani*. No chão do quarto de hóspedes da casa dos meus pais em Teerã, conversei com a *Carol* e a *Débora* sobre a luta das mulheres no Irã com o que me sobrava ainda de esperança para um futuro que não piorasse (desejar melhoria naquela altura já seria um exagero). Ao final da entrevista, corri para chegar ao *Jardim de Livros* – um complexo cultural em Teerã, onde apresentávamos a peça *Esperando o Godot*, de *Samuel Beckett*<sup>01</sup>. Às 2 horas da madrugada, logo após a representação, sentei à frente do computador para virar – com fuso horário – a professora de Direito dos estudantes brasileiros. Mas eu estava feliz. No meio de uma pandemia, tinha conseguido conectar meus mundos irano-brasileiros e viver ambos plenamente. Aquela experiência após meses de isolamento em São Paulo parecia com um gerador autônomo de energia.

Um ano depois, o Irã passa pela quinta onda de coronavírus, pior que nunca, com surto de variante delta. Não conheço ninguém que não tenha se contaminado ou não teve alguém próximo contaminado ou que faleceu. Sob um cálculo ilusório, as autoridades iranianas decidiram mostrar sua autossuficiência ao ocidente. Então, após a proibição verbal de importação de qualquer vacina estadunidense ou britânica pelo Líder supremo<sup>02</sup>, o Irã chegou a lançar 8 diferentes projetos

<sup>01</sup> BECKETT, Samuel. **Esperando o Godot**. Tradução em português por Fábio de Souza Andrade, São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>02</sup> HAFEZI, Parisa. “Iran Leader bans import of U.S., UK COVID-19 vaccines, demands sanctions end”. Reuters, 8 de janeiro de 2021, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-iran-vaccines->

de produção nacional de vacina<sup>03</sup>. Porém, até final de agosto de 2021, apenas 10,06% da população recebeu duas doses de vacina contra a COVID-19<sup>04</sup>.

Como consequência de fatores diversos como embargos ocidentais, saída dos Estados- Unidos do Plano de Ação Conjunto Global (2015) em 2018<sup>05</sup>, pandemia e políticas internas nocivas, o país também está passando por uma situação econômica difícil e instável. Segundo o Centro de Estatística do Irã, a taxa anual de inflação é 44,2%<sup>06</sup>. Desse modo, a extrema pobreza no país aumentou ainda mais, enquanto segundo os dados oficiais, já entre os anos 2017 e 2019 30% da população sofriam por extrema pobreza<sup>07</sup>.

Agora, o Irã já tem seu novo Presidente da República em função. A eleição provavelmente menos democrática das últimas décadas – e novamente sem nenhuma candidata –, com muitas figuras políticas desqualificadas pelo Conselho de Guardiões<sup>08</sup>, teve a reação de uma sociedade desiludida na forma de abstenção de 50% dos eleitores<sup>09</sup>. A capital do país, Teerã, manifestou sua raiva e desconfiança com a participação

---

idINKBN29D0YL

<sup>03</sup> **Agência de Notícias Estudantil Iraniana (ISNA)**, 16 de junho de 2021. Disponível em : <https://bit.ly/3FpgMRL>. Acesso em 10/11/2021.

<sup>04</sup> **Organização Mundial de Saúde (OMS)**. Disponível em: <https://covid19.who.int/region/emro/country/ir>. Acesso em 10/11/2021.

<sup>05</sup> **G1 notícias**. “Trump anuncia retirada dos EUA de acordo nuclear com o Irã”, 08 de maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-anuncia-retirada-dos-eua-de-acordo-nuclear-com-o-ira.ghml>. Acesso em 10/11/2021.

<sup>06</sup> **Eghtesad News**, 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3nrKZZG> Acesso em 10/11/2021.

<sup>07</sup> **DW**. 3 de junho de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3cpm2I9> Acesso em 10/11/2021. . Outros dados não oficiais, estimam que 55% das famílias iranianas estavam na extrema pobreza em 2019. *ibid*.

<sup>08</sup> Organização composta por 6 clérigos e 6 juristas que tem entre outras funções o poder de vetar candidatos às eleições no país.

<sup>09</sup> HAFEZI, Parisa. “Khamenei protege wins Iran election amid low turnout”. Reuters, 20 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/irans-sole-moderate-presidential-candidate-congratulates-raisi-his-victory-state-2021-06-19/> Acesso em 10/11/2021.

historicamente mais baixa, de 23%<sup>10</sup>. Assim, *Ebrahim Raisi*, o novo Presidente da República foi eleito com 62,17% dos votos válidos<sup>11</sup>.

Nessas circunstâncias, a situação das mulheres não pode ser positivamente diferente. Com a chegada de um governo extremamente conservador, a expectativa é de que as poucas janelas mantidas abertas pelo governo anterior – com tendências mais moderadas – se fechem. A única mulher no Conselho de Ministros é *Ensieh Khazali*, nomeada pelo Presidente da República para a vice-presidência de Mulheres e Família. *Khazali*, a filha de um grande Aiatolá conservador, é conhecida pelos seus discursos pró-reprodução como principal responsabilidade das mulheres<sup>12</sup>.

Um ano depois da entrevista, parece-me que as mulheres iranianas não podem contar com nada além das suas redes para que a causa não caia na obscuridade. Foi assim que elas lutaram e lutam sem nenhum apoio político organizado contra a obrigatoriedade do uso de véu. Também, é desse modo que o movimento “*me too iran*” nasceu um ano atrás e vive até hoje, reclamando uma justiça restaurativa perante abuso, assédio e estupro das mulheres.

Um tempo atrás, perguntei a uma amiga se seria imaginável criar uma comissão de recolhimento de denúncias de assédio na sede da organização trabalhista que representa sua profissão. Ela respondeu: “estão com eles (as autoridades), nada de bom mais se cria nesse país a não ser que seja pelas nossas mãos”. Isso me soou como a distinção do *Václav Havel* entre a esperança e o otimismo. Talvez o que se perdeu no Irã

---

<sup>10</sup> **DW** em persa, 20 de junho de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3x0vSK3>. Acesso em 10/11/2021. Nas eleições de 2017 a taxa de participação em Teerã era 67%. *ibid*.

<sup>11</sup> **BBC** em persa, 19 de junho de 2021, disponível em: <https://www.bbc.com/persian/iran-57539695>. Acesso em 10/11/2021.

<sup>12</sup> **Entekhab**, 4 de setembro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3DxNkYW>. Acesso em 10/11/2021.

seja apenas o otimismo, mas “*a certeza de que algo faz sentido, independentemente de como resultará*” esteja ainda viva “*mesmo em circunstâncias desanimadoras como as nossas*”<sup>13</sup>. Sejam elas na Tchecoslováquia dos anos 80 ou no Irã de hoje.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Esta conversa nos levará a outro lado do mundo. Será uma viagem muito interessante e cheia de descobertas, na qual discutiremos sobre os movimentos das mulheres e feminismos no Irã. Bom, Khazar, é um tema bem novo para nós. Quando falamos sobre o Oriente Médio, principalmente a partir de nossa perspectiva Ocidental, os direitos das mulheres e a vida das mulheres naquela região são comumente interpretados sobre uma visão cheia de estereótipos. Para iniciarmos, seria ótimo se você contextualizasse essa questão dos direitos e dos movimentos das mulheres no Irã.*

**Khazar Masoumi:** Sim, com certeza! Eu não tenho nenhum problema com essa “falta de conhecimento”, porque, embora o Irã não seja um país desconhecido, as notícias que temos acesso têm sempre uma tendência muito estadocêntrica. A visão que se cria fora do país não corresponde necessariamente ao cotidiano da população. Na verdade, uma parte dessa visão meio injusta é da natureza do Irã, porque no Ocidente é muito comum falar de um “lá para lá de Bagdá” e um “lá” comum; como se toda a região fosse a mesma coisa: todo mundo vivendo as mesmas tradições, mesma cultura, mesma língua, as pessoas parecidas, mulheres parecidas... Contudo, o problema é que o Irã é uma ilha dentro de uma região já muito heterogênea. Refiro-me ao Irã particularmente como uma “ilha”, não somente porque etnicamente não somos árabes (temos uma população árabe no

---

<sup>13</sup> HAVEL, Václav. **Disturbing the Peace: A conversation with Karel Hvizdala**. Londres: Faber &Faber: 1990, 228p.

sul do Irã), mas o idioma também é diferente. Falamos persa, ou farsi. E a população é majoritariamente xiita, o que nos distingue a maioria da população muçulmana da região e do mundo, que é sunita.

Além dessas diferenças, percorremos também um “outro caminho” histórico em relação aos nossos vizinhos. Um deles é a Revolução de 1979 e eventos que se seguiram. Por isso, para mim, é natural a necessidade de se explicar em detalhes a natureza das questões iranianas, porque realmente é muito complexa. Esse exercício tem certamente uma forte influência da minha cultura familiar, da minha vivência. Eu não sou de uma família tradicional: meus pais eram ativistas políticos de esquerda, não é uma família religiosa; eu tinha mais liberdades desde a infância do que muitas mulheres no Irã. A minha tendência política durante muito tempo era reformista, e isso tudo se junta ao fato de que agora faz 12 anos que eu não moro mais no Irã, embora regresse ao menos uma vez por ano.

**Entrevistadoras:** *Você poderia partilhar conosco um pouco mais sobre sua relação com o Brasil?*

**Khazar Masoumi:** Eu saí do Irã quando eu tinha 25 anos. Havia tentado ser aprovada no exame da Ordem dos Advogados no Irã e não consegui. Depois decidi experimentar a vida sozinha em um outro país. Como existia uma tradição francófona em minha faculdade de direito, eu optei por continuar meus estudos na França. Lá cursei um mestrado em direito ambiental e depois o doutorado. Bem no início, conheci um rapaz brasileiro – gaúcho – que veio a se tornar meu marido. Tivemos um filho na França, mas, com o final de nossos doutorados, ele recebeu uma proposta interessante de trabalho no Brasil. No momento de decidir uma nova migração, eu já era suficientemente madura para saber que nenhum casamento justifica esse tipo de sacrifício: acompanhar, como uma mala, um marido para o

outro lado do mundo. Então eu optei por uma cidade na qual eu poderia permanecer, mesmo se viesse a me separar. Assim, decidimos morar em São Paulo, e gosto muito daqui. Quando as pessoas perguntam se não quero voltar para Europa, eu digo sempre que, se não for para morar no Irã, eu prefiro ficar em São Paulo.

**Entrevistadoras:** *Que trajetória interessante! Gostaria de retornar à sua fala de que não existe um perfil da mulher do Irã, assim como não existe o perfil da mulher brasileira. Fiquei refletindo muito sobre isso: quanto cada história, cada criação, cada uma é diferente nos seus valores, na sua personalidade, e quanto isso molda as diferentes mulheres brasileiras ou, nesse caso, as diferentes mulheres iranianas. Você mencionou ser um pouco atípica do padrão, até por ter tido uma criação mais liberal e uma criação mais de esquerda também. Como era o Irã na sua infância?*

**Khazar Masoumi:** Eu nasci num *baby boom* do Irã, que se seguiu à revolução de 1979. Depois de 2500 anos de monarquia, as pessoas passaram a perceber que era um novo tempo, pois a revolução era popular iria marcar um novo período histórico, tinha-se muita esperança. Contudo, três anos antes do meu nascimento, Saddam Hussein atacou o Irã, começando a guerra Iraque-Irã. Mas, mesmo assim, a esperança dos iranianos era que a guerra fosse uma questão de dois anos, que acabaria em breve. Meus pais eram ativistas políticos de esquerda, e tudo parecia dentro do padrão da região: “Ah, aconteceu uma revolução. Tem uma guerra que não avança mais do que as fronteiras com o Iraque (então em Teerã, no Norte, está tudo normal), não tem problema”.

Quando eu tinha dez dias, a polícia chegou para prender meu avô, era sinal de que começou outro tempo. Quando eu tinha três meses, também prenderam meus pais. No mesmo

dia eu fiquei com a minha tia, que tinha 20 anos. Aí a partir desse momento, fui para o norte do Irã e vivi com a minha avó. Era uma casa onde o marido e dois filhos (meu tio e minha mãe) estavam na prisão, e minha tia estava se escondendo das autoridades. Na verdade, foi por uma questão de erro de pronúncia de nome que não conseguiram encontrá-la. Era uma situação bem, bem anormal. Eu fiquei no norte meio que num paraíso criado por minha avó, afastada de todos os impactos que uma criança de uma família de prisioneiros pode sofrer. Eu estava feliz! Eu não estava sentindo o que estava acontecendo. Depois de dois anos minha mãe voltou da prisão, e esse foi aparentemente um período difícil, porque eu rejeitava minha mãe; eu não a reconhecia como tal. Depois eu aceitei, criamos um vínculo e neste momento, quando eu tinha dois anos, começou meu contato com a prisão.

**Entrevistadoras:** *Porque seu pai permanecia no cárcere, certo?*

**Khazar Masoumi:** Sim, até meus seis anos. No presídio as famílias tinham que ficar do outro lado de um vidro, mas as crianças podiam depois entrar. E eu tive a sorte de que, na época, minha família não me passasse uma imagem negativa dessa situação. Eu tenho uns amigos com experiências similares que sofreram bem mais do que eu. Havia famílias que os avós não tinham condição de receber todos os netos dos pais e mães presos, então os irmãos ficaram separados... Questões bem complicadas. Eu tinha essa sorte pessoalmente de não viver uma situação psicológica pior, mas algumas coisas ficaram como norma para mim como o fato de que muitos pais não estavam presentes em nossos cotidianos, uma vez que vivíamos numa comunidade das pessoas na mesma condição. Tenho essa lembrança de ouvir a história de “sete cabritos” e eu perguntava se o pai deles também estava na prisão.

Havia a questão de mentir para a sociedade, porque nós – as famílias dos ativistas políticos – éramos bem isolados. A gente não tinha coragem de reclamar os direitos, de falar para os vizinhos das nossas condições. Com três anos eu tinha que mentir dizendo que meu pai estava viajando. Depois meu maior segredo foi por muito tempo o fato de que meus pais uma vez estavam presos, porque tínhamos tinha medo de perder nossos direitos civis. Então eu dizia, como um segredo enorme, para alguns amigos da minha história. Não faz muito tempo que eu falo disso livremente. Tínhamos que proteger nossas vidas, mesmo que seja uma questão de mentir para todo mundo quando a gente tem três anos.

Tem uma história marcante na qual eu e minha prima indo para o outro lado da parede da prisão para ambas visitarmos meu pai. Isso era completamente ilegal, ela, enquanto apenas sobrinha, não tinha esse direito. Mentimos dizendo que somos irmãs, e a gente não tem nada de parecida: ela é bem brasileira, morena, carioca, (risos) e eu branca, olhos verdes; e o policial falou: “mas como assim vocês são irmãs? Vocês não são parecidas”. A minha prima, com seis anos na época, falou: “não, eu puxei meu pai e ela puxou nossa mãe, é por isso”. Uma criança tão jovem tinha essa preparação para mentir para outro sobre sua história mais básica.

Mas, mesmo com essas situações, percebo que estava mais protegida do que boa parcela da sociedade. Eram anos de guerra, mas eu não vivia em Teerã, porque durante um tempo o Iraque bombardeou as cidades e eu morava na zona rural no Norte. Lembro-me de ir para Teerã uma noite para visitar meu pai quando bombardearam o bairro onde eu estava. Eu tenho essa lembrança de visitarmos no dia seguinte um prédio que tinha caído... Na multidão havia uma mulher mostrando um colchão cheio de sangue para todos. Essa imagem ficou muito forte na minha mente, na minha memória, mas voltei para o meu paraíso lá no Norte. O norte do Irã tem uma natureza

muito “europeia”, na verdade; parece a Suíça. Era realmente um paraíso onde eu estava, porque é sul do Mar Cáspio, marcado por uma banda verde entre as montanhas e o mar; é muito úmido e muito verde. Quando partimos para as montanhas que chegam em Teerã já é outra paisagem. É muito mais seco e montanhoso.

Quando regressamos a Teerã, a guerra tinha acabado, meu pai tinha voltado. Éramos pobres, mas todo mundo era pobre, o país era pobre, e eu não sentia nem diferença nem desigualdade. Na nossa geração há algo recorrente do primeiro filho de um casal ter nascido antes da guerra ou de prisão, porque ou os pais eram soldados, ou eram prisioneiros políticos. Depois da guerra e da prisão nasciam o segundo irmão, considerada a criança de conforto econômico.

**Entrevistadoras:** *Pelo que você contou a sua avó construiu esse espaço de refúgio, né? Essa rede de apoio fundamental demonstra o quanto as mulheres foram fortes ali e ao longo da sua história.*

**Khazar Masoumi:** Parece um paradoxo, mas tenho memórias doces dessa minha primeira infância. Acredito que fosse um mecanismo de defesa meu e de proteção a mim por parte da minha família. Até porque a realidade do país e dos adultos não era nada doce, ao contrário. Nesses anos em que meu pai estava preso aconteceram execuções em massa nas prisões; meu pai escapou de uma delas. O contexto da época era que líder da Revolução, o guia Supremo, recebeu a notícia de que ele estava doente e corria risco de falecer. Neste cenário, o país aceitou a resolução do Conselho de Segurança para acabar com a guerra com Iraque. Então decidiram, “limpar” as prisões dos prisioneiros políticos executando pessoas que tinham penas já definidas em anos de encarceramento, mas que deveriam ser depois libertas. Nesse período foram suspensos os direitos de

visitas e não sabíamos o que estava acontecendo dentro das prisões. Impressionada com tudo, eu fiz dois desenhos: na primeira folha fiz um quarto cheio das pessoas e, na segunda, um quarto vazio. Disse para minha avó que a primeira folha era antes das execuções, e a segunda folha era depois das execuções. Ela não sabia de onde eu tinha ouvido isso, mas eu não tenho essa lembrança. Ela que conta desse desenho. Eu, aparentemente, apesar desse paraíso, desse espaço, tinha recebido algumas notícias, mas ela tinha conseguido traduzir tudo isso com outros nomes.

**Entrevistadoras:** *A força das mulheres iranianas nos espaços domésticos, como alicerce das famílias é impressionante e está muito clara. Mas queríamos abordar agora a participação da mulher na sociedade, na esfera pública.*

**Khazar Masoumi:** Bom vamos contextualizar um pouco. A última dinastia antes da Revolução tinha só dois reis: o pai (Reza Shah), que chegou após um golpe ao poder, e seu filho (Mohammad Reza Shah). Em 1941, após a invasão dos aliados, ele foi para o exílio na África do Sul e faleceu lá. Ficou no poder o filho dele, que tinha estudado na Suíça, era muito “paz e amor”; só que após o golpe, dos Estados Unidos – que era a reação dos Estados Unidos para a vontade do primeiro-ministro da época, o Mohammad Mosaddegh para nacionalização de petróleo –, ele virou um ditador. Isso ocorreu em 1953.

Reza Shah Pahlavi, com influência da Turquia, tinha proibido o uso de véu no Irã em 1936. E isso era, na verdade, um choque para a sociedade: uma sociedade muito tradicional. Ele queria forçar todas a não usar mais o véu. Por exemplo, a minha bisavó materna, passou a não querer sair de casa, pois não desejava estar sem véu. Como as casas na época não tinham banheiro, para tomar banho tinham que ir para os banheiros públicos. Assim, essas mulheres combinaram com o dono desse

banheiro público em ir durante a noite, na escuridão, pelos tetos de casas até chegar lá, para não tirar o véu. Caso alguém fosse pego com o véu, ele era arrancado a força pelas autoridades. A minha avó era uma de “provincia”, então não fazia parte dessa elite que participava na sociedade ocidentalizada à força. Tinham vidas meio modestas; essa minha avó, por exemplo, não conseguiu terminar o seu colégio, porque ela não tinha pai, e na cidadezinha dela, nas montanhas, não tinha colégio para as meninas. Então ela, muito talentosa, nunca conseguiu terminar o colégio, casou-se muito cedo com o meu avô.

Paralelamente a esse tipo de mulheres, que estavam vivendo vidas meio “convencionais”, existiam mulheres de elite que já tinham experimentado estudos fora do país, e já desempenhavam uma participação meio “selecionada” na vida política. Mas isso não era comum. Era apenas uma parte muito pequena da sociedade, que como “decoração” – ou como os brasileiros falam, “para inglês ver” –, tinha chegado ao poder. Havia ministros mulheres, mas só isso. Era realmente uma decoração.

Após a revolução, o que aconteceu era que essa sociedade que tinha medo de liberar as suas filhas para participação concreta na sociedade, passou a se sentir segura, porque era uma revolução islâmica. Eles já tinham feito uma revolução cultural – que era, oficialmente, cultural, mas realmente era fechamento das universidades; demissões dos professores que podiam ter ideias diferentes do Estado; e limpar, na verdade, as universidades. A vantagem dessa época era a participação de mais mulheres na sociedade, isso a gente não pode negar. Muitas famílias religiosas e bem tradicionais aceitaram mandarem as suas filhas para as universidades; aceitaram as suas filhas trabalharem. O raciocínio era: “se o governo, esse Estado religioso, aceita, quem somos nós para não aceitarmos?”

Depois da Revolução de 1979, aconteceu justamente como consequência não imaginada e secundária – não fazia parte dos

projetos do novo Estado, mas era uma consequência natural –, a participação de mais mulheres. Com certeza essas mulheres eram aquelas que passavam nesses “filtros” do Estado, que ou pertenciam a famílias tradicionais ou eram completamente apolíticas. As mulheres como a minha mãe foram presas: não podiam participar da sociedade. Após a prisão, minha mãe tentou voltar para a faculdade e não deixaram; ela tentou durante vários anos em vão. Anos depois, ela fez um novo concurso e foi para uma universidade privada, mentindo sobre o seu passado político. Dentro desse espaço de tempo, eram mulheres muçulmanas – ideologicamente muçulmanas – ou tradicionais que estavam ocupando o poder. Já era bastante coisa, porque temos que aceitar a natureza dessa sociedade. Na minha infância – e eu tenho que dizer que as escolas são separadas –, a gente tinha uma escola só de meninas.

O currículo era muito similar daquele das escolas para os meninos. O esporte existia para nós também, não era diferente. O véu era obrigatório. Quando eu cheguei na faculdade 60% da minha turma eram mulheres. E dava para ver que os nossos professores, cuja maioria absoluta era de homens, não tinham preparação para debater com as mulheres. Isso era bem marcante; dava para ver que havíamos chegado bem recentemente nesse ambiente e isso incomodava.

No geral, acho que existe uma ocupação muito importante e significativa da sociedade pelas mulheres, mas, às vezes, adotam-se políticas do Estado para reverter a situação. De vez em quando saem notícias sobre cotas de gênero em alguns cursos nas faculdades, que depois são retiradas ou impõem-se condições para fazer concurso público, por exemplo, se é mulher, tem que já ter filho. Contudo, não são políticas permanentes e acredito que o único movimento que nunca se interrompeu no Irã seja o movimento das mulheres. Na verdade, a política do Estado sempre oscilou nesses direitos e não parece ser consistente.

Pensemos, por exemplo, na obrigatoriedade do uso do véu. Vivenciamos as duas coisas: o rei que queria forçar as mulheres a não o usarem, e outro governo queria torná-lo obrigatório. O uso do véu nunca foi uma política clara pós-revolucionária. Diziam que era e alguém dizia que não; desmentia: “não, não foi mal entendimento; ninguém quer obrigar”. E depois chegava: “ah, tal banco obrigou”; nas escolas agora é obrigatório; nos hospitais é obrigatório; e chegava a notícia. No dia 8 de março de 1979, teve uma manifestação imensa das mulheres contra a obrigatoriedade de véu. É muito interessante que os movimentos políticos não participaram. Essa foi uma manifestação da elite ou da parte intelectual menos politizada da sociedade. A baixa adesão daqueles grupos ou indivíduos mais politizados era justificada pelo argumento de que véu não era a questão mais importante. Preocupavam-se com políticas anti-imperialistas, o destino do rei, o estabelecimento do novo governo. Não é prioridade falar do uso de véu: “Ah, tanto faz, vamos usar; não tem problema”. Assim, a política oficial dos partidos políticos de esquerda era de não se manifestar. Isso para mim é muito significativo, porque até a esquerda iraniana na época não tinha uma política feminista. Pelo contrário: tinha uma política muito machista.

**Entrevistadoras:** *Estava lendo que há uma resistência ao movimento das mulheres e feminismo muito em função de isso ser considerado uma influência Ocidental no Irã. Embora o Irã nunca tenha sido colônia, mas há na região esse passado colonial bem como uma influência norte-americana muito forte, tenta-se utilizar de um argumento anti-imperialista para também se frear essa conquista das mulheres. Você acha que esse argumento procede?*

**Khazar Masoumi:** Sim, mas tem alguns elementos que me fazem relativizar. Como sempre, o Irã é um caso complexo. Na verdade, tem na história um momento em que o último rei

Mohammad Reza Pahlavi decidiu fazer o que ele chamava de “Revolução Branca”, que significava oferecer alguns direitos para a sociedade. Dentre eles, havia o direito de participar das eleições e, para as mulheres foi também atribuído o direito de votar. Naquela época, os líderes religiosos eram contra essa revolução, inclusive esse direito. Logo após a Revolução as mulheres já tinham direito ao voto. O problema no Irã é que, para o governo, para o Estado, não se deve falar em feminismo. Trata-se de um palavrão. Ademais, argumentavam que o Islã já estabelece direitos para as mulheres.

Em comparação com outras religiões, sim, o Islã oferece mais direitos para as mulheres. Mas esses direitos já não correspondem às necessidades de mulheres de hoje. Tem umas correntes religiosas mais “duras” que defendem que sim, a mulher tem que ficar na casa, mas não é a política do Estado ou, pelo menos, a propaganda do Estado. Contudo, consideram que todas as questões e comportamentos precisam ser regulados dentro dos padrões islâmicos. Mulheres podem ser policial, mas tem que usar o véu preto, chamado de *chador*, o longo. Mulher pode participar da vida política, mas não há clareza sobre a quais cargos a constituição assegura o direito de concorrer. Nunca aceitaram a inscrição de uma mulher nas candidaturas para as eleições presidenciais, por exemplo. Mas, mesmo um dos piores e mais conservadores presidentes desses últimos anos, o Mahmoud Ahmadinejad, já tinha ministra mulher.

O atual presidente, que é mais liberal, não nomeou ministras, mas tem algumas vice-presidentes mulheres e conselheiras. No Irã os políticos não ousam dizer que mulher não tem que ter direitos, como acontece em alguns países da região, como na Arábia Saudita. Contudo, o governo iraniano tenta sempre enquadrar essa participação feminina a partir de uma concepção específica de família, sociedade, seguindo preceitos muito religiosos e ideológicos. Atuando como oposição, a vertente xiita tem uma história marcada pelo protagonismo

de mulheres muito fortes. Assim, não cabe dentre eles essa imagem de que mulher aspira apenas a papéis domésticos, principalmente de cuidados dos filhos e da casa.

Talvez vocês se lembrem do Qasem Soleimani, general da Guarda Revolucionária iraniana, que foi assassinado pelos Estados Unidos num ataque aéreo sem aviso, em dezembro de 2019. Aliás, esse evento consiste num exemplo claro de terrorismo de Estado, praticado pelos EUA. Este general era muito importante para os militares iranianos fora do país, tendo uma participação fundamental no combate ao Estado Islâmico na Síria, por exemplo. Com sua morte, sua filha assumiu um papel de liderança. No dia do enterro dele, ela fez o discurso dramático do falecimento do pai para milhões de pessoas presentes. Com esses fatos, torna-se difícil continuar a argumentar que não há uma representação de mulheres no Estado, mas ela ainda é muito pontual e restrita. Contudo, vale reforçar que faz muito tempo que temos mulheres parlamentares, mesmo que ainda minoria.

**Entrevistadoras:** *Quando você estava falando um pouco dessas lideranças, principalmente dos xiitas, eu lembrei que eu li um comentário de um sociólogo iraniano-americano, Asef Bayat, sobre o movimento das mulheres. Ele chama de um “não-movimento” das mulheres definido da seguinte forma: que os conceitos e entendimentos que fazemos de movimento social, pressupõem uma certa mobilização coletiva que procura ter muita visibilidade. E o que ele argumenta é que existe uma luta das mulheres no Irã, mas ser militante, é muito uma questão de desafiar, de resistir e de se contrapor ao machismo, sem necessariamente participar desses formatos coletivos. Eu achei isso interessante. Conectando com o que você expôs, há de fato esses exemplos singulares. Pode ser desde a sua avó até as lideranças mais políticas. Mas como não vemos uma aglomeração,*

*uma “primavera árabe” das mulheres, temos a percepção não há, portanto, essa oposição, esse movimento das mulheres.*

**Khazar Masoumi:** Sim. Na verdade, não é só questão de mulheres. Mas no Irã, dentro de uma teocracia, a maior luta é viver normalmente. Nossa maior missão é resistir em nosso modo de viver. E um dos maiores exemplos disso é a luta diária das mulheres, que agora faz 41 anos que temos que usar véu. Nos últimos anos, isso virou uma questão mais concreta, com mais forma de uma luta. E essa questão nunca cessou de ser importante.

Faz dois anos que, em um dia cotidiano de Teerã, uma mulher com moleton, subiu numa caixa de eletricidade na rua e colocou o véu branco na ponta de um pau de madeira, e ficou. Essa imagem marcou imensamente a sociedade. Ninguém estava preparado para essa cena; era dramaticamente muito forte: uma mulher que não estava fazendo nada, que não estava se vestindo para chamar atenção, que apenas hasteava o seu véu como um tipo de bandeira branca.

Após esse dia, em vários dias e em vários lugares, outras mulheres repetiram esse gesto. Claro que o Estado chegou, prendeu todo mundo, deu penas imensas para essas mulheres. Mas, a partir desse dia, começamos a ver mais mulheres andando pelas ruas ou dirigindo sem véu. A polícia estabeleceu multa para mulheres que dirigiam ou estavam nos veículos sem véu. Oficialmente permanece obrigatório e muitas mulheres ainda o estão usando, mesmo que seja muito aberto. E sobre o vestuário, já vi nas ruas mulheres com camisas curtas, véu e um casaquinho. Estamos vendo a barriga da mulher, mas ela está usando véu. Não é um movimento concentrado, não tem uma liderança, mas é muito marcante. É a única luta que o governo nunca conseguiu apagar completamente. Cada verão em Teerã, com aumenta de temperatura começa mais uma revolução... Então já é uma luta perdida, só que o Estado precisa insistir

ainda sobre esta política para deixar mais feliz seu corpo de apoio

**Entrevistadoras:** *Como a essa interferência da religião no Estado se reflete em termos jurídicos?*

**Khazar Masoumi:** Existe uma discriminação sistemática a partir dos direitos de mulher no Islã, então a parte da legislação que é islâmica reflete uma discriminação de gênero. Começando por herança, mulher recebe menos do que homem. As ideias são ainda de uma sociedade onde a mulher não ocupava espaço econômico; a mulher não era chefe de família. Então, se uma família perder seu filho, perder seu marido, sofria mais danos do que perder sua esposa ou sua filha. Ainda é muito marcante essa ideia da importância da mulher na sociedade. Por exemplo, a mãe pode ter a guarda apenas temporária dos filhos após a separação: para menina até sete anos, e para o menino até três anos. Mesmo assim, se a mãe se casar, ela perderá a guarda do filho, a não ser que seja por acordo com o ex-marido. A preferência é do avô paterno, do tio paterno, do bisavô paterno, e não da mãe. Essa é ainda a visão de que “a mulher precisa casar e quando casa, o novo marido não vai aceitar os filhos”. Outro motivo é quando a mulher não tem renda, e quem pode arcar com os custos de criação da criança é a família paterna.

Os absurdos continuam sobre o direito de divórcio, por exemplo. A mulher não tem direito de pedir o divórcio, fora casos graves (violência, não participação financeira do homem etc.). O homem, no momento de casamento, nas cláusulas de casamento, dá o mandato de poder se divorciar sem a própria permissão para a esposa. Isso juridicamente é equivocado, porque ninguém pode perder seus direitos no contrato com seu mandatário, por exemplo. O que o mandatário pode fazer é só uma representação, isso não tira de você o direito de fazer o

mesmo. Só, que nesse caso, se a cláusula é combinada, então a mulher vai pedir o divórcio sem a presença do homem. Mas esse tipo de solução juridicamente complicada é para maquiar a falta de direito ao divórcio da mulher. Outra questão absurda é sobre o direito a um passaporte ou sair do país. Até o momento em que somos solteiras não precisamos de autorização do pai. Quando estamos casadas passa a ser necessária a autorização do marido. É um absurdo!

Durante anos, desde o primeiro Código Civil Iraniano, a nacionalidade não se transferia de mãe para o filho. Então mães iranianas casadas com estrangeiros não podiam transferir a sua nacionalidade para os seus filhos. Isso era, até esse ano, o caso. Por exemplo, meu filho não tem nacionalidade iraniana ainda. Durante esses últimos anos, o Estado avançava o argumento de que há um problema de migração ilegal dos afegãos para o Irã, já que recebemos mais de cinco milhões de afegãos no pleno meio da guerra com o Iraque. Isso ficou muito complexo, porque é muito simples chegar no Irã: quem chega no Irã, na verdade, é a parte menos favorecida da população afegã; o resto vai para a Europa ou para o continente americano. E existe muito casamento forçado de mulheres iranianas com os homens afegãos. O governo oficializava esses casamentos, mas não queriam dar mais conforto a esses homens por terem filhos, que seriam iranianos. Essa decisão não somente bloqueava esse direito de mulheres de ter filhos da mesma nacionalidade do que elas, mas também aparentemente tem um milhão e meio de crianças nascidas com mãe iraniana e pai afegão sem registro de nascimento, porque os pais não voltavam para o Afeganistão para obter os documentos, e as mães não podiam dar a nacionalidade para os filhos. Essas crianças não podiam ir para a escola, porque não tinham documentos. Eu conhecia muitos amigos que davam aulas voluntariamente para essas crianças até antes dessa lei mudar. Recentemente

o guia supremo ordenou que as escolas matriculassem essas crianças. No ano passado, o governo finalmente encaminhou um projeto de lei ao Congresso alterando o critério de cidadania. Agora, posso finalmente pedir a nacionalidade para o meu filho.

**Entrevistadoras:** *Como você percebe as similaridades e diferenças entre o feminismo no Brasil e no Irã?*

**Khazar Masoumi:** Eu pessoalmente virei muito mais feminista graças a mulheres brasileiras. Isso para mim foi muito significativo, porque a minha vivência com as feministas iranianas era quase insignificante. Existia movimento feminista no Irã quando eu era adolescente, mas eu estava muito mais próxima aos outros movimentos políticos. Eu ainda tinha essa educação de que, para ter sucesso, precisa não chamar a atenção, precisa virar quase “homem”, desaparecer para poder viver na sociedade. Depois fui para França, e o feminismo francês, na sua maioria, é um feminismo liberal; então já não falava muito comigo. Foi no Brasil que eu virei uma feminista convicta. Essa é uma das coisas que o Brasil me ofereceu.

Comparando com o Irã, eu acho que, na sua essência, a luta é a mesma. A diferença é que no Brasil, pelo menos nos meios em que frequento, tem mais influência intelectual das feministas do que no Irã. No Irã, infelizmente, durante muitos anos se confundiu o espaço entre projeto político reformista e diferenças ideológicas econômicas. Então a gente meio que abriu mão, por muitos anos, para aceitar os governos que economicamente eram ultraliberais, mas que politicamente defendiam democracia e liberdade. Perdemos o hábito de um pensamento crítico, de ter presença da esquerda na sociedade. O movimento feminista de hoje no Irã, tem apoio ideológico da esquerda no Irã, mas ainda é uma parte muito pequena da

sociedade que aceitou o feminismo como uma ideia para viver. Para o resto, fica ainda a resistência cotidiana.

Eu conheço mulheres lésbicas ou trans iranianas, que sofrem bem mais preconceitos e tem muito menos visibilidade do que homens homossexuais. Eu acho que uma questão que une todas as mulheres do mundo é a questão do assédio, puxando pela onda do #METOO. E isso repercutiu fortemente no Irã. É um momento crucial, porque se liberou a palavra numa sociedade onde ter relações sexuais fora do casamento é considerando crime. Liberou-se a voz das mulheres para dizer “aconteceu isso comigo”. Podemos ter a impressão de que estamos falando apenas de artistas, professores universitários, intelectuais. Mas, na realidade, essas mulheres ganharam protagonismo nessa agenda porque têm mais visibilidade, liberdade e prática em se expressar. Isso não significa que nos outros meios da sociedade não exista a cultura de estupro. Esse é um movimento muito delicado, que denunciou publicamente muitos homens que gozavam de certo prestígio. Eu acho que é um momento histórico, porque convida todo mundo a pensar sobre o seu passado e o comportamento de não ouvir as mulheres e descredibilizá-las ou culpabilizá-las.

**Entrevistadoras:** *Khazar, muitíssimo obrigada por conversar conosco. Foi uma conversa extremamente interessante e informativa. Saímos com muitas reflexões.*

**Khazar Masoumi:** Muito obrigada pelo convite! Foi um prazer imenso falar com vocês e poder trazer essas informações para o público brasileiro. Espero ter contribuído para percebermos que essa luta é global, apesar de todas as suas diferenças, e que realmente estamos juntas.

\*\*\*

## Sugestões para aprofundamento:

### Bibliografia

CHEHABI, H.E; SCHIRAZI, Asghar. The Islamic Republic of Iran. In: Special Issue on Islam, Political Theory and Constitutions in the Persianate World. *Journal of Persianate Studies*, vol. 5, n. 2012, p.175-204.

MOGHADAM, V.M., Patriarchy and the Politics of Gender in Modernizing Societies: Iran, Pakistan and Afghanistan. *International Sociology*, vol. 7, n.1, 1992, p.35-53.

SEDGHI, Hamideh., Conflictual Identities: The State and Feminist Women in the Islamic Republic of Iran. *Hawwa: Journal of Women of The Middle East and The Islamic Word*, vol. 18, n.1, 2020, p.96-113.

SATRAPI, Marjane. Persépolis. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 352p.

DELIJANI, Sahar. Filhos do Jacarandá. Rio de Janeiro: Globo livros, 2013, 232 páginas.

### Podcasts

BBC Radio 4. Iran: A Revolutionary State. Entrevistador: John Tusa. BBC Radio. Episode 1, 29 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/programmes/b0077049>. Acesso em 28/10/2021.

BBC Radio 4. Iran: A Revolutionary State. Entrevistador: John Tusa. BBC Radio. Episode 2, 30 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/programmes/b007707y>. Acesso em 28/10/2021.

BBC Radio 4. Iran: A Revolutionary State. Entrevistador: John Tusa. BBC Radio, Episode 3, 1 de julho de 2009. 30 minutos. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/programmes/b00770cs>. Acesso em 28/10/2021.

THE GUARDIAN: 'Iran was our Hogwarts': my childhood between Tehran and Essex, Escrito por Arianne Shahvisi. Lido por Serena Manteghi e produzido por Esther Opoku-Gyeni. The Guardian, 31min38s. 29 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.theguardian.com/news/audio/2021/oct/29/iran-was-our-hogwarts-my-childhood-between-tehran-and-essex-podcast>. Acesso em 28/10/2021.

BBC NEWS. Women's Rights in Iran, The History Hour. Entrevistada: Mahnaz Afkhami. 18 de fevereiro de 2018. 50 min. Disponível

em: <https://www.bbc.co.uk/programmes/w3csvsvb>. Acesso em 28/10/2021.

### **Filmografia**

O APARTAMENTO. Direção de Asghar Farhadi. Pandora/Memento Filmes, 2016. Irã/França, 124min.

THE LITTLE STRANGER BASHU. Direção de Bahram Beyzai. Panorama, 1989, 2h0min.

## Capítulo 2 - As Mulheres na Revolução Russa

Por Daniela Mussi

Entrevistadoras: Carolina Pavese e Débora Prado  
Episódio divulgado no dia 15 de novembro de 2017

### Introdução

A entrevista a seguir foi concedida às queridas Carolina e Débora para integrar como episódio o podcast *Chutando a Escada*. O contexto foi o ano de 2017 no Brasil e o centenário da Revolução Russa. No primeiro caso, vivíamos os primeiros sintomas de uma ressaca da Primavera Feminista que mobilizara milhares de mulheres brasileiras, jovens e experientes, ao redor de bandeiras de luta contra a violência misógina, em defesa das liberdades do corpo e vida das mulheres e, por fim, por mais mulheres na política. No ano anterior, 2016, as eleições municipais brasileiras haviam sido importantes nesse último sentido, com a eleição de vereadoras feministas em capitais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo. A eleição de Marielle Franco fora uma delas. Já despontava no ar os primeiros indícios de uma verdadeira revolução contracultural que ao menos desde 2013 era gestada nas redes sociais e movimentos sociais: a emergência do feminismo negro e passagem das lutas da negritude brasileira para o centro da cena.

Pensar a Revolução Russa como uma revolução das mulheres no hoje longínquo 2017 era uma forma de reagir aos impasses daquele momento. Além disso, o resgate de uma rica e plural trajetória feminista no século XX parecia decisivo para a proposição de critérios para interpretar as tendências sociais em curso, as mais e as menos evidentes, como parte de um processo amplo e diversificado de renovação da política, discurso e expectativas “dos de baixo”. As angústias feministas desse ano tinham a ver com a percepção de que crise política brasileira se acentuava anunciando, sem se dar conta, o difícil ano de 2018. Um ano que exigiria das mulheres e do feminismo muito mais

do que pensávamos que seria possível suportar. Suportamos, mas não sem grandes perdas.

Hoje, em 2021, já em outro tempo histórico, pandêmico, uma entrevista sobre as revolucionárias e feministas do século XX talvez não possa ser lida sem um pouco de (curiosa) nostalgia. Apesar disso – e talvez justamente por isso – pensar sobre essas mulheres e com essas mulheres do revolucionário século XX não precisa remeter apenas ao passado. É preciso recuperar o sentido profundamente transformador e antecipador do pensamento e das lutas encarnados por elas. De sua revolução não como o somatório de suas ações e textos para conjuntas imediatas e distantes do hoje, mas como o esforço contínuo de alcançar o futuro, de nos alcançar, para contar sobre como a história poderia ser se o feminismo triunfasse ao lado de uma revolução social no mundo, sobre quais dificuldades ameaçariam seu florescimento e sobre quais alianças políticas sociais seriam imprescindíveis para proteger suas sementes.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Esse é o mês de comemorações vermelhas intensas então vamos discutir as mulheres na Revolução Russa e colocá-las como protagonistas dessa história. Para isso, estamos recebendo a Daniela Mussi, doutora em Ciência Política pela Unicamp, que foi pesquisadora visitante da Columbia University. Daniela tem graduação em Jornalismo e em Ciências Sociais, faz parte do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp, e também contribui com o caderno CeMarx desde 2009.*

*Vai ser um prazer ter esse papo aqui com a Daniela. Queremos agradecer por ter aceitado o nosso convite. Esse é um mês[outubro] interessante para trazermos essa discussão, mas depois eu percebi que deveríamos ter feito esse podcast em março, pois é também mês simbólico para a luta das mulheres na Revolução. Na verdade, outubro é uma continuidade, né?*

**Daniela Mussi:** A Revolução Russa, na verdade, é feita de duas revoluções no ano de 1917, do ponto de vista técnico. A gente pode falar de revolução no sentido específico, restrito, que é a tomada do poder e a destituição de um governo ou de um regime; e a revolução no sentido mais amplo, no que se pretendeu a Revolução Russa, que é mudança de todo um sistema social e relações econômicas, culturais e políticas. Então, no ano de 1917, do ponto de vista mais restrito, é possível dizer que aconteceram duas revoluções: a Revolução de fevereiro e a Revolução de outubro.

A revolução de fevereiro – para nós aqui é em março, porque na época existia uma diferença do calendário de aproximadamente 12 dias – é uma revolução que foi iniciada por mulheres. Foi consequência de um processo de lutas muito radicalizadas, em particular das mulheres ligadas à indústria têxtil, operárias das fábricas de roupas e tecidos. Um aspecto muito curioso que as pesquisas atuais revelaram é que esses protestos não foram muito bem aceitos no início. Eles não foram incorporados na agenda mais geral das organizações políticas, nem mesmo dos bolcheviques. Eles que achavam que era preciso esperar mais, que era preciso ter uma melhor condição de relação de forças, para só então poder fazer uma manifestação mais radicalizada. As mulheres não aceitaram essas diretrizes e orientações políticas e foram para rua. Isso desencadeou um processo de lutas que tomou o país, e que acabou e culminando com a queda do czarismo. Assim, essa não foi uma participação menor, elas foram, de certa forma, a vanguarda muito rebelde de um processo de lutas que transformou a Rússia e mudou a cara do mundo, em termos políticos no Século XX.

**Entrevistadoras:** *Inclusive, 8 de março é o Dia Internacional das Mulheres em vários lugares – menos nos Estados Unidos e mais alguns países. É justamente o dia que acontece essa revolta simbólica, a greve das mulheres da indústria têxtil, que*

*foram às ruas e depois puxaram o movimento contra o czar, uma marcha de protesto com mais de 100 mil pessoas. Então até hoje nós celebramos o dia das mulheres e poucas pessoas fazem essa relação com a primeira fase, ou essa primeira das revoluções russas, e com a importância que as mulheres tiveram em impulsionar esse movimento.*

*Sobre a manifestação de 8 de março, ela teve mais de 90 mil mulheres. O mais interessante é, como a Daniela mencionou, a importância das pesquisas mais recentes, porque agora temos feito esforço para ter um olhar não-hegemônico da história. É uma reflexão e uma ressignificação de acontecimentos históricos que a gente estudou desde sempre. Por exemplo, desde ensino médio e fundamental, quando ouvimos sobre a Revolução Russa sempre se deu a discussão sobre o papel do Lenin e do Trotsky, e em nenhum momento se falou de lideranças femininas nesse processo. As manifestações que resultaram na Revolução Russa começaram com elas, mas a voz das mulheres e o reconhecimento disso tem sido silenciado e ocultado. Li um artigo no HuffPost comentando sobre aquele livro sobre emancipação feminina e Revolução Russa, e queria que você comentasse.*

**Daniela Mussi:** Sim, quando muito, se fala que as mulheres começaram, e daí os homens assumiram, e se menciona que começou com uma greve de mulheres, mas em seguida quando se vai discutir a revolução mesmo, entram as figuras como Trotsky, Lenin e outras lideranças bolcheviques. O protagonismo feminino desaparece, como se fosse apenas uma coisa que elas fizeram, mas que entregaram para quem de fato “entende” do assunto. Isso é, como você bem notou, um problema na historiografia, na própria forma de contar a história da Revolução Russa. A historiografia ocidental, em particular a historiografia no século XX, manteve um caráter que podemos chamar de misógeno, por muitas décadas. Isso ainda é uma regra na forma de estruturar a história, uma série de situações políticas, e outros fenômenos

históricos, não só revolução a Revolução. Mas, em particular, isso é muito explícito na Revolução Russa, por conta do papel das mulheres e como ele foi apagado ao longo das décadas em que se construiu a memória da Revolução Russa.

Sobre esse livro da Graziela: a Graziela Schneider veio na Unicamp no começo dessa semana e nós participamos de uma mesa juntas sobre mulheres na Revolução Russa. Ela comentou um pouco da angústia que tinha, como uma especialista em Literatura russa, em traduzir e trazer para o público brasileiro, materiais que foram feitos por mulheres no contexto da União Soviética, em momentos pré-Revolução Russa e depois já na União Soviética.

E é curioso. Quando ela foi procurar e reunir esses materiais para traduzir, ela encontrou uma variedade gigantesca de materiais. Ela falou para mim que o volume de artigos, cartas, documentos e relatos feitos por mulheres, nesse período e sobre esse tema é enorme e que tem muita coisa para ser traduzida, para ser conhecida, sobre a participação das mulheres na Revolução Russa. Mas, de fato ela não achou tantos ensaios, teorias e textos sistemáticos, como era uma prática mais comum entre os homens, os grandes intelectuais teóricos.

Como passamos muito tempo acreditando que o conhecimento só vem das teorias fechadas, esse material era automaticamente descartado. Porque você não acredita que possa vir uma coisa interessante para o pensamento num conjunto de cartas pessoais, por exemplo, ou de um conjunto de relatos de reuniões porque essas mulheres participavam muito da cozinha. E é interessante usar a metáfora da cozinha. Elas participavam muito da cozinha da Revolução, ou seja, desse dia a dia, desse processo de estruturação cotidiana da Revolução Russa e da vida Soviética. O que é absolutamente fundamental para o funcionamento e para a dinâmica da revolução. A metáfora da cozinha é importante porque as mulheres são relegadas literalmente a esse ambiente do trabalho doméstico, do

fazer cotidiano que garante a sobrevivência de todos, mas que é absolutamente invisibilizado. Na historiografia, essa construção cotidiana da Revolução é muito apagada. Não é vista como algo determinante, fundamental, como é vista a atuação de um grande dirigente político ou de um grande elaborador teórico.

A partir do final dos anos 1960 e começo dos anos de 1970, com uma virada feminista 1968, passou-se a olhar muito mais por esse processo, foi uma historiografia nova. Thompson, por exemplo, vai recontar a história das classes subalternas na Inglaterra a partir de baixo.<sup>14</sup> Você tem o surgimento da chamada nova esquerda na Europa, o surgimento de teorias feministas, e é aí que vão problematizar o trabalho doméstico e a questão da raça. Você tem aí, já nos anos 1970, a própria Angela Davis recontando a história das mulheres negras no contexto da abolição e o conflito que existia no feminismo branco com a luta abolicionista.<sup>15</sup> Você tem uma revolução na forma de compreender os sujeitos dos processos políticos, que vai permitir novos olhares sobre uma série de assuntos, inclusive sobre a Revolução Russa e a participação das mulheres.

E é essa nova historiografia que tem chegado aos poucos no Brasil, muito misturada com experiências brasileiras feministas, de uma construção intelectual, cultural e política própria; de gerações jovens misturadas com gerações mais experientes e com um ciclo e lutas muito peculiar ao Brasil que tem as mulheres no protagonismo muito interessante. Penso que as organizações políticas e os coletivos intelectuais ainda precisam olhar mais para o que tem sido o protagonismo das mulheres na política brasileira.

**Entrevistadoras:** *É interessante enquanto em toda a história as mulheres aparecem ou como uma literatura romântica ou uma*

---

<sup>14</sup> Ver THOMPSON, Edward Palmer (2004). **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>15</sup> Ver DAVIS, Angela (2016). **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo.

*nota de rodapé nesses processos. Vemos poucas narrativas onde as mulheres são protagonistas e/ou ocupam o mesmo espaço dos homens. Elas são importantes em várias revoluções, na própria Revolução Francesa tivemos a Marcha das Mulheres no Palácio de Versalhes, um dos movimentos que marcaram muito, foram chamadas de as “Mães da Nação”. Quando contamos a história da Revolução Francesa, também não mencionamos essa participação feminina.*

*Eu me sinto envergonhada, enquanto mulher, de saber tão pouco da narrativa da história na perspectiva das mulheres. É como se a gente não existisse, fôssemos anuladas. Eu me sinto anulada nessa história e me sinto com vergonha de, enquanto mulher, não ter consciência desse processo. Na escola a gente não vê isso, e eu fiz Ciência Sociais, na graduação mesmo ali a gente viu o que? Rosa Luxemburgo, uma ou outra mulher que aparecia na narrativa. Mesmo nos cursos de graduação a gente não tinha uma agenda de gênero ainda tão forte, mas acredito que pouco tenho mudado na forma como a história oficial é contada.*

**Daniela Mussi:** Eu acho que isso tem muito ver com aquela ideia da Simone de Beauvoir que é absolutamente fundamental para pensar isso que você falou agora, que diz respeito à ideia do tornar-se mulher. Qual é o processo no qual nos tornamos mulher nas sociedades ocidentais? Seja na periferia do capitalismo, seja no centro, é um processo que se aprende a valorizar ou a identificar a história como um feito de grandes homens para o qual as mulheres podem no máximo ter contribuído de maneira secundária e absolutamente lateral, ou quando muito, numa mitologia ou simbolismo que é super paternalista: a ideia de que as mulheres estão ali dando suporte para que aquele grande homem possa realizar seus grandes feitos.

**Entrevistadoras:** *E isso faz de você uma grande mulher.*

**Daniela Mussi:** Exatamente, isso faz de você uma grande mulher, que engrandece um grande homem. A gente é acostumada na escola a sentar e ficar admirando essa história dos Grandes Homens e se ressentindo desse lugar. Por quê? Porque há um grande homem. Isso é uma coisa que tem que ser quebrada. É um processo muito dolorido, individualmente e coletivamente. Existem desgastes de todas as ordens. E é interessante que essa cultura é tão forte que toda nova geração de mulheres precisa trilhar um caminho para desconstruir isso. Algumas gerações conseguem fazer isso de forma melhor e se enfrentam mais. Outras estão em contextos políticos de maior recuo, e acabam fazendo de forma mais clandestina. Então cada geração de mulheres vai enfrentar isso de uma forma diferente, mas todas terão que enfrentar essa hegemonia misógina. É um desafio de enfrentamento permanente.

**Entrevistadoras:** *Quando você menciona a questão da metáfora da cozinha, eu acho que aqui deve ficar clara a grande ironia disso. Porque usar essa metáfora é uma forma irônica de justamente criticar esse entendimento. Em última instância, quem foram os atores da Revolução Russa? As mulheres foram atores, elas estavam em campo. É claro que a reflexão mais intelectual é importante para fundamentar o movimento, mas o movimento acontece nas ações práticas e isso é totalmente apagado. É uma coisa interessante, Daniela, eu queria que a gente nomeasse e identificasse um pouco as mulheres que foram importantes no movimento da Revolução Russa. Porque eu me formei em relações internacionais e eu me lembro que eu li só Rosa Luxemburgo também.*

**Daniela Mussi:** Ela é uma intelectual e ativista fundamental, provavelmente uma das mais importantes do ponto de vista das contribuições intelectuais. Talvez seja uma

das mais importantes. Ela tem uma obra que é incontornável do ponto de vista intelectual e teórico, mas ela não é a única.

**Entrevistadoras:** *E é polonesa.*

**Daniela Mussi:** Polonesa e judia. Rosa é um nome muito interessante. A Rosa é uma das teóricas desse processo político anterior à Revolução, mas que tem a revolução como uma questão-chave. No começo do século XX ela está em todas as polêmicas sobre o Partido e as questões políticas que envolviam a Polônia, a relação da Polônia com a Rússia, a questão alemã, e outras questões envolvendo o partido, o movimento, a economia. Do ponto de vista intelectual, ela não está atrás da contribuição intelectual de nomes como Trotsky e Lenin. Ao contrário, eles travam polêmicas e trocas de texto e argumentos que estavam no mesmo nível. É curioso que, apesar desse nível, desse lugar, às vezes ela seja apagada na historiografia e tida como menos relevante. Muitas vezes, fala-se muito mais da vida pessoal dela do que da vida pessoal dos demais.

Ainda sobre a participação das mulheres na Revolução Russa: uma das instituições políticas mais importantes da União Soviética, criada logo em seguida a própria Revolução, é o chamado Zhenotdel que traduzido de forma literal é o Departamento de Mulheres. Tratava-se de uma instituição absolutamente inovadora. Não existia nada semelhante em nenhum país do mundo, uma instituição pública voltada para os serviços das mulheres. Era a organização política dessas mulheres, que supervisionava e organizava as estruturas, como as lavanderias públicas, os restaurantes públicos, a questão das creches que circulava em toda a Rússia – e Rússia é gigantesca, um território muito vasto, com dificuldade de acesso e a questão climática – e acessava as mulheres camponesas nas regiões mais economicamente atrasadas da Rússia para envolvê-las no processo da construção da União Soviética. Há pesquisas que

mostram tentativas do Departamento de Mulheres de promover representação política com a eleição de Delegadas em diversas regiões da Rússia, para que essas mulheres pudessem vir para as cidades maiores e participar ativamente do processo de liberação política e de discussão sobre os rumos dessa nova sociedade.

Essa construção é toda protagonizada por mulheres, a Alexandra Kollontai é o nome importante, Inessa Armand, que é menos conhecida aqui no Brasil, bem como Clara Zetkin. O livro que a Graziela organiza traz uma série de outras protagonistas desse processo, inclusive com visões políticas muito diferentes, e isso é um mérito do “Revolução das Mulheres”. Aliás, esse é o nome da coletânea publicado pela Boitempo que traz liberais, anarquistas, radicais e as bolcheviques, mulheres discutiam feminismo antes da Revolução Russa.

Uma coisa que eu não sabia é que existia o termo “feminismo” na cultura russa antes mesmo da Revolução. O termo feminismo já era apropriado pelas russas, do que podemos chamar de um conjunto de problemas femininos. Era uma sociedade extremamente avançada do ponto de vista da reflexão sobre as mulheres. Isso é fundamental para entender a Revolução Russa. Normalmente não se leva em consideração essa transformação cultural e como ela foi importante para que a Revolução Russa acontecesse, para que as mulheres tivessem uma participação tão central. Mas havia um avanço cultural nesse sentido bem grande antes da Revolução.

**Entrevistadoras:** *Quando você mencionou a questão do conceito do feminismo ainda no final do século XVIII na Rússia eu achei interessante. Eu me lembro que nesse livro [Revolução das Mulheres] também se fala sobre o papel da Anna Kalmanovich, que já tinha inscitos naquela época que são totalmente atuais, sobre a luta das mulheres, sobre a questão do discurso, do olhar hegemônico sobre o papel dos homens e como eles deveriam ser os*

*principais atores do processo... Eu achei bastante interessante, porque são nomes que a gente não conhecia até então.*

**Daniela Mussi:** Sim, e tem muitas outras. Na verdade, a Graziela comentou que esse volume reuniu artigos, atas, relatórios, textos políticos. O foco foi em escritos políticos de linguagens diferentes tendo a Revolução como um divisor de águas. Mas, assim como tivemos os poetas homens, como Maiakovski e os romancistas de várias matrizes políticas, você tem também uma vivência cultural muito rica e diversificada das mulheres. Então, a ideia é mostrar também seu outro aspecto. E aí, ainda vão aparecer outros nomes desconhecidos. Ela cita alguns que são desconhecidos para nós, como Inessa Armand, Nadezhda Krupskaya, Catherine Breshkovsky e Alexandra Kollontai, entre outras. Os nomes são difíceis, mas as ideias são muito legais e interessantes.

**Entrevistadoras:** *Além desse protagonismo intelectual das mulheres está a importância da luta e desses direitos que foram conquistados pelas mulheres. É uma coisa que a gente pensa muito hoje, mas esses direitos têm que ser conquistados em todas as esferas e as mulheres que protagonizaram na Revolução atuaram liderando também uma agenda feminina, mas não apenas. Embora se tenha falado muito da cozinha, acho que é importante falar o quanto que elas estavam no chão da fábrica. As mulheres já eram agentes econômicos muito importantes.*

**Daniela Mussi:** Além do chão das fábricas, elas estavam no front.

**Entrevistadoras:** *Estamos falando até antes da Primeira Guerra. Essa ideia de que as mulheres assumiram a atividade econômica em função das Grandes Guerras é um mito. Elas já tinham esse papel, mas elas ganham mais destaque durante a*

*guerra, e aí se associa muito a isso. É engraçado elas parecem preencher a lacuna que o homem deixa, mas a história não é bem assim, elas já ocupavam esse espaço, antes mesmo das Grandes Guerras. Uma coisa que me chamou a atenção é a quantidade de direitos que foram adquiridos de fato: novas leis, benefícios sociais. São questões que a gente olha para o Brasil hoje e estamos longe de ter esse modelo. Olhamos para a Rússia hoje e percebemos o quanto disso foi retirado.*

*Você falou da Alexandra Kollontai e ela foi a primeira mulher que no governo, atuando como Comissária de Bem-Estar Social. A Comissão Popular de Bem-Estar Social foi criada e seis semanas depois da Revolução de Outubro já tinham a legalização do casamento civil assegurando o direito ao divórcio às mulheres. Depois, em 1918, foi criado o Ministério para Proteção da Maternidade e da Infância que estipulou uma licença maternidade de 16 semanas – olha só, coisa que os Estados Unidos não têm até hoje – e foi banido o trabalho noturno para grávidas e para mulheres no pós-parto. Assegurou-se o acesso a clínicas especializadas da maternidade, e, em 1920, instituiu-se o direito ao aborto.*

*A União Soviética foi o primeiro país ou território no mundo a legalizar o aborto; os Estados Unidos entraram nesse processo só 51 anos depois, e o Canadá 71 anos depois. Essa legalização foi retirada em 1934, quando Stalin retoma à criminalização alegando que benefícios da revolução tornam obsoleta a necessidade da permissão do aborto.*

**Daniela Mussi:** Essa história é muito simbólica e tem uma atualidade impressionante, se você pensar o que estamos enfrentando agora. Então, se compararmos o que foi e o que é a Rússia. Na época se tratava de um país saindo de uma guerra, com bem menos recursos de comunicação e tecnologia, mas que já aprovava a legalização do aborto e uma série de direitos. Estruturava-se uma sociedade na qual as mulheres poderiam

ter uma vida plena e autônoma, que não as restringisse às tarefas da maternidade ou mesmo sequer serem mãe, se essa não fosse vontade delas. Comparar esse contexto com a atualidade marcada por perdas desses direitos, numa diferença de 100 anos é realmente muito brutal. Percebemos como as coisas podem retroceder e como nada de fato é garantido. A luta política precisa ser permanente porque o retrocesso está sempre à espreita.

Você comentou da experiência dessas mulheres, como elas já estavam nas fábricas, lutando na guerra... De fato, a presença delas no ambiente fabril antes da guerra era menor pois havia uma sociedade patriarcal e uma divisão clara da presença das mulheres no espaço privado enquanto os homens ocupavam o espaço público. Isso tudo era muito forte não só na Rússia como em toda Europa, inclusive entre a esquerda. Os sindicatos europeus, por exemplo, defendiam uma política bizarra de que, ao invés das mulheres trabalharem, os homens deveriam receber um salário maior, chamado de “salário família”, de modo que as mulheres não precisassem trabalhar. Essa política misógina era uma forma de defender o emprego dos homens contra a ameaça da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Veja como é interessante isso, o corporativismo elevava o sindicato à uma posição absolutamente anti-feminina e misógina.

Da metade para o final do século XIX eclodem os movimentos de mulheres de diferentes estratos sociais, contestando essas ideias e afirmando suas demandas, tais como o melhor acesso à educação e ao mercado de trabalho. Com a Primeira Guerra Mundial temos uma ruptura muito profunda nas relações econômicas dos vários países europeus. A mobilização de uma quantidade expressiva de homens para lutarem no *front* cria uma escassez de mão-de-obra para se continuar assegurando a produção de alimentos e outros bens, inclusive as armas. Assim, as mulheres são arrastadas de maneira maciça para o meio fabril, atingindo também as mulheres das áreas rurais.

Os exércitos, em particular o exército Russo, tem uma presença camponesa muito forte. A militarização envolveu muitos homens do campo. Então as mulheres camponesas tiveram que cuidar da propriedade, dirigir a família e negociar com o governo para ter acesso a comida e outros insumos. De repente, elas são jogadas na esfera pública, que nunca foi seu espaço. Mulheres que nunca tiveram contato com a cultura feminista ou de direitos e, de repente, elas estão ali. E quando termina a guerra você quer que elas voltem para trás? Como? É uma transformação na subjetividade, um ponto de não retorno, digamos assim.

É mais ou menos como nossa realidade atual. Se considerarmos o debate que foi feito no Brasil nas últimas décadas sobre a inclusão racial e sobre a promoção dos direitos das mulheres. Apesar de todas as debilidades dos governos anteriores, essas discussões foram popularizadas, chegaram aos rincões e a juventude brasileira começou a sonhar com a universidade. De repente, isso começou a virar uma expectativa da juventude. Agora querer retirar isso tudo? Esse espaço conquistado? Não é tão simples assim.

No caso da Rússia, o impacto da Guerra gerou uma erosão completa daqueles valores e estruturas patriarcais sobre as quais a sociedade russa se estruturava e as mulheres se sacrificaram muito. Tem um historiador americano chamado Richard Stites que tem um trabalho fantástico sobre o movimento de libertação das mulheres antes e depois da Revolução Russa e na União Soviética. Ele fala uma coisa muito interessante na conclusão do livro: O que foi a Revolução Russa para as mulheres? As mulheres morreram, foram trucidadas, massacradas, oprimidas e espoliadas. Elas tiveram que lutar por todo e cada centímetro do espaço pela sua sobrevivência, pela sua autonomia política e pelos seus direitos. Mas essa luta, em condições tão difíceis, foi sentida na sociedade russa por décadas, mesmo depois do stalinismo, mesmo com os

retrocessos a partir dos anos 1930. Ainda assim, vê-se o avanço que a Revolução causou na sociedade russa a ponto de se ter uma maioria de mulheres na universidade em relação aos homens, uma coisa impensável no começo do século XX, e que se tornou uma realidade concreta na metade do século.

É interessante que, mesmo com todos os retrocessos, aquele impulso e energias canalizadas que tiveram nas mulheres um papel central ainda se existiam pelo menos até os anos 1960 e 1970. Você tem um fluxo da luta pelo aborto, por exemplo, que chega na Europa a ponto de ter partidos, como o Partido Comunista Italiano, que passam a ceder à pressão das mulheres e a defender essa causa. As sociedades são muito reativas à questão do aborto. Há muita controvérsia em torno desse tema e há muita luta política que precisa ser feita, não só de convencimento, mas também de construção de aliados. As mulheres na Revolução Russa tiveram um papel fundamental para projetar essa questão para o mundo. Elas tiveram feitos que refletem e ecoam nas mentalidades e nas questões políticas até hoje. É por isso que a Revolução Russa é tão malquista pelos conservadores. Eles gostam de dizer que ela foi um golpe que só foram mortes que não deu em nada ou que fracassou totalmente. É por isso que o pensamento conservador gosta de se estruturar nessa ideologia porque foi uma Revolução que ameaçou de fato a sociedade patriarcal.

**Entrevistadoras:** *A impressão que me passou é que as mulheres na Revolução Russa adotaram uma agenda social muito forte, sobretudo em decorrência das condições de trabalho que elas tinham. Trabalhavam 15 horas diárias, sem direito a nada, e aí sim começam a luta pela questão da licença-maternidade e dos direitos dentro do ambiente de trabalho e fora dele. Mas a minha impressão, e pelo que eu li alguns textos que também direcionam nesse sentido, é de que o feminismo e a luta feminista na Rússia adotam uma perspectiva diferente da luta feminista*

*no mundo ocidental dessa época. Por exemplo, as sufragistas nos Estados Unidos tiveram uma discussão bem mais voltada para o ampliar o papel da mulher na política, para que a mulher conseguisse conquistar espaços políticos mais fortes, mas não tanto uma agenda social. É isso mesmo? Eu gostaria que você elaborasse um pouco sobre isso. E, pensando hoje, como está a luta do movimento das mulheres na Rússia? Ainda se mantém a agenda social ou não?*

**Daniela Mussi:** Você está certa. Houve um retrocesso muito grande na capacidade dessa agenda, não só a social mas também de representação política e cultural. Não é que não existam feministas na Rússia. Existem: Assim como existem grupos intelectuais que defendem a Revolução Russa e as transformações pelas quais o país passou, os dilemas com do stalinismo existem. Só que representam uma minoria, em parte pela própria atuação do stalinismo por exterminar os críticos e promover uma guerra contra populações pobres camponesas. Quando eu falei que precisaram mobilizar armas para derrotar esse processo, foi algo de uma escala de milhões de pessoas perseguidas e assassinadas, a um processo extremamente brutal de reação à essas conquistas que começa muito antes da queda do Muro de Berlim. É um processo muito dramático e trágico, e estudar a história desse processo é fundamental nos dias de hoje para entender o que está em jogo quando se luta por direitos.

De fato, o feminismo na Rússia, e não só na Rússia não pode ser chamado de um feminismo. Eles são vários feminismos, e muitas vezes eles brigam entre si, às vezes até mais do que brigam com outros grupos e com os próprios homens e o machismo. Isso ocorre em função de divergências, não só de origem econômica das mulheres que fazem parte de cada um desses movimentos, mas também pela caracterização política do que é a emancipação feminina, o que é prioritário, por onde

as coisas devem começar. A luta política é muito viva dentro do feminismo.

Um livro que conta muito bem como isso se deu nos Estados Unidos é o da Angela Davis, o “Mulheres, Raça e Classe”. No caso dos Estados Unidos, as sufragistas eram um movimento de mulheres muito importantes, algumas ligadas inclusive a partidos, às lutas políticas e muitas eram esposas de homens políticos e públicos. E esse movimento do sufrágio das mulheres passa por uma controvérsia política importante considerando seu conflito com o movimento abolicionista. Já que se discutia o que era mais importante: abolir a escravidão ou garantir o voto das mulheres.

**Entrevistadoras:** *O que é um grande absurdo. São oprimidos e que passaram a entrar em choque e disputar quem é o mais oprimido.*

**Daniela Mussi:** Exatamente, olhando retrospectivamente parece um absurdo. Mas trazendo isso para nossa realidade percebemos que esses dilemas permanecem. Por exemplo, esse ano as mulheres convocaram uma greve internacional de mulheres no 8 de março por pautas das mulheres, dentre elas a questão do aborto, homossexualidade, violência, a questão do trabalho, equidade salarial, dentre outras demandas. E aí eu te pergunto: os sindicatos aderiram? Não. A entrada dos sindicatos nessa agenda e nesse dia é muito residual, porque ainda na vida sindical – assim como nos partidos – o 8 de março é visto como um dia para celebrar mulheres, dar flores, enaltecer como as mulheres são importantes. E as mulheres não querem ser vistas assim, mas nos sindicatos há uma cultura que separa a agenda de mulheres da agenda econômica.

**Entrevistadoras:** *Há de fato uma falsa percepção de que o movimento da esquerda abraça a luta feminista. Não necessariamente. Existe a discussão dentro da esquerda que inclusive oprime o movimento feminista.*

**Daniela Mussi:** Oprime ou relega às mulheres o lugar da cozinha. As mulheres fazem a relatoria da reunião, organizam espaço, produzem toda a convocatória, todo o trabalho pesado, mas na hora o homem que assume a assembleia, ele não pauta as questões femininas. Muitas vezes os encontros sindicais não têm creche. Então as mulheres que são mães não participam ou precisam resolver sozinhas o quê fazer com seus filhos, na esfera privada, para poderem participar na esfera pública do sindicato. A gente continua vivendo esses dilemas, olhamos retrospectivamente e julgamos um absurdo, mas é um absurdo que segue sendo real.

**Entrevistadoras:** *Voltando ao tema central, é importante ressaltar que nossa percepção sobre a Revolução Russa é um olhar externo, fruto de uma narrativa que nos chega, um grande telefone-sem-fio. É preciso atravessar uma linha temporal de 100 anos e várias barreiras geográficas e linguísticas, até chegar no nosso ouvido. Nesse telefone-sem-fio é lógico que a história vem completamente editada, mas como os russos percebem e celebram a Revolução (se realmente o fazem)?*

**Daniela Mussi:** Como a Revolução Russa foi comemorada e celebrada na Rússia é interessante. Eu assisti a uma conferência de um pesquisador chamado David Priestland, autor da obra “A Bandeira Vermelha”, na qual ele discute a Revolução Russa. Seu trabalho aborda os simbolismos da Revolução e com ela segue sendo interpretada. Priestland mostra como, a depender do país e da região, a Revolução Russa é destacada em aspectos diferentes. Sua fala na conferência aponta que a celebração da

Revolução Russa na Rússia foi muito contraditória. O governo não podia falar abertamente contra Lenin porque algumas estruturas estatais que surgem na União Soviética ainda existem e são importantes para a população. Então tem-se na memória coletiva uma certa valorização da Revolução Russa do ponto de vista dessa edificação estatal.

Como Lenin não é muito comentado, o que eles fazem? Eles separam Lenin de Trotsky. Como Trotsky vira um descendente e é perseguido e assassinado a mando de Stálin, para eles descaracterizarem o aspecto mais radical ou libertário da revolução, eles criam uma imagem do Trotsky como um homem louco e diabólico. Inclusive, a TV pública lançou uma série com o personagem do Trotsky com uma caracterização de pessoa maluca, louca e com interesses absolutamente demoníacos que provocariam a desordem social.

É interessante porque mesmo na Rússia eles precisam fazer manobras culturais para poder não se opor diretamente, à Revolução, mas, ao mesmo tempo, buscam descaracterizá-la. Uma forma muito comum de fazer isso é criando os demônios do processo, demonizar uma parte e valorizar a outra. Busca-se aproximar a figura valorizada da imagem do líder político que existente, normalmente pessoa autoritária; então uma figura paternal emerge. Lógico que a questão das mulheres é absolutamente silenciada ou então é recuperada como uma contribuição para a pátria. Trabalhada de modo seletiva, excluem-se questões importantes desta agenda, como a homossexualidade. A questão da sexualidade é um grande tabu na sociedade, já que há na Rússia atual um movimento forte do governo na direção da criminalização dos homossexuais e da orientação sexual que não seja a heteronormativa, e evidentemente, isso exige contar a história de um certo jeito para não evidenciar que retrocessos.

**Entrevistadoras:** *O Duma, o parlamento Russo, recentemente descriminalizou a violência contra as mulheres.*

**Daniela Mussi:** Exatamente, ele flexibilizou a não-punição em certos casos de violência. Na prática a mulher para poder entrar com uma denúncia que para ser realmente investigada e julgada precisa se repetir algumas vezes. É um negócio absurdo. É interessante porque aqui no Brasil isso aparece no discurso do “Mimimi”. Essa cultura cria um cenário em que as mulheres são desencorajadas de relatar denúncias de violência, que às vezes não chegam a ser violência física no primeiro momento, mas sabemos que o abuso psicológico prepara uma situação de violência física. Em todo caso, ambas formas são violências. Em nossa sociedade, também enfrentamos o problema que é ver propagada a ideia de que certas violências são toleráveis.

Eu acho que isso reforça a importância de ocuparmos os espaços políticos, em todas as esferas, para tirar essa luta de uma esfera só do plano doméstico, privado, não-governamental e ocupar os espaços públicos, tomando as decisões que nos resguardam. Isso é um bom legado da Revolução Russa. Se a agenda de direitos das mulheres avançou tanto foi muito fundamentalmente porque as mulheres ocuparam estes espaços e fizeram suas demandas. Quando saímos desse protagonismo, que é o caso atual, perdemos logo nossos direitos. Você tem que ocupar, conquistar e permanecer lá para garantir a continuidade desses direitos. E acho que isso foi o que não aconteceu na Rússia e isso demonstra muito o quanto essa luta é constante.

Percebemos como mostra como a reação e aos direitos de todos muitas vezes assume a forma da reação ao direito das mulheres. Isso é algo que falta para esquerda entender: lutar em defesa dos direitos das mulheres é lutar em defesa do direito de todos, dos direitos para uma sociedade mais democrática. Essa

dificuldade em ter essa percepção me assombra. Acho que isso tem melhorado um pouco, mas custa às organizações políticas, e eu falo sentido amplo, de sindicatos, partidos e coletivos, enfim. Custa aos representantes políticos entender que essa não é uma agenda particular, não é privada, não é específica. Ao contrário, ela carrega em si pressupostos dos direitos universais, direitos de toda a sociedade, de uma sociedade que se quer democrática, inclusiva, de garantias.

Uma outra frente em que se avança muito negativamente na agenda das mulheres, é a questão da escola sem partido, dessa militância que tem se colocado contra o que eles chamam de “Ideologia de Gênero”, como se os problemas das mulheres fossem inventados, como se não existissem. Tratam do feminicídio, estupro e da desigualdade salarial como se fossem uma invenção, já que chamam isso de ideologias, não questões reais. Então, só se consegue avançar no combate a esses ataques, uma maior presença das mulheres nos espaços, a garantia dos seus direitos, quando se reconhece que não são questões só das mulheres, são questões de toda a sociedade brasileira. E isso ainda precisa avançar.

**Entrevistadoras:** *Muito obrigada Daniela. Realmente, há mais paralelos entre a luta das mulheres na Revolução Russa e nossa realidade do que imaginávamos. Então, apesar do momento em que vivemos ser de tantos retrocessos, mesmo que tenham tentado apagar o papel das mulheres na Revolução Russa para não percebermos as conquistas perdidas, hoje não é aceitável regredirmos. Que a indignação desses temas e dos argumentos que discutimos aqui sirvam de munição para que percebamos a importância de nos unirmos e fazer a nossa revolução em todos os planos, em transformar um pouco mundo, no mundo onde a gente tenha o espaço que merecemos e que conquistamos. Vamos por aí, em rumo ao “nosso outubro”.*

\*\*\*

## Sugestões para aprofundamento:

### Bibliografia

GOLDMAN, Wendy (2014). **Mulheres, Estado e Revolução**. política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo.

KOLLONTAI, Alexandra (2017). **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Expressão Popular.

LÖWY, Michael. (Et.Al.) 1917. **O ano que abalou o mundo**. São Paulo: Boitempo.

STITES, Richard (1978). **The Women's Liberation Movement in Russia: Feminism, Nihilism, and Bolshevism, 1860-1930**. New Jersey: Princeton University Press.

URSO, Graziela Schneider (2017). A Revolução das Mulheres. Emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo.

### Palestra online

**Women of the Russian Revolution**. TURTON, Katy. Palestra proferida na National Library of Scotland, 4 janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z0yV0igtyEE>. Acesso em: 10/10/2021.

## **Capítulo 3 - Imigração e separação de famílias nos EUA**

Por Patrícia Nabuco Martuscelli

Entrevistadoras: Débora Prado e Carol Pavese  
Episódio divulgado no dia 11 de setembro de 2018

### **Introdução:**

Famílias são a base da proteção em diferentes sociedades e culturas. Os direitos à vida familiar, à formação da família e à não interferência arbitrária na vida familiar são direitos humanos reconhecidos em diferentes tratados internacionais. Contudo, pessoas que saem de seus países de origem e migram não possuem direito a cruzar as fronteiras dos Estados sem o seu consentimento. Pelo contrário, os Estados, por serem soberanos, possuem o direito de decidir quem pode ou não entrar e residir em seus territórios nacionais. O resultado disso é a normalização de políticas migratórias que separam famílias entre fronteiras nacionais. Uma dessas políticas foi a Política de Tolerância Zero perpetrada por Donald Trump em 2018. Em setembro de 2018, tive a oportunidade de discutir no Chutando a Escada essa situação. Porém, esse fenômeno de separação familiar continua a acontecer em diferentes países do Sul e do Norte Global que têm dificultado procedimentos de reunião familiar e de residência para casais e famílias multinacionais (com definições restritas de família e exigências documentais e financeiras).

Enquanto tais políticas migratórias restritivas levam à separação de famílias entre fronteiras de maneira indireta, a política de tolerância zero perpetrada pela administração de Donald Trump em 2018 levou à separação direta de famílias que estavam chegando nas fronteiras americanas em busca de proteção internacional. Como forma de “desencorajar” a vinda de novas famílias, o governo estadunidense passou a

tratar os migrantes indocumentados (a sua maioria vindos de El Salvador, Honduras e Guatemala) como criminosos que deveriam responder pelo crime federal de cruzar a fronteira sem os devidos documentos e esperar seus processos em prisões federais. Contudo, as crianças (por causa de uma jurisprudência anterior chamada Acordo Flores de 1997<sup>16</sup>) não podiam ser alojadas em prisões federais. Assim, milhares de crianças (incluindo bebês) ao chegarem nas fronteiras com seus cuidadores foram separados deles e passaram a ser tratados como menores desacompanhados (crianças que cruzam as fronteiras sem a presença de um adulto) no sistema migratório estadunidense. Imagens, vídeos e áudios de crianças chorando desesperadas rodaram o mundo o que causou indignação interna e internacional sobre tal política. Ainda que a presidência tenha justificado essa política inclusive com o uso da Bíblia explicando que “criminosos” condenados e presos ficam separados de suas famílias, milhares de pessoas se reuniram para protestar em todos os estados americanos em julho de 2018. Ademais, organizações da sociedade civil apresentaram casos nas cortes americanas contra essa política. Em um deles<sup>17</sup>, a administração estadunidense foi condenada a reunir as famílias que tinham sido separadas, o que se mostrou extremamente difícil dado que muitos pais já tinham sido retornados para seus países de origem em procedimentos migratórios que foram acelerados.

Ainda que essa política tenha sido suspensa, centenas de crianças que foram separadas ainda não foram reunidas com suas famílias. Estudos mostram que o trauma da separação

---

<sup>16</sup> UNITED STATES DISTRICT COURT. **Flores v. Reno Settlement Agreement 1997**. AILA Org, United States District Court, California. Disponível em: <https://www.aila.org/File/Related/14111359b.pdf>. Acesso em 10/09/2021.

<sup>17</sup> WALTERS, Joanna. “Judge orders US to reunite families separated at border within 30 days”. **The Guardian**. 27 Jun 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/jun/27/us-immigration-must-reunite-families-separated-at-border-federal-judge-rules> . Acesso em 05 de novembro de 2021.

vivido por essas crianças tem o mesmo efeito psicológico do que se elas tivessem sido torturas, o que pode comprometer seu desenvolvimento e suas vidas no futuro<sup>18</sup>. Além disso, relatórios continuam a mostrar que crianças migrantes continuam a ser separadas das suas famílias contra sua vontade apesar de isso ser ilegal de acordo com diferentes tratados e jurisprudências internacionais. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989)<sup>19</sup>, o tratado de direitos humanos ratificado por todos os membros da ONU com exceção dos EUA, garante que a criança não deverá ser separada de sua família se isso não for de acordo com seu interesse superior<sup>20</sup>. Claramente políticas migratórias que separam famílias (tanto de maneira indireta como direta) violam esse direito das crianças e essa obrigação do Estado dado que em nenhum momento foi determinado o interesse superior de cada uma das crianças envolvidas. Ademais, são também uma intervenção arbitrária do Estado na vida familiar.

A importância da não separação das famílias em contexto de migração também recebeu atenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos em sua opinião consultiva 21 de 2014<sup>21</sup> sobre direitos e garantias de meninos em meninas no contexto da migração e/ou em necessidade de proteção internacional. Essa jurisprudência foi importante por ressaltar a importância dos

<sup>18</sup> Dreby, J. (2015). US immigration policy and family separation: The consequences for children's well-being. **Social Science & Medicine**, 132, 245-251; Todres, J., & Fink, D. V. (2020). The Trauma of Trump's Family Separation and Child Detention Actions: A Children's Rights Perspective. **Washington Law Review**, 95, 377.

<sup>19</sup> UNICEF. "Convenção sobre os direitos da criança". Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

<sup>20</sup> *Ibid.* Art. 9

<sup>21</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo Oc-21/14 de 19 de agosto de 2014**. Direitos e garantias de crianças no contexto da migração e/ou em necessidade de proteção internacional. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea\\_21\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_por.pdf). Acesso em 20 de outubro de 2021.

direitos da criança presentes na Convenção de 1989<sup>22</sup>, reforçar a participação e garantia do interesse superior da criança em todos os processos que as envolvam, rechaçar a separação arbitrária de famílias assim como a detenção de crianças migrantes e fornecer uma definição de família estendida que abarca não apenas relações sanguíneas, de parentesco ou de dependência econômica, mas também de dependência afetiva.

Apesar disso, crianças continuam a ser separadas de suas famílias também no Brasil. Em minha pesquisa sobre reunião familiar de refugiados no Brasil<sup>23</sup>, descobri que crianças brasileiras filhas de pais refugiados, crianças refugiadas e refugiados adultos cujos filhos ficaram nos países de origem continuam a ser separados de suas famílias devido à implementação da política brasileira de reunião familiar. Essa garante poder para diplomatas separarem famílias que eles consideram que não mereçam a proteção do refúgio ou que não sejam famílias “de verdade”. Ainda que a política brasileira de reunião familiar seja mais progressiva do que políticas de reunião familiar de países do Norte Global e que o Brasil adote uma definição de família estendida, nossa política não possui prazos claros, mecanismos de revisão ou apelação judicial, definições claras de dependência econômica e procedimentos para garantir os direitos e o interesse superior de todas as crianças envolvidas no processo. O resultado é que, mesmo sem adotar uma política de tolerância zero de acordo com as medidas implementadas por Trump em 2018, o Brasil (e outros países no Sul e no Norte Global) continua(m) a separar crianças nas fronteiras. Ainda que isso não ocorra diretamente nas fronteiras físicas do país,

22 UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> . Acesso em 20 de outubro de 2021.

23 MARTUSCELLI, P. N. (2019) “Refúgio significa Saudades”: a política brasileira de reunião familiar de refugiados em perspectiva comparada (1997-2018). 2019. **Tese (Doutorado em Ciência Política)** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

isso ocorre nas fronteiras estendidas que são embaixadas, consulados e aeroportos nos países de origem. Assim, os choros dessas crianças não são escutados internacionalmente.

Finalmente, é importante refletir que a atual pandemia da COVID-19, em que muitos países adotaram medidas de fechamento de fronteiras como forma de conter a disseminação do vírus (SARS-cov-2), levou à situação inédita da separação de famílias e casais que possuem passaportes de países do Norte Global, ou seja, pessoas que possuem maiores direitos de mobilidade e maior facilidade para cruzarem fronteiras internacionais por causa de sua nacionalidade. Movimentos como “*Love is not Tourism*”<sup>24</sup> (Amor não é turismo) advogando a liberação de fronteiras para casais binacionais que não eram formalmente casados surgiram em diversos países como forma de protestar políticas de controle de fronteiras que estavam separando suas famílias. Se famílias do Norte Global passaram a ser separadas durante a pandemia, a situação foi ainda mais crítica para famílias do Sul Global, principalmente para pessoas em necessidade de proteção internacional. A pandemia afetou processos de reunião familiar de refugiados no Brasil. Muitos não sabiam se seus entes queridos poderiam entrar no Brasil mesmo tendo vistos de reunião familiar em seus passaportes e outros processos foram paralisados.

Alguns analistas já refletem que mesmo após um momento em que a pandemia estiver controlada, países poderão continuar a usar o risco de doenças como forma de fechar fronteiras para pessoas do Sul Global<sup>25</sup>. Isso significa que a situação atual de maior separação de famílias será exacerbada em um futuro

---

<sup>24</sup> Love is not Tourism. <https://www.loveisnottourism.org/>

<sup>25</sup> Mary A. Shiraef. Closed borders, travel bans and halted immigration: 5 ways COVID-19 changed how – and where – people move around the world. March 18, 2021. The Conversation. Disponível em: <https://theconversation.com/closed-borders-travel-bans-and-halted-immigration-5-ways-covid-19-changed-how-and-where-people-move-around-the-world-157040> (último acesso em 20 de outubro de 2021).

proximo. Ainda que a separação de crianças de suas famílias seja moralmente condenável e uma clara violação de direitos humanos, crianças migrantes são separadas todos os dias de suas famílias em diferentes fronteiras físicas. A pandemia veio reforçar ainda mais essa prática que tem que ser visibilizada, discutida e combatida. Assim, a política de tolerância zero de Donald Trump em 2018 é apenas a ponta de um iceberg de um sistema migratório pensado para separar famílias em todo o mundo.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Nesse episódio contamos com a participação de Patrícia Nabuco Martuscelli. A Patrícia é doutora em Ciência Política pela USP e ela foi Visiting Scholar na Carolina Population Center da University of North Carolina at Chapel Hill. Ela tem um trabalho extensivo na área de proteção e participação internacional da infância, direito das crianças, menores desacompanhados, crianças e conflitos armados. Temas delicados, mas que se tornam urgentes, em especial pela política migratória implementada pelo então presidente norte-americano, Donald Trump, cujos efeitos sobre a separação de famílias foi alvo de muitos debates. Para começar, Patrícia, você poderia contextualizar um pouco sobre o que está acontecendo nos EUA. Do que se trata essa política de Tolerância Zero do Trump no campo da imigração?*

**Patrícia Nabuco:** Durante a corrida presidencial, as principais propostas do então candidato Donald Trump envolviam justamente uma postura mais restritiva com relação à imigração; a defesa da deportação de todos os imigrantes indocumentados nos Estados Unidos e o projeto de construção de um muro para evitar a entrada de novos imigrantes de maneira irregular. Ou seja, ele sempre teve esse discurso muito

restritivo e forte acerca da imigração. Não à toa, quando ele assumiu como presidente dos Estados Unidos, em janeiro de 2017, uma das primeiras ações executivas dele foi a de proibir a entrada nos Estados Unidos de uma série de nacionais de países que, de acordo com ele, estavam relacionados com o terrorismo.

Posteriormente, essa ordem executiva foi cancelada por um juiz federal e essa questão passa a ser debatida no judiciário do governo Trump. Mas vale ressaltar que, mesmo antes da política de Tolerância Zero, Trump já vinha adotando uma série de outras medidas para restringir a imigração. Podemos citar, por exemplo, a decisão tomada por ele no dia 15 de setembro de 2017 a fim de cancelar a política do DACA que foi criada pelo presidente Obama. O que é o DACA? O DACA foi uma ação executiva do Obama para garantir um documento temporário de dois anos para jovens e imigrantes que estavam indocumentados nos Estados Unidos - menores de 31 anos que não tinham nenhuma ficha criminal, que tinham chegado aos Estados Unidos antes de completarem 16 anos e que estavam morando nos Estados Unidos pelo menos desde junho de 2007. Obama criou esse programa em 2012 e muitos desses jovens se registraram uma vez que, de posse desse documento provisório, tornava-se possível tirar a carteira de motorista e trabalhar. Não se tratava de uma forma de legalização, mas sim de um alívio temporário. O Trump, em setembro, cancelou esse programa. Seis meses depois, as pessoas não poderiam mais renovar, nem pedir novos documentos. Contudo, um juiz da Califórnia, em janeiro de 2018, suspendeu a decisão do Trump, com justificativa de que ele não poderia cancelar o DACA. Mas ainda assim o governo está debatendo esse tema também no judiciário.

Outra ação de Trump importante para entender a política de Tolerância Zero foi a de cancelamento da proteção temporária dada para os salvadorenhos. Vale destacar que, em janeiro de 2018, o então presidente cancelou a proteção a outras diversas

nacionalidades, a exemplo dos haitianos. Com isso, estabeleceu-se que esses grupos que estavam nos Estados Unidos sob proteção temporária teriam até setembro de 2019 para sair do país ou para achar alguma alternativa migratória.

Todas essas ações do Trump possuem o objetivo de demonstrar para o eleitor que ele está tentando controlar a imigração indocumentada. Nisso, vem a política Tolerância Zero. O que é a política de Tolerância Zero que foi anunciada pelo Trump? O governo Trump disse que iria começar a separar crianças de seus familiares que estavam chegando na fronteira como uma forma de dar um sinal para as famílias que estavam vindo de que elas não poderiam ficar juntas nos Estados Unidos, uma forma de conter esse movimento migratório. Isso acontece porque, se observarmos os dados do próprio governo americano, houve um crescimento muito grande de crianças e famílias vindos, principalmente de El Salvador, Honduras e Guatemala (o chamado Triângulo Norte), pedindo refúgio, ou pedindo proteção nos Estados Unidos, principalmente depois de 2014. E esse número foi aumentando muito.

O Obama já estava tendo que lidar com essas famílias que estavam chegando na fronteira. E o presidente Trump começou a ficar extremamente irritado com o aumento do número de famílias. Então houve uma queda, em 2017. Uma leve queda. No entanto, houve um aumento agora em 2018. Frente a esse aumento, vieram as decisões mencionadas acima, que surgem como uma maneira de dizer para os seus eleitores: “estou tomando precauções contra imigrantes indocumentados”; “estou defendendo a fronteira”; “estou protegendo os Estados Unidos”. Desse modo, ele cria a política de Tolerância Zero, que visa também avisar essas famílias migrantes que eles “serão separados” caso tentem cruzar as fronteiras. Assim, na fronteira do México com os Estados Unidos, na fronteira sul, onde essas famílias se apresentavam ao controle de fronteiras, a *Border Patrol*, dá-se início às separações. Então, os pais eram enviados

para os centros de detenção de imigrantes adultos e suas crianças passavam a ser classificadas como menores acompanhados. E qual é a consequência disso? A consequência disso é que duas mil e trezentas crianças foram separadas em dois meses, desde que a política começou de fato a ser implementada, em maio de 2018.

As reações a esse movimento de separação das famílias foram muito fortes. O Trump passou a ser criticado por celebridades nacionais e internacionais, por políticos democratas e republicanos. O forte rechaço fez o então presidente voltar atrás. Já no final de julho de 2018 foram interrompidas as separações de famílias. O que está acontecendo agora? As famílias estão sendo mandadas juntas para centros de detenção, teoricamente, pensados para famílias. Basicamente, estão prendendo todo mundo junto.

Importante apontar que um juiz federal deu um prazo, até 26 de julho de 2018, para que o governo norte-americano reunisse as crianças separadas com as famílias. Até esta data, o governo tinha conseguido reunir cerca de 1.900 crianças, mas ainda há centenas de crianças que estão separadas dos pais. Eu tive a oportunidade de conversar com vários pesquisadores, em um outro projeto envolvendo imigração de menores desacompanhados nos Estados Unidos e as organizações que têm trabalhado com crianças sozinhas no sistema americano anti-imigração, e eles dizem que é simplesmente impossível o governo conseguir reunir todas as crianças que foram separadas, pela dificuldade de você achar os pais. Isso porque, dessas 2.300 crianças separadas, pelo menos 500 pais já foram deportados para os países de origem.

No meio dessas crianças, existiam bebês com apenas meses de vida e crianças de um ano. Então, já se observa uma outra situação, que é o fato dessas crianças extremamente pequenas terem ficado meses separadas dos pais. Assim, quando há o processo de reunião, elas não reconhecem os pais.

Elas reconhecem como pai, ou como mãe, ou como o primeiro cuidador, ou seja, a família americana, caso elas estivessem em uma situação de adoção temporária, ou a assistente social que era responsável, caso estivesse em um abrigo para crianças sozinhas.

Do ponto de vista administrativo, para as organizações que lidam com crianças sozinhas, as organizações se viram agora tendo que lidar com bebês de 1 ano, 2 anos e tendo que tentar representar essas crianças perante os juizes de imigração. Ou seja, como seria possível saber qual é a história de um bebê de 1 ano? Como saber se o bebê de 1 ano tem necessidade de proteção, se o bebê de 1 ano está fugindo de uma perseguição, se esse bebê de 1 ano sofreu negligência? Em outras palavras, para as organizações que tiveram que lidar com essa questão foi um processo bastante complicado. No limite, separaram pessoas que iriam ter um processo migratório com a família e que passariam pelo sistema de imigração nos Estados Unidos coletivamente para deixá-los isolados em dois processos. Em um desses processos você tem a criança sozinha e, muitas das crianças que chegam sozinhas nos Estados Unidos não têm direito a um advogado. Se elas não encontram advogado *pro bono*, muitas vezes, elas aparecem na frente do juiz sozinhas, o que leva quase certamente à deportação.

**Entrevistadoras:** *Realmente, uma situação terrível. Há inclusive denúncias de assédio contra as crianças, de abuso sexual por parte dos próprios funcionários dessas detenções e isso tem repercutido muito também. Você poderia falar um pouco sobre essa experiência do ponto de vista das crianças, e sobre como as organizações têm reagido a esse tipo de violação?*

**Patrícia Nabuco:** O que acontece com a criança quando ela é separada? Ela passa a ser tratada como o menor desacompanhado, ou seja, uma criança que chegou sozinha

na fronteira. No geral, são basicamente duas legislações que determinam o que acontece com uma criança que chega sozinha nos Estados Unidos. A primeira delas é o Trafficking Victims Protection Act of 2000 (TVPRA)<sup>26</sup>, que é uma legislação para evitar o tráfico de crianças. Essa é uma legislação de 2008 que foi re-autorizada pelo congresso norte-americano, em 2012. Então, por essa legislação, uma criança que chega sozinha na fronteira e que não seja de um país que faça, imediatamente, fronteira com os Estados Unidos, não pode ser deportada imediatamente. Com isso, basicamente, garante-se que pessoas que venham de El Salvador, Honduras, Guatemala ou mais longe possam passar pelo processo de imigração dentro dos Estados Unidos.

Já crianças que eventualmente cheguem do México ou do Canadá, se não apresentarem fundado temor de serem retornadas para os seus países, elas podem ser deportadas na hora mesmo. E existe toda uma crítica para verificar se aquele agente de segurança da fronteira tem de fato a capacidade de analisar se uma criança de 8 ou 10 anos está sofrendo ou não o medo de ser deportada. Existem até alguns estudos que mostram o que acontece com essas crianças que são deportadas. Não as que são imediatamente deportadas na fronteira, mas crianças que entram nos Estados Unidos, passam pelo processo jurídico tentando algum tipo de autorização migratória para ficar no país, perdem e são deportadas. Há pesquisadores que mostram que várias dessas crianças, quando são deportadas, são mortas, recrutadas por gangues, violadas sexualmente, enfim, uma série de questões.

A segunda legislação é oriunda de um acordo que realizado pelo governo norte-americano chamado *Flores Settlement Agreement* (FSA), em 1997<sup>27</sup>. Então, o que aconteceu? Uma

---

<sup>26</sup> Victims of Trafficking and Violence Protection Act. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-106publ386/pdf/PLAW-106publ386.pdf> (último acesso em 20 de outubro de 2021).

<sup>27</sup> AILA. Flores v. Reno Settlement Agreement 1997. Disponível em: <https://www.aila.org/File/Related/14111359b.pdf>(último acesso em 20 de

criança foi presa junto com adultos, na época que esse acordo não existia. Ela sofreu uma série de violações de direitos. A situação dela foi tão grave que uma série de organizações entraram contra o governo norte-americano apresentando a situação dessa criança. O caso foi até a Suprema Corte e, no final, o governo norte-americano chegou a um acordo. O grosso desse acordo diz que as crianças que forem pegas na fronteira sozinhas não serão enviadas para centros de detenção com adultos, mas sim cuidadas pelo *Office of Refugee Resettlement* (ORR<sup>28</sup>), o escritório para reassentamento de refugiados, que é o mesmo escritório que faz os processos de reassentamento dos Estados Unidos.

Em resumo, o processo segue a seguinte lógica: as crianças são pegas na fronteira. O *Border Patrol*, a Patrulha de Fronteira, tem 72 horas para entregar essa criança para o escritório, ORR. Tal instância, ORR, tem que garantir que essa criança seja mantida em uma situação menos restritiva possível. Então, eles têm contratos com organizações — algumas organizações inclusive que têm atuação em todos os Estados Unidos — que administram esses abrigos. E, se essa criança tiver algum parente nos Estados Unidos que possa recebê-la, que queira recebê-la, esse parente pode entrar em contato com o escritório do *Refugee Resettlement* e declarar: “Eu sou a tia do fulano de tal”. Em teoria, o escritório faz um estudo desse familiar. Se essa tia, por exemplo, for uma pessoa considerada apta, essa criança pode ser liberada para morar com sua tia enquanto ela espera os procedimentos jurídicos que irão julgar se ela poderá ou não ficar nos Estados Unidos.

Dentro da ORR, existem 3 tipos de abrigos para os quais essa criança pode ser enviada. O primeiro abrigo é um menos restritivo, que seria como se fosse uma casa grande, com várias camas, onde a criança tem que ter acesso à saúde, à educação,

---

outubro de 2021).

<sup>28</sup> Office of Refugee Resettlement.

à escola, ao lazer, a apoio psicológico, a refeições. Há também um segundo abrigo que é um pouco mais restritivo e um terceiro abrigo que seria um abrigo de segurança para crianças que, teoricamente, apresentam algum risco para outras crianças ou têm um risco de fugir. Esse abrigo é quase uma prisão, basicamente uma prisão.

E o que as organizações que eu conversei falaram sobre esses abrigos? Bom, primeiro, retomemos o fato de que, se a criança chegou sozinha, se a criança foi separada dos pais, ela vai ser considerada como menor desacompanhada e vai ser colocada nesse mesmo sistema. Nos Estados Unidos, eu tive a oportunidade de conversar com 65 organizações, em 8 estados, de norte a sul, de leste a oeste, para entender como essas organizações lidavam, como era a situação delas, como elas viam essas questões. Sobre a questão dos abrigos, as organizações falaram que receberam várias, várias queixas, principalmente dos abrigos do *Border Patrol*, ou seja, sobre as 72 horas em que a criança fica lá. No geral, os relatos apontavam que os abrigos eram extremamente gelados, que as crianças não recebiam cobertores, que a comida era congelada, que a luz ficava acesa 24 horas por dia. Inclusive, era comum as crianças se referirem a esses abrigos como geleiras.

Por outro lado, a partir do momento que essas crianças eram transferidas para um segundo abrigo, as que estavam nos abrigos menos restritivos não tinham tantas queixas, a depender de quem administrava o abrigo. Inclusive, alguns abrigos eram administrados por organizações da sociedade civil. O problema é que em muitos desses abrigos, a criança não podia sair, ou o tipo de alimentação que era dada, era uma alimentação norte-americana, então, com muita fritura, hambúrguer, batata frita. E, essas crianças, não estavam acostumadas com esse tipo de comida. Então, elas queixavam para os advogados que a barriga doía que elas engordavam porque não estavam acostumadas com essa quantidade de gordura.

Outra queixa muito séria que as pessoas com quem conversei relataram diz respeito ao fato de não existir uma política clara sobre a alocação das crianças e os locais para onde são encaminhadas. Existiam crianças que eram colocadas nesses abrigos de segurança, mas que teoricamente não deviam ser colocadas lá. E essas crianças, realmente, eram as que tinham maiores problemas, porque elas viviam em regimes basicamente de prisões para crianças, elas não podiam sair, só podiam ficar uma hora no sol, não tinham nenhum tipo de direito. Era uma situação muito complicada. Conversando com uma especialista em trauma, ela me explicou que a separação da criança com relação ao pai ou a mãe, principalmente na idade de formação, até os 6 anos, pode gerar em seu cérebro o mesmo efeito que um trauma envolvendo exploração sexual. Ou seja, para a formação cognitiva da criança isolada nos abrigos, era como se ela tivesse passado por um abuso sexual muito sério. Tal situação traz consequências permanentes na vida dessa criança, isto é, essa criança pode se tornar um adulto que tem um maior risco de depressão, que tem um maior risco ao TOC, que tem maior risco ao suicídio.

Em suma, o que se verifica é uma série de questões de trauma e de estresse prolongado que vão ter impactos na vida e na saúde dessas crianças para sempre. Após a separação da família, essas crianças ainda passam pela experiência de estarem em locais que não são culturalmente sensíveis a elas. A isso, soma-se também o trauma de enfrentar um processo judicial sozinhas. Como se pode ver, trata-se de uma sequência de experiências traumáticas às quais essas crianças estão vulneráveis. Isso, sem considerar a possibilidade de serem, de fato, alvos de abuso ou violências pelos funcionários dos centros de acolhimento. Afinal, vale considerarmos a realidade desses contextos abusivos, em especial, pela natureza privada de algumas instituições para onde as crianças são levadas.

Os centros de detenção de imigração nos Estados Unidos são um grande negócio atualmente. Os centros de detenção para imigrantes recebem por pessoa/por dia. Então, o que esses administradores querem é que esse imigrante fique detido o máximo possível, por mais tempo, para que eles recebam por essa cabeça. Se em um centro de detenção para imigrantes sozinhos o governo paga X por pessoa detida, em um centro de detenção para família (que é um centro de detenção que teoricamente tem que ter escolas para as crianças, tem que um psicólogo, tem que ter médico, tem que ter assistente social, tem que ter lazer para essa criança), para cada pessoa detida a administração recebe 3x mais do governo. É um negócio extremamente lucrativo. Mas ele resolve o problema de separação das famílias? Não, porque ainda que as famílias não sejam separadas, elas estão sendo alocadas em centros de detenção conjuntos que, como mencionei, estão enriquecendo às custas dessa permanência. Sem dizer que as famílias continuam a ser deportadas.

**Entrevistadoras:** *Importante destacar como todo esse contexto viola uma série de compromissos dos Estados Unidos com tratados e com o próprio direito internacional. Como sabemos, os Estados Unidos foi um dos países que concordaram e ratificaram a convenção no status de refugiado com mais 145 países e o protocolo de status do refugiado<sup>29</sup>, de 1968, da ONU. Lembrando que, quando os Estados Unidos ratificam esses tratados e convenções, eles estão incorporando tais diretrizes em seu sistema legal. É isso?*

**Patrícia Nabuco:** Sim, os Estados Unidos ratificaram a Convenção de 1951, reconhecendo a categoria de refugiado.

---

<sup>29</sup> Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf) (último acesso em 20 de outubro de 2021).

Dentro da ótica dos Estados Unidos, se uma pessoa solicita refúgio, ela não pode ser devolvida. No entanto, durante o período de espera da solicitação, entende-se que ela pode ficar presa, dado que ela cruzou a fronteira de maneira irregular. Tal desdobramento é por si discutível, mas vamos entender como ele acontece. Quando uma pessoa solicita refúgio, ela tem que provar para um juiz sua condição, uma vez que ela entrou no país de maneira irregular — ao cruzar a fronteira, já é aberto um processo de deportação. Nesse caso, a solicitante terá que alegar para o juiz sua condição de refúgio a fim de cancelar a deportação. Assim, cabe ao solicitante o ônus de provar para o juiz que existe um temor de perseguição. Ou seja, um fundado temor de perseguição por causa da sua religião, nacionalidade, raça, opinião política ou porque pertence a um grupo social específico. Dentro dessas categorias, a mais ampla é de pertencimento a um grupo social específico. Nos Estados Unidos, se olharmos as estatísticas sobre aprovação de casos de refúgio, os estados com maiores aprovações são: Nova York, Califórnia, enfim, estados mais liberais. Por outro lado, se analisarmos os estados do Sul temos outro contexto. Atlanta e a Carolina do Norte, por exemplo, são os dois piores estados em números de aprovações de refúgio. Há juízes em Atlanta que negam mais de 90% dos casos de refúgio sob sua análise.

No caso de pertencimento a um grupo social específico, os Estados Unidos adotam um sistema jurídico que é baseado principalmente em jurisprudência, eles não dão tanto valor à lei quanto nós, no Brasil, mas dão muito valor à jurisprudência. Em junho de 2018, o advogado geral dos Estados Unidos, Jeff Sessions, reviu um caso de uma solicitante com base na conclusão de que violência doméstica e violência de gangues não são casos para refúgio nos Estados Unidos<sup>30</sup>. Dessa forma, uma

---

<sup>30</sup> By Katie Benner and Caitlin Dickerson. Sessions Says Domestic and Gang Violence Are Not Grounds for Asylum. The New York Times. June 11, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/11/us/>

vez estabelecida essa decisão, ele cria uma jurisprudência para todos os juízes nos Estados Unidos negarem casos de refúgio com base semelhante. Por exemplo, uma mulher que sofreu violência doméstica por razão de seu gênero, ou uma criança que sofreu uma violência de gangues, deixam de constituir casos elegíveis. Tal prerrogativa é extremamente complicada pois as crianças e as famílias que chegam aos EUA estão vindo de El Salvador, Honduras e Guatemala, majoritariamente. Países que não têm um conflito armado internacionalmente reconhecido, mas que vivem em uma situação de violência generalizada, de pobreza generalizada, isto é, Estados muito frágeis, com instituições estatais e uma polícia corruptas. Ou seja, lugares onde aquelas pessoas não gozam da proteção do Estado contra as gangues que seguem extorquindo, recrutando crianças, chamando meninas para serem namoradas e, muitas vezes, quando elas se negam, ameaçam suas famílias.

Em outras palavras, estes são exemplos de situações que se adequariam na categoria do fundado temor de perseguição por pertencimento a um “grupo social específico”, mas que, desde junho de 2018, deixaram de ser considerados. Portanto, esse é um outro complicador para essa questão produzida no âmbito do governo Trump. Isso posto, quando conversamos com as organizações, seus representantes destacam justamente essas ‘pequenas’ mudanças, decisões discricionárias que o executivo consegue realizar, na medida em que foram nomeando pessoas com posturas anti-imigração em cargos-chave, com objetivo de dificultar a questão imigratória (que já não era fácil) para todo mundo.

**Entrevistadoras:** *Sobre esse assunto, é interessante notar como ficamos com a impressão de que as ações do Trump sobre esta temática possuem aspectos de novidade ou ineditismo. Sem*

---

[politics/sessions-domestic-violence-asylum.html](https://www.dhs.gov/immigration-politics/sessions-domestic-violence-asylum.html) (último acesso em 20 de outubro de 2021).

*dúvidas ele escalou as decisões anti-imigração a níveis grotescos, mas traços dessa política já existiam nos EUA. Sobretudo após o atentado de 11 de setembro a questão do imigrante se tornou cada vez mais polêmica, e existe toda uma literatura que resgata essa questão na política do Bush. O próprio Obama tocou esse projeto. O número de detenções realizadas no governo Obama também não foi tão baixo. Talvez a Patrícia possa nos ajudar a compreender essa trajetória.*

*Valeria a pena discutirmos também a questão do apoio. Afinal, Trump encontrou enfrentamentos? Ele esteve isolado nessas decisões, ou sua agenda conservadora contou com forte apoio popular? Sabemos que os EUA vêm enfrentando uma ascensão de políticas conservadoras da extrema direita. Destaca-se, nesse sentido, as discussões do Tea Party e dos relatos de funcionários do governo vinculados a Ku Klux Klan, etc.*

**Patrícia Nabuco:** Vamos por partes. Acho que temos três pontos que a gente pode discutir aqui. O primeiro é a política migratória nos Estados Unidos. Em segundo, o apoio ao Trump e o apoio anti-Trump. E, o terceiro, a questão da Hillary. Então, vamos falar primeiro de política imigratória. Há uma tendência histórica a políticas de restrição migratória nos Estados Unidos, começando por políticas que proibiam a entrada de chineses nos Estados Unidos, no início do século XX, por volta de 1920, mais ou menos. O Douglas Massey<sup>31</sup> que é um dos maiores pesquisadores sobre imigração México-Estados Unidos faz essa análise muito interessante. Ele diz que nos anos 1960 havia uma livre migração entre mexicanos e Estados Unidos. Então, os mexicanos iam trabalhar nos Estados Unidos, na época das colheitas, e voltavam para o México livremente. A partir de então, houve o cancelamento desse programa e uma série de

---

<sup>31</sup> Professor de Sociologia e Relações Públicas na Universidade de Princeton, especialista em imigração internacional, raça, educação, América Latina, em especial México.

políticas que foram cada vez dificultando mais esse movimento de trabalho circular que existia entre México e Estados Unidos.

Dessa forma, os homens que saíam do México para irem trabalhar nos EUA passaram a ter mais custos. Considerando o custo de deslocamento, muitos deles não voltaram mais para o México. Na medida em que eles deixam de voltar, tornou-se necessário deslocar também suas famílias. Isso cria toda uma economia nas fronteiras que até então eram livres. Se antes você conseguia fazer esse movimento circular, e eram pessoas que iam trabalhar e voltavam, agora essas pessoas não vão voltar mais porque elas têm que pagar 500 dólares para um coioote. Em reação, elas vão, portanto, querer levar suas famílias.

Para o Douglas Massey, a criação dessa população de 12 milhões de pessoas indocumentadas é produto da política imigratória norte-americana. É a primeira vez, na história dos Estados Unidos, desde o fim da escravidão, que o país registra 12,1 milhões de pessoas residentes sem direito algum. São pessoas que pagam impostos, mas não têm direito a nada. Nos anos 1980, sob gestão do governo Reagan, vemos a primeira anistia, mas já está em prática a adoção de políticas cada vez mais restritivas à imigração. Depois do 11 de setembro, no governo Bush, assistimos ao ápice das políticas restritivas à imigração, com a criação do Departamento de *Homeland Security* e com a separação, de vez, dos órgãos que fazem regularização migratória e dos órgãos que fazem controle migratório. Hoje, o país conta com o ICE, *Immigration and Customs Enforcement*, que é uma das agências mais bem financiadas pelos Estados Unidos.

Em resumo, os elementos da política migratória restritiva remontam desde a década de 1920 e vão se agravando, com um pico nos anos 1980 e outro pico depois, no 11 de setembro. Então, você tem a militarização da fronteira entre os Estados Unidos e o México. Hoje, a fronteira entre os Estados Unidos e o México é uma das fronteiras, sem conflito claro, mais militarizadas no

mundo. Uma região da fronteira já está murada e a fronteira segue protegida por milhares de agentes, drones, equipamentos de infravermelho, enfim, toda uma infraestrutura de guerra que, do ponto de vista concreto, parece não fazer sentido. O que o professor Massey mostra hoje? Que desde 2008, não se verifica um fluxo tão grande de mexicanos querendo entrar nos Estados Unidos. Por quê? Porque: (1) houve uma queda na natalidade, as mulheres mexicanas estão tendo menos filhos; e (2) houve uma melhora da economia mexicana.

Nesse sentido, segundo o professor Massey, todo esse dinheiro que os Estados Unidos colocam na fronteira configura um desperdício, considerando a diminuição do fluxo migratório. É interessante notar, como apontam as pesquisas mais recentes daquele autor, que atualmente existem 3 vezes mais agentes na fronteira do que nos anos 1990. Em contrapartida, o número de pessoas que são apreendidos na fronteira, com 3 vezes mais pessoas e toda essa tecnologia, é mais ou menos o mesmo. Em que consiste precisamente o fluxo contemporâneo? Em uma migração do Triângulo Norte, composta por pessoas fugindo basicamente de violência e que se enquadrariam na legislação do refúgio.

O presidente Obama já se deparava com essas questões. Ele enfrentou a questão dos menores desacompanhados, em 2014, quando fez um discurso muito forte sobre o tema. Quando avaliamos os discursos do Obama em 2014, vemos o então presidente declarar claramente que há uma crise humanitária na fronteira, que esses pais são uns loucos de mandarem as crianças, e que essas crianças não vão poder ficar. Parte desses discursos visam justificar a criação do DACA, que é o programa para essas crianças que já estavam no país. Nesse sentido, ele diz: “Essas crianças são nossas crianças, eles estudam com os nossos filhos, eles trabalham, eles lutam pelo nosso país, eles são americanos em todos os aspectos” — menos no papel. Ou seja, essas crianças, às vezes elas podem ficar, às vezes não.

Vejam, como esse uso da criança, mobilizado no discurso do Trump e do Obama para essa questão migratória é um ponto interessante. O Obama deportou muita gente. O Obama foi o presidente que mais deportou nos últimos anos, tanto que, para a comunidade latina, ele ficou conhecido como o *deporter in chief*, ou seja, o “deportador no comando”. Dentro da comunidade latina, você tinha latinos de segunda, a terceira geração — que são americanos, mas de origem latina — que diziam que iam votar no Trump, porque os republicanos pelo menos falavam abertamente que eram contra a imigração, então era mais fácil para eles saberem o que esperar. Enquanto o Obama, anunciava que era a favor da imigração, mas não fazia nada nessa direção. Vale destacar que o Obama podia ter passado uma nova lei de imigração, principalmente no primeiro mandato, quando ele tinha uma maioria no Congresso. Mas ele não fez isso, e priorizou o *Obama Care*, sua política para gestão da saúde pública. Enfim, na prática, Obama realmente deportou uma série de pessoas. A diferença era que seu governo possuía uma política de priorização. Isto é, eles priorizaram a deportação de pessoas que tinham cometido crimes, que tinham antecedentes criminais, pessoas que não tinham filhos e que não eram americanos. Mas seria mesmo um equívoco colocar o Obama e o Trump em polos tão diametralmente opostos.

Bom, mas e o Trump, o que ele fez? Ele pegou toda essa legislação imigratória que já estava lá e passou a aplicá-la até as últimas consequências. Ademais, ele aproveitou de todas as janelas para pequenas modificações. Por exemplo, a mudança que mencionei sobre o entendimento de que a violência doméstica e a violência de gangue não configuram temores fundados para solicitação de refúgio. Hoje, a ORR, escritório que cuida das informações dos menores desacompanhados, possui um acordo com a ICE. Então, por exemplo, se uma mãe de um menor desacompanhado vai até a ORR e declara: “o meu filho está no centro de detenção, liberem ele para mim”, a ORR vai pegar

as informações dessa mãe, e de todo mundo que mora em sua casa, para verificar seu status. Se ela for indocumentada, será encaminhada para o ICE que deportará toda a família.

Como comentei, o governo implementou uma série de pequenas alterações juridicamente possíveis, mas que deterioram a proteção dos imigrantes. Se antes, os juízes de imigração tinham um poder muito maior para fechar os casos administrativamente, no governo Trump, o Ministério da Justiça acabou com essa prerrogativa e está demandando que esses mesmos juízes analisem o maior número de casos possíveis em um tempo muito pequeno. Enfim, esses pontos foram levantados pelas minhas fontes nas organizações atuantes nessa agenda, principalmente os advogados que representam as crianças. Agora, o governo está começando a revisar alguns casos de *Special Juvenil Immigration Status* (SJIS), que envolvem a possibilidade de crianças que sofreram abuso ou negligência ou foram abandonadas poderem permanecer nos Estados Unidos. O Governo está revisando todos esses casos. Uma série de medidas que estão tornando casos de imigração mais difíceis, mais longos e demorados – algo que afeta a capacidade das organizações que fazem um trabalho *pro bono* para representarem essas pessoas.

Sobre a questão do apoio. Quem apoia o Trump? Por que o Trump ganhou? Um dos pontos que eu achei mais interessante, e sobre o qual não tinha ciência antes de ir para os Estados Unidos, refere-se ao fato de que Trump é pró-vida e Hillary é abertamente pró-escolha. Essa é uma diferença que impacta bastante na percepção dos americanos que frequentem a igreja. Dessa forma, durante a campanha, a postura pró-vida de Trump consegue angariar votos. Na época, se tornou comum ouvir narrativas que diziam que a Hillary era pró-escolha, logo, ela iria fazer todo mundo abortar. Enfim, pontos para reflexão.

**Entrevistadoras:** *A questão da religião é mesmo um elemento central para entendermos a política norte-americana, considerando todo debate em torno do excepcionalismo norte-americano, com destaque para o papel do cinturão bíblico, o Bible Belt. Nesse sentido, levanta-se a importante questão das abordagens de gênero nas políticas migratórias. Sabemos que nas políticas públicas as mulheres geralmente vêm associadas a uma agenda da criança. Então, as crianças, assim como as mulheres, são completamente alienadas do processo, incluindo as abordagens sobre imigração. O que você pensa sobre isso, Patrícia?*

**Patrícia Nabuco:** Acho interessante nos perguntarmos por que Trump está fazendo esse tipo de política? A meu ver, para o apoiador dele. No entanto, quando ele toma a decisão sobre a separação de famílias, o tiro sai um pouco pela culatra. A ampla circulação de imagens das crianças isoladas, os áudios terríveis dessas criancinhas chorando, forçaram ele a voltar atrás. Mas vale destacar que, se estivéssemos falando de separação de mulheres, separação de mulheres de seus esposos, mulheres LGBTI de suas companheiras, talvez a reação não teria alcançado a mesma proporção e resultados.

Na época da circulação das notícias envolvendo as crianças, eclodiram muitos protestos em várias cidades dos Estados Unidos, incluindo no cordão da Bíblia. Eu estava na Carolina do Norte e fui em uma das manifestações que ocorreram na capital, em Raleigh. Muitas pessoas, muitos americanos idosos, famílias, mães com crianças, protestando contra essa política. Nos cartazes, víamos inclusive frases da Bíblia para defender o acolhimento ao estrangeiro, em outros cartazes coletivos de mães declaravam-se contra a política de separação, algumas mensagens pediam o fim do ICE; pediam o fim do racismo, etc. Então, na minha opinião, isso que é interessante. Houve uma reação da população norte-americana

que o governo não estava esperando. E, não era só o americano do norte, liberal, da Califórnia, de Nova York. A reação veio também dos americanos em Atlanta, em Raleigh, dos homens brancos de meia-idade que tinham votado no Trump, mas que consideram que aquela ação havia ultrapassado os limites.

Sem dúvidas, existe toda uma discussão sobre a imagem da criança. E isso fica evidente quando se fala da imigração dos menores acompanhados. Elas decidem sair de El Salvador, Honduras e ir atrás da mãe, que eles não veem há muitos anos. Existem casos de crianças que fazem o trajeto por trem, ou a pé, 8 vezes até conseguir entrar nos Estados Unidos. Por outro lado, apesar da empatia com o sofrimento infantil, não vemos uma predisposição em questionar essas crianças sobre a causa de seus problemas. Ou seja, ninguém perguntou para as crianças “por que ela estava chorando”, ou “como poderiam ajudá-las”, a maioria simplesmente presume as necessidades da criança sem nem considerar suas próprias demandas. Entendeu? Essa criança é um agente, ela já tem capacidade de se expressar. Isso está na Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança. Isso está na descrição de como você garante melhor interesse da criança, e isso não é considerado.

**Entrevistadoras:** *Por fim, é importante mencionar que, a despeito dessas ações governamentais, existe todo um trabalho bastante louvável sendo executado por Organizações e segmentos da sociedade civil. Ainda que paliativo, esse trabalho é fundamental. Sem dúvidas precisamos refletir criticamente sobre a política migratória restritiva e encontrar caminhos para contornar as violações que ela causa.*

**Patrícia Nabuco:** Sim. E, vale mencionar: ninguém quer migrar. Quando fazemos pesquisas nos Estados Unidos percebemos essa máxima, visto que a maioria demonstra desejo de ficar no seu país de origem, trabalhando, com uma condição

de vida digna. Se as pessoas saem de seus países é porque elas precisam. A política restritiva não impede as pessoas de migrarem, ela apenas oferece milhões de dólares para grupos que lucram com a morte desses grupos, ou com a detenção das pessoas que cruzam a fronteira. Ou seja, não funciona. A segurança de fronteira não funciona. Você só mata gente e está colocando dinheiro para o tráfico de pessoas, para o tráfico de armas, para o tráfico de drogas. Então vamos chutar a escada para a política econômica e garantir uma política de abertura de fronteiras. Porque veja, no Brasil, recebemos muitos haitianos, mas na medida em que a crise originária foi cessando, quase não recebemos mais fluxos desses grupos. Em outras palavras, as pessoas migram porque precisam e não porque desejam. A maioria deseja ficar com suas famílias, nos lugares e contextos que conhecem. Então vamos chutar a escada para política migratória-restritiva.

**Entrevistadoras:** *É isso mesmo, Patrícia. Muito obrigada mesmo pelo bate-papo. Foi incrível e muito esclarecedor.*

\*\*\*

### **Sugestões para aprofundamento:**

#### **Bibliografia**

Cordero, C. F., Feldman, H. L., & Keitner, C. I. (2019). The law against family separation. *Columbia Human Rights Law Review*, 51 (430).

Dreby, J. (2015). US immigration policy and family separation: The consequences for children's well-being. *Social Science & Medicine*, 132, p.245-251.

Martuscelli, P. (2018). Separação de famílias: uma face da política imigratória dos Estados Unidos, Migramundo, 21 de junho de 2018. Disponível em: <https://migramundo.com/separacao-de-familias-uma-face-da-politica-imigratoria-dos-estados-unidos/> (último acesso em 31 de outubro de 2021).

Martuscelli, P. (2018). Além Da Ponta Do Iceberg: O Que Está Por Trás Da “Política De Separação De Famílias” De Donald Trump?. Blog do NUPRI, 25 de junho de 2018. <https://nupri.prp.usp.br/blog/alem-da-ponta-do-iceberg-o-que-esta-por-tras-da-politica-de-separacao-de-familias-de-donald-trump/> (último acesso em 31 de outubro de 2021).

Perez, C. J. (2020). How US Policy Has Failed Immigrant Children: Family Separation in the Obama and Trump Eras. *Family Law Quarterly*, 54(1), 37-66.

Todres, J., & Fink, D. V. (2020). The Trauma of Trump’s Family Separation and Child Detention Actions: A Children’s Rights Perspective. *Washington Law Review*, 95 (377).

### **Podcasts**

The Migration Podcast. Patricia N. Martuscelli on refugees mobilizing for family reunification in Brazil. 2021. Disponível em: <https://soundcloud.com/themigrationpodcast/episode-2-s2-patricia-n-martuscelli-on-refugees-mobilizing-for-family-reunification-in-brazil> (último acesso em 31 de outubro de 2021).

Chutando a Escada. Imigração e separação de famílias nos EUA. Entrevistada: Patrícia N. Mastuscelli. Entrevistadoras: Carolina Pavese e Débora Prado. 11 de setembro de 2018. Disponível em: <https://chutandoaescada.com.br/2018/09/11/chute-069-imigracao/> (último acesso em 31 de outubro de 2021).

### **Documentários**

Los Eternos Indocumentados (2018). Direção de Jennifer Cárcamo. Estados Unidos. Duração 76 minutos.

Estado Zero (2020). Direção de Emma Freeman e Jocelyn Moorhouse. Netflix. (1 temporada, 6 episódios).

## Capítulo 4 - Mulheres e mercado de trabalho

Por Katiuscia Moreno Galhera

Entrevistadoras: Carolina Pavese & Débora Prado  
Episódio divulgado no dia 6 de outubro de 2017

### Introdução:

Pensar gênero e trabalho é pensar em uma atividade humana essencial para a sobrevivência da maior parte das pessoas mundialmente e, especialmente, em como esse marcador social de diferença (gênero) e atividade (trabalho) são produtores de diferenças e desigualdades. Desta forma, é um equívoco pensar a classe trabalhadora como um todo homogêneo. Clivagens dentro do mundo do trabalho dizem respeito, para citar apenas alguns exemplos, a gênero, raça, geração e até mesmo nacionalidade.

Pensando em gênero, podemos ampliar a ideia de fronteiras estatais nas Relações Internacionais para a noção de fronteiras entre trabalho formal e informal, público e doméstico, remunerado e “por amor”. Como diz Silvia Federici: o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado. De igual forma, a partir do gênero podemos pensar em atividades consideradas “femininas”: o trabalho de cuidado, do lar, a dupla ou tripla jornada, o cargo de professora ou secretária, o trabalho do sexo etc. Sobre esses elementos trata esse capítulo.

Historicamente, a distribuição de riqueza e renda se concentra nas mãos das elites dominantes e do capital transnacional e é controlada por homens brancos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. A força de trabalho, por sua vez, tem sido historicamente dividida entre gêneros, classes, raças/etnicidades e nacionalidades (ENLOE, 2000, SANMIGUEL-VALDERRAMA, 2020)<sup>32</sup>, desde a acumulação primitiva

---

<sup>32</sup> ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**. Berkeley: University of California Press, 2000.  
SANMIGUEL-VALDERRAMA, Olga. Gender and work. In: KALTMEIER, Olaf

(FEDERICI, 2019)<sup>33</sup> até as formas mais contemporâneas de distribuição de trabalho no globo pelas multinacionais e cadeias globais de valor (BARRIENTOS, 2019)<sup>34</sup>. Há que se apontar que enquanto o debate sobre acumulação primitiva é essencialmente marxista (MARX, 2015)<sup>35</sup>, o debate sobre cadeias globais de valor é predominantemente funcionalista (DURKHEIM, 1999).<sup>36</sup>

Mulheres que são parte de minorias étnicas, imigrantes, sem acesso ao ensino superior e etc. têm status de trabalho e remuneração ainda menores que aquelas da elite dominante. À tríade gênero, classe e raça o debate geralmente é atribuído às teóricas da consubstancialidade (SAFIOTTI, 2013; KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014)<sup>37</sup>, porém esse terreno tem ganhado maior presença das intelectuais negras sob as teorias da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; COLLINS, 1998; CREENSHAW, 1990)<sup>38</sup> que agregam um leque quase infinito

---

et al. (Ed.). **The Routledge Handbook to the Political Economy and Governance of the Americas**. Routledge, 2020. p. 119-129.

33 FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2019.

34 BARRIENTOS, Stephanie. **Gender and work in global value chains: Capturing the gains?**. Cambridge University Press, 2019.

35 MARX, Karl. **O Capital-livro 1-capítulo 1: A mercadoria**. Boitempo Editorial, 2015.

36 DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Exceções são o trabalho de Silvia Adoue (2020), com o conceito de cadeias produtivo-extrativas, e Intan Swandi, com a pesquisa de cadeias globais e imperialismo. Ver:

ADOUE, Silvia. Las cadenas de extracción y los pueblos preexistentes. In: PINASSI, Maria Orlanda et al. **Nuestra América en la encrucijada: pandemia, rebeliones y estados de excepción**. Buenos Aires: Herramienta; Contra hegemonía web, 2020.

SUWANDI, Intan. **Value chains: the new economic imperialism**. Monthly Review Press, 2019.

37 SAFFIOTTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 93-103, 2010.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

38 AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. It's all in the family: Intersections of gender, race, and

de possibilidade analíticas, inclusas as desigualdades por preconceito à orientação sexual e/ou identidade de gênero de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersex (LGBTQIA+).

Às mulheres geralmente é atribuído o valor social do serviço doméstico e do trabalho de cuidado, o que determina tanto aspectos de dupla ou tripla jornada de trabalho – trabalho remunerado conjugado com trabalho não remunerado, tais como o doméstico e de atenção a crianças, jovens e idosos – quanto postos de trabalho específicos e pouco valorizados – por exemplo, é mais comum que mulheres sejam domésticas, cuidadoras e enfermeiras (FEDERICI, 2019; KOFES, 2001)<sup>39</sup>. Aos postos de trabalho segregados em função do gênero, o conceito de divisão sexual do trabalho é particularmente relevante no campo do debate, inclusive para o trabalho de *care* (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, 2011)<sup>40</sup>.

A divisão sexual do trabalho também auxilia na explicação sobre desemprego e informalidade, maior dentre o trabalho remunerado feminino, em comparação aos homens, em todos os níveis salariais e continentes do mundo: as mulheres encaram maiores taxas de desemprego e informalidade devido aos ideais de trabalhador “ideal” sem obrigações sociais ligadas à família (COLLINS, 1998), sendo que esse quadro se aprofunda em momentos críticos, como a pandemia por Covid-19 no Brasil (IBGE, 2021)<sup>41</sup>. É importante apontar que, a despeito da diferença

---

nation. **Hypatia**, v. 13, n. 3, p. 62-82, 1998.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stan. L. Rev.**, v. 43, p. 1241, 1990.

<sup>39</sup> KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2019.

<sup>40</sup> GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & antropologia**, v. 1, p. 151-180, 2011.

<sup>41</sup> IBGE. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20->

de status e remuneração, por volta de 40% dos lares brasileiros têm como principais provedoras as mulheres (IPEA, 2021)<sup>42</sup>. Por fim, as mulheres têm maiores chances de encararem assédio ou abuso sexual no trabalho. Apenas no continente latino-americano, as taxas de assédio sexual no trabalho variam de 4% a 95% (PEREIRA, CALDERÓN, MARÍA, 1997)<sup>43</sup>.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Recebemos a pesquisadora Kátiuscia Moreno (UFGD) para uma conversa sobre o papel da mulher na divisão internacional do trabalho. Como as multinacionais tratam as mulheres? E como estas questões variam de país para país? Kátiuscia, é um enorme prazer te receber.*

**Kátiuscia Moreno:** O prazer é meu, obrigada pelo convite. É uma honra estar aqui com vocês hoje.

**Entrevistadoras:** *Kátiuscia, você é doutora em Ciência Política na Unicamp, foi pesquisadora visitante na Universidade da Pensilvânia (EUA) e tem vasta experiência de pesquisa sobre relações trabalhistas e empresas transnacionais. Eu queria falar um pouquinho mais sobre as suas atividades. Você está coordenando um projeto sobre ação contra tráfico de mulheres na Universidade Federal de Grandes Dourados (UFGD), poderia falar mais sobre isso?*

---

estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020. Acesso em: ago. 2021.

<sup>42</sup> IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html). Acesso em: ago 2021.

<sup>43</sup> PEREIRA, Víctor Manuel Aguilar; CALDERÓN, Lúgía María Orellana. Acoso sexual: Elementos de discusión para la redefinición del fenómeno. **Encuentro**, n. 76, p. 102-122, 2007.

**Katiuscia Moreno:** Esse projeto foi iniciado pela professora Tchella Maso, com algumas estudantes dos cursos de Relações Internacionais e de Direito da UFGD. Começou com um projeto de pesquisa sobre tráfico de mulheres que depois passou a oferecer oficinas. Trata-se de um projeto de extensão muito interessante porque é baseado em uma metodologia freireana de ensino, então há um engajamento direto com as comunidades e, em Mato Grosso do Sul, há muitas comunidades indígenas.

Essas oficinas são promovidas tanto nos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), quanto nas escolas públicas e privadas e universidades. E é muito interessante. As oficinas acabam atingindo bastante as mulheres e mexendo em algumas experiências profundas. Na reprodução de experiências com expressões do tipo: “não foi lavar louça?” ou “não cozinhou o feijão?”, e fazemos, na metodologia sociológica, empatia com questões de gênero para depois abrir um bate-papo para que as pessoas tragam elementos do seu cotidiano para a oficina. É uma oficina bem interessante e tem outro aspecto que eu quero apontar do trabalho que essas mulheres fizeram que é fazer parte da rede de enfrentamento da violência contra a mulher do município de Dourados.

Nós, efetivamente, entramos em contato com pessoas em situação de vulnerabilidade e violência. Notamos que tem muito a ser melhorado em termos de debate de gênero dentro de uma rede que se propõe a esse tipo de coisa. Você vê que a mentalidade machista nas pessoas continua inclusive nesses espaços, o que desanima um pouco, às vezes, mas a gente tenta não sair da luta.

**Entrevistadoras:** *Realmente é muito interessante. Aqui na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), iniciamos as atividades do grupo de estudos sobre gênero e Relações Internacionais, o qual coordeno com a professora Lara Selis. Realizamos um projeto de extensão que consistia numa espécie*

*de roda terapêutica assim, com as alunas. Temos lido no grupo o livro “Outros jeitos de usar a boca”, da Rupi Kaur. É ótimo. E as meninas acabam tendo um momento em que todas desabafam e falam o que passaram dentro da universidade. Nós, professoras, também falamos das nossas experiências, o que tem sido muito importante.*

**Kátiuscia Moreno:** Com certeza, inclusive eu quero mandar um abraço às MulherIs, das mulheres de relações nacionais, que finalmente conseguiram abrir um espaço de gênero na ABRI, na Associação Brasileira de Relações Internacionais. Eu lembro quando o encontro da ABRI foi na PUC-Minas no começo dos anos 2010. Dentro de uma das mesas de Teoria de Relações Internacionais, as mulheres já começavam a se revoltar e perguntavam: “E aí?! Por que não tem mulher nessa mesa? E, por que vocês não estão falando de gênero?” Mas temos testemunhado certa mudança, ainda que lenta. As mulheres estão tendo algum protagonismo dentro da universidade.

**Entrevistadoras:** *Isso eu vi algumas vezes. Já tive esses embates em algumas ocasiões. É uma situação delicada, onde eu não gostaria de ser percebida como chata, insistente, nem me indispor. Contudo, mesmo tempo, é fundamental levantar essa bandeira. Eu tenho um colega da nossa área, que trabalha com defesa e ele posta as conferências que participa. É impressionante como a maioria dos eventos são compostos de mesas unicamente com homens, muito embora tenham mulheres extremamente competentes que trabalham com o tema. Se nós somos 52% da população, 52% das mesas deveriam ser de mulheres, principalmente na nossa área. Óbvio, existem áreas que são, predominantemente, ainda ocupadas por homens. Se você vai ao curso de engenharia, é mais difícil você identificar mulheres em uma sala, elas estão bem menos representadas. Mas nas Ciências Sociais em geral, incluindo RI, há um equilíbrio de gênero na sala*

*de aula. Consequentemente, dentre os egressos as mulheres são cerca de metade do grupo. Contudo, essa representação não está presente fora da sala de aula, não dessa forma transversal, em várias áreas temáticas.*

**Katiuscia Moreno:** Exato. Assim como acontece na política brasileira, em que você frequentemente tem mulheres com uma agenda que não foge nem um pouquinho do *status quo*. Ao contrário, reforça o *status quo*. E essa mulher que é *tokenizada*, ou seja, está ali só por ser uma figura feminina, mas ela acaba reproduzindo todo um sistema patriarcal. Enfim, nós, feministas, não estamos interessadas nessa reprodução. Ao contrário. A professora Xaman Korai, da Paraíba, tem feito uma pesquisa sobre as mulheres nas universidades de relações internacionais do Brasil para mapear o chamado *gender imbalance*, isto é, as diferenças de gênero derivadas das relações de poder que também existem nas universidades. Montamos aqui na UFGD um coletivo de gênero, chamado Dandara dos Santos, nome de uma travesti que morreu espancada com crueldade (nomeamos nosso coletivo em homenagem a ela, para que ela seja lembrada como resistência).

Trocando experiências com outros coletivos de gênero da universidade, a gente estava tentando entender quais são os mecanismos de micropoder, ou de *Microfísica do Poder*, para citar um livro do Foucault, que existem na universidade. E isso começa pela própria maternidade. Comumente, as mulheres deixam as suas carreiras para seguirem os seus maridos ou para ficarem perto dos filhos. Não que isso não seja legítimo. As pessoas fazem essas decisões. Mas, frequentemente, é o homem que tem a carreira garantida e a mulher acaba seguindo-o. Dentro dos departamentos, com frequência, quando o homem não é visto como aquele que tem mais credibilidade, é, subjetivamente, considerado como aquele que vai dar menos trabalho para o departamento, porque ele não vai ficar grávido,

não vai tirar licença paternidade e, quando ele tirar, está pressuposto que não é ele que vai cuidar das crianças e que em breve retornará às suas atividades, uma vez que naturaliza-se que a mulher será a principal (quando não a única) responsável pelos cuidados cotidianos das crianças.

**Entrevistadoras:** *Vocês tocaram em vários pontos que estão relacionados com o tema deste podcast. Na área de Relações Internacionais temos muitas alunas e, na graduação, são, no mínimo, metade. Aliás, tenho turmas nas quais quase 70% da sala é composta por mulheres. Isso é um panorama geral da educação. As mulheres têm estudado mais, por mais tempo que os homens, já os ultrapassamos em média de grau de escolaridade. Mas, vejamos só a situação, temos um relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre mulheres no trabalho e tendências, de 2016, que aponta justamente que a melhora na educação das mulheres não se traduziu na melhoria das posições no mercado laboral. No caso específico de Relações Internacionais, a disparidade salarial entre homens e mulheres é extremamente alta, mais uma vez refletindo o cenário mais amplo porque há disparidade de gênero em relação a emprego. Se continuarmos no ritmo que nós estamos hoje de acordo com o Fórum Econômico Mundial somente teremos equidade de gênero daqui 170 anos. Isso sem considerar os retrocessos que já existem. Uma outra questão importante é o fato de que as mulheres trabalham mais horas por dia, tanto no trabalho remunerado, quanto não remunerado, se comparado ao dos homens. E não ganham a mesma coisa. Eu queria conversar sobre o trabalho não remunerado, uma vez que ele pode limitar a capacidade da mulher de dedicar mais ao trabalho remunerado, porque muitas optam ou se veem compelidas a trabalhar meio período.*

*A Katiúscia comentou a questão da mulher na licença-maternidade. Após o período legal de licença, quando a mulher volta para ao trabalho, de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas, 48% delas são demitidas. Enquanto as mulheres são*

*demitidas os homens passam a ser percebidos como pessoas mais responsáveis. Se der bobeira ele consegue até uma promoção. É incrível isso. A paternidade traz benefícios para o homem e, para a mulher não. Ela continua sendo prejudicada, aliás, é penalizada. Eu tenho uma amiga alemã. Fizemos doutorado em RI juntas na London School, e ela voltou para a Alemanha e está grávida. Eu falei: “Bom, e aí? Como você vai fazer com seu emprego? Como é que funciona aí?”. E ela falou: “Eu vou ficar seis meses afastada e depois eu volto, mas a minha filha só vai para escola com um ano”. Eu questionei “Nossa, você vai deixar sua filha com quem?”. A resposta foi: “Meu marido vai ficar com ela seis meses. Eu vou ficar os primeiros seis e ele os outros seis. Ele trabalha, só que na Alemanha a licença-maternidade é de um ano e se o homem ficar no mínimo dois meses, como incentivo para um papel de paternidade mais presente, o governo assegura mais dois meses extras. Então, são 14 meses de licença-maternidade”.*

*Resultado, minha amiga ficará seis ou oito de licença e seu companheiro os outros seis. Ela poderá voltar meio período para o trabalho, então 20 horas. E desse período, 10 horas podem ser em home office. Eu me senti como uma imbecil de morar aqui e estar nessas condições. Eu fui contratada pela PUC quando a minha filha não tinha nem três meses. Nunca fiz essa licença-maternidade mesmo amamentando e com um bebê. Eu tentei negociar e falar “vocês não esperam mais um pouco?”, mas não esperaram. Eu tive que fazer essa escolha entre voltar para o trabalho ou ficar com minha bebê nestes primeiros meses tão importantes. Mesmo assim consegui fazer amamentação exclusiva até 6 meses e ela continuou mamando até dois anos, deu para conciliar. Mas não foi tão fácil.*

**Katiuscia Moreno:** Na Noruega é assim, tem a licença parental. Não é nem licença-maternidade. Mas o da Alemanha, eu não sabia.

**Entrevistadoras:** *É bem complicado perceber o quanto estamos atrasadas em relação a alguns países, não apenas em termos da licença. Por exemplo, na minha experiência, tendo voltado a trabalhar tão logo o nascimento da minha filha, eu ainda amamentava, mas não havia sala de amamentação. Não tinha uma geladeira para armazenar o leite. Você não tem nem o mínimo para poder conciliar essa maternidade com a carreira. Em comparação, minha amiga da Alemanha, quando retornar ao trabalho a Universidade adapta o escritório dela inteiro para ser baby friendly. Então, cobrem a tomada, põem tapetinhos, etc. Ela pode levar o bebê para o trabalho com ela.*

**Kátiuscia Moreno:** Esses modelos, que a gente gostaria de ver, mas ainda estamos lutando por questões básicas. Muito básicas mesmo. A marcha mundial das mulheres, por exemplo, já chegou a levar um bebê para a sala de um vereador e colocar a criança na mesa do tal vereador, porque não estavam abrindo creche no município e as mulheres precisavam de creche. Então, elas foram até lá e fizeram esse tipo de demonstração pública, para tentar pressionar um município a fazer esse tipo de política pública.

A Carol tocou em três temas centrais do debate de gênero e mercado de trabalho. Ela falou da divisão sexual do trabalho. Ela acontece não apenas no mercado de trabalho, mas também dentro do lar. O trabalho, que é chamado, na definição de Daniele Kergoat<sup>44</sup> — uma das grandes teóricas de gênero e trabalho — de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O primeiro, trabalho produtivo, é o trabalho público, o trabalho realizado na esfera pública; e o trabalho reprodutivo, é o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados, de limpeza, etc. Ela falou de outras formas de patriarcado e trabalho reprodutivo, em que uma coisa está inter-relacionada a outra. Então, a gente não observa

---

<sup>44</sup> KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 93-103, 2010.

o patriarcado apenas no mercado de trabalho, mas a gente também o vê na família. Se você quiser ser uma mulher que quer uma carreira, provavelmente você não vai ter apoio familiar se isso ocorrer em detrimento do cuidado dos filhos, por exemplo. Porque esse não é um ideal do gênero e, provavelmente, você não terá apoio de outras esferas da vida e nem nas instituições.

Nós temos filhos. Eles não são invisíveis. Nós não somos como os homens e nem queremos ser. Nós queremos o nosso espaço assim como os homens, mas com direito a essas questões, como a maternidade. A Carol também mencionou de tipos de trabalho femininos. Ela falou de trabalho de meio período, falou do bico. E a própria OIT disse que os trabalhos de mulheres são, principalmente, (1) serviço doméstico, (2) auto emprego — então, a senhora que vende, ali na saída da Barra Funda, o seu bolinho com café, faz aquele biquinho para complementar a renda familiar seria um dos tipos de trabalho definidos pela OIT —, (3) zonas de exportação — são altamente feminizadas, a Zona Franca de Manaus, por exemplo, é um ambiente altamente feminizado —, (4) e o serviço público. São os quatro tipos de “trabalho de mulher”.

Eu queria pontuar uma coisa que eu acho muito relevante que é o trabalho do sexo. As pessoas tendem a vê-lo como uma atividade necessariamente degradante, mas muitas feministas dentro desse debate tentam observar as relações de poder ligadas ao trabalho do sexo, para começar a analisar esse trabalho que também é, majoritariamente, ou feminizado, ou outras representações de identidade de gênero.

Há ainda que se falar da exploração do trabalho feminino das imigrantes. Tem um trabalho da Christine Chin que é muito interessante. Ela pesquisa como muitos Estados conseguiram uma alavanca internacional de competitividade nas costas de mulheres imigrantes. Muitas dessas mulheres foram para esses países e trabalhar em situações de extrema vulnerabilidade e informalidade. Muito da história dos Estados nacionais formada

por esse trabalho de imigrantes. Por exemplo, os Estados Unidos e as imigrantes mexicanas, ou da América Central.

É um trabalho dessa pesquisadora está ligado ao grupo da Ann Tickner, quem inaugurou e consolidou o primeiro movimento do feminismo em Relações Internacionais, numa construção essencialmente teórica. O segundo movimento, de teoria das Relações Internacionais no feminismo trabalhou com mais dados empíricos, e a Christine Chin é uma representante importante nesse sentido. Falando de maternidade e paternidade, a Sandra Whitworth<sup>45</sup>, que é da teoria crítica do feminismo nas Relações Internacionais, demonstra que justamente a própria OIT tinha a perspectiva de que licença maternidade e paternidade, entre outras, “favorecia mais a mulher”, isto é, legitimava a licença-maternidade no lugar do cuidado de ambos os(as) genitores(as) – algo próximo do modelo brasileiro. Essa abordagem, contudo, desfavorece as mulheres, pois as colocava em condições de desigualdade no mercado de trabalho. Ou seja: “Por que eu vou contratar uma mulher se ela vai ficar grávida, se eu posso contratar um homem que não ficará ‘grávido’ e jamais se ausentará por um período relativamente longo do trabalho?”.

Essa é uma questão fundamental quando falamos de licença-maternidade ou licença-paternidade. Enquanto não tivermos uma divisão paritária entre homens e mulheres para cuidar de filhos no tal do trabalho reprodutivo, que foi o que a Alemanha fez, não veremos uma remuneração igual para as mulheres. No Brasil atual, eu não tenho muita esperança de que isso aconteça, mas enfim...

**Entrevistadoras:** *O último relatório do Fórum Econômico Mundial deixa claro que os Estados que geralmente tendem a ser mais generosos nas suas políticas sociais tendem a responder a essa equidade de gênero de uma maneira mais efetiva. No*

---

<sup>45</sup> WHITWORTH, Sandra. Gender, international relations and the case of the ILO. **Review of International Studies**, v. 20, n. 4, p. 389-405, 1994.

*ranking anual dos top 20 em equidade, o primeiro do mundo é a Islândia. A Islândia e os países da velha Europa ocupam 11 desses 20 primeiros lugares. O Brasil ocupa a 72ª posição. Tem países, potências econômicas, como os Estados Unidos, que ficaram na 45ª posição. Percebemos, assim, que na lógica do capital, não adianta esperar pelas grandes empresas por essas mudanças, pois porque tudo é um ônus, qualquer benefício que você concede ao empregado é considerado um custo.*

*Enquanto não virarmos essa chave numa questão de mentalidade, de moralidade, de princípio, vamos precisar do Estado intervindo com legislações ou fazendo essa contrapartida. Na Alemanha, provavelmente não é a universidade que paga, é o Estado. Mais uma coisa linda da Alemanha, até o filho completar 18 anos, você recebe 800 reais por mês de bolsa para ajudar nas despesas. Em um Estado onde você não paga seguro de saúde, nem escola. Independente da classe social. As pessoas reclamam da Bolsa Família que a gente tem aqui de míseros 100 reais, 80 reais, e na Alemanha são 800. Aliás, a agenda 2030 ONU coloca a equidade de gênero com um de seus objetivos e elabora alguns pontos para promovê-la. Gostaria que você comentasse um pouco sobre isso.*

**Katiuscia Moreno:** Os antigos objetivos do milênio foram modificados para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e desenvolvi uma pesquisa sobre a agenda referente ao trabalho, previstos nos ODS.

Eu entrevistei tanto o representante da OIT para os objetivos de desenvolvimento sustentável, quanto o coordenador nacional dos objetivos no Brasil e não existe um cenário, na opinião deles, muito positivo, de que essas novas gestões vão investir nesses temas. Não é prioridade de agendas governamentais atuais. Não só no Brasil. No mundo. E pior, não serão “tão bem-sucedidos quanto os objetivos do milênio”, devido ao contexto político.

**Entrevistadoras:** *A perspectiva dessa agenda no que toca gênero é complicada. A Secretaria Geral da ONU instituiu, no ano passado, um high level panel em empoderamento econômico da mulher e publicou um relatório. Eles divulgaram sete áreas de atuação para combater essa desigualdade econômica entre mulheres. Mas, parece que o Brasil está numa contracorrente. Óbvio que essas políticas não vão avançar significativamente enquanto a representatividade política da mulher for muito pequena. Tem cerca de 15% de mulheres no parlamento e 9% no senado. É lógico, não são todas que estão lá que vão ter uma postura a favor dos direitos das mulheres, especialmente dos reprodutivos. Enquanto não estivermos bem representadas, não só em número, mas em qualidade, a gente não passa essa agenda.*

**Kátiuscia Moreno:** Muitas são contra a violência doméstica. Mas, o que é violência doméstica na concepção de alguns grupos sociais? É a violência de uma família heterossexual: o pai, a mãe, a filha. Violência, por exemplo, entre casais homossexuais — que é violência e tem que ser denunciada — não é percebida por alguns grupos populacionais. Então, enquanto houver mulher lésbica, bissexual, pessoas trans, nesses que efetivamente advoguem pelas “minorias” provavelmente avançaremos muito pouco em termos de atender diversas necessidades, de diversas pessoas diferentes.

Tem um artigo da Célia Pinto<sup>46</sup> que é maravilhoso, no qual ela questiona se a política representativa é o lugar da mulher. Esses espaços são feitos à imagem e semelhança do homem branco, heterossexual, ou de classe média, ou rico, e ele não vai fazer políticas para essas populações. Ele não tem nem a

---

<sup>46</sup> Pinto, Céli Regina Jardim. (2010). Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, 18(36), 15-23. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext). Acesso em out. 2021.

vivência, nem a sensibilidade, nem quer fazer políticas para essas populações. A gente, na base, enquanto movimento social, está matando um leão por dia. Há pouco tempo, questionávamos se o governo era de esquerda o suficiente. Agora a gente está tentando apagar um fogaréu todo dia.

Eu tenho muita dúvida se a política representativa oficial é o espaço da mulher. Eu acho que a gente tem que fazer por outras formas. Para não ficar um negócio puramente utópico, tem uma organização na Índia... que é como se fosse o sindicato indiano de mulher e não é um sindicato institucionalizado nos moldes que a gente conhece, varguista (de Getúlio Vargas). São mulheres que se auto-organizaram, que eram pouco representadas em termos de representação formal no mercado de trabalho e que criaram os seus próprios mecanismos de financiamento pessoal, nesse sentido privado de apoio mútuo. Toda vez que eu tive um perrengue, pelo menos a minha vida, foi para as mulheres que eu corri. E eu encontrei feministas maravilhosas, ou mulheres que não se identificavam como feministas, mas que sentiam a importância de questões de gênero no nosso cotidiano.

**Entrevistadoras:** *Sobre a questão da representatividade, é necessário romper os estigmas. É uma desconstrução. É importante também abordar a relação entre feminismo a interseccionalidade. Porque a luta da mulher branca rica ou classe média é diferente daquela da maioria das mulheres negras. Porque, por exemplo, a mulher branca luta para conseguir reconhecimento profissional, mas ainda assim ela está menos vulnerável já que, quanto maior o nível de instrução, maiores são as chances de elas permanecerem no cargo. A maioria que é demitida, é a mulher pobre, sem instrução e, em sua maioria, negra. São várias interfaces. Quando discutimos a questão da desigualdade de gênero, fica impossível não discutir a questão da raça e a questão da classe, porque isso tem uma relação direta sobre a reflexão que vai ser feita.*

**Katiúscia Moreno:** O movimento negro interseccional nasceu dessa forma. A primeira onda do feminismo ocidental incluiu as mulheres que lutavam pelo direito ao voto: sufragistas. A segunda onda aconteceu um pouco depois da Simone de Beauvoir. A Steiner é uma grande referência nesse sentido. Ela era aquela mulher de classe média nos Estados Unidos, no sentido de que era aquela mulher com um casão, no subúrbio dos Estados Unidos, que aparece bastante naqueles filmes da mulher perfeita, da dona de casa perfeita. Queria uma carreira. Depois disso, com o movimento das feministas negras, essas mulheres percebem que não estavam nem representadas no feminismo tradicional (branco), nem no movimento negro tradicional (por vezes, com um pouco de misoginia). Elas falaram: “Não, espera aí, a gente também importa. A gente tem nossa própria pauta. E a nossa própria pauta envolve raça, gênero...”. E vieram os outros debates: raça, gênero, sexualidade, identidade.

**Entrevistadoras:** *Exato e se consideramos a mulher negra e pobre, trata-se de uma mulher está lutando pelo básico. Se analisarmos a mulher branca, de classe média, ela está lutando para alcançar uma posição que ela reconhece que é importante, que deve ser reconhecida, que deve ter equiparação salarial. Mas, tem um outro grupo de mulheres que está lutando pelo básico, pelo direito de poder ter um emprego.*

**Katiúscia Moreno:** Exato. Há que se olhar para essa mulher enquanto trabalhadora informal.

**Entrevistadoras:** *Bem, temos feito importantes avanços na consolidação de uma agenda de pesquisa de gênero, embora todas essas considerações revelem o quanto ainda temos que percorrer. No campo das Relações Internacionais ela é particularmente mais incipiente, ao menos no Brasil. E no exterior?*

**Katiuscia Moreno:** Eu acho que é uma agenda crescente de pesquisa aqui e lá fora. O que é interessante é que gênero está invadindo outras áreas das Relações Internacionais, não apenas se consolidando como uma subárea. Há um movimento de transversalidade. Em estudos de Segurança Internacional, por exemplo, tem-se uma agenda bastante interessante de análise sobre a masculinidade nas Forças Armadas, as relações entre guerra e mulher — o ideal de feminilidade e masculinidade na guerra, quem são as principais atingidas por guerra (também é um tema bastante interessante dos temas de Segurança Internacional). Política Externa também é um campo que está sendo invadido pelos estudos de gênero de alguma forma, para não mencionar Direitos Humanos. Mas há um longo caminho, pois quando você pensa nos canônicos para uma certa disciplina, dificilmente entra uma mulher. Se essa realidade mudará significativamente, eu não sei.

Você perguntou se isso é falar daqui ou lá fora. Minha percepção é que nos Estados Unidos, temos, com frequência, estudos de um feminismo muito peculiar. Trata-se de um feminismo com tendência mais liberal, mais individualista, mais sobre competitividade, que vai argumentar que a ausência da licença-maternidade é positiva porque não diminui a competitividade das mulheres, por exemplo. Em contraposição, há também estudos anarquistas feministas nos Estados Unidos que criticam o fato deste ser um Estado bélico e que atende a certos interesses de um certo grupo, que é não é necessariamente feminino ou tem outras representações de gênero.

Eu vejo que na Europa existem estudos que se preocupam mais com análise das instituições, porque as instituições funcionam (talvez) na Europa. Então temos, por exemplo, muitos estudos de Segurança Internacional que tem uma pauta de gênero, mas porque frequentemente existem percepções de segurança que não são percepções de segurança necessariamente bélicas, mas de segurança alimentar. Lá existe mais espaço

para esse tipo de debate. Na América Latina, tem-se ampliado o espaço para feminismo decolonial e pós-colonial, e não é à toa.

**Entrevistadoras:** *Percebemos uma divisão de quanto isso também reflete as condições econômicas estruturais desses países. Acho que é interessante essas trocas, esses movimentos se fortalecerem, para levarmos esse nosso debate para lá e vice-versa.*

**Kátiuscia Moreno:** Ah sim. Inclusive a Tickner<sup>47</sup> deu uma entrevista para um dossiê que organizamos. Perguntamos a ela: “e o Sul Global?” A resposta foi: “Eu vou deixar para as mulheres que pesquisam responder.” Ou seja, Tickner, que pesquisadora fundamental em feminismo e Relações Internacionais, ela reflete, de certa forma, a geografia em que ela está localizada. Ela não deixa ter sensibilidade pelas mulheres do Sul Global, mas a agenda de pesquisa dela é Estado, o campo das Relações Internacionais, debate com Realismo etc.

**Entrevistadoras:** *Isso é interessante de observar: o quanto essas relações de poder se apresentam também nessa questão de gênero. Não é só porque ela estuda gênero que ela não vai ser uma norte-americana, com uma mentalidade americana nessa agenda de pesquisa. A própria escolha dos temas reflete (óbvio) muito a condição que a gente vem, o lugar de fala que a gente ocupa. Acho que um movimento que é interessante a gente começar a fazer é na própria ISA. Ocupar mais esses espaços dessa agenda. O “Women Caucus” e é predominantemente europeu e americano. Essas diferenças acabam ficando reproduzidas dentro de uma área que tende a quebrar um pouco essas desigualdades. Eu acho*

---

<sup>47</sup> GALHERA, Kátiuscia Moreno; MASO, Tchella; PRETURLAN, Renata. Entrevista com J. Ann Tickner. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n. 11, p. 15-23, 2017.

*que esse esforço também é importante, de tentar levar essa voz e influenciar essa agenda de pesquisa lá fora para trazer o nosso ponto de vista, nossa perspectiva. Enfim, temos muita coisa para pensar. Um cenário nada otimista. Mas seguimos na luta. Katiuscia, muitíssimo obrigada por conversar conosco. Você trouxe muita informação e reflexões de extrema valia para avançarmos o debate.*

\*\*\*

### **Sugestões para aprofundamento:**

#### **Bibliografia**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

#### **Podcasts**

LIBERDADE PARA TRABALHAR: Podcast Prosa REMIR-ABET. Entrevistada: Renata Dutra. Série trabalho na pandemia, maio de 2021. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/liberdade-para-trabalhar-podcast-prosa-remir-abet/>. Acesso em 31 de outubro de 2021.

#8M IFB – Bate-papo sobre trabalho, gênero e cuidado. Entrevistada: Renata Dutra. TV IFB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T0qlZII8ODI>. Acesso em 31 de outubro de 2021.

Mulheres ainda ganham 30% a menos do que os homens. Entrevistada: Helena Hirata. RFI Convida. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20160208-rfi-convida-helena-hirata>. Acesso em 31 de outubro de 2021.

### **Documentário/Fimografia**

“Eles não usam Black-Tie” (baseado na peça *Eles não usam Black-Tie*). Direção: Leon Hirszman. 120 min. Fotografia de Lauro Escorel. Roteiro de Leon Hirszman e Gianfrancesco Guarnieri Ano de produção: 1981. Gênero: drama.

“ABC da greve”. Direção: Leon Hirszman. 75 min. Roteiro de Leon Hirszman. Ano de produção: 1990. Gênero: documentário.

“Kings of America”. Jess Kimball Leslie. Ano de produção: 2021. Gênero: drama.

“Domésticas”. Direção: Nando Olival e Fernando Meireles. Música de André Abujamra. Roteiro: Nando Olival, Renata Melo, Fernando Meirelles, Cecília Homem de Melo. Ano de produção: 2001.

**PARTE 2 | GÊNERO  
E FEMINISMOS  
NO BRASIL**

## **Capítulo 5 - Mulheres e Democracia**

Por Flávia Biroli

Entrevistadoras: Débora Prado e Carolina Pavese  
Episódio divulgado no dia 23 de junho de 2020

### **Introdução**

Nesta entrevista, tive a oportunidade de falar um pouco sobre meu trabalho recente de pesquisa sobre as reações neoconservadoras contra a agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual. No Brasil, essas reações têm sido, ao mesmo tempo, parte do processo de erosão da democracia brasileira e uma oportunidade para a extrema-direita mobilizar apoio popular. Minha posição é clara: não se pode recuar em relação à igualdade de gênero, à igualdade racial e aos direitos humanos ou esquivar-se de ouvir os movimentos que colocam essas agendas no debate público sem limitar o sentido da democracia. Democracia é mais do que procedimentos – e os procedimentos, sem o princípio da igualdade e a pluralidade efetiva, podem apenas legitimar desigualdades no acesso a espaços e recursos, normalizar uma democracia que deixa de corresponder ao princípio da igualdade.

A opção pelo termo neoconservadorismo, discutida no livro “Gênero, neoconservadorismo e democracia”, publicado com Maria das Dores Campos Machado e Juan Vaggione (Boitempo Editorial, 2020), remete a uma temporalidade específica, a das reações à agenda da igualdade de gênero e dos direitos sexuais a partir dos anos 1990. Trata-se de um momento em que essa agenda avançou internacional e nacionalmente, numa perspectiva progressista e de construção de direitos. Na reação a ela estão presentes diferentes fenômenos: as disputas entre atores com interesses conflitivos em contextos políticos de maior pluralidade (penso especialmente nos movimentos feministas, de um lado, e conservadores religiosos, de outro), as redes transnacionais, o Judiciário como âmbito de disputas, as

relações entre a racionalidade neoliberal e os padrões renovados do ativismo conservador.

Pude também falar um pouco sobre as cotas eleitorais para as mulheres e a abismal sub-representação de mulheres, em especial de mulheres negras, no Brasil. As cotas estão em disputa e também sob ataque a partir do momento que decisões de 2018 e 2020 determinaram que os partidos financiem de maneira mais igualitária candidatas mulheres e candidaturas negras. Quando demos passos para reduzir as profundas desigualdades nas disputas eleitorais e nos espaços de representação, nos legislativos, a reação da maior parte dos partidos foi brutal. A direita tradicional que hoje dá suporte ao governo de extrema-direita de Bolsonaro lidera uma reforma política que vai poder reduzir a transparência do sistema, o controle sobre os partidos e a efetividade de princípios democráticos de pluralidade e igualdade.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *A senhora finalizou um livro no qual discute a agenda de feminismos, gênero e sexualidades na América Latina. Pode contar um pouco mais sobre este trabalho?*

**Flávia Biroli:** Durante a pandemia, eu terminei junto à professora Maria das Dores Campos Machado, da UFRJ, e ao professor Juan Vaggione, da Universidade Nacional de Córdoba, um livro que resulta da pesquisa que nós fizemos sobre a reação à agenda de igualdade gênero e diversidade sexual na América Latina. Nós começamos explorando as ações do que foi chamado pelos grupos conservadores, sobretudo grupos conservadores religiosos, de “ideologia de gênero”. Então, analisando as campanhas, eu particularmente na minha parte do livro fiz uma análise dos protestos de rua em várias partes da América Latina contra essa chamada “ideologia de gênero”, para compreender

os valores e narrativas que circulam nesta temática. Por que o gênero como conceito, como categoria analítica voltou para o centro do debate, e com uma série de controvérsias políticas? Este livro será publicado neste ano pela Editora Boitempo<sup>48</sup> e eu tive esse prazer de trabalhar com a Maria das Dores e o Juan que há muitos anos são pesquisadores das relações entre religião e política; eu mesma nunca tinha trabalhado tão diretamente com religião. Com isto, acredito que eu também pude construir uma compreensão, uma análise mais completa e mais matizada dos valores e dos argumentos religiosos no que diz respeito ao direito das mulheres, aos direitos da população LGBT e como eles são mobilizados nas disputas políticas. No Brasil, especificamente, a temática de gênero assumiu centralidade durante a campanha de 2018, com a apresentação de um projeto que continha valores tradicionais, componentes autoritários e uma proposta econômica ultraliberal para o país. Para compreender este processo é preciso também entender o papel dos tradicionalismos morais, do conservadorismo e dos atores religiosos na política.

**Entrevistadoras:** *E, qual a relação entre a intensificação do conservadorismo, sobretudo religioso, com a questão de gênero no Brasil?*

**Flávia Biroli:** No livro argumentamos que as hierarquias de gênero e as desigualdades de gênero têm sido questionadas pelos movimentos feministas: que as mulheres ocupem somente 15% da representação no Congresso Nacional que tenham uma remuneração em média 25% inferior à dos homens e que sofram assédio e violência quando circulam pelos diferentes espaços da esfera pública. No caso brasileiro, esta politização que produziu um estranhamento das hierarquias e desigualdades

---

<sup>48</sup> O livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia* foi lançado em setembro de 2020, pela editora Boitempo.

se deu justamente no processo de construção do nosso ciclo democrático recente. Neste ciclo democrático, temos uma centralidade muito grande nas disputas políticas da contestação da legitimidade dessa agenda de direitos, no que diz respeito às normas de gênero e à percepção que se tem das desigualdades de gênero no país.

Então, costumo dizer que a nossa democracia nestes 30 anos, entre a transição da ditadura de 1964 para a Nova República e a deposição de Dilma em 2016, pode ser vista em muitos sentidos como incompleta. Mas, o fato de ter havido um ambiente político plural permitiu disputas que constituíram novas referências. No que diz respeito aos direitos e mesmo ao que está na base da construção das políticas públicas, a Constituição de 1988 foi muito importante. De 2016 para cá, nós não estamos lidando simplesmente com a fragilidade e com a acomodação das desigualdades, mas com processos muito intensos de normalização das desigualdades e dos limites da democracia, e um deles vem justamente com a contestação da agenda de direitos humanos e, com ela, da agenda de direitos das mulheres e da população LGBT. Durante a pesquisa que resultou na publicação do livro, nós detectamos que essas disputas mobilizam muito, não só a ideia de liberdade de crença como justificativa para se legitimar agendas contrárias aos direitos de minorias, mas também o entendimento de que existiria a possibilidade de se construir regimes democráticos com base numa ideia de maioria cristã. É algo que remete à política estadunidense, nessa noção de maioria cristã, mas tem sido ativado para justificar restrições aos direitos e violências, em contextos específicos. Então, grosso modo, esse é o conjunto de questões com as quais lidamos neste livro.

**Entrevistadoras:** *A normalização da desigualdade de gênero pôde ser percebida, por exemplo, no escândalo envolvendo a eleição de 2018 no Brasil, com o uso de laranjas para burlar a*

*lei de cotas femininas. Ao contrário de reafirmar a necessidade de transparência do sistema, partidos de base governista propuseram acabar com o sistema de cotas, com lideranças do PSL inclusive afirmando que as mulheres “estão fora da política porque não gostam”. Como a senhora vê a reação da oposição? Teremos engajamento e coalizão por parte da oposição na defesa da agenda de gênero?*

**Flávia Biroli:** Devemos recordar que no período eleitoral, em 2018, o maior protesto e a maior articulação em termos horizontais e amplos contra a candidatura de Jair Bolsonaro veio das mulheres, do movimento “Ele Não”. Na sequência, identificamos uma série de análises que atribuíam a esse movimento um fortalecimento da candidatura de Bolsonaro. Dois elementos são importantes para compreender o fortalecimento da candidatura de Jair Bolsonaro. Em primeiro lugar, a adesão do meio evangélico à campanha de Bolsonaro, que se deu na semana seguinte ao “Ele Não”. E, em segundo, a utilização das notícias falsas para deslegitimar o movimento das mulheres, mais especificamente o movimento “Ele Não”, com uma estratégia que tem sido muito comum para deslegitimar a agenda de igualdade gênero e de diversidade sexual, ao afirmar que este engajamento está vinculado a um conjunto de pessoas cuja moralidade é desviante.

Neste momento, em que temos uma ampliação das alianças de resistência ao desmonte da democracia brasileira, com riscos muito grandes de que nós tenhamos um fechamento do regime, precisamos deixar muito claro que não se negocia com a agenda de direitos, não se negocia com a agenda de justiça social. A democracia que deixa de lado o direito das mulheres, uma democracia que desconsidera a agenda de justiça social, é uma democracia muito seletiva. A história da legislação de cotas no Brasil nos ajuda a compreender essas dinâmicas de limitação à cidadania das mulheres porque trata-

se de um regime democrático que repõe sistematicamente uma situação de sub-representação gritante, como é o caso da brasileira. O Brasil é um dos países do mundo com os menores índices de participação política de mulheres. Como mencionei anteriormente, não é algo natural e precisamos analisar este processo a partir da perspectiva dos movimentos de mulheres, dos movimentos feministas e dos movimentos LGBT.

No caso da participação política foi preciso, na produção acadêmica e no debate público, mostrar que não se trata de uma escolha das mulheres e que esses baixos índices de participação estão vinculados a uma série de obstáculos que se impõem. A legislação atual de cotas foi adotada em 1997 (Lei 9.504/1997) e determina que as listas eleitorais partidárias tenham mínimo 30% de candidatos de um dos dois sexos. Apesar desta legislação, em 2010 tivemos apenas 20% de candidaturas de mulheres. Em 2014, nós chegamos perto dos 30% de candidatas e apenas nas eleições de 2018 passamos de um patamar de 10% para 15% de mulheres eleitas na Câmara dos Deputados.

Retomando brevemente, num primeiro momento os partidos fizeram uma interpretação de que a legislação determinaria a reserva de 30%, não o preenchimento de 30% da lista eleitoral partidária com candidaturas femininas. Isso mudou apenas em 2009, quando a legislação foi modificada e se incluiu a obrigatoriedade do preenchimento dos 30%. Mas, desde então há uma disputa muito grande para melhorar a legislação porque o sistema eleitoral brasileiro é composto por listas abertas sem ordenamento prévio, então você pode ter 30% de mulheres, mas esses 30% não obterem recursos para a realização da campanha. Tivemos uma decisão do STF, acompanhada de resolução do TSE, em 2018, que determinou que no mínimo 30% dos fundos eleitorais partidários deveriam ser para as candidatas mulheres, assim como no mínimo 30% do tempo para a propaganda eleitoral em rádio e TV. Chamo atenção para isso porque sem recursos para as mulheres participarem e

condições de maior igualdade, não tem efetividade da legislação de cotas existentes. Então a nossa legislação mostra que além de um certo descompasso com nosso sistema eleitoral é preciso que os atores políticos se comprometam com as condições de participação política das mulheres. Não adianta dizer que mulher não quer participar como têm dito alguns líderes políticos da direita brasileira. Isto tem acontecido bastante porque, vejam bem, depois que se tornou possível punir os partidos políticos e depois dessa decisão que determina que tem que ter dinheiro para as campanhas femininas, os partidos se viram em uma situação complicada na qual eles podem ser punidos caso não cumpram a legislação e são obrigados a direcionar a parte dos seus recursos para as mulheres candidatas, então a via assumida foi argumentar: “olha, vocês não sabem como é que é difícil conseguir mulher para se candidatar”.

Acho importante chamar a atenção para o fato de que as mulheres do Brasil participam muito da política. Elas participam de movimentos sociais, dos sindicatos, e, segundo dados do TSE, representam cerca de 47% das pessoas filiadas aos partidos políticos. O que elas não conseguem é se candidatar e se eleger. Então em um momento como esse em que vivemos uma crise política tão intensa, não faz sentido deixarmos de lado esse que é um conflito básico da democracia brasileira. Estamos falando de mais de 50% do eleitorado e de como suas condições de participação efetiva são restringidas por obstáculos que são colocados pelos próprios partidos políticos. Podemos também conversar sobre os obstáculos cotidianos, tais como as relações de trabalho, a divisão sexual do trabalho. Mas, nesse momento é importante focar em algo que está no âmbito partidário e institucional. Qualquer coalizão democrática que desconsidere esse problema e os obstáculos à igualdade entre mulheres e homens na política é muito falha. A isso eu adicionaria o fato de que não é uma questão teórica. Os últimos anos mostraram que as mulheres são atores políticos com grande capacidade de

impacto no debate brasileiro. Elas têm ido às ruas em momentos chave. As mulheres foram para rua gritar “fora Cunha”, foram para as ruas contra a candidatura de Bolsonaro e existe uma clivagem muito importante no apoio a Bolsonaro e nas intenções de voto em Bolsonaro, entre mulheres e homens. As últimas pesquisas eleitorais mostraram que existia uma diferença de cerca de 12% entre as intenções de voto de mulheres e de homens, com os homens indicando com maior frequência o apoio a Bolsonaro. Desde então, esta clivagem permanece nas pesquisas de aprovação do governo. As mulheres aprovam o governo Bolsonaro menos do que os homens, um gap semelhante ao do período eleitoral.

Precisamos encontrar dispositivos que permitam ampliar a participação política das mulheres e ampliar a representação. E há muitas razões para isso. Estamos falando de sociedades nas quais as desigualdades existem em diferentes clivagens. O Brasil é uma sociedade organizada de maneira racial, então não tenho dúvida de que é nos entrecruzamentos entre raça, classe e gênero que as vulnerabilidades se produzem e as inseguranças se estabelecem. Me refiro à insegurança em relação à violência, mas também às incertezas quanto à possibilidade de viver, de se ter integridade física e dignidade. A vulnerabilidade é interseccional e as desigualdades são interseccionais, mas há um componente de gênero incontornável na reprodução do nosso sistema e da nossa política como política masculina e a gente está falando de algo bem específico, a gente está falando de um espaço onde se definem regras e onde se definem alocações de recursos, que terão um efeito muito direto sobre as vidas das mulheres. Mas elas são minoria entre quem está lá para influenciar essas decisões, para brigar, para disputar os enquadramentos que definem o que é mais justo, assumir uma determinada política ou outra, aprovar uma determinada lei ou outra.

Então acho que é muito importante deixar de lado a ideia de que porque o sistema mais aberto às mulheres elege mulheres conservadoras, esse não é um tema importante para o campo democrático e progressista. Precisamos deixar claro que existem mecanismos de reprodução da política como um espaço dos homens. Quando isto se modifica, há também o risco de se conquistar uma política mais aberta às mulheres, mas ainda assim será uma política predominantemente branca e que reproduz interesses de classe muito concentrados. Enfrentar o racismo estrutural é fundamental. Então, gênero não basta, mas, ao mesmo tempo, sem dispositivos para ampliar a participação política das mulheres, não vamos modificar essa cena de que quem toma as decisões são os homens e as mulheres são afetadas por essas decisões.

Em um ambiente como uma larga predominância masculina, as mulheres sofrem determinados tipos de violência para além da sua posição partidária e ideológica, existem de fato violências cotidianas no ambiente político, dentro dos partidos políticos e no cotidiano dos parlamentos, que têm relação direta com a larga predominância masculina. Eu tenho trabalhado com a discussão sobre violência política contra as mulheres e é muito importante a gente compreender que em ambientes com larga predominância masculina, as violências contra as mulheres são naturalizadas.

A respeito da eleição de mulheres conservadoras, ainda, nós elegemos mais candidatos e candidatas com pautas conservadoras e de extrema-direita nas eleições de 2018. Então, elegemos mais homens e mais mulheres com essas características. As igrejas evangélicas têm sido um canal importante de participação das mulheres e em princípio não há problema nisso, agora nós precisamos disputar essas posições, tendo em vista agendas que sejam não só agendas favoráveis às mulheres, aos direitos das mulheres e aos direitos da população LGBTQI+, como também agendas que deem conta de

questões relacionadas à justiça distributiva e às desigualdades econômicas. Precisamos construir uma democracia que possibilite o fortalecimento da agenda de justiça social sem que ela seja sistematicamente fechada à participação dos grupos que podem justamente dar nome às injustiças, trazer suas vivências e suas experiências. É isso que precisamos trazer para os movimentos em favor da democracia no país. Não faz sentido que um movimento em favor da democracia seja um movimento que opte por ser contra o fascismo *ou* ser a favor das mulheres. É preciso ser contra o fascismo sendo a favor das mulheres, sendo antirracista. Que movimento pode fazer frente ao autoritarismo e o fascismo sem nomear o racismo no país? Sem nomear a violência contra as mulheres e o sexismo?

**Entrevistadoras:** *Você mencionou sobre a violência política enfrentada enfrentada pelas mulheres. Tivemos casos emblemáticos no Brasil. Pode comentar mais sobre este assunto?*

**Flávia Biroli:** Vimos na campanha pelo *impeachment*, a violência sofrida pela presidenta Dilma Rousseff. Vimos como a violência de gênero na política pode ser cruel e pode ser de fato perversa. Comentei que essa violência é caracterizada como uma reação à presença das mulheres nos espaços de poder. Esta violência é uma maneira de aumentar os custos para participação política das mulheres. Existem custos para as mulheres e para os homens, mas o custo para as mulheres que a violência política traz é muito acentuado. E então olhamos para os dados eleitorais e entendemos por que as mulheres se (re) candidatam menos que os homens. Mulheres incríveis, às vezes com uma energia política enorme, desistem de se candidatar porque elas não querem mais passar por aquilo que passaram em seus mandatos, em suas campanhas. O assassinato da Marielle é o extremo do que essa violência pode significar e, ao mesmo tempo, evidencia que a violência é maior de acordo com

a raça e com as agendas que as mulheres defendem. Marielle foi assassinada como uma mulher no contexto do Rio de Janeiro, de alguém que defendia as populações periféricas, uma mulher negra, uma mulher lésbica. Eu acho que tudo isso já foi muito dito, mas precisamos denunciar sempre.

Gostaria também de destacar que não é porque as mulheres sofrem violência na política, que elas não podem ser protagonistas da violência contra outras mulheres. Precisamos ter isto claro e discutir quem são e que agenda trazem para o debate público. Eu entendo que a ministra Damares Alves tem um papel chave na legitimação de uma agenda de extrema-direita nesse governo, que é uma agenda que difunde uma compreensão das relações de gênero que é extremamente perversa. Ela é uma das porta-vozes principais da contestação da justiça social numa perspectiva das mulheres, numa perspectiva do direito das mulheres à integridade física, integridade psíquica, ela coloca em xeque os direitos sexuais, ela coloca na esfera pública de maneira muito significativa o entendimento de que fomos longe demais na agenda de direitos. O tradicionalismo vem junto com a violência e sabemos que está associado ao desmonte das políticas voltadas para garantir a integridade das mulheres. Então acho que isso também tem que ser claro. Não é porque ela é uma mulher na política que ela não pode propagar a violência com outras mulheres na política. Desmontar a política de combate à violência contra as mulheres e insistir em uma visão de complementariedade entre as mulheres e homens e de paz num ambiente doméstico, ambiente este em que as mulheres mais morrem e sofrem abusos no Brasil, é algo que vai contra qualquer agenda de justiça.

**Entrevistadoras:** *Como você mencionou, observamos um avanço das pautas de extrema-direita no Brasil sobretudo após a eleição de 2018. Qual sua avaliação deste processo e os impactos para a agenda envolvendo os direitos das mulheres?*

**Flávia Biroli:** Temos acompanhado o avanço da direita, da extrema-direita e de um certo perfil de grupos religiosos conservadores na América Latina. Há uma reafirmação de visões tradicionais sobre as relações entre homens e mulheres e sobre a sexualidade, com a adesão a pautas antigênero. Há uma questão intergeracional à qual precisamos prestar atenção. Não é à toa que esta discussão de “ideologia de gênero” tem como foco as escolas, as crianças e adolescentes. Temos observado uma forte resistência às agendas pró-direitos e de igualdade de gênero que são promovidas pelos movimentos feministas, de direitos humanos e pelos movimentos LGBTQI+, com conquistas e mudanças sociais importantes. Há uma resistência a essas mudanças por parte das pessoas conservadoras, com uma canalização política para os feminismos, tomadas como ameaças, como inimigos. Existem tensões que dizem respeito a mudanças no cotidiano, que estão sendo codificadas como inseguranças no âmbito político. Por isto, acho que a ideia de pânico morais é interessante e eu tenho trabalhado com a noção de moralização das inseguranças, que me permite trazer para esse guarda-chuva diferentes tipos de inseguranças e que vão sendo apresentadas numa perspectiva moral. Não podemos ficar reféns dessa moralização das condições de insegurança. Precisamos disputar o enquadramento que existe, porque há problemas que dizem respeito diretamente, muito em resumo, aos direitos trabalhistas, a uma ordem neoliberal que aumenta as incertezas e a gente realmente precisa dar conta disso.

Gostaria de finalizar apontando que nesse momento a luta pela democracia é o que há de mais urgente no país. Mas não há democracia sem mulheres e não há democracia sem que nós coloquemos muito claramente o debate sobre o racismo e sobre os direitos das populações vulnerabilizadas. Não dá para a gente reduzir a luta pela democracia a uma luta pela manutenção de procedimentos democráticos e equilíbrio entre os poderes. Precisamos ir além disso porque uma das razões pelas quais

os regimes democráticos têm perdido legitimidade é o fato de que muita gente se sente alienada em relação a eles. Então, uma democracia fortalecida é uma democracia em que o debate sobre direitos esteja bem colocado, em que a gente não deixe ninguém para trás. Eu acho que isso é muito importante nesse momento e as próximas eleições municipais em 2020 vão servir como um espaço de debate e de construção de candidaturas para efetivar candidaturas democráticas, candidaturas de mulheres negras e como um espaço de debate sobre a democracia que nós queremos. Trata-se de construir uma democracia que não seja tomada apenas como um conjunto de procedimentos e sim uma democracia que se conecte como uma agenda de justiça social.

**Entrevistadoras:** *É com essa chamada de luta das mulheres que vamos encerrar, agradecendo por ter aceito nosso convite para participar desta conversa. Muito obrigada. E que a luta continue.*

\*\*\*

### **Sugestões para aprofundamento:**

#### **Bibliografia**

ALBAINE, Laura (2016). “Paridad de género y violencia política em Bolivia, Costa Rica Ecuador. Um análisis testimonial”. *Ciencia Política (Colômbia)*, 11 (21), pp. 335-363.

PNUD BRASIL; ONU Mulheres; IDEA internacional. “Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres?”. ATENEA – Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe, 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/ATENEA%20Brasil%20FINAL.pdf>. Acesso em 03/10/2021.

BIROLI, Flávia, “Violence against women and reactions to gender equality in politics”. *Politics & Gender*, 14 (4), 2018; pp. 681-685.

\_\_\_\_\_, *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flávia; Machado, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

GAGO, Verónica. Cartografar la contraofensiva: el espectro del feminismo. Revista Nueva Sociedad, n. 282, 2019.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro. Porto Alegre, Editora Zouk, 2019.

### **Filmografia**

“Gênero sob ataque”, dirigido por Jerónimo Centurion, 2018.

“Aqui não entra luz”, dirigido por Karoline Maia, 2020.

## **Capítulo 6 - Quem tem medo de estudos de gênero?**

Por Flávia Melo

Entrevistadoras: Débora Prado e Lara Selis  
Episódio divulgado no dia 08 de janeiro de 2020

### **Introdução**

Desde o final da década de 1990, a expressão “ideologia de gênero” tem sido usada para denunciar uma “agenda internacional” que representa suposta ameaça à infância e às famílias cristãs. Nos últimos anos, a expressão foi progressivamente incorporada por diferentes grupos políticos e religiosos, e conquistando espaço muito significativo em debates e decisões relativas ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, políticas educacionais e eleições em muitos países do mundo, como observamos também no Brasil em 2018. Nesta entrevista, são discutidos aspectos da formação dessa categoria acusatória, sua difusão no Brasil e sua trajetória transnacional.

Para responder às perguntas “O que é a ideologia de gênero?” e “Qual a origem dessa expressão?”, a entrevistada recorre ao estudo de fontes religiosas produzidas na América Latina e na Europa, e mobilizadas por um atrelamento estratégico entre interesses de grupos religiosos católicos, evangélicos e pentecostais, mas não apenas. As publicações analisadas conformam, na opinião da autora, um meio de entender a fundo essas novas configurações políticas e as confluências entre atores religiosos.

Durante a entrevista, ao analisar a configuração transnacional dos ataques antigênero, são mencionados acontecimentos como a negociação do Acordo de Paz com as FARC na Colômbia, dentre outros observados no Brasil, como a aprovação do Plano Nacional de Educação, e na Espanha, como a emergência do Partido Vox. Tais fatos sugerem o fortalecimento de uma geopolítica conservadora que demonstra, por um lado, a

transnacionalizações desses ataques e, por outro, as nuances, peculiaridades e alianças articuladas localmente em cada país.

Para a pesquisadora, a oposição aos estudos de gênero precisa ser entendida também como uma arena de disputas por legitimidade. Ao consolidarem a expressão “ideologia de gênero”, as discursividades produtoras dos ataques antigênero estão também produzindo gênero e disputando o seu significado. Ou seja, existe em curso um embate pela enunciação, e conseqüente significação, da noção de gênero. Compreender essa disputa é outro caminho bastante produtivo para qualificar a reação conservadora.

Outra via importante no campo das possibilidades de compreender e intervir frente ao fortalecimento das políticas conservadoras em todo o mundo são as políticas de resistência forjadas por alianças nas ruas e nas redes sociais, principalmente entre mulheres, como os movimentos “Ele Não” no Brasil, em 2018, e intervenções internacionais como a “El violador eres tú”, dentre outras.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Nos últimos anos, as agendas sobre gênero e sexualidade têm protagonizado embates importantes na política brasileira, envolvendo tanto segmentos progressistas como grupos identificados com a reação conservadora. Com relação aos últimos, destaca-se o manejo discursivo que realizam em torno da ideia de uma “ideologia de gênero”. Tal expressão, cunhada por atores religiosos, tem sido ostensivamente mobilizada pelas coalizações conservadoras que sustentam o avanço político da extrema-direita no país. Ainda assim, a origem, significado e aplicações dessa expressão permanecem nebulosas no debate público. Para nos ajudar a compreender esse tópico, convidamos a professora Flávia Melo da Universidade Federal do Amazonas. Então, Flávia, para começar nossa conversa, o que é a “ideologia*

*de gênero”? Qual origem dessa expressão? E quais segmentos sociais a mobilizam?*

**Flávia Melo:** Olá a tod@s. Bom, para começar, poderia dizer que existe um esforço amplo, tanto de pesquisadoras brasileiras, como de estudiosos de vários lugares do mundo, para tentar mapear as origens dessa expressão. Aqui no Brasil, começamos a escutar esse termo com mais frequência a partir do 2014, com a aprovação do Plano Nacional de Educação. Desde então, essa expressão se popularizou entre nós, brasileiros, não é? Dos embates no parlamento, assistimos esse debate chegar até as últimas eleições, avançando com força sobre o primeiro ano de mandato do atual presidente, Jair Bolsonaro. No entanto, grande parte das estudiosas do tema trabalham com uma genealogia anterior, localizando sua fonte nos documentos produzidos pela igreja católica, em especial ao longo dos anos 1990. Na minha pesquisa, a primeira vez que localizei o uso dessa expressão foi em um documento produzido pelo conselho episcopal Peruano, em que essa expressão é mobilizada por um bispo local. Neste documento, há o emprego da expressão ideologia de gênero, inclusive no título, a saber: “Ideologia de gênero, sus peligros y alcances”<sup>49</sup>.

Nesses documentos, verificamos um alerta que convoca os cristãos católicos a reagirem ao avanço dessa suposta ideologia de gênero, que seria, resumidamente nessa perspectiva, uma agenda de implementação ou de divulgação de políticas, sobretudo, aquelas relacionadas ao campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Na base desse texto episcopal publicado no Peru estava uma publicação de um ano antes, produzida pela norte-americana Dale O’Leary e intitulada

---

<sup>49</sup> REVOREDO, Oscar Alzamora, 2004 [1998], *La Ideología de Género: Sus Peligros y Alcances. Lexicón de Términos Ambiguos y Discutidos sobre Familia, Vida y Cuestiones Éticas*. Madrid: Palabra.

“A agenda de gênero”<sup>50</sup>. Em tal documento, a autora retoma os processos das conferências internacionais e o avanço da perspectiva de gênero no âmbito das Organização das Nações Unidas (ONU), denunciando sua disseminação, em especial, na América Latina.

Dentre as análises brasileiras sobre o surgimento do termo, destaco o trabalho de Rogério Junqueira<sup>51</sup>, que foi um dos primeiros no Brasil a levantar dados mais densos sobre a questão, mostrando como essa discussão vem sendo gestada pelo Vaticano há muito tempo. Alguns estudos sugerem, inclusive, que certos elementos mobilizados na concepção de uma “ideologia de gênero” remontariam à encíclica *Rerum Novarum*, ou seja, por volta dos anos 1891<sup>52</sup>. Agora, vale destacar uma outra “linhagem” desse fenômeno, relacionada à apropriação desse conteúdo de elaboração teórica católica por grupos evangélicos e neopentecostais. Como temos observado no Brasil, aquela expressão foi assimilada e apropriada pelos políticos da frente parlamentar evangélica. Tal apropriação, contudo, é mais recente e tem se apresentado, sobretudo, por meio de projetos de lei, com foco no embate dos planos de educação em todo Brasil, a partir de 2014.

**Entrevistadoras:** *Pelo que entendemos, o processo de formulação e disseminação da ideia de uma ideologia de gênero contou com o atrelamento estratégico entre interesses da igreja católica e evangélicos, certo? Você poderia abordar um pouco mais sobre a relevância desse alinhamento?*

<sup>50</sup> O’LEARY, Dale, 1997, *The Gender Agenda*. Lafayette: Vital Issues Press.

<sup>51</sup> JUNQUEIRA, Rogério Diniz, 2017, “Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à família natural?”, in Paula Regina Costa Ribeiro y Joana Lira Magalhães, *Debates Contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade*. Rio Grande: Edições FURG.

<sup>52</sup> Disponível em [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html) Acesso em 13set2021.

**Flávia Melo:** Eu penso que essa confluência é muito interessante e produtiva para entendermos o que significa a difusão e o agenciamento político dessa expressão no Brasil e no mundo. Assistimos ao crescimento da produção bibliográfica sobre a ideia da ‘ideologia de gênero’. Entre intelectuais católicos em todo mundo e na América Latina esse crescimento é bastante intrigante. Em larga medida, penso que tal fenômeno se vale de todo um mercado editorial que tem investido nisso, conformando um campo de publicações do qual devemos nos aproximar se quisermos entender a fundo essas novas configurações políticas e confluências entre atores religiosos.

Pude compreender melhor o escopo de influência desses atores na política, quando acompanhei os planos municipais de educação. Como, por alguns anos, vivi nesse trânsito entre Amazonas e São Paulo, pude observar tanto os debates em São Paulo, como os do interior do Amazonas e na capital. Entre o final de 2015 e início de 2016, quando o debate sobre os planos municipais e estaduais de educação ganha escopo nacional, foi curioso perceber como os discursos antigênero que eu ouvia na Câmara Municipal de Campinas e na Câmara Municipal de Manaus eram muito similares ao que escutava na Câmara Municipal de Atalaia do Norte, uma cidade com cerca de 6 mil habitantes no extremo noroeste amazônico. A capilaridade do tema no contexto etnográfico amazônico estava bastante relacionada com a atuação evangélica neopentecostal na região, no entanto, quando vamos analisar as produções bibliográficas correlatas mais difundidas no Brasil, elas são, em sua maioria, de filiação católica. Esse mesmo alinhamento está presente nas atuações parlamentares. Eu chamo esse cruzamento ironicamente de “ecumenismo perverso”, por meio do qual verificamos uma atuação similar entre os parlamentares evangélicos e as mobilizações populares nas plenárias e nas audiências públicas, majoritariamente católicas. Por isso,

quando penso na proposição de Butler<sup>53</sup>, que nos convoca a encontrar ferramentas para responder e entender a realidade, fico convencida de que a leitura sobre essa convergência entre atores religiosos católicos e evangélicos constitui um caminho central para nossa análise.

**Entrevistadoras:** *Antes de avançarmos para o debate sobre a atuação dessa rede de autores diversos, voltemos um pouco para a expressão ideologia de gênero. Como você mencionou, trata-se de um termo mobilizado para atacar os estudos acadêmicos sobre gênero. Mas de que forma essa expressão consegue desqualificar as pesquisas daquele campo? Ou seja, com base nas suas análises recentes, você poderia nos explicar por que a expressão ideologia de gênero é considerada um ataque à teoria de gênero?*

**Flávia Melo:** Primeiramente, é importante entendermos essa questão inserida em um campo de disputas ao redor do conceito de gênero. Se considerarmos as colocações de Butler<sup>54</sup>, por exemplo, podemos argumentar que, ao colocarem a expressão ideologia de gênero, seus enunciadores estão também produzindo gênero, ou melhor, estão produzindo e disputando seu significado. Por isso, de forma simplificada, poderíamos imaginar um campo de disputa formado por pelo menos dois eixos: de um lado, as teóricas dos estudos de gênero e, de outro, os atores do segmento chamado de conservador, incluindo essas diferentes tradições religiosas, como o catolicismo e o evangelismo neopentecostal. Entre esses eixos, há um embate pela enunciação, e conseqüente significação, da noção de gênero. Compreender essa disputa é muito produtivo para que

<sup>53</sup> BUTLER, Judith, 2015, *Quadros de Guerra: Quando a Vida É Passível de Luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

<sup>54</sup> BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

possamos qualificar a reação conservadora nos termos de um ataque que visa desqualificar seu oponente e, para tal, fará uso de técnicas discursivas específicas. Então, por exemplo, o uso da palavra ‘ideologia’, presente na expressão cunhada pelos conservadores, retoma um conceito comum aos debates acadêmicos, mas que retorna ali como uma marca acusatória e depreciativa contra o campo dos estudos de gênero. Ou seja, na expressão ideologia de gênero, o termo antecedente busca desqualificar seu complemento, como se dissesse: os estudos de gênero não são uma teoria científica.

No livro do advogado católico argentino, Jorge Scala, recém traduzido para o português sob o título “Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família”<sup>55</sup>, vemos essa estratégia em prática. Ao longo da obra, o autor vai desconstruindo todo caráter científico dos estudos de gênero, então considerados pseudocientíficos, ou ainda, ‘a mal chamada teoria’. Ao convocar o termo “ideologia”, há um esforço para desqualificar os estudos de gênero no âmbito das ciências. Não se trata do enfrentamento clássico nos termos “ciência versus religião”, mas sim uma negação do caráter científico de determinado campo de pesquisa, a fim de reivindicar, para si, o status de ciência verdadeira. Por isso, vemos embates sendo conduzidos no Conselho Federal de Psicologia, por exemplo, onde a disputa mobiliza pareceres e publicações de entidades norte-americanas de psiquiatria e de pediatria. Enfim, com isso, quero dizer que o conservadorismo faz uso também ferramentas da ciência, a fim de produzir e legitimar um discurso de verdade, segundo seus critérios.

Nesse sentido, estudos realizados na França<sup>56</sup>, na Alemanha e na Itália<sup>57</sup> também empregam o termo “ataque” na leitura das

---

<sup>55</sup> SCALA, Jorge, 2010, *La Ideología del Género o el Género como Herramienta de Poder*. Rosario/Argentina: Ediciones Logos.

<sup>56</sup> PATERNOTTE, David, y Roman KUHAR, 2018, “Disentangling and locating the ‘global right’: anti-gender campaigns in Europe”, *Politics and Governance*, 6 (3): 6-19.

<sup>57</sup> GARBAGNOLI, Sara, 2014, “L’ideologia del genere: l’irresistibile ascesa di

estratégias antigênero. Na minha opinião, o uso dessa palavra tem sido acertado para designar um conjunto de medidas tomadas principalmente no campo legislativo com intuito de impedir o avanço, a consolidação ou o reconhecimento de uma série de direitos, em especial, os chamados direitos sexuais e reprodutivos, além daqueles voltados ao enfrentamento das violências de gênero. No Brasil, vemos esse processo materializado em 2014, quando assistimos à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>58</sup>. Naquele momento, o Congresso Nacional foi tomado por uma série de audiências públicas, mas também por uma série de manifestações em que a expressão “ideologias de gênero” foi utilizada como uma forma de denúncia, para que se retirasse do PNE qualquer referência a diversidade sexual, aos direitos LGBT, a igualdade e a equidade de gênero.

Esse processo de ataque tem a sua aparição exemplar no PNE, mas ele se mantém bastante persistente nos anos seguintes, e com capilaridade, de modo que seu emprego extrapola o campo do Congresso Nacional, atuando também nas Assembleias Legislativas do Brasil e nas Câmaras Municipais de todo o país. As propostas são também diversas, a exemplo do que aconteceu durante o governo Dilma, quando parlamentares sugeriram retirar a palavra gênero do escopo de atribuições do extinto Ministério de Mulheres. Essa tendência prossegue, avançando para propostas de retirada e ou alterações de resoluções que garantiam em informes de saúde e policiais contivessem dados sobre orientação sexual ou identidade de gênero. Portanto, esse é um movimento que no campo parlamentar deixa muito evidente a disputa em torno de um conceito de gênero. Com as eleições de 2018, percebemos que tal ofensiva ultrapassa o espaço parlamentar exemplarmente, e passa a compor um trabalho

---

un’invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell’ordine sessuale”, *About Gender Rivista Internazionale di Studi di Genere*, 3 (6): 250-263.

58 Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/PNE> Acesso em 27out2021.

cotidiano de convencimento no campo das moralidades e dos enfrentamentos sobre gênero. Já em 2019, temos uma coleção de ofensivas, desde a hilária “menino veste azul e menina veste rosa”<sup>59</sup> até uma série de outras questões que se institucionalizam agora na atual gestão federal.

**Entrevistadoras:** *Muito importante essas ponderações, Flávia. E com base no que você apresentou, valeria então pensarmos na mobilização da noção de “ideologia de gênero” como parte de uma estratégia que não é arbitrária ou mesmo ocasional, como alguns analistas sugerem. Mas, pelo contrário, trata-se de uma ação bastante diretiva, na qual as disputas normativas sobre gênero auxiliam os esforços por legitimidade pública dos grupos alinhados ao que você chamou de campo dos conservadorismos. E nesse sentido, torna-se necessário refletirmos sobre como esses ataques, ao construírem a ideia de um inimigo moral a ser perseguido, acaba também atuando na criminalização daqueles que serão entendidos como propagadores desse mal, sendo elas as feministas, ativistas de direitos humanos, população LGBT, professores, pedagogos, dentre outros. Uma vez estabelecida essa esfera de convencimento, vemos avançar a construção de legitimidade para o uso da força contra esses grupos, presente nas práticas sociais, ou mesmo a execução de ações governamentais contrárias às políticas de proteção. Assim, ao longo dos últimos anos, assistimos à retirada das comunidades LGBT+ da carta de diretrizes de direitos humanos do governo, o fim do comitê de gênero e diversidade, a suspensão dos editais do governo que daria um apoio a produções de filmes com essas temáticas, dentre tantos retrocessos. Como você percebe esse contexto?*

---

<sup>59</sup> Discuto essa questão mais detidamente em: Melo, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. Revista Estudos Feministas [online]. 2020, v. 28, n. 3 [Acessado 13 Setembro 2021], e72564. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>>

**Flávia Melo:** Em primeiro lugar, concordo com o diagnóstico que sugere se tratar de um projeto bem articulado. Inclusive, quando começaram a discussões que abordavam esses ataques aos estudos de gênero como sendo cortinas de fumaça, eu insistia muito nos meus círculos em dizer que não se tratava de uma questão menor<sup>60</sup>. Eu acredito que tem sim um projeto implicado nessas mobilizações, mas que não pode ser entendido como algo homogêneo, compacto, ou mesmo articulado a um poder central. A meu ver, existe uma série de interesses e processos com trajetórias distintas, mas que se confluem estrategicamente nesse momento. Para além disso, vale destacar a potência dessa máquina de *fake News* que chama nossa atenção para esses meios sociotécnicos capazes de alterar as formas de se informar, policiar e agir, e com especial força na disseminação desses pânicos morais ou políticas de terror. Com isso, poderíamos dizer que esse projeto possui muitas linhas que se cruzam e que lhe concedem força e abrangência. Uma dessas linhas, eu diria, está relacionada com um projeto de morte, visto que ele opera para invisibilizar determinados sujeitos, na linha do que denominamos de necropolítica<sup>61</sup>.

Pensemos no projeto de lei que impede a identificação de orientação sexual e identidade de gênero de uma pessoa em registros policiais e médicos. Ciente dos dados de trans/lgbtphobia no Brasil, tal prática torna-se no limite uma política que impede contar os mortos, e que envolve desde restrições à distribuição de medicamentos, até o bloqueio de políticas públicas importantes na proteção desses grupos contra as violências físicas ou não. A despeito do fracasso do projeto da

---

<sup>60</sup> Cf. Melo, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. Revista Estudos Feministas [online]. 2020, v. 28, n. 3 [Acessado 13 Setembro 2021], e72564. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>>

<sup>61</sup> Sobre o conceito de necropolítica, consultar: MBEMBE, Achille. . Necropolítica . 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

Escola sem Partido<sup>62</sup>, arquivado na última legislatura, vemos o avanço dessa ideia por outros meios, inclusive através da prática de vigilância sobre os professores, das acusações de doutrinação que se tornaram difundidas no todo o Brasil.

Quando avaliamos os projetos de lei, identificamos esse esforço para criminalizar a menção aos estudos de gênero. A associação que será realizada entre os estudos de gênero e o comunismo também caminha nessa direção, mas não é recente. Como mencionei no início da conversa, nos documentos católicos, já de muitas décadas, vemos a presença de uma preocupação com esse inimigo comunista, socialista. No livro do Jorge Scala, que mencionei, verificamos essa proposta de que o feminismo e os estudos de gênero, além de serem sinônimos, conformariam uma atualização, mais radical e mais perigosa, do comunismo. Para alguns desses autores católicos, os estudos de gênero seriam uma espécie de “neocomunismo de esquerda”. A articulação desses elementos todos tem impactos muito amplos em nossa vida pessoal e política.

**Entrevistadoras:** *Esse debate sobre necropolítica chama nossa atenção para como o discurso sobre ideologia de gênero está também articulado a uma malha discursiva ampla, envolvendo outras estruturas sociais, como patriarcado, o racismo e o capitalismo neoliberal. Não à toa, esses ataques ganham mais força contra corpos femininos (ou feminizados) pobres e racializados. Ou seja, corpos que, desde o processo de colonização, vêm sofrendo a precarização de suas vidas por meio de estruturas de exploração conectadas. Segundo dados da defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em novembro de 2019, o Brasil ocupa o topo do ranking dos países que mais*

---

<sup>62</sup> Para mais informações sobre o movimento Escola Sem Partido, consultar: MELO, Flávia; Pereira, J. W. Dispositivo curricular, panoptismo escolar e resistência: ‘ideologia de gênero’ e escola sem partido na educação brasileira. ARIES Anuario de Antropologia Iberoamericana, v. 5, p. 1-34, 2019.

*registram mortes por transfobia no mundo. Com relação ao feminicídios, o Brasil ocupa o quinto lugar. Números trágicos, mas que confirmam o aspecto violento da nossa sociedade, uma sociedade que vem historicamente mobilizando a diferença para justificar a produção de hierarquias sociais, econômicas e políticas. Como você interpreta o modo como o discurso sobre ideologia de gênero se relaciona com esse conjunto de lógicas de intolerância históricas? E no Brasil, como analisar essas estratégias mobilizadas pelos grupos conservadores?*

**Flávia Melo:** Se detalhamos os dados do feminicídio<sup>63</sup>, podemos confirmar como as mulheres negras são as maiores vítimas dessa violência. Com isso, reforçamos a confluência do racismo e da intolerância mencionados. No livro de um bispo católico espanhol<sup>64</sup>, vemos a defesa da continuidade desse projeto colonial, por meio da qual ele sugere a necessidade de restituição dos padrões da cultura judaico cristã, do direito judaico cristão e da influência dessa cultura e dessa moral cristã na constituição e na civilização do mundo. Quando situamos esses números de violência e estatísticas de morte no contexto desses discursos conservadores percebemos como seu efeito no campo da legitimidade tem consequências práticas perigosas.

No campo específico das ações desses grupos, tenho identificado um conjunto de seis estratégias. Particularmente, meu estudo se deteve nos planos de educação, passando pelas eleições presidenciais, a partir de um cotejamento também do material bibliográfico dos intelectuais cristãos. Meu objetivo, com esse estudo, foi procurar repetições, permanências e

<sup>63</sup> Em 2019, o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelava o crescimento do feminicídio no Brasil, com especial atenção à prevalência das mortes de mulheres negras (61%). Disponível em <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em 13set2021.

<sup>64</sup> GUIASOLA, José Manuel Martínez, 2018, *La Ideología de Género: Génesis Filosófica, Desarrollo Doctrinal e Incursión Jurídica*. Sevilla: Punto Rojo Libros.

reiteraões entre esses discursos, projetos, publicações, notícias que circulam no *WhatsApp* e vídeos de *youtubers*. Enfim, é um material muito vasto e muito diverso, mas a partir do qual comecei a mapear essas estratégias que tampouco são fixas.

A primeira das estratégias que percebo fortemente presente entre esses grupos refere-se ao que já debatemos aqui, ou seja, à disseminação da ideia de ideologia de gênero como uma fonte de ameaça social, principalmente, à infância. Isso está presente em quase todos os documentos, isto é, em quase todas as falas que mobilizam essa expressão da “ideologia de gênero”, ela vem complementada com a noção de uma ameaça às crianças. O projeto Escola Sem Partido continha essa preocupação que no discurso de posse do atual presidente foi mencionada<sup>65</sup>. Ademais, em todos os livros que eu analisei essa associação está presente, de modo que o contraponto a essa ameaça se reflete na reivindicação por uma educação que respeite os valores morais e religiosos dos pais etc. A segunda estratégia consiste na denúncia de uma conspiração internacional entre marxistas, comunistas, feministas e o movimento LGBT. Trata-se outra estratégia discursiva que aparece com muita frequência e que, como mencionei, baseia-se em documentos muito antigos da igreja, que agora se atualizam numa série de outras publicações<sup>66</sup> dedicadas a conciliar essa imagem do inimigo comunista ao feminismo e aos movimentos LGBT.

A terceira estratégia configura o que chamei de restabelecimento do sexo como categoria normativa, que está fundamentalmente vinculado com a restauração do binarismo e da heteronormatividade. A quarta estratégia, também já discutida, refere-se a esse embate “ciência *versus* religião”,

---

<sup>65</sup> A íntegra do discurso está Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml> Acesso em 13set2021.

<sup>66</sup> Além dos já citados ao longo da entrevista, consultar, por exemplo: MÁRQUEZ, Nicolás; LAGE, Agustín. *El libro negro de la nueva izquierda: ideología de género o subversión cultural* Buenos Aires: Unión, 2016.

por meio do qual os grupos religiosos não mais questionam a ciência, visando destituí-la, mas buscam reivindicar, para si, o posto de verdadeira ciência. Por fim, a quinta estratégia dialoga com a discussão que fizemos a pouco sobre o projeto colonial e o modo como ele se atualiza nas práticas antigênero. Mas aqui, surge uma ironia, porque a quinta estratégia mobilizada pelos grupos conservadores consiste justamente em acusar a suposta ideologia de gênero de ser um projeto colonial autoritário. Tal proposta é construída discursivamente, através da indicação de que os atores internacionais, ativistas de Direitos Humanos ou organismos multilaterais que defendem equidade de gênero seriam ameaças estrangeiras contra a autonomia nacional na condução desses assuntos. Como mencionei, a agenda dos direitos das mulheres e dos direitos LGBT teve a ONU como palco central para seu desenvolvimento. Por isso, localizar a ONU como um inimigo foi um passo bastante automático. No entanto, é curioso perceber como as publicações cristãs interpretam a ação daquela Organização como expressão de um projeto estrangeiro colonial e autoritário sobre os países mais pobres.

A última estratégia, na minha visão, seria a mais interessante pensando em termos estritamente antropológicos. Isso porque, ela consiste em uma narrativa muito poderosa que anuncia uma catástrofe de fato, vinculada ao perigo da extinção da natureza humana. Em outras palavras, esses grupos sugerem que a difusão da ideologia de gênero levaria ao fim da espécie humana, daí ser muito importante reestabelecer o elemento da reprodução, e do controle da sexualidade feminina como práticas coletivas. É interessante notar como esse discurso mobiliza um elemento de fé que eu acho muito importante para compreendermos o *modus operandi* religioso. Ademais, o caráter escatológico que dá força para a narrativa mítica torna-se ainda mais relevante em um contexto de crise econômica. A meu ver, esse tom catastrófico de emergência que declara que é preciso

salvar as crianças, é preciso nos proteger, é preciso aniquilar o inimigo, converge muito com outras ansiedades sociais.

**Entrevistadoras:** *Com base em tudo que discutimos até aqui, podemos traçar alguns paralelos com experiências que acontecem em outros países. Tanto as articulações antigênero, como os movimentos feministas têm apresentado uma forma de luta fundamentalmente transnacional. No campo dos conservadores, vale destacar a convergência desses acontecimentos com a ascensão da geopolítica do neoconservadorismo do governo Trump. Ofélia Perez, no livro “a hegemonia e democracia em disputa Trump e a geopolítica do neoconservadorismo”<sup>67</sup> aborda como o Trump a todo momento mobiliza o discurso fundamentalista cristão afim de angariar uma base eleitoral específica. Paralelamente, vemos Bolsonaro lançando mão de estratégias semelhantes ao longo de sua campanha. Para além, países como Hungria, Polônia, França, Itália, dentre tantos outros já assistem a essa articulação entre as pautas antigênero e os partidos de extrema direita. Você poderia comentar um pouco mais sobre o fluxo transnacional dos movimentos?*

**Flávia Melo:** A antropóloga espanhola Mónica Cornejo-Valle e Ignacio Pichardo <sup>68</sup> publicaram um artigo nos Cadernos Pagu, em que chamam a atenção para como esses ataques antigênero conformam um fenômeno transnacional. Enquanto no Brasil nós estávamos acompanhando o processo de impeachment, do golpe parlamentar de 2016, na Colômbia discutia-se o acordo de paz com as FARC. Aqui e lá o discurso da ideologia de gênero

---

<sup>67</sup> CRUZ, Ofélia Pérez. Fundametalismos y prosperidad: Trump y su "Make America Great Again". IN: GANDASEGUI, Mardo A.; CORONADO, Jaime Antonio Preciado (coord). Hegemonía Y democracia en disputa. Trump y la geopolítica del neoconservadorismo. Universidad de Guadalajara,

<sup>68</sup> CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, José Ignacio. “La ‘ideología de género’ frente a los derechos sexuales y reproductivos en el escenario español”. *Cadernos Pagu*, n. 50, E175009, 2017.

foi um argumento importante mobilizado para, em um caso, fortalecer o golpe e, no outro, se opor ao acordo. Particularmente na Colômbia, um dos termos do acordo instituía que, no processo de transição, fossem respeitados os direitos das pessoas LGBT. A manifestação dos grupos religiosos católicos contrariava exatamente isso, demandando que se reconhecesse a proteção aos missionários e aos religiosos e excluísse o reconhecimento da situação de vulnerabilidade de pessoas LGBT no conflito.

Voltamos aqui àquela questão da necropolítica que, quando pensada a partir dos termos transnacionais, lança luz sobre a existência de uma geopolítica do conservadorismo elaborada em torno dos ataques contra os estudos de gênero. Espanha, Bolívia, Estados Unidos, Colômbia<sup>69</sup> são todos exemplos que debatemos e onde podemos ver os ataques antigênero assumindo formas diferentes, estratégias diferentes, mas dinamizadas por lógicas de poder semelhantes. Vale pontuar que, antes de representarem medidas de retrocesso, tais ataques são ações reativas às conquistas que nós tivemos e que, infelizmente, não foram suficientes, não foram homogêneas e não foram equânimes para todas as pessoas. Assim, nem todas as mulheres e nem todas as pessoas LGBT alcançaram em todos os lugares os poucos direitos conquistados ao longo dessas décadas.

De todo modo, a despeito dessas desigualdades, a despeito da distribuição desigual dos direitos, assim como da distribuição desigual da precariedade, como fala a Butler<sup>70</sup>, essas conquistas geraram incômodos. E, na minha visão, isso indica que em algum momento iniciamos o caminho certo de resistência e de luta, agora resta ver quais são as estratégias que a gente precisa utilizar.

---

<sup>69</sup> Para saber mais a respeito, no caso colombiano: MUELLE, Camila Esguerra. “Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia”. *Sexualidade, Saúde e Sociedade*, n. 27, p. 172-198, 2017.

<sup>70</sup> BUTLER, Judith. 2019. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. Lieber, Andreas. . Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp.

**Entrevistadoras:** *Muito interessante essa ideia de uma geopolítica conservadora. Paralelamente, podemos então pensar na importância de as ações de resistência também cruzarem fronteiras? Temos o exemplo recente da luta chilena, “El violador eres tu”<sup>71</sup>, cuja performance ganhou extensão global. Nessa esteira, e por tudo que debatemos até aqui, você considera que a luta feminista carrega mesmo essa potencialidade transversal, capaz de convergir e conectar muitas agendas?*

**Flávia Melo:** Sim, e essas mobilizações no mundo inteiro vão mostrar isso para gente. A onda verde na Argentina, e no Chile, como vocês lembraram há pouco, o pensamento feminista negro no Brasil, enfim são todos exemplos de como essas resistências possuem capacidade de desestabilização das dominações. E, mais, são exemplos de como essa ação se dá por meio de um atravessamento pensado menos pela metáfora de uma navalha e mais pela imagem da água que sabe se espalhar e tem uma capilaridade fundamental que a configura enquanto fenômeno transnacional. Em resumo, por tudo que falamos, é importante pensar essas resistências como algo que atravessa, que infiltra, que é transnacional, que é internacional, como propõe o Feminismo para os 99%<sup>72</sup>. Trata-se de algo que é capilar, que é cotidiano. Nesse sentido, a greve mundial de cuidados é um exemplo fantástico porque demonstra essa capacidade de reverberar e repercutir no cotidiano, na vida pública e privada.

Por isso, penso que nem de longe estamos falando de enfrentamento retórico. Inclusive, temos uma gama importante de pesquisas no Brasil e em outras partes do mundo e precisamos mobilizá-las. Concordo também que nossos enfrentamentos e desafios não serão poucos e não serão fáceis, mas tenho feito

---

<sup>71</sup> Mais informações a respeito em [https://elpais.com/sociedad/2019/12/07/actualidad/1575750878\\_441385.html](https://elpais.com/sociedad/2019/12/07/actualidad/1575750878_441385.html) Acesso 13set2021.

<sup>72</sup> ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto* São Paulo: Boitempo, 2019.

um esforço de olhar para essas resistências e me alimentar delas para que a gente consiga seguir trabalhando. Afinal, esse é um compromisso da nossa geração, como professoras universitárias. Não se trata de um olhar romântico, até porque os tempos não permitem, mas acredito que reconhecer a força das resistências que são feitas com muito suor é necessário. E sem deixar de conectá-las a um esforço reflexivo para que possamos também pensar sobre essas ações e teorizar sobre elas.

**Entrevistadoras:** *Muito bom, Flávia. Vamos terminar então essa conversa com ânimo. Apesar de todo cenário de bloqueios e retrocessos, é importante reconhecer a força das pesquisas e das mobilizações sobre gênero e sexualidade, inclusive no campo das Relações Internacionais. No Brasil, vale destacar as articulações em termos de mandatos coletivos que além de fortalecerem mulheres antes silenciadas, cria também uma nova proposta de organização do poder democrático. No campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, o campo dos estudos de Gênero tem crescido, diversificado suas bases teóricas e produzido pesquisas de alta qualidade científica, capazes de gerar dados e informações para a formulação de políticas públicas e legislações nacionais preocupadas com valores de equidade e liberdade. Agradecemos muito sua disponibilidade para conversar conosco. Foi, sem dúvidas, um debate muito rico e esclarecedor. Obrigada.*

\*\*\*

### **Sugestões para aprofundamento:**

#### **Bibliografia**

Melo, Flávia. “O túnel, o Frota, a ideologia de gênero”. Ponto Urbe [Online], 18 | 2016, Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3137> Acesso em: 17 novembro 2021.

Melo, Flávia. “Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil”. Revista Estudos Feministas [online]. 2020, v. 28, n. 3 [Acessado 13 Setembro 2021], e72564. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564> Acesso em: 17 novembro 2021.

Melo, Flávia. “El género como catástrofe: performatividades religiosas y la emergencia de la “ideología de género” en Brasil”, *Etnográfica* [Online], Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/10190> Acesso em: 17 novembro 2021.

Correa, Sonia. Políticas antigênero na América Latina: estudos de caso/versões condensadas. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids ABIA, 2021. Disponível em <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/resumos-pt/E-book-Resumos-PT-02082021.pdf> Acesso em: 17 novembro 2021.

Almeida, Ronaldo e Toniol, Rodrigo. Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. 2021

Kuhar, Roman and Paternotte, David. *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality*. 2019.

### **Podcasts**

LARVAS INCENDIADAS: Retratos da cruzada antigênero. Entrevistada: Sônia Correa. Disponível em: <https://desaprender.com.br/podcast/larvas-incendiadas-24-sonia-correa-marco-prado-retratos-da-cruzada-antigenero-parte-2/> Acesso em: 17 novembro 2021.

OLHARES: Afinal, existe ideologia de gênero? [Ep.3], 2017. Disponível em: <https://podcastaddict.com/episode/114809154> Acesso em: 17 novembro 2021.

### **Vídeos**

IDEOLOGIA DE GÊNERO. Greg News. HBO Brasil. [7(3)], 2019. Disponível em: <https://youtu.be/8pUiK-dyPjg> Acesso em: 25 outubro 2021.

GÊNERO SOB ATAQUE. Clacai. 2019. Disponível em: [https://youtu.be/Aj3St\\_zUM7M](https://youtu.be/Aj3St_zUM7M) Acesso em: 25 outubro 2021.

QUEM TEM MEDO DE FALAR DE GÊNERO?. Boitempo. Tradução: Ana Meira e Isabella Barboza. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/cozmjJpMakM> Acesso em: 25 outubro 2021.

## Capítulo 7 - Nosso Corpo, Nosso Espírito

Por Cristiane Julião Pankararu, Sandra Procópio da Silva,  
Tchella Fernandes Maso

Entrevistadora: Débora Prado

Episódio divulgado no dia 08 de outubro de 2019

### Introdução

*“Seremos sempre guerreiras em defesa da existência  
de nossos povos e da Mãe Terra.”<sup>73</sup>*

Entre 10 e 14 de agosto de 2019 presenciamos um momento inédito em nossas histórias de mobilização: mulheres do campo e da cidade, indígenas e camponesas marcham em defesa de nossos territórios. Com o lema “Território: Nosso corpo, Nosso espírito”, mulheres indígenas se posicionaram contra as violações que afetam suas vidas e de seus povos, clamando para que suas vozes ecoem pelo mundo a fim de garantir “a nossa existência”<sup>74</sup>. A I Marcha das Mulheres Indígenas que se integrou à VI Marcha das Margaridas foi a inspiração da construção do podcast que agora se transforma em capítulo de livro, revisado justamente no momento de organização da II Marcha das Mulheres Indígenas, prevista para setembro de 2021. Nossa intenção foi reunir mulheres, participantes ativas e reflexivas desse movimento que pluraliza as formas de organização política, contextualizando em solo brasileiro o acumulado dos movimentos latino-americanos de intersecção das pautas associadas aos debates de classe, gênero, raça, sexualidade e ocupação territorial. E inspirar outras epistemes e práticas políticas.

---

<sup>73</sup> Trecho do documento final elaborado pela I Marcha das Mulheres Indígenas. CIMI. DOCUMENTO FINAL DA MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS: “TERRITÓRIO: NOSSO CORPO, NOSSO ESPÍRITO”. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em agosto de 2021.

<sup>74</sup> Idem.

É preciso enfatizar que essa marcha é um marco por muitos motivos e um deles é por convocar *nossa* sensibilidade a refletir sobre nossa existência comum - minha e sua também e não apenas delas! A ofensiva colonial, do latifúndio e da monocultura que afetou e afeta as mulheres indígenas e camponesas, determina também o fracasso dos brancos, do povo da mercadoria que é incapaz de sonhar com algo além deles mesmos<sup>75</sup>. Como escreveu Davi Kopenawa em parceria com Bruce Albert<sup>76</sup>, Daniel Munduruku ao redesenhar a carta do Chefe Seattle e torná-la acessível ao público jovem<sup>77</sup>, Ailton Krenak e suas ideias para adiar o fim do mundo e muitas outras pessoas, de diferentes etnias, a queda do céu afetará à todas as pessoas, mesmo aquelas fixadas na propriedade<sup>78</sup>. Nas palavras de Sônia Guajajara: “O mundo é redondo e tudo que suceder à Terra, sucederá aos filhos da Terra e, principalmente para aqueles que não respeitam a Terra. A Terra é nossa mãe, não se pode vender a nossa mãe. (...) A causa indígena é de todos nós”<sup>79</sup>. Há aí um sentido de totalidade que nos interpela a pensar e a viver a partir de outra forma e de outro lugar: percebendo-nos como um todo e não apenas um grupo que existe em contraposição ao outro. Ao referir-se ao planeta como uma mãe, Sônia Guajajara e a carta final da Marcha das Mulheres Indígenas nos convidam a manifestar uma ética do cuidado em relação a nós e à natureza, corporificando uma responsabilidade em relação ao modo como vivemos e suas consequências. E isso

---

<sup>75</sup> O povo da mercadoria é uma expressão presente na obra de Davi Kopenawa em parceria com Bruce Albert. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. (2015) *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> MUNDURUKU, Daniel; Negro, Mauricio. (2009) *A palavra do Grande Chefe*. Rio de Janeiro: Editora Global.

<sup>78</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2015) Prefácio: O recado da mata. In: Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, p.11-42.

<sup>79</sup> GUAJAJARA, Sônia. (2018) *Sônia Guajajara*. Coleção Tembete. Rio de Janeiro: Beco do Azogue Editorial, p.55.

impacta diretamente na forma como percebemos e realizamos a política em geral e o feminismo, em particular.

Se ainda na década de 1990, as mulheres zapatistas convocaram o continente latino-americano a transgredir as formas de luta, equalizando o papel e a participação das mulheres nesses espaços<sup>80</sup>, mas também desestabilizando o que se entendia por feminismo; hoje, mulheres de mais de 130 povos indígenas se dispõem nas fileiras junto às camponesas de todas as regiões do Brasil. Elas manifestam que há muitas formas de gritar de rebeldia, como sugeriu o movimento Mulheres Criando na Bolívia<sup>81</sup>. E juntas podemos denunciar as múltiplas formas de opressão que avançam sobre nossos corpos-territórios. Esse conceito, bandeira e espaço de luta surgiu entre os movimentos de mulheres indígenas nas duas últimas décadas e refere-se à perspectiva que analisa o corpo como um território político<sup>82</sup>, uma continuidade entre o espaço em que se habita, no qual a demarcação significa um limite diante da ofensiva colonial e colonizadora. Em outras palavras: acolhimento e corresponsabilidade ao olhar nossos territórios e nesse processo perceber-nos como parte, “nosotras-nosotros-nosotres mismxs”<sup>83</sup>.

Como declarou Sônia Guajajara, estamos vivendo um momento muito especial, um momento de mulheres<sup>84</sup>. Não só no movimento indígenas, elas buscam protagonismo, mas

<sup>80</sup> Um marco desse processo é a construção da Lei Revolucionária das Mulheres, analisada por Margara Millán Moncayo em 2014 no livro: “Más allá del feminismo: caminos para andar”. México: Red de Feminismos Descoloniales.

<sup>81</sup> MUJERES CREANDO. (2005) La virgen de los deseos. Buenos Aires: Tinta Limón.

<sup>82</sup> GÓMEZ GRIJALVA, Dorotea. (2012). Mi cuerpo es un territorio político. Brecha Lésbica. Disponível em: <https://brechalesbica.files.wordpress.com/2010/11/mi-cuerpo-es-un-territorio-polc3adtico77777-dorotea-gc3b3mez-grijalva.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2021.

<sup>83</sup> CRUZ Hernández, Delmy Tania. (2016) Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. En: SOLAR, Revista de Filosofía Iberoamericana Año12 Vol. 12-1, p.10.

<sup>84</sup> Idem.

de forma ampla, em diferentes coletivos, as mulheres estão pulsando as mudanças. Por isso, as trajetórias de Cristiane e Sandra se apresentam como expressões da vida que segue encontrando caminhos, reexistindo e gerando novos conhecimentos. Elas compartilham o espírito de luta que nos alimenta e ao se juntarem à trajetória de Tchella ganham voo no campo das Relações Internacionais<sup>85</sup>. Juntas contribuem para vivificar os estudos feministas e de gênero nesse campo do conhecimento e aproximá-lo do cotidiano de quem luta e faz resistência.

A seguir a leitora encontrará a transcrição da entrevista que em seu movimento espiralado nos conta sobre o movimento feminista brasileiro da última década, as ofensivas contra os direitos das mulheres, a organização das mulheres indígenas que culminou na organização da I Marcha, além da participação dessas mulheres na política partidária brasileira. Além disso, as entrevistadas nos contam sobre como é o processo de construção de pautas do movimento indígena e camponês e como isso alimenta a descolonização e popularização do feminismo e a busca pela unidade na luta política.

\*\*\*

**Entrevistadora:** *No período mais recente, quais acontecimentos marcantes vocês podem mencionar acerca dos ataques aos direitos das mulheres no Brasil?*

**Tchella Maso:** Esse movimento que temos vivenciado no Brasil de ataque à democracia, essa entrada da extrema-direita,

---

<sup>85</sup> Sobre essa trajetória de diálogo entre as Relações Internacionais e as mulheres indígenas ver: MASO, Tchella; TERENA, Linda; VERON, Valdelice; URT, João Nackle. Decolonial portraits: news from the frontline, Mato Grosso do Sul, Brazil. *Journal of International Feminist Politics. Conversations*. 20 oct 2021. <https://doi.org/10.1080/14616742.2021.1981143>

está muito ligado à ofensiva em relação aos direitos das mulheres e à imagem e à representatividade da mulher na sociedade.

Mesmo antes do golpe contra Dilma, vivenciamos na cena pública brasileira ataques diretos às mulheres. Não sei se vocês lembram daqueles adesivos que circularam nos carros, com as pernas abertas<sup>86</sup>. Eu mostrei isso para um auditório lá na Espanha de homens e mulheres e essas pessoas ficaram extremamente chocados, acharam uma tremenda barbárie, e aqui na nossa sociedade em muitos espaços, isso é naturalizado. Então imagina isso, uma sociedade que viraliza essa violência contra uma mulher que ocupa um cargo de representatividade e que foi eleita democraticamente, o que será daquelas que não são vistas?

Na sequência, temos os ataques enfrentados pela então presidente no momento das votações do impeachment (que a gente chama de golpe). Durante as sessões, observamos uma série de deputados defendendo Deus e a família. E isso também é um ataque a uma leitura feminista de sociedade. Quando você está defendendo o modelo patriarcal de sociedade: o pai é quem manda e a mulher tem seu espaço limitado ao trabalho reprodutivo. E aí lembrem que o Temer assumiu o poder e já na virada 2016/2017, surge toda aquela polêmica da recatada e do lar<sup>87</sup>. Essa é uma das muitas frases do Temer, colocando, por exemplo, no dia da mulher, que lugar de mulher é na cozinha, no fogão e que ela não pode assumir espaços de poder reconhecidos publicamente. Então percebam que toda essa ofensiva contra a democracia está associada também a uma legitimação das desigualdades de gênero.

<sup>86</sup> Bergamo, Mônica. “Governo denuncia adesivo com ofensa sexual a Dilma ao Ministério Público”. Folha de São Paulo, 02 de julho de 2015. Disponível em: Governo denuncia adesivo com ofensa sexual a Dilma ao Ministério Público - 02/07/2015 - Mônica Bergamo - Colunistas - Folha de S.Paulo (uol.com.br) Acesso em agosto de 2021.

<sup>87</sup> Linhares, Juliana. “Marcela Temer: bela, recatada e do ‘do lar’”. Revista Veja, 18 de abril de 2016. Disponível em: [www.veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/](http://www.veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/) Acesso em agosto de 2021.

A gente tem o assassinato da Marielle Franco<sup>88</sup>, que é um acontecimento que sempre precisamos lembrar. Com a entrada do atual presidente, que já defendia publicamente violências de gênero, este processo se institucionaliza com a entrada de uma ministra que defende papéis sociais deterministas e desiguais para homens e mulheres. Então há uma relação direta deste processo com o discurso de extrema-direita, de ofensiva liberal, de deslegitimação das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos e da diversidade das discussões sobre sexualidade. A gente vê uma população muito desinformada, que queima bruxas quando a Judith Butler vem aqui<sup>89</sup>; que fala em ideologia de gênero sem saber o que isso significa<sup>90</sup> e que aceita a proibição da palavra gênero nas escolas. Outro exemplo é o desmantelamento da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que estava tendo algumas conquistas.

Mas, apesar desta ofensiva, o movimento das mulheres e o movimento feminista no Brasil é crescente. Antes mesmo do golpe da Dilma lá em 2015, tivemos movimentos importantes como o dos protestos das mulheres contra o então presidente da Câmara Eduardo Cunha contra o projeto de lei do parlamentar (5069/13) que tornava crime induzir ou auxiliar uma gestante a abortar, movimento que ficou conhecido como Primavera Feminista. Apesar dessa ofensiva em defesa da desigualdade de

---

<sup>88</sup> Mulher negra, lésbica e nascida no Complexo da Maré, a vereadora da cidade do Rio de Janeiro, eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados em 14 de março de 2018 em caso ainda sem resolução. Mais informações em: Folha de São Paulo. Veja tudo o que se sabe sobre o assassinato de Marielle, dois anos depois. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-tudo-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-de-marielle-dois-anos-depois.shtml>. Acesso em agosto de 2021.

<sup>89</sup> Finco, Nina. “Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo”. Revista Época, 10 de novembro de 2017. Disponível em: Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo - ÉPOCA | Cultura (globo.com)

<sup>90</sup> BERTHO, Helena. AZMINA. Ideologia de gênero: entenda o assunto e o que está por trás. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/ideologia-de-genero-entenda-o-assunto/>. Acesso em outubro de 2021.

gênero, eu percebo um crescimento das mulheres nas ruas, não só como setores de outros movimentos, mas pautando agendas.

Em 2018 tivemos outro movimento importante o #EleNão, quando as mulheres foram às ruas contra o então candidato Jair Bolsonaro. Importante destacar também a importância de movimentos já organizados por mulheres há tempos no Brasil como a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); e claro, as mulheres que se organizam dentro dos seus próprios movimentos e tentando mostrar uma outra visão de mundo. Isso vem crescendo.

Eu queria destacar também a Marcha das Mulheres Negras, que em 2015 teve um caráter nacional com mais de 50 mil participantes<sup>91</sup>. E agora, em 2019 temos a sexta edição da Marcha das Margaridas, que ocorre no mesmo momento da Marcha das Mulheres Indígenas. Isto tem um poder muito grande, diz muito da nossa sociedade, que apesar das ofensivas, há resistências. E, na minha opinião, eu acho que é um movimento que não é derrubado de forma fácil. Você percebe as grades que te oprimem e ao sair delas você se liberta, por mais que a luta seja intensa e por mais que a gente não tenha recursos. Tem relação com hábitos, uma mudança cultural, estrutural e isso é muito importante.

Eu percebo também, já para fechar essa minha fala inicial, que por exemplo, quando eu comecei a dar aula lá na UFGD em 2013, as estudantes não se diziam muito feministas. Isso era um trabalho de base para mim. Hoje, elas já chegam se dizendo feministas. Isso é coisa de 6 anos, e é claro que as redes sociais têm um papel nisso, que é o que algumas atrizes vão chamar de quarta onda feminista e que chega através das mídias sociais.

---

<sup>91</sup> Mais informações em “Mulheres ocupam Brasília na primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras”. Notícias Governo Federal, 18 de novembro de 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_sep/pt-br/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras). Acesso em agosto de 2021.

Inclusive, se falou, se eu não me engano em 2018, que feminismo foi uma das palavras mais procuradas no Google<sup>92</sup>.

Isso demonstra um crescimento do movimento. Mas é claro que a gente tem que ter um olhar crítico. O que algumas autoras vão dizer é que estamos vivendo, ao mesmo tempo, uma massificação do feminismo e isso é bom, por um lado. Por outro lado, as redes sociais despolitizam o debate. Fala-se, por exemplo, da colonização do feminismo pelo neoliberalismo<sup>93</sup> (a neoliberalização do feminismo<sup>94</sup>). Então sim, a gente tem que ter um olhar crítico, de que tipo de movimento feminista está crescendo, porque está crescendo. E aí eu acho que a contribuição das mulheres indígenas e das mulheres camponesas para o nosso contexto latino-americano é fundamental. Que feminismo a gente quer? Para quê que a gente quer? O feminismo de mulheres brancas que estão centradas na pauta de igualdade de salários? Quem quer ter inserção no sistema capitalista? Existem mulheres que estão dizendo outras coisas, que estão pensando além disso. Acho que isso é um dever nosso, seja no Brasil, seja nas outras partes da América Latina, resgatar e ampliar o que a gente define por feminismo. Pensar essa luta política de mulheres que buscam melhores condições de vida, mais bem-estar e que existem muitas formas de luta, não só nos centros urbanos, mas no campo elas estão lutando e nas comunidades elas também estão lutando. Por isso que eu falei no começo, passa também por uma politização desse feminismo

---

<sup>92</sup> GIANTOMASO, Isabela. “Feminismo e Frida batem recorde de buscas no Google no Brasil”. Arte Estadão, 6 de dezembro de 2018. <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/feminismo-bate-recorde-de-buscas-no-google-no-brasil-frida-e-a-mulher-mais-pesquisada>

<sup>93</sup> ROTTENBERG, Catherine. How neoliberalism colonised feminism – and what you can do about it. The Conversation. 2010. Disponível em: <https://theconversation.com/how-neoliberalism-colonised-feminism-and-what-you-can-do-about-it-94856>. Acesso em: 11-06-2018.

<sup>94</sup> FRASER, Nancy. Como o feminismo se tornou subalterno ao capitalismo - e como reivindicá-lo. Geledés. Abril de 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/como-o-feminismo-se-tornou-subalterno-ao-capitalismo-e-como-reivindica-lo/>. Acesso em: 13-06-2018.

que está se massificando, repensar suas formas. Aquela chave do feminismo descolonial do desaprender para aprender<sup>95</sup>. Acho que é um convite que a Cristiane e a Sandra, de alguma forma trazem para a gente, principalmente para as feministas que estão na academia.

**Entrevistadora:** *Outro movimento de articulação importante das mulheres está relacionado com a agenda ambiental. Cristiane, como foi a sua experiência na mobilização na Marcha Mundial pelo Clima?*

**Cristiane Julião:** No início o projeto contava com poucas mulheres, basicamente eu e Sônia Guajajara assumimos essa agenda e a proposta de articulação com os movimentos. Foi nosso primeiro passo, enquanto movimento indígena no Brasil, de se articular como indígenas da América Latina, porque até então se falava assim: América Latina e Brasil, como se o Brasil não fizesse parte dessa geografia. Parece estranho, né? Mas era assim: América Latina e Brasil. Então foi um passo grande que nós demos, nesse sentido de afirmar que o Brasil é parte deste bloco geográfico, da América Latina. Fizemos uma parceria com a Aliança Global e a COICA (Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica), que atua mais na Amazônia, sobretudo motivadas pelas queimadas na Amazônia e isto nos levou a um movimento de articulação com a Marcha pelo Clima, nos impactos das mudanças climáticas e como mitigar os seus efeitos.

Houve uma reação muito grande também ao discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019,

---

<sup>95</sup> Expressão de Gayatri Spivak retomada em: ESPINOSA, Yuderkys; LUGONES, María; GÓMEZ, Diana; OCHOA, Karina. Reflexiones Pedagógicas en torno al Feminismo Decolonial:: Una conversa en cuatro voces. In: WALSH, Catherine. Pedagogias Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Bogotá: Abya-Yala/UPS Publicaciones, 2013.

e à participação de Ysani Kalapalo em sua comitiva<sup>96</sup>. Ela fez aquele discurso absurdo, diminuindo com tom jocoso não só em número da quantidade de povos indígenas e povos indígenas isolados, mas que a nossa presença e nossa articulação não teria resultados. Fizemos articulações com os povos no Brasil e emitimos uma carta de repúdio contra a Representação Indígena na delegação do governo<sup>97</sup>. Estamos nesse processo ainda, de fortalecer essa harmonia entre os povos do mundo numa marcha e em algumas oficinas, pensando na COP 25, no Chile, e realizar a Marcha Mundial pelo Clima e a Marcha Mundial das Mulheres Indígenas pelo Clima. Estamos nesse processo ainda, de fortalecer essa harmonia entre os povos do mundo numa marcha e em algumas oficinas, pensando na COP 25, no Chile, e realizar a Marcha Mundial pelo Clima e a Marcha Mundial das Mulheres Indígenas pelo Clima.

Estamos nesse processo de articulação e consolidação também de enfrentamento do machismo. Uma situação é a organização política social de cada povo, outra coisa é quando começa a absorver essa ideia do machismo, trazendo isso como uma coisa cultural e que não é cultural indígena, não é mesmo. Em nossas organizações, cada um tem sua função, e a gente se harmoniza. É por isso que nós nos construímos como povos e mantemos essa relação dentro do nosso contexto. Mas não estamos de acordo com momento que o homem se impõe e se coloca como esse ser superior autônomo, que manda e nos tutela - eu digo que também passa a ser uma forma de nos tutelar porque apesar de eles terem reconhecido que nós temos essa capacidade, talvez lá no inconsciente deles, exista

<sup>96</sup> MAGRI, Diogo. “Ysani Kalapalo, a youtuber indígena que Bolsonaro exibiu na ONU”. El país. 24 de setembro de 2019. [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569341524\\_455504.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569341524_455504.html)

<sup>97</sup> Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. “Carta de repúdio contra representação indígena na delegação do governo brasileiro na ONU”, 24 de setembro de 2019. Disponível em: COIAB - CARTA DE REPÚDIO CONTRA REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NA DELEGAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA ONU

algun tipo de complexo que faz com que eles ajam a partir da força física, essa tutela sobre nós mulheres. Então existe esse cuidado nesse romper, porque a gente não sabe da realidade de cada uma, como é essa convivência diária, que tipo de violências ou limitações elas sofrem para poder romper, abraçar e estar fisicamente junto com a gente. E as mulheres estão começando a se perceber nesse processo de protagonismo e de autonomia, vencendo essa tutela machista dentro dos povos indígenas. Eu acho que um grande exemplo foi a nossa marcha, que antecede essa marcha do clima em Nova York. Temos discutido esta questão tanto no âmbito do Acampamento Terra Livre (ATL), que acontece desde 2004, e no coletivo Voz das Mulheres Indígenas que acontece desde 2015. Temos percebido a presença de mulheres, mas de forma secundária, de forma mais submissa e chamando mais mulheres para assumirem postos de liderança no movimento, o que tem ampliado a rede de mulheres atuantes nos movimentos.

Em 2015, quando formalizamos o coletivo Voz das Mulheres Indígenas, tivemos o apoio técnico da ONU Mulheres e um apoio financeiro inicial da embaixada da Noruega. Mas, depois a gente toca o barco sozinhas nessas articulações. Vamos construindo isso dentro do espaço do ATL, aproveitando a presença das mulheres para fazer essas articulações, pensando em um dia realizar uma marcha. Isto era só um sonho. Então, a partir de 2015, a gente já começa a pensar em uma assembleia ou reunião maior, numa discussão mais firme voltada para essa realização da Marcha.

A realização da Marcha neste ano foi proposital, em um ano que não seja eleitoral, para não surgir argumentos de que Sônia Guajajara faria do movimento uma campanha eleitoral dela ou de qualquer partido. Então foi planejado que o evento acontecesse neste ano com nenhum vínculo eleitoral partidário direto. A Marcha será realizada a cada dois anos e teremos como tema: “Território: nosso corpo nosso espírito”, que foi muito bem

absorvido pelas mulheres. Não no sentido de pensar se a mulher indígena é feminista, mas a mulher indígena pode ser dona de si, pode pensar, pode falar e deve.

**Entrevistadora:** *As mulheres indígenas lidam com o machismo em suas comunidades? Como as comunidades indígenas reagem ao maior engajamento das mulheres nos movimentos?*

**Cristiane Julião:** Contar a história da presença da mulher indígena parte da data oficial de 22 de abril de 1500. Não somos Paraguaçu; não somos Iracema<sup>98</sup>; não fomos achadas no mato e não fomos pegadas dentro de cachorro, nem no laço. Somos mulheres resistentes e a coexistência e a correlação desses espaços com todos os outros elementos e seres da natureza parte também da nossa experiência. Então é esse elo de ligação que a mulher: do homem com o filho, da mãe com o filho com a avó, com a natureza, com a mata, com as águas e com a cura medicinal... Quem faz esse elo, quem absorve esse conhecimento e repassa é a mulher. Aquelas que estão conseguindo vir, são bem-vindas, e que aquelas que não vêm, a gente espera o momento delas para que elas consigam estar conosco nessa luta, porque é muito difícil romper com o machismo.

Aqui no Nordeste existe outra coisa, que além do machismo, tem um coronelismo. Então é muito difícil, é um sistema de violência, de repressão e de opressão muito grande e que visa diminuir a mulher e dizer que ela não pode estudar. Tem essa coisa, porque “mulher tem que estar na cozinha, tem que estar no quarto, perna aberta, tem que estar cuidando do filho, tentar levantar a casa...” e esses serviços que não são para pensar:

---

<sup>98</sup> Para uma crítica à criação de estereótipos da mulher indígena na literatura ver: SACRAMENTO, Sandra. PARAGUÁÇU, MOEMA E IRACEMA: RAZÃO E ESQUECIMENTO. LITCULT, s.d. Disponível em: <https://litcult.net/2016/04/23/paraguacu-moema-e-iracema-razao-e-esquecimento-sandra-sacramento/>.

“mulher não é para pensar”. A gente chega rompendo isso: “Não, de forma alguma. Fica quietinho aí, fica no teu canto que agora é nosso momento”.

Tem muitos homens que têm muita resistência, a princípio. Quando a gente começou a pensar na marcha, alguns diziam que era um clube da Luluzinha, que era um encontro para trocar receita, molde de costura. A gente postou que não é assim. Conseguimos articular, fomos oito mulheres que ficamos na coordenação dessa marcha: eu, Sônia Guajajara, Valéria Payer, Puyr Tembê, Ana Kaingang, Ana Xokleng, Nã Kaingang e Maura Arapium. Somos nós que conseguimos coordenar essa marcha, então é um feito para nós mesmas que não sabíamos que iríamos conseguir reunir e realizar com tamanha precisão e para além das nossas expectativas, com colaboradoras incríveis como Glicéria Tupinambá, Telma Taurepang, Juliana Jenipapo Kanindé e muitas outras. Um coletivo de mulheres incríveis, que a gente começou a se perceber uma na outra, se fortalecer uma na outra e fortalecer mais ainda essa rede, para além de uma rede social. Foi o momento de um contato muito bacana, está sendo bacana. Isso a gente conseguiu levar (eu e Sônia) para Nova York e continuamos carregando essa bagagem, nesse compromisso do Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito e da A Voz das Mulheres Indígenas, pelo movimento indígena também, seja pela APIB, seja pelo VOZ, seja pela COIAB ou Aty Guasu. Inclusive temos uma representante aqui da Aty Guasu é a nossa colega Suzi e a gente tem também a Valdelice Veron e tantas outras mulheres. Enfim, é essa rede, trabalho de formiguinha de consolidar esse espaço das mulheres indígenas. Está sendo bem lento, mas está sendo preciso, o importante é isso. Não importa o tempo, importa que está sendo muito preciso, nesse sentido, acho que é gratificante.

O debate sobre feminismo e mulheres indígenas é uma coisa muito nova. Minha prima, Elisa Urbano Ramos, acabou de defender a dissertação dela sobre feminismo e mulheres

indígenas no Nordeste na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Ela sentiu muita dificuldade em encontrar um material que falasse de mulheres, quanto mais mulheres indígenas ou feminismo no Brasil. Também fiz um curso agora pelo Museu Nacional, e a gente não encontra muitas referências bibliográficas aqui do Brasil sobre feminismo, muito menos mulheres indígenas (a não ser Paraguaçu ou Iracema), mas gente tem tentado construir e pensar em alternativas.

Tem mulheres indígenas que congregam junto com a Articulação das Mulheres Brasileiras - AMB, que fala do feminismo e desse protagonismo de mulheres, mas é ainda um assunto muito novo. As mulheres não indígenas se percebem como feministas, nós nos colocamos como um movimento de mulheres. Agregar o feminismo é um outro contexto e ainda está se diluindo muito mais lento do que o próprio processo de elas se perceberem nesses espaços de discussão, de protagonismo político e social. Não só dentro do povo, mas para além do seu povo, do território, do seu estado, em âmbito nacional ou internacional.

É muito delicado, ainda, tocar em um tema como “feminismo indígena”. Está devagar, mas estamos conseguindo discutir mais, porque é parte desse processo de romper esse silêncio da própria casa e poder usar um batom, poder cortar o cabelo quando quiser, o tamanho que quiser e essas vontades que muitas vezes parece pouca coisa, mas é um ganho muito grande quando essas mulheres percebem que podem fazer isso. É um detalhe, mas muito significativo para a autoestima dessas mulheres, muito mesmo. É a autoestima que movimenta e impulsiona. A autoestima é um ponto chave que a gente também tem trabalhado nessa perspectiva da autonomia das mulheres.

**Entrevistadora:** *E qual a relação da igreja com o movimento e a articulação das mulheres, refletindo em termos de espiritualidade?*

**Cristiane Julião:** Farei um comentário muito breve sobre essa questão de a igreja discutir espiritualidade. Eu achei irônico, achei muito irônico, porque a igreja foi uma das instituições que limou e que ajudou a dizimar muitos povos para cuidar da nossa espiritualidade, da alma, catequisar. Meu povo sofreu isso e deu a língua. Nós não temos mais a língua materna, porque era feio falar a nossa língua indígena e aqueles que ainda ousavam falar e que eram pegos no flagra eram decapitados, esquartejados e tinham a língua decepada. Isso, para os mais velhos que chegaram a ver esses episódios foi muito traumatizante. Então eu achei irônico, pois me pergunto se é possível que a igreja esteja de mente e coração abertos para não direcionar um pensamento ou não uniformizar a questão da espiritualidade indígena.

Minha grande preocupação quando eu pesquisei o protocolo de consulta<sup>99</sup> eram essas ideias novas de uniformização, porque no segmento indígena, somos mais de 305 povos. Aquela quantidade tida no IBGE em 2010, não é só aquela. Esse número é bem superior, que não foi contabilizado ainda no IBGE de 2010, porque muitos povos ficaram com medo do censo e de que isso significaria um chamado a mais violências e a extinção. Muitos povos ainda, até em 2012 quando a gente foi para o Rio+20, que tinham medo e vergonha de dizer que eram indígenas pelas violências que ainda sofremos. Esse número de 305, é um número oficial, mas não condiz com a realidade. Esse número seria atualizado agora em 2020, mas o governo federal travou o processo que a gente vem discutindo acerca de um novo formulário com o pessoal do IBGE no Rio, com o objetivo de identificar os povos indígenas e refletir sobre

---

<sup>99</sup> Para mais informações ver dissertação de mestrado de Cristiane Julião Pankararu, defendida em 2018 na Universidade Federal do Rio de Janeiro: “Os povos indígenas e o Estado brasileiro: a luta pelo território e o meio ambiente ecologicamente equilibrado a partir das leis”. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5613730](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5613730)

qual a melhor forma de fazer isso. A nova presidente do IBGE trouxe a fala do presidente que questionava a importância de qualificar a identificação dos povos indígenas. Nesse discurso Bolsonaro fala na ONU que são 217 povos e uns 70 isolados<sup>100</sup>. Esse número, é claro, é muito maior. Não foi diminuição pelo número, mas foi um exercício de questionar nossa presença mesmo. Ele foi sarcástico quando ele diminuiu o número de populações indígenas e esse número seria atualizado agora em 2020.

Então, quando a igreja fala em discutir espiritualidade na Amazônia<sup>101</sup>, primeiro eu gostaria que pensasse que existem outros biomas, e que nesses biomas existem meios das populações indígenas em outros lugares. Dessas populações indígenas, não são 305, são muito mais, e que cada uma tem a sua forma de se conectar espiritualmente com os seres da natureza, com os elementos da natureza, com os bichos, com a fauna e com a flora. É minha preocupação essa ideia da uniformização de direcionar ou de ficar preso só na Amazônia, como se o Brasil se restringisse ali, como se o Brasil indígena se restringisse ali. Não é nossa fala, não é nosso pleito, não é nossa luta. Demarcação é para todo mundo, o meio ambiente é para todo mundo, o ecossistema é para todo mundo, mudanças climáticas acontecem para todo o mundo e mulheres indígenas têm em todo o Brasil, todo o mundo.

É isso, ficar nessa ideia de fechar um ciclo e de pontuar, é limitar a presença e a participação de outros coletivos e de

---

<sup>100</sup> A íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU pode ser encontrado em: VERDELIO, Andreia. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em agosto de 2021.

<sup>101</sup> Sobre o contexto dessa fala, ver: BRASIL DE FATO. Papa Francisco pede respeito aos povos indígenas e critica “colonização ideológica”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/08/papa-francisco-pede-respeito-aos-povos-indigenas-e-critica-colonizacao-ideologica>. Acesso em agosto de 2021.

outras realidades, é ficar muito preso àquilo, a um ponto focal, e desmerecer o que envolve. A gente se retroalimenta, a gente retro existe, um em função do outro, não necessariamente nessa coisa do óbvio, mas a gente precisa um do outro. A gente só existe porque tem um ao outro. Tanto é que isso é muito visível quando estamos no acampamento Terra Livre. Isso foi muito visível nesse movimento, agora, da Marcha das Mulheres Indígenas. Foram quase 3 mil mulheres, caravanas imensas de todo o Brasil, de ônibus, de barco, a pé, de carona e chegamos. Representação de mais de 130 povos, todos os estados representados e duas mil mulheres registradas oficialmente pelo controle da secretaria que a gente fez, então isso é muito gratificante. A gente não pensa só na Amazônia, não é só Amazônia. A espiritualidade não é só Amazônia, o feminismo não está só na Amazônia. É preciso olhar para além da Amazônia e perceber que outras mulheres como a colega falou. As Guaranis, por exemplo, assim como tem Guarani Kaiowá, tem as Guarani Mbyá, que no Morro dos Cavalos também têm sofrido. Caingangues também tem sofrido, Xokleng e Xetá lá no sul. É uma região pequena, mas que a gente procura dar visibilidade. São muitos povos, muitos lugares e essas mulheres e todas estas temáticas merecem se fazer presentes.

É preciso olhar para além de um ponto focal, é preciso perceber que existe um coletivo diverso em que cada uma busca a sua especificidade, busca a sua participação e busca um olhar humano, sobretudo, para convivências e realidades que são muito difíceis. Do machismo como se dá, das políticas públicas como se dão, das relações políticas partidárias e da presença da mulher (aqui eu coloco mulher como todo). A mulher indígena nem se fala, mas se o que é preciso da mulher branca é difícil, imagina da mulher negra, da mulher indígena ou da mulher pobre.

**Entrevistadora:** *Você mencionou agora os desafios das mulheres para a atuação na política. Pode falar mais a respeito dos desafios enfrentados pelas mulheres indígenas?*

**Cristiane Julião:** A participação das mulheres indígenas na política é restrita e enfrenta muitos desafios. No período mais recente podemos citar o enfrentamento feito por Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal no Brasil, em 2018. Ela chegou lá, depois de muito trabalho e luta. Quando alguns políticos acharam que ela só ia congregiar uma coligação para angariar votos, eles tentaram trabalhar contra, mas a gente tem conseguido a vitória. Fizeram isso com Telma Taurepang, integrante da União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – UMIAB, que foi candidata ao Senado Federal por Roraima. Quando perceberam que ela poderia realmente ganhar o pleito, começaram a trabalhar contra ela, então ela não ganhou o pleito de Senadora Federal, mas pelo menos ela ganhou de Romero Jucá, o que para gente já é uma vitória. É uma vitória imensa, né? Outro nome de destaque é a Chirley Pankará, ativista e co deputada da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) pelo PSOL. Ela é de Pernambuco, mas há muito foi para São Paulo, para trabalhar e estudar e se envolver na política partidária. Hoje ela é co deputada, em uma chapa paritária participativa, além de ser doutoranda em Ciências Sociais pela PUC. No Mato Grosso, Érika Negarotê (PRB), pertencente à etnia Nambiquara, foi eleita a primeira vereadora indígena em Comodoro/MT, em 2016, com apenas 19 anos. Ela não se intimida, é uma jovem muito aguerrida e muito forte. Além delas, muitas outras mulheres indígenas estão na luta e presentes na política partidária com muito esforço, com muitas renúncias da família e muitas ausências de sua terra. Afinal, a luta das mulheres indígenas abarca a mobilização de várias pautas, como a luta pela terra, pela educação, meio ambiente, saúde, políticas públicas.

É um conjunto de coisas, uma chuva de palavras que vai linkando e que parece confuso olhando de longe, mas é o que mobiliza essa coisa frenética do movimento indígena. Estar brigando por terra, e da terra vem a educação, meio ambiente, saúde, políticas públicas, conhecimentos tradicionais, legislação

internacional (como a Convenção 169 da OIT, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas e etc). É com essa mescla que a gente faz várias frentes e discussões para construir essa representatividade, para trazer esses anseios e ao mesmo tempo também fazer essa devolutiva para as bases. Nossa proposta é dialogar enquanto mulher indígena e movimento indígena, pensando ou não no feminismo, mas, sobretudo, na autonomia e no exercício do valor da mulher indígena.

**Entrevistadora:** *A luta abraça várias intersecções e pautas. Este processo tem relação também com o debate proposto pelo feminismo interseccional. Podem abordar um pouco esta questão para nós?*

**Sandra Procópio:** Nós que estamos no campo, somos muitas, somos milhares. Hoje a gente está aqui, mas a gente sabe que tem muitas mulheres quilombolas em luta, as mulheres pescadoras, as coletoras, as ribeirinhas, as assentadas da reforma agrária, as comunidades tradicionais de famílias agricultoras. Nós somos muitas e estamos aí pelo Brasil todo. Eu também acredito e faço coro à voz das mulheres que acreditam que o movimento feminista vem aumentando e crescendo em um processo, que vem aglutinando mais pessoas. Vejo que inclusive o nome feminista é colocado pela mídia como se as feministas fossem as mulheres que são contra os homens. Isso é justamente tentarem que a própria palavra feminista em si seja manipulada e manobrada pelos meios de comunicação para que uma parcela da população, incluindo mulheres, se coloquem contra o próprio significado do feminismo, não entendendo que essa, na verdade, é uma luta de todas nós e que atinge a todos, inclusive mulheres e homens.

O sistema capitalista em si, eu diria que ele precisa desse modelo de machismo, ele precisa do patriarcado, ele precisa da

opressão de gênero. Inclusive porque ele extrai mais-valia disso, ele tem mais lucro disso tudo. A nossa luta feminista, então, é uma luta anti-sistêmica, é uma luta contra o capitalismo e contra o patriarcado, é uma luta pelo bem de todos. Claro que, como diz a Saffioti<sup>102</sup> nas suas reflexões, a libertação das mulheres e dos homens supõem uma emancipação para todas nós mulheres e homens juntos e pelas nossas gerações que virão. À medida em que a gente consegue ter relações mais equilibradas e relações emancipadoras do ponto de vista da economia, das nossas subjetividades, das nossas necessidades, dos nossos valores, do respeito à individualidade de cada um e uma vivência coletiva, a gente vai ter pessoas muito mais felizes: mulheres, homens e enfim, todas as sexualidades e todos os seres humanos.

Eu acredito que é essa nossa luta e eu acredito que o movimento feminista vem em uma crescente... Só para dizer que o movimento indígena ensina muito para a gente, para todas nós eu acredito. Porque, inclusive, essa última reflexão que a Cristiane fez, que ela respondeu muito bem essa pergunta sobre a igreja e foi fazendo a reflexão sobre a espiritualidade. Eu acredito que a reflexão do movimento indígena e que a própria vivência das comunidades indígenas traz esse elemento da espiritualidade, mas o elemento que é muito mais profundo e que não cabe na categoria igreja. Eu acredito que a espiritualidade está muito além da igreja e que é isso que essa sociedade capitalista, que é depredatória e que não tem relação com a natureza, que nos isola, que nos torna competitivos, individualista e que o sistema todo quer fazer isso o tempo todo (e ele faz isso o tempo todo). A vivência da espiritualidade indígena traz um contraponto totalmente diferente e eu acredito muito nisso.

E voltando à questão do movimento feminista, o movimento tem crescido muito e eu acredito que é o movimento mais

---

<sup>102</sup> SAFFIOTI, Heleieth. (2015) Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo.

importante hoje no mundo. Isso a gente vê, por exemplo, na greve que paralisou a própria Espanha no ano passado, uma greve de 24 horas que mobilizou cinco milhões de mulheres. A greve das mulheres no México, na Argentina (nossos vizinhos argentinos). O 8 de Março, como ele tem se constituído nos últimos anos (e falar mais especificamente das mulheres do MST), é a partir do ano de 2006 (8 de março de 2006) que no Rio Grande do Sul aconteceu um evento no entorno desse 8 de março, onde as mulheres fizeram uma ocupação (eram mais ou menos duas mil mulheres) na Aracruz celulose, denunciando a monocultura de eucalipto<sup>103</sup>. Denunciando que as terras estavam sendo usadas para a produção de papel e para produção das monoculturas, e não para a geração de alimentos, denunciando o uso de agrotóxicos, a mortandade da natureza, dos rios e dos peixes.

A partir do ano de 2006, observamos uma articulação das mulheres do campo no Brasil, seja ocupando fazendas seja, colocando fogo no canavial, seja ocupando uma usina, seja fazendo um evento de informação. Qualquer que seja a mulher que esteja em luta, ela sabe que o 8 de março vai ser um momento importante. Esse tem sido um momento educativo, tem sido um momento que aglutina e que traz, principalmente nos últimos anos a denúncia do modelo de produção agrícola vigente no Brasil.

Essas denúncias que a gente tem feito sobre o consumo de agrotóxico do Brasil<sup>104</sup>, que é o maior do mundo. Mato Grosso é o estado que mais consome agrotóxicos, seguido do Mato Grosso do Sul e assim vai... São muitas lutas e eu concordo com a Cristiane. As lutas que a gente faz, são lutas que são várias

---

<sup>103</sup> MST. 15 anos da ocupação da Aracruz Celulose. 8 de março de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/08/15-anos-da-ocupacao-da-aracruz-celulose-por-mulheres-sem-terra-no-rs/>. Acesso em outubro de 2021.

<sup>104</sup> Mais informações no website da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida: <https://contraosagrototoxicos.org/>. Acesso em outubro de 2021.

pontas, mas que elas todas convergem numa luta contra esse modo de produção capitalista, que é o modo que está presente em tudo no cotidiano de nossa vida, através da violência, através da competição, através do alimento que chega na nossa mesa, é o modo de educação hegemônico que inferioriza as classes pobres e os diversos povos, através da saúde e da negação de direitos.

São muitas pontas e a nossa luta, é uma luta de todos os lados. Nós estamos vivendo um momento de ataque frontal aos nossos direitos. Claro que, como a Tchella falou, não é somente no último ano ou nos dois últimos anos, mas é um desmantelamento dos nossos direitos, é o próprio sistema capitalista que vem cada vez mais na crise estrutural do capitalismo. Ele precisa se reconfigurar e o que sobra para nós, os pobres e trabalhadores, é a pior parte, que é pagar essa conta toda com a vida. O que nós denunciemos, o que nós lutamos e o que nós queremos é que as condições de vida sejam melhores. Que a gente supere todos os tipos de violência, todos tipos de violações e onde quer que estejamos, que a gente esteja em luta.

A gente tem muita coisa bonita, também. Eu acredito que, como a gente já falava antes, temos muitas jovens em luta e processos de formação acontecendo. Tem um movimento, que a gente vem chamando de movimento feminista e camponês<sup>105</sup>, um movimento que seja pensado a partir das camponesas, que não é um padrão ou modelo hegemônico colonizador do feminismo que vem se impor para com todas as mulheres, mas que seja esse feminismo construído a partir das bases, a partir de quem está vivendo no cotidiano. O que que entende, o que que constrói e como que dialoga.

Também é isso que a Cristiane tocava, que a gente também dialoga e discute. Com cada companheira, a gente precisa dar

---

<sup>105</sup> MST. O Feminismo Camponês e Popular, a identidade da mulher rural e mundo operário. 11 de março de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>. Acesso em outubro de 2021.

as mãos e respeitar que cada companheira tem o seu processo. Uma companheira, ela pode participar de todas as reuniões, ser uma companheira que tem um discurso maravilhoso e na casa dela, ela apanhar do marido. Isso acontece também. Então é muito interessante a gente discutir as nossas subjetividades, essa coisa da autoestima e do fortalecimento da nossa companheira, dos nossos processos de coletividade, a nossa luta pela emancipação. É entender que o machismo é um tema muito caro para nós, muito difícil, porque dentro desse tema, estão imbricadas as relações amorosas, relações de dependência, emocional e outras. A paciência que a gente precisa para fazer esse trabalho e para lidar com tudo isso precisa ser gigante. Eu diria que esse feminismo que a gente está construindo, esse feminismo popular e camponês, é um projeto amoroso e grandioso. Ele é um projeto conflituoso, de dentro para fora e de fora para dentro o tempo todo e transforma a gente o tempo todo. Como diz a Rosa Luxemburgo, nós não estamos perdidos, na verdade nós precisamos reaprender o caminho, e nós só vamos reaprender o caminho se nós reaprendermos a aprender.

**Entrevistadora:** *Como vocês apontaram, esse movimento de resistência não começou neste ano, é um movimento histórico. Dentre os movimentos que mencionaram podemos destacar a Marcha das Mulheres Indígenas, uma marcha histórica que toda a imprensa noticiou. Também a Marcha das Margaridas que ocupou um espaço um importantíssimo e que toca na questão da violação e da retirada dos direitos, seja das mulheres indígenas, seja da violência contra a mulher de forma geral. Que, como apontado pela Sandra, as lutas se cruzam. Pensando nisso, Tchella você poderia aprofundar mais na discussão sobre o feminismo a partir da base?*

**Tchella Maso:** Eu estou com poucas palavras, porque eu gostei tanto de ouvir a Cristiane e a Sandra e concordo muito com elas.

Ao ouvi-las podemos apontar que há elementos de especificidade, mas ao mesmo tempo há unidade na luta. Este é um salto reflexivo e prático que a temos adotado nesses últimos tempos.

Se observarmos o movimento de mulheres no Brasil, essa retomada dos anos 1980 e o surgimento de todas as pautas LGBTQIA+, percebemos que há uma criação de núcleos próprios. O movimento das mulheres negras, das camponesas, das indígenas, das da cidade e das que lutam por moradia. São muitas as pautas e eu acho que agora a gente está numa conjuntura que acho que a Sandra comentou, que o feminismo é um grande movimento. Eu acho que isso é um salto que a gente ainda tem que dar, mas que talvez essas reflexões de vocês apontam, nesse sentido, da construção da unidade, que não é algo fácil.

Quando a gente consegue se reconhecer, se olhar nos olhos e ver que apesar das nossas diferenças, a gente pode lutar junto e a gente pode se apoiar, eu acho que esse é um caminho a fortalecer. Eu deixo mesmo como provocação e como incentivo para a gente pensar como fazer, porque não é fácil. São muitas dificuldades colocadas, mas eu acho que a gente tem que pensar nesse sentido, de se fortalecer. Eu acho que um caminho para se fortalecer é o se conhecer, se reconhecer, por isso que eu falei no olhar nos olhos, essa oportunidade de escutar vocês, saber quem é cada uma, qual é a trajetória de cada uma, isso nos fortalece.

Eu tenho trabalhado com a ideia de algo que foi desenvolvido lá na segunda onda feminista, falava-se que o pessoal é político, e agora eu tenho pensado na inversão disso, que o político é pessoal. Eu acho que a gente se integra politicamente quando a gente se reconhece, acompanha nossas vidas, que são marcadas por opressão, ainda que distintas em intensidades e tipos. Eu não estou dizendo que somos todas iguais, no sentido de universalizar a experiência da mulher, precisamos pensar de modo interseccional e buscar algo em comum que nos fortaleça e crie solidariedade.

Temos de pensar no feminismo desde as bases, inclusive pensar se a gente quer adotar esse termo ou não. Talvez seja melhor falar mesmo de movimento de mulheres, algo para conversarmos coletivamente. Porque a ideia não é criar etiquetas de quem é ou não feminista, o caminho para mim é a gente lutar junto e identificar-se em nossas bandeiras. Acho que isso já existe, mas também é um caminho que a gente precisa fortalecer.

E aí eu acho que também é um convite para as feministas acadêmicas para pensarem na base, no local. Encontramos as referências e elas muitas vezes não estão nos livros. O aprendizado que Sandra e Cristiane trazem vem nesse sentido, de uma prática política e de uma teoria que se alimenta do cotidiano. Para mim elas são grandes teóricas feministas ou que falam sobre movimentos de mulheres em suas especificidades, e que se relacionam com a nossa vida e com o momento que a gente vive, a conjuntura nacional e internacional.

**Entrevistadora:** *Que honra e que orgulho escutar mulheres tão guerreiras, mulheres sensacionais. Retomando a fala feita no final pela Tchella, temos um desafio importante que é buscar reconhecer as diferentes pautas do movimento e, ao mesmo tempo, buscar uma luta conjunta ainda mais diante dos desafios atuais. Muito obrigada por tudo, foi uma honra contar com a participação de vocês, a experiência e o aprendizado que nos compartilharam. Obrigada!*

\*\*\*

### **Sugestões para aprofundamento:**

#### **Bibliografia**

BIBLIOTECA/VIDEOTECA VOZ DAS MULHERES INDÍGENAS. (s.d.) Disponível em: [http://www.vozdasmulheresindigenas.org.br/biblioteca\\_videoteca.php](http://www.vozdasmulheresindigenas.org.br/biblioteca_videoteca.php). Acesso em agosto de 2021.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Cidade do México: Editorial Corte y Confección, 2014.

GÓMEZ, Mariana Daniela. *Presentación del debate: Mujeres indígenas y feminismos: encuentros, tensiones y posicionamientos*. Corpus [En línea], Vol.7, No 1, 2017.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Un mundo ch'ixi es posible*. La Paz: Tinta Limón, 2018.

SMITH, Linda Tuhiway. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

### **Podcasts**

Olhares #044. Marchas das Margaridas e das Mulheres Indígenas. Entrevistadas: Sônia Guajajara e Mazé Moraes. Entrevistadora: Aline Hack. Spotify. 8 de agosto de 2019. Disponível em: <http://olharespodcast.com.br/ep-044-marchas-das-margaridas-e-das-mulheres-indigenas/>. Acesso em 23 out 2021.

Mulheres Semeando Vida. Portal Catarinas e Prosa. Entrevistadas: Geni, Geovana, Justina, Kerexu, Nina, Noeli. Entrevistadora: Inara Fonseca. GooglePodcasts. 2,10 e 17 de agosto de 2021. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy82NWlxMTcxOC9wb2RjYXN0L3Jzcw==>. Acesso em 23 out 2021.

Semente boa. Feminismo Camponês. Entrevistada: Kelly Mafort, Lucineia Freitas e Atiliana Bruneto. Entrevistador: Douglas Ribeiro. Megafono. 05 de março de 2020. Disponível em: <https://www.megafono.host/podcast/semente-boa>. Acesso em 23 out 2021.

### **Documentários**

**Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça. ONU MULHERES, março de 2018. 1 vídeo (15.08min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JzCGYrzdX3g>. Acesso em 23 out 2021.**

**À Sombra de um Delírio Verde**. Direção, produção e roteiro: An Baccaert, Cristiano Navarro e Nicolas Muñoz. Narração em Português: Fabiana Cozza, 2011. 1 vídeo (29 min). Disponível em: <https://vimeo.com/32440717>. Acesso em 23 out 2021.

## Capítulo 8 - Femicídio no Brasil e no Mundo

Por Joana Perrone

Entrevistadoras: Débora Prado e Carolina Pavese  
Episódio divulgado no dia 25 de abril de 2019

### Introdução

Pensar feminicídio no Brasil é pensar sobre diferentes aspectos da vida das mulheres. Pensar em como mulheres são mortas por companheiros, ex-companheiros, pretensos companheiros, em casa, no shopping, na rua. Que podem ser mortas por transfobia<sup>106</sup>, por ciúmes<sup>107</sup>, por discussões mesquinhas<sup>108</sup>. Quando isso é colocado em perspectiva, é fácil transformar o mundo em uma ameaça constante, em um perigo que assombra quaisquer relações, caminhos, escolhas na vida de mulheres.

De acordo com o importante relatório *A Gendered Analysis of Violent Deaths* (2016) pela organização Small Arms Survey, 14 dos 25 países com os maiores índices de feminicídio no mundo estão na América Latina. No Brasil, em 2021, um caso de feminicídio é registrado a cada seis horas e meia<sup>109</sup>. Desde 2015, quando o país inseriu o feminicídio como crime no código penal, se tornou mais comum que crime seja tipificado,

---

<sup>106</sup> UOL Notícias, “Homem é condenado por feminicídio de mulher trans em São Paulo”, 14 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/14/homem-e-condenado-por-femicidio-de-mulher-trans-em-sao-paulo.html>

<sup>107</sup> G1 Globo, “Femicídio: 82% das vítimas no DF foram mortas por ‘ciúmes’, diz polícia” 21 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/03/21/femicidio-82-das-vitimas-no-df-foram-mortas-por-ciumes-diz-policia.ghtml>

<sup>108</sup> G1 Globo, “Homem mata mulher após briga por pedaço de bolo em SP, diz polícia”, 21 de junho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/06/21/mulher-e-morta-a-tiros-apos-suspeito-chamar-bolo-de-porcaria-em-sp.ghtml>

<sup>109</sup> Correio Braziliense, “Brasil registra um caso de feminicídio a cada seis horas e meia”, Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>

porém as estatísticas podem ser ainda maiores: em 2021, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou 3.966 casos de homicídios de mulheres e 1.350 de feminicídios em 2020. Quantos desses homicídios podem ser feminicídios que não foram captados por não serem facilmente identificados como tal?

A legislação brasileira define feminicídio como um assassinato que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. Em especial, casos de menosprezo ou discriminação à condição de mulher são mais difíceis de identificar – a subjetividade da lei, cuja intenção é proteger possíveis vítimas, pode obscurecer o crime. Isso não a torna inútil, mas reflete a complexidade desse tipo de violência. Como discutido por James C. Scott em seu livro *Seeing Like A State* (1998), o Estado simplifica fenômenos sociais ao tentar implementar soluções de larga escala para os mesmos – essa organização administrativa da sociedade é necessária para que o Estado consiga “ler” as complexas relações sociais que ele rege.

Por isso, quando pensamos sobre feminicídio, não podemos pensar unicamente em questões carcerárias, ou ainda normativas, como a implementação de leis. Durante o estabelecimento da Lei Maria da Penha, as discussões que integraram aquele projeto de lei também passavam por questões como reabilitação, atendimento psicológico, treinamento policial e toda uma série de intervenções que tentava pensar a violência doméstica em todos os seus aspectos. O mesmo deve ser feito quando pensamos em feminicídio.

Durante a conversa que se segue, tentamos discutir como esse tipo de violência se manifesta não apenas no Brasil, mas no mundo, e como as relações entre as mulheres, seus agressores e o Estado não se dão de maneira simples e ordenada, mas são sim complexas, e por vezes contraditórias. Mais importante ainda, tentamos colocar em xeque a ideia de que o feminicídio

como um medo sorrateiro, como um terror inescapável na vida das mulheres, e considerar como podemos pensar um futuro sem violência de gênero.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Quando pensamos nas agendas mobilizadas pela luta feminista, a temática da violência contra a mulher ganha destaque pela sua relevância política, social e ética. O Brasil, como sabemos, lidera as estatísticas de feminicídios no mundo. Só em 2017, foram mais de 1.300 vítimas registradas. E, infelizmente, o quadro permanece operando sem grandes avanços capazes de reverter ou mesmo barrar o crescimento das estatísticas. Para conversar sobre esse tema, recebemos Joana Perrone, que é formada em Relações Internacionais pela Universidade de Sussex na Inglaterra, com mestrado em Oxford em estudos da mulher e, mais recentemente, doutoranda em estudos latino-americanos. Joana tem pesquisado sobre feminicídio no Brasil, mas antes de entrarmos dos resultados específicos de seu estudo, gostaríamos de saber um pouco mais sobre essa trajetória de pesquisa. O que te levou a se interessar por esse tema, Joana?*

**Joana Perrone:** Olá a todas. Muito obrigada pelo convite, estou feliz em estar aqui. Bom, como vocês anteciparam, minha formação inicial foi em Relações Internacionais, realizada na Universidade de Sussex na Inglaterra. Realizei o mestrado na Universidade de Oxford na área de estudo da mulher e, atualmente, curso meu doutorado em estudos latino-americanos. Uma das razões pelas quais optei por um departamento mais interdisciplinar, ao invés de ficar em RI, foi justamente pela natureza também interdisciplinar da pesquisa em questão. Particularmente, penso que o feminicídio é algo que demanda um olhar global, isto é, precisamos nos engajar com

vários tipos de pesquisas dentro das ciências humanas para poder pensar sobre feminicídio.

Inicialmente, ainda na graduação, lembro de pensar que não iria pesquisar gênero, visto que já dedicava muito tempo da minha vida ao ativismo. Mas, no fim, continuei fazendo o mesmo na vida acadêmica. O fenômeno do feminicídio foi a minha principal rota. Na graduação, tinha feito alguns módulos em violências de gênero, já no mestrado, minha dissertação abordou a violência de gênero no Brasil, a partir de uma análise comparada da produção de mídia e literatura de mulheres brasileiras. Agora, no doutorado, minha tese busca pensar feminicídio de uma maneira menos legalista, isto é, se distanciando do campo do Direito Penal, a fim de abordar a questão enquanto uma agenda de violações complexas e global contra a mulher.

**Entrevistadoras:** *Muito interessante, Joana. Então, para começar, vamos estabelecer as definições dos termos que iremos mobilizar bastante nessa conversa. Ou seja, o que é feminicídio (ou femicídio, como alguns empregam)? Como você trabalha esses conceitos?*

**Joana Perrone:** Originalmente, o conceito de femicídio foi criado por uma acadêmica chamada Diana Russel, autora do livro “*Femicide: the politics of woman killing.*”, publicado pela *Open University Press* em 1992. Ela foi a primeira pessoa a definir o femicídio como uma morte de mulheres motivada precisamente pela identidade de gênero. Posteriormente, esse conceito foi incorporado no contexto latino-americano pela advogada ativista e acadêmica mexicana chamada Marcela Lagarde. Foi ela que pediu para a Diana Russel incorporar o termo feminicídio, pois devido ao conceito de homicídio em línguas latinas (tanto em Espanhol, quanto em Português), a

expressão “femicídio” poderia induzir uma leitura simplista nos termos de “morte de homens” e “morte de mulheres”.

Com base nisso, Marcela Lagarde passa a usar o termo feminicídio, destacando inclusive elementos da relação entre as mortes e o Estado, já que identificou a cumplicidade desse ator em manter estruturas de opressão e de violência contra as mulheres. No final, vemos na academia essas duas vertentes: uma utilizando o termo “femicídio” e outra aplicando a derivação “feminicídio”. Particularmente, prefiro a segunda expressão. Primeiro, porque concordo que, se você é falante de uma língua em que homicídio soa muito com a palavra “homem”. Nesse sentido, a noção de feminicídio ajuda a evitar a confusão e a divisão que contesta a participação dos corpos femininos como vítimas de homicídios. No mais, essa categoria agrega o debate sobre o Estado, que a meu ver é uma figura muitas vezes ignoradas nesses debates. Enfim, o termo feminicídio acabou se popularizando, particularmente em contextos latino-americanos. A lei do Brasil, por exemplo, é a lei do feminicídio e não do femicídio.

**Entrevistadoras:** *No atual contexto brasileiro e global, atravessado por uma onda de governos e mobilizações conservadoras, observamos esforços para desqualificar o feminicídio. No geral, esses grupos buscam afirmar que as mortes das mulheres são mortes como quaisquer outras ou, no limite, mortes passionais. Nesse sentido, gostaríamos que você explicasse um pouco melhor qual é o argumento implicado nesses discursos.*

**Joana Perrone:** Sim, concordo com vocês que a ideia do “crime passional” é o discurso mais comum entre esses grupos. Infelizmente, em média, 50% dos feminicídios acontecem dentro da casa, ou seja, a maior parte deles resulta de violência doméstica e familiar. E, como sabemos, a violência doméstica

familiar é frequentemente associada à essa questão do crime passionai que, basicamente, consiste na ideia de que uma mulher morre porque ela é amada demais, e que o agressor mata por estar num estado de descontrolo ou de perda da razão. Na minha dissertação de mestrado, busquei também analisar o fato de a mídia não abordar essa questão tão abertamente quanto já o fez anteriormente. Em termos históricos, podemos citar o exemplo do caso da Ângela Diniz, morta nos anos 70 pelo parceiro. Na época, o assassino alegou que foi seduzido por uma vênus lasciva e que a matou porque sua honra havia sido ofendida e, logo, tratava-se de uma autodefesa. Ele recebeu uma pena de apenas 2 anos em regime aberto, que depois foi alterada por conta do ativismo feminista da época.

Atualmente, a mídia não chega a nomear abertamente as causas passionais, mas há fugas discursivas utilizadas para retomar esse tipo de cultura como justificativa. Por exemplo, correntemente ouvimos: “ele estava muito triste com o fim do relacionamento”, “ele estava tendo uma crise amorosa”, “ele era muito ciumento”, dentre outras narrativas que buscam sugerir uma ideia de amor e romance permeando esses crimes. Vale notar que todas essas narrativas são usadas para desqualificar ou dissimular a ideia de que feminicídio está ligado a uma violência pura ou algum tipo de misoginia, ou um ódio contra uma mulher. No lugar, vemos argumentos que visam aliviar a responsabilidade do crime, afinal, “coitado do acusado, ele estava sofrendo e, dessa maneira, ele não tinha ódio no coração. Ele só tinha amor”.

Outra narrativa comum entre aqueles interessados em depreciar a ideia do feminicídio consiste na inversão ou na cooptação do processo vitimização. Tal narrativa está presente em frases como: “mas os homens morrem mais”. É verdade, homens são vítimas de homicídio, mas é importante frisar que a ideia de que homens morrem mais pelas mesmas razões que as mulheres morrem é insustentável. As motivações são diferentes,

e, em 90% do tempo, as pessoas que estão promovendo essa ideia não possuem propostas contra a violência masculina. Elas estão ali apenas com o objetivo de desqualificar o debate em torno da violência contra as mulheres. De todo modo, entre as duas narrativas apontadas, o crime passional ainda possui mais capilaridade social e permanece sendo perpetuada.

**Entrevistadoras:** *Realmente, Joana, segundo do escritório da ONU para crimes e drogas, 80% dos homicídios são contra homens, mas quando olhamos para crimes relacionados à família ou parceiros, 64% das vítimas são mulheres. Nos casos de homicídio causado por um parceiro íntimo (ou ex-parceiro), as mulheres representam 82% dos casos. Outro dado interessante, produzido pela Organização Mundial da Saúde em associação com a London School de Higiene e Medicina Tropical, indica que 35% dos assassinatos globais de mulheres são cometidos por um parceiro íntimo. Segundo esse mesmo estudo, no caso dos assassinatos de homens, apenas 5% foram cometidos por uma parceira. Ainda, vale destacar que, segundo um estudo realizado no Canadá por instituições do governo, a maioria dos casos em que a mulher mata o seu parceiro, o ato envolve situações de autodefesa. Ou seja, são casos em que, frente a ataques de violência do parceiro, a mulheres reagem por defesa e não o contrário. Já no caso das mulheres que são assassinadas, os crimes geralmente resultam de uma discussão, ou então de uma motivação por ciúmes e, não raro, são premeditados. Nesse sentido, o debate que você citou em torno dos discursos que visam minimizar a validade do fator gênero nos crimes perpetrados contra as mulheres é mesmo insustentável, não é?*

**Joana Perrone:** Sim, exatamente. E vocês mencionaram um ponto importante: o aspecto premeditado dos crimes. Estou fazendo uma análise de todos os casos de feminicídio que encontrei na mídia em 2019 e o que mais impressiona é perceber

que o senso comum que nos levou a acreditar que a violência doméstica e o feminicídio são realizados subitamente está na verdade equivocado. Na grande parte dos casos, até chegar à morte, a mulher passou por um processo de violência muito longo. Não se trata, portanto, de um crime cometido por um erro pontual. Não que isso justificasse a ação, mas de todo modo é importante frisar que a narrativa de um agressor tomado por um momento de exacerbação não encontra respaldo nos fatos.

Ainda nesse tópico sobre premeditação, cabe lembrar do caso Eloá<sup>110</sup>. Foi o mais longo sequestro em cárcere privado já registrado pela polícia do estado brasileiro de São Paulo, ocorrido em 2008, com uma menina de 15 anos, chamada Eloá Cristina Pimentel, que ficou encarcerada no apartamento dela por mais de 100 horas pelo ex-namorado, Lindembxerg Fernandes Alves. Devido à extensa cobertura midiática, este foi um dos casos que eu usei na minha dissertação de mestrado. E um ponto que me impressionou muito, foi que um repórter da Sonia Abrão ligou para o apartamento onde Eloá estava sendo mantida como refém e falou com seu sequestrador e posterior assassino. No episódio, o sequestrador fala: “eu não sinto nada, eu tô frio pra caralho”<sup>111</sup>. Em resposta, o repórter continua a conversa pedindo para que ele ficasse calmo, insistindo na ideia de que ele precisava se acalmar, ficar tranquilo. Vemos aí uma dissonância total entre as partes em diálogo. O repórter estava tão imerso na narrativa de que se tratava de um crime motivado por paixão e emoção, que ele não consegue nem ouvir o que o próprio sequestrador está dizendo para ele, que é ‘eu não estou sentindo nada, não

---

<sup>110</sup> Granconato, Elaine. “Após 10 anos, vizinhos ainda lembram a morte de Eloá na Grande São Paulo”, Folha de São Paulo. 13 de outubro de 2018, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/apos-10-anos-vizinhos-ainda-lembram-a-morte-de-elo-na-grande-sp.shtml>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

<sup>111</sup> “I write as if to save somebody’s life”: dialogues between Brazilian literature by women and gender-based violence (2018). p. 28

estou dominado por emoção’. Eu sempre penso nesse caso, quando discutimos a cultura do crime passional.

**Entrevistadoras:** *Como você mencionou anteriormente, é importante pensarmos sobre o papel do Estado nessa conjuntura de violências perpetradas contra as mulheres. Não raro, quando analisamos casos de feminicídio, antes do óbito, a mulher já havia recorrido ao aparato estatal em busca de ajuda, porém não recebeu proteção. Outro ponto importante na discussão diz respeito à tendência das soluções para o feminicídio limitarem-se à busca por criminalização. Como sabemos, não se trata apenas de punir um agressor, mas precisamos encarar todas as estruturas, inclusive legais, políticas, econômicas e culturais, que permitem a perpetuação desses crimes. Então, nesse sentido, como você encara esse debate em torno das soluções unicamente punitivas? E como você avalia a capacidade institucional do Estado acolher uma vítima de violência de gênero?*

**Joana Perrone:** Essa questão retoma o que falei sobre a importância de pensarmos o feminicídio para além do debate penal. Sobretudo, porque a perspectiva legalista, quando única, traz o risco da multiplicação de argumentos do tipo: “mas já existe uma lei que fala que protege as mulheres”. Ampliarmos nossa análise é urgente porque tanto em casos de violência patrimonial, quanto em casos da polícia, vemos contextos de presença e ausência do Estado que facilita ou dificulta a violência contra a mulher. Na questão da violência patrimonial, que envolve a questão do controle de finanças, os índices demonstram que, quanto maior a dependência financeira da mulher, mais difícil se torna para ela escapar de uma situação de violência doméstica. A mesma limitação está presente no campo das leis trabalhistas que não protegem a mulher do desemprego nos períodos subsequentes ao retorno da licença-maternidade. Como sabemos, a flexibilização das leis trabalhistas afeta grupos

que já estão em posições mais precarizadas dentro de uma estrutura de trabalho. Isso impacta diretamente em questões de violência doméstica, por exemplo.

Da mesma forma, quando moradores da favela chamam a polícia para lidar com questões de violência doméstica e não recebem atendimento, cabe a nós compreender que essa situação não é completamente separada do aparato estatal. Por isso que eu acho que quando pensamos em feminicídio, é muito importante entender que as soluções demandam conquistas que ultrapassam a existência de uma lei que fala sobre feminicídio. É óbvio que é importante termos proteções legais abertas para as mulheres, não estou dizendo que não é. Mas eu tenho um pouco de receio daqueles que pautam o ativismo feminista ou ativismo de mulheres contra a violência de gênero em respostas que perpassam apenas atitudes do Estado. Porque, ao fim, o Estado também está imerso no sistema de opressão que leva à violência de gênero. Não só de maneira direta, no momento em que a mulher é agredida, mas indireta, criando as condições nas quais as mulheres ficam mais precarizadas e mais vulneráveis às situações de violência. Particularmente, quando pensamos nas mulheres trans, negras e outras mulheres que, por suas condições particulares, estão em condições mais precarizadas. O Estado ajuda na manutenção desta precariedade.

O Estado é masculinista, o Estado é construído historicamente com base em opressão de gênero, classe e raça. Por isso, não considero que o Estado é falho, pelo contrário, ele faz exatamente aquilo que sua estrutura foi preparada para fazer. Wendy Brown, uma acadêmica norte-americana, escreve um artigo intitulado “Encontrando o Homem no Estado”<sup>112</sup>. O texto trata exatamente dessa demanda de pensarmos o feminismo para além do Estado, ou que não o tome como árbitro final das

---

<sup>112</sup> BROWN, W. (2020). **States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity**. Princeton: Princeton University Press.

decisões. Nesse sentido, podemos pensar novamente no limite das respostas encerradas unicamente na lógica punitiva e penal. Se o homem violador é condenado, mas não recebe um tratamento de reabilitação, quando ele sair, o ciclo de violência de gênero recomeça.

Eu sei que é uma questão difícil. Quando faço o levantamento de violência de gênero todos os dias, também sinto muita raiva. A um ponto que chegamos a desejar que as pessoas simplesmente fiquem presas. Só que isso não é uma resposta que resolve o problema, ela resolve o meu sentimento de indignação e o sentimento coletivo de indignação. É uma situação horrível só que, praticamente, no sentido de prática política de redução de violência de gênero, ela não resolve, porque infelizmente o sistema carcerário é horrível e o sistema carcerário brasileiro é ainda pior. Temos sérios problemas e para resolvê-los temos que ampliar nossas discussões.

**Entrevistadoras:** *Como você tem apontado, o feminicídio envolve uma série de motivações, causas e até mesmo escalas. Preparando para o podcast, encontramos uma categoria de violência que nos deixou horrorizadas. Trata-se dos crimes de violência doméstica provocados por parceiros (intimate partner violence) durante a gravidez. Segundo um relatório da Organização Mundial da Saúde, esse tipo de violência (onde há violência física contra a mulher grávida) vai variar entre mais ou menos 1% no Japão, mas chega a 28% das mulheres grávidas no Peru, e 11% no México. Em algumas regiões, como na Índia e também no Egito, o índice é mais alto, chegando a 32% das mulheres grávidas relatam ter sofrido esse tipo de violência. Essa é uma causa também recorrente de violência nos Estados Unidos. Em um estudo realizado em 11 cidades nos Estados Unidos, conclui-se que a gravidez aumenta significativamente o risco das mulheres serem vítimas de homicídio por parte dos parceiros. Quando a mulher não vem a óbito, revelam-se sequelas no bebê*

*e/ou na saúde reprodutiva da mãe. Ou seja, estamos falando de condições de vulnerabilidade muito graves, não é? E que extrapolam o campo preciso da morte dos corpos femininos.*

**Joana Perrone:** Sim, e nessa mesma linha, em 2013, quando ainda estava em vigência a lei do filho único na China, vários artigos abordavam o infanticídio de meninas. Tal questão é considerada como uma agenda das análises internacionais de feminicídio, envolvendo a morte de meninas crianças. Elas morrem porque os pais querem filhos homens e não filhas mulheres, por exemplo. Quando nascem, muitas serão vítimas de violência doméstica, da mesma maneira que suas mães. Em algumas análises, o tema é considerado corretamente como abuso infantil, mas é preciso incluir também as lentes de gênero, que não são exclusivas das experiências adultas.

**Entrevistadoras:** *Bom, considerando esse cenário complexo, quais saídas poderiam ser pensadas? Com base na sua pesquisa, quais caminhos poderiam apontar uma resolução mais eficaz e robusta para esse fenômeno do feminicídio? A partir dessa conversa, fica claro que mapear e categorizar esses crimes e estabelecer os vínculos com a noção de feminicídio seria essencial, sim?*

**Joana Perrone:** Ainda estou bem no começo da pesquisa e espero, que daqui dois anos, eu possa dizer que encontrei um plano para nos ajudar a enfrentar o feminicídio, mas ainda não estou nesse ponto. Por outro lado, enquanto ativista, sempre acreditei que trabalhar com violência de gênero deslocando as análises punitivistas do feminismo carcerário é um caminho necessário. E, com isso, retomarmos a importância de avaliar como os programas sociais, a educação, em especial a educação de gênero, podem ajudar na reconstrução das novas matrizes

de gênero, e dos modos pelos quais interagimos socialmente e pensamos nossas relações.

Outro caminho necessário envolve parar de pensarmos no feminicídio com um fenômeno da esfera doméstica. E digo doméstica em vários sentidos, incluindo a noção da violência doméstica (i.e., onde o Estado não pode interferir), mas também no sentido de ser compreendida como uma questão doméstica brasileira. O feminicídio é uma questão mundial, é uma questão sistêmica e tem que ser pensado dessa maneira. Ademais, a disseminação de discussões sobre violência de gênero, que são francas, abertas e acessíveis são muito importantes para evitarmos a ideia de que “não vai ter mais feminicídio, agora só vai ter homicídio”<sup>113</sup>, como disse nosso atual presidente no dia da mulher.

Podemos destacar, ainda, a relevância das políticas públicas e de projetos emancipadores e coletivos que não necessariamente passem pelo poder estatal, imprescindíveis para um tratamento mais robusto da violência de gênero. Inclusive, não se pode esquecer que essa agenda envolve diversos papéis sociais de gênero que atuam sobre homens, mulheres, e problematizam a própria ideia de binariedade. Para pensar o feminicídio, precisamos considerar as práticas diárias da nossa vida, e toda rede de políticas, valores e costumes que derivam daí. E, ainda que complexo, esse é um debate urgente. Durante essa nossa conversa, mais de uma mulher morreu, se pensarmos nas estatísticas. O feminicídio, como vocês falaram,

---

<sup>113</sup> Ver: AZEVEDO, Reinaldo. “Bolsonaro ensina como combater o feminicídio: como homicídio”. **Revista Veja**, 10 de março de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/bolsonaro-ensina-como-combater-a-tese-esquerdista-do-femicidio/> . Acesso em 19 de setembro de 2021.

R7 Notícias. “Bolsonaro fala em armar mulheres para acabar com feminicídio, 05 de março de 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/videos/bolsonaro-fala-em-armar-mulheres-para-acabar-com-femicidio-26042019>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

é o fim de um contínuo de violência contra a mulher, cujas bases são mais remotas, envolvendo práticas e comportamentos naturalizados pela cultura patriarcal desde a infância.

Por fim, voltando ao que disse anteriormente, reforço que a ideia de dizer que a violência contra a mulher é doméstica ou uma questão privada é muito dissonante da realidade. No fundo, quando avaliamos a cobertura de um caso de feminicídio pela mídia, alguns comentários sempre sugerem que alguma coisa devia estar errada, querendo indicar que a mulher teria responsabilidade pela violência que sofreu. Há em nossa cultura uma tendência de culpabilizar a vítima, quando mulher, e vitimizar o agressor, quando homem. Enfim, para além da violência física, existem muitas outras violências presentes no próprio processo de denúncia.

**Entrevistadoras:** *Sim, Joana, e é importante lembrarmos dessas várias facetas da violência. De acordo com a Lei Maria da Penha, existem 5 tipos de violências: psicológica, física, sexual, patrimonial e moral. A isso, vale acrescentar o debate de raça. Levantamentos demonstram como a violência contra as mulheres negras têm crescido no país (apesar da Lei Maria da Penha)<sup>114</sup>, na contramão do decréscimo das agressões contra as mulheres brancas. As mortes de mulheres negras superam em 71% as mortes de mulheres brancas<sup>115</sup>. Com isso, fica evidente a necessidade de pensarmos o problema da violência de gênero em intersecção com o eixo de raça e racismo, não é?*

---

<sup>114</sup> Agência Patrícia Galvão. “Dossiê feminicídio”. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/biblioteca/mulheres-negras-e-violencia-no-brasil/>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

<sup>115</sup> Rede Brasil Atual, “Índice de feminicídio aumenta em 2020, e mulheres negras são as principais vítimas”. 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/09/femicidio-2020-mulheres-negras/>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

**Joana Perrone:** Exatamente. E nesse campo das considerações interseccionais, podemos inserir também a reflexão sobre as mulheres trans. No Brasil, a expectativa de vida dessa categoria fica entre 30 e 35 anos de idade. É uma população particularmente marginalizada, com maior índice de violência sexual, física, verbal. Enfim, não adianta debatermos feminicídio e analisarmos apenas mulheres brancas, de classe média-alta e das grandes capitais. Primeiro porque, apesar das grandes capitais serem violentas, não são essas regiões do Brasil que apresentam os maiores índices de violência de gênero. Ademais, temos que considerar que a polícia, a mídia e o Estado, de forma geral, conduzem tratamentos diferenciados às mulheres, a depender se são mulheres brancas, negras, cis, trans, héteros ou bissexuais, lésbicas, etc. Essas identidades impactam no modo como essas mulheres terão acesso aos, mesmo que imperfeitos, procedimentos legais que tratam de violência de gênero no Brasil.

A questão de raça, particularmente, e a questão de classe são centrais para a análise do feminicídio. Outras variáveis também pesam, como a idade, considerando que mulheres mais jovens têm mais chances de sofrer feminicídio do que mulheres mais velhas. Aquelas com idade entre 17 a 25 anos correm um risco maior de serem assassinadas, o que se relacionada também com questões de violência sexual, vulnerabilidade, etc. Em suma, essas são dimensões e cuidados para estudarmos a violência de gênero de uma maneira interseccional e contemporânea, em um cenário brasileiro e internacional.

**Entrevistadoras:** *Muito obrigada, Joana. E parabéns pela sua pesquisa, sem dúvida, é um grande desafio. A conversa foi muito produtiva e lançou luz sobre tópicos, agendas e definições fundamentais para entendermos melhor esse trágico problema do feminicídio no Brasil e no Mundo.*

\*\*\*

## Sugestões para aprofundamento:

### Bibliografia

LOURDES, M., “Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação” in *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, org. Heloisa Buarque de Hollanda (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019), pp. 293-312.

LAGARDE, M. ‘Del Femicidio al Femicidio’, *Desde El Jardin de Freud*, no. 6 (2006): 216–25.

CHAUI, M. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

### Podcasts

OLHARES: Violência doméstica e a lei Maria da Penha. Entrevistadas: Ela Wieko e Livia Gimenes. Olhares, novembro de 2017. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4hwnxtUcmDBhuHZ4jQ7rrp>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

MARIA VAI COM AS OUTRAS: Consequências da violência doméstica na vida laboral das mulheres. Entrevistadas: Wania Pasinato e Tatiana Boeira. 14 de outubro de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/ maria-vai-com-as-outras-5-crime-e-castigo-contra-mulher/>

CAFÉ DA MANHA: O drama e o legado de Maria da Penha 15 anos depois. Entrevistadas: Maria da Penha e Isabela Del Monde. Entrevistadora: Angela Boldrini. 02 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2021/08/o-drama-e-o-legado-de-maria-da-penha-15-anos-depois-ouca-podcast.shtml>

### Filmes e documentários

ELES Matam mulheres, Produtora: Vanessa Lorenzini, São Paulo: TV Cultura. 2020.

FEMINICÍDIO: Minha Liberdade é Minha Mãe. Direção: Sara Stopazzolli. Produção: Leda Stopazzolli. Santa Catarina. 2021.

TARDE Demais Para Flores. Produção: Saori Honorato. Ponta Grossa. 2021.

**PARTE 3 |**  
**MACHISMO**  
**INSTITUCIONAL**

## **Capítulo 9 - Manual da internacionalista recatada,**

Por Mariana Pimenta Oliveira Baccharini, Xaman Korai Minillo e Elia  
Elisa Cia Alves

Entrevistadoras: Carol Pavese e Débora Prado  
Episódio divulgado no dia 27 de novembro de 2019

### **Introdução**

Somos três mulheres muito diferentes escrevendo aqui. Mas compartilhamos algumas características, sendo mulheres brancas de áreas urbanas do sudeste brasileiro, com mais de 30 anos e em relações afetivas estáveis, que migraram para o nordeste e trabalham em um mesmo departamento de Relações Internacionais, o da UFPB. Não pretendemos representar todas as mulheres que compõem a área de RI no Brasil. Escrevemos a partir de nossas vivências, pois essa pesquisa da qual tratamos tocou em experiências que compartilhamos, remexeu memórias. Mas nos articulamos estendendo a mão à nossas companheiras, outras professoras, pesquisadoras, estudantes de graduação e pós, e mesmo às que não estão formalmente na área acadêmica, mas cujas vidas tocam nessa arena, e ainda a aqueles que se aliam nessa caminhada. Escrevemos como um convite ao diálogo e à construção conjunta de saberes mais democráticos e inclusivos a partir de alianças.

Compartilhamos, também, um projeto de contribuir para o campo de estudos das RI. Cada uma à sua maneira, com suas expertises, enfoques e metodologias diferentes. Mas nos encontramos na identificação da questão de gênero como uma dimensão que afeta estruturalmente o desenvolvimento da academia brasileira de relações internacionais. Gênero não é só sobre mulheres, nem sobre ser feminista. Gênero é uma forma de divisão social intrinsecamente política e com impactos econômicos. Diferenciar as pessoas de acordo com seu gênero não é necessariamente um problema, e as diferentes histórias humanas mostram que tendemos a fazer isso. O problema emerge quando as diferenciações de gênero legitimam desigualdades e dominação.

Em um momento histórico quando vemos discursos “anti-gênero”, salientamos que não há uma perspectiva neutra. Há perspectivas que valendo-se de seu poder, mascaram-se como neutras, e outras que buscam demonstrar tais desigualdades para subvertê-las.

Desigualdades de gênero afetam as RI de duas formas, uma é em suas agendas de pesquisa, sendo que desde que as perspectivas feministas emergiram nas RI no final dos anos 1980, ainda travamos lutas com correntes hegemônicas para legitimar uma ontologia de relações internacionais que seja sensível a gênero como parte intrínseca das RI. A outra forma de abordar as desigualdades de gênero nas RI é pelo enfoque nas práticas diárias daquelas e daqueles que compõem esse campo de estudos e, com suas ações, intrinsecamente políticas em sua banalidade, o constituem. É para essa segunda dimensão que nos voltamos na discussão realizada nessa entrevista.

Fazer ciência envolve mais do que o resultado das pesquisas que é publicado ou o conteúdo das aulas que são ministradas. A prática da ciência pelas profissionais é marcada por relações de poder que implicam em silêncios e margens. Procuramos aqui salientar como as diferenças de gênero afetam a prática científica das RI no Brasil. A partir de nossa conversa, embasada em um artigo de nossa autoria<sup>116</sup>, esperamos revelar algumas das desigualdades de gênero que caracterizam a comunidade acadêmica de RI no Brasil e, a partir disso, fazer um convite: Precisamos de mais pesquisas nessa área, ainda caracterizada por lacunas.

Desde a publicação de nosso trabalho, já percebemos avanços importantes na área no Brasil, tais como a promoção de eventos discutindo a questão, o aumento de pesquisas, iniciando-se desde trabalhos de monografia, dissertações e teses. Em busca feita em Agosto de 2021 no repositório de teses e dissertações da Capes, inserindo os termos “gênero” e “relações internacionais”,

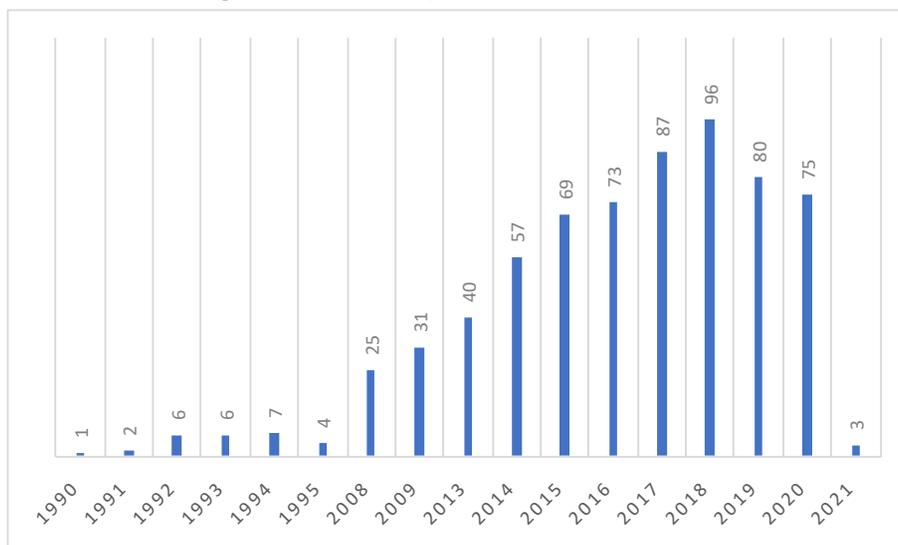
---

<sup>116</sup> BACCARINI, M.P.O., MINILLO, X.K. e ALVES, E.E.C. “Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR.”. *Contexto Internacional*. 41(2). 2019. pp. 365-396. doi 10.1590/s0102-8529.2019410200007.

encontramos 542 trabalhos, filtrando pela área de conhecimento **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, BILATERAIS E MULTILATERAIS**, sendo 161 teses de doutorado, 466 dissertações de mestrado stricto sensu, 33 trabalhos de mestrado profissional e 2 de curso profissionalizante. 75% desses trabalhos foram conduzidos em apenas 3 instituições: Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro; Universidade de São Paulo e Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul o que indica ainda uma concentração geográfica dessa produção no país.

A Figura 1 ilustra a distribuição da defesa desses trabalhos ao longo do tempo.

Figura 1: Número de Teses e Dissertações com os termos “gênero” e “relações internacionais”



Fonte: Elaboração própria, com dados de Repositório de Teses e Dissertações da Capes, 2021.

O resultado disso foi um considerável aumento no número de trabalhos submetidos a eventos e publicações configurando uma marcante expansão e consolidação dos estudos na área das RI, que foi coroada com a criação de uma área temática

no âmbito da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), a qual promoverá a questão de gênero de maneira transversal às diversas temáticas na área.

Assim como tratamos no trabalho de 2019, a promoção de espaços para o diálogo de maneira institucionalizada é um primeiro passo para o acolhimento e o despertar de questões veladas no cotidiano de pesquisadoras e professoras. Por isso, entendemos que iniciativas como essa são fundamentais para construirmos a evolução do conhecimento científico das Relações Internacionais no Brasil, qualitativa e quantitativamente.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Em 2019, nossas convidadas, professoras Mariana Baccarini (UFPB), Xaman Minillo (UFPB) e Elia Alves (UFPB) publicaram uma pesquisa muito relevante intitulada “Questões de Gênero na Torre de Marfim das Relações Internacionais no Brasil”.<sup>117</sup> Nesse estudo, lançado pela revista Contexto Internacional, as autoras trabalham temas ainda tabus na área, como questões sobre gênero, desigualdade e assédio. Os dados impressionantes nos levam a pensar sobre a experiência das mulheres no nosso campo. De forma provocativa, poderíamos ainda indagar: existe um manual da internacionalista recatada? Afinal, o estudo chama nossa atenção para as estruturas machistas e discriminatórias que condicionam as experiências das mulheres com o foco na academia de Relações Internacionais do Brasil. Então, para começar esse papo, que tal vocês falarem sobre como começou e de onde surgiu a ideia de fazer essa pesquisa.*

**Xaman Minillo:** Agradeço pelo convite e acho muito legal estar hoje aqui podendo falar sobre essa pesquisa, porque ela surgiu justamente com o ensejo de jogá-los sobre esse tema, dialogando com estudos similares em outras áreas, em outros

---

<sup>117</sup> Idem.

países e tentando aprimorar essa agenda de forma interseccional. E é uma grande alegria para nós apresentarmos essa pesquisa como fruto de algumas parcerias. Parcerias importantes: a primeira com o grupo MulheRIs e a segunda com a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). O MulheRIs, que vem atuando desde 2016, levantou algumas demandas no seu primeiro encontro, e uma delas era exatamente sobre conhecermos melhor a situação das mulheres nas Relações Internacionais no Brasil. O grupo estava procurando alguém que organizasse esses dados fazendo, a princípio, uma comparação com um trabalho similar feito pelo Women's Caucus (WCIS) da International Studies Association (ISA). Na verdade, a pesquisa conduzida por esta organização possuía um escopo global, então pensamos em fazer algo seguindo a mesma linha, mas ao mesmo tempo atentando-se para algumas especificidades do Brasil. Inicialmente, eu e Mariana estruturamos um questionário e divulgamos. Daí surgiu também nossa parceria com a ABRI, que atuou na divulgação dos questionários e depois cedeu as informações sobre a própria composição dos membros da Associação. Mariana fez mais esse diálogo com a associação, enquanto eu fiz mais o diálogo com o MulheRIs. Então, eu acho que esse trabalho, além de trazer um resultado relevante, foi também um processo muito interessante de colaboração com esses dois parceiros importantes.

**Mariana Baccarini:** Acho que a gente podia já agradecer, não só a inspiração do MulheRIs e sua ajuda, mas também à Liliana, nossa colega de departamento que auxiliou na montagem do questionário online. E agradecer também o professor Eugênio que era presidente da ABRI e deu todo apoio com os dados da ABRI e também com a divulgação.

**Xaman Minillo:** Exatamente. Inclusive, Elia se juntou a nós depois porque nem eu, nem Mariana somos especialistas em métodos quantitativos de pesquisa. Então, a gente acabou

encontrando alguns problemas e Elia logo se juntou ao grupo para nos ajudar a fazer uma pesquisa quantitativa de qualidade.

**Elia Alves:** Sim, foi quando eu entrei na história. E foi bem interessante tentar, primeiro, entender quais eram as informações produzidas pelo questionário aplicado pela Xaman e pela Mariana, para depois analisar até que ponto poderíamos utilizar seus resultados para comparações com outras pesquisas feitas em outros países. Então, de início, tivemos essa dificuldade: entender a representatividade dessa amostra. E foi bem interessante constatar a massiva participação das mulheres que aderiram, responderam e comentaram. Já a segunda estratégia de pesquisa, liderada pela Mariana, envolveu o levantamento de dados junto às universidades para um mapeamento da presença das mulheres nos departamentos de Relações Internacionais no país. Posteriormente, fizemos essa análise casada entre os dados dos respondentes e os dados do perfil dos departamentos. Dentre os participantes, verificamos como foi grande a participação das professoras, principalmente, que formavam um objeto específico que estávamos querendo analisar, isto é, a situação de quem já passou por toda a trajetória acadêmica e hoje estava ocupando espaços de docência nos departamentos. E apesar da participação dos homens não ter sido na mesma escala, também foi significativa. Isso foi importante para a gente conseguir comparar e analisar o quadro todo e o quadro específico de quem realmente respondeu. Então a pesquisa foi caminhando mais ou menos nesse sentido.

**Mariana Baccarini:** Vale a pena lembrarmos também que o questionário do *Women's Caucus* (WCIS) da ISA, no qual nos baseamos, demandou algumas adaptações para poder ser aplicado na realidade brasileira. Além disso, como a própria Elia nos ajudou a entender, o formulário possuía algumas fragilidades para uma análise de dados quantitativa mais assertiva. Então, de um lado,

algumas das informações que conseguimos não puderam ser utilizadas, e de outro, algumas variáveis que julgamos importantes posteriormente não haviam sido captadas pelo questionário. Em suma, foi realmente uma pesquisa de natureza exploratória.

**Entrevistadoras:** *Realmente, um trabalho pioneiro para nossa área. Aliás, na época da pesquisa, a ABRI possuía um total de 1.118 membros, dos quais 511 eram identificados como mulheres e 607 como homens. O formulário aplicado por vocês contou com um número de 256 respostas de mulheres associadas, contra 118 de homens, além de duas respostas cujos autores não se identificaram com nenhuma das categorias de gênero listadas, certo? Com isso, vemos uma taxa de retorno significativa no campo feminino, visto que 50,10% das mulheres membros da ABRI responderam ao questionário. Ou seja, um quadro bastante representativo dessa categoria. Por outro lado, apenas 19,44% dos homens se engajaram com o processo. Vocês levantam alguma hipótese sobre esse engajamento diferenciado? No mais, dentre os dados específicos levantados, chama atenção, por exemplo, a relação entre o estado civil dos participantes e o recorte de gênero. O que vocês pensaram ao elaborar essa questão? E quais outros dados da pesquisa vocês destacariam?*

**Mariana Baccharini:** Grande parte desses dados e das tabelas propostas foram pensadas com base nas hipóteses dos estudos de gênero. Segundo essa literatura, por exemplo, haveria uma tendência das mulheres que entram na academia a abdicarem do casamento e da maternidade ou, no caso daquelas que optassem por essas experiências, a incongruência entre as duas esferas da vida se tornaria um dilema constante. Portanto, muitas dessas tabelas representam um esforço para captar como tal diagnóstico se desenvolve no campo profissional das RI no Brasil. Particularmente, eu acho que esses dados são interessantes, inclusive em relação ao número de filhos, visto que

eles apontam para o que parece ser uma tendência de homens com mais filhos do que as mulheres. Ou seja, entre os professores que fazem parte das Universidades que ensinam RI no Brasil, as mulheres tendem a ter menos filhos que os homens. Como disse, isso é uma hipótese que aparece na literatura, no entanto, dada a amostra da pesquisa, os dados não foram operados na tentativa de corroborar aquela hipótese ou não.

**Elia Alves:** Eu acho que o primeiro grande dado a ser observado refere-se ao perfil de gênero dos profissionais da área, considerando os resultados do formulário que aplicamos, mas também as informações da própria composição de associados da ABRI e dos relatórios dos departamentos universitários. Nesse sentido, podemos dizer que, a cada três professores ou profissionais da área de RI, um é mulher. Ou seja, a participação da mulher na área de Relações Internacionais do Brasil é cerca de 33%. Estamos então falando de um campo em que, geralmente, há maior presença masculina. Isso é um dado concreto e, poderíamos dizer, estatisticamente significativo.

Por outro lado, vemos também alguns indícios de mudança. Quando pegamos os dados da nossa pesquisa com relação ao recorte de gênero dos orientadores, verificamos a prevalência dos homens nessa posição. No entanto, dentre os alunos de pós-graduação, o número de mulheres tem aumentado. Então, em tese, espera-se que ao longo dos anos as mulheres comecem a ocupar também os espaços de docência na academia. De todo modo, eu diria que esse seria o primeiro grande resultado concreto que nossa pesquisa levanta: a participação das mulheres na função de professoras é de um para três, então a cada três professores, apenas uma é mulher.

**Mariana Baccarini:** Sobre esse tópico levantado pela Elia, se analisarmos a tabela apresentada na pesquisa, podemos detectar alguns casos assustadores, visto que em algumas universidades,

os departamentos de RI não têm nenhuma mulher, como é o caso da Universidade Federal do Fluminense (UFF). Na Universidade Federal de Goiás (UFG), à época, a composição departamental contava com apenas uma mulher contra um total de vinte homens. Vale pontuar que não consegui esses dados, especificamente, de todas as universidades. Como mencionei, a coleta dessas informações foi bastante complicada. Mas os dados disponíveis refletem essa disparidade, apontando para composições de quadros docentes desequilibradas em termos do recorte de gênero.

Na Universidade Federal do ABC (UFABC), por exemplo, verificamos a presença 22 homens e 8 mulheres; na Universidade de Brasília (UnB), por sua vez, 14 homens e 7 mulheres. Ou seja, a formação dos quadros docentes possui uma média de aproximadamente 1/3 de participação feminina. No caso da Federal Fluminense (UFF), mencionada anteriormente, se não me engano, trata-se de um curso de Estudos Estratégicos, ou seja, será mesmo que não existe nenhuma mulher especialista em estudos estratégicos? Quando divulgamos esses dados, recebemos vários relatos de colegas, de alunas de outras Universidades, algumas narrando a luta promovida pelas estudantes para conseguirem a inserção de uma professora lá dentro. Enfim, podemos perceber como a indignação não é só nossa, mas em outros lugares as pessoas já têm chamado atenção para essa questão.

De forma geral, a baixa paridade de gênero que identificamos nos departamentos de RI das universidades brasileiras comprova, a meu ver, uma das hipóteses fortes na literatura, segundo a qual as estruturas machistas afetam também os processos de seleção e contratação. Afinal, cabe a pergunta: por que há mais homens do que mulheres ocupando as funções de docência mesmo nas universidades federais, em que os concursos públicos deveriam ser idealmente neutros? Ou ainda, em que medida o mérito é uma variável desconectada das desigualdades de gênero?

**Entrevistadoras:** *Sim, Mariana, esses questionamentos são fundamentais, em especial porque demonstram como a promoção*

*da paridade de gênero envolve o combate às práticas difusas que naturalizam comportamentos discriminatórios. Por isso, um dos grandes desafios das pesquisas nessa área está justamente em sua habilidade de identificar, apontar e endereçar objetivamente as variáveis em jogo. Nesse sentido, gostaríamos de saber quais recortes ou temáticas vocês consideram centrais para uma investigação preocupada com as desigualdades de gênero. Ao longo da pesquisa, surgiram variáveis que vocês gostariam de avaliar, mas que não puderam incluir nesse trabalho? E mais, na visão de vocês, como as instituições acadêmicas devem ser avaliadas, considerando esse recorte?*

**Mariana Baccarini:** Nosso questionário não dá conta de muitas das variáveis que, particularmente, eu acho que devem ser averiguadas, mas que foram surgindo conforme escrevíamos o artigo. Por exemplo, uma das bibliografias<sup>118</sup> que li para o estudo, apontava o seguinte: aos realizarem avaliações sobre os docentes, os alunos tendem a avaliar melhor os homens do que as mulheres. O estudo verificou isso através de uma análise de aulas online conduzidas por uma professora e por um professor. Na pesquisa, cada docente era responsável por duas turmas, de modo que, em uma turma utilizavam seu próprio nome e na outra trocavam pelo nome do colega. Ou seja, para uma turma, a professora dava uma aula com seu nome e, na outra, utilizava o nome do colega. E o professor, por sua vez, aplicou o mesmo método: em uma turma utilizava seu próprio nome e, na outra, o nome da colega. Ao fim, em todas as turmas em que o homem era supostamente o professor, ele foi melhor avaliado, mesmo quando era a professora que lecionada sob o uso secreto de seu nome. Ademais, em termos de citações, as mulheres também são bem menos citadas que os homens<sup>119</sup>. Em participação de

<sup>118</sup> MacNell, L., Driscoll, A., e Hunt, A. N. 2014. "What's in a name: exposing gender bias in student ratings of teaching." *Innovative Higher Education* 40 (4): 291-303.

<sup>119</sup> Colgan, J. 2017. "Gender bias in International Relations graduate

tomada de decisão, ou no envolvimento com pesquisas mais significativas de departamento, as mulheres também são deixadas de lado. Como podem ver, são várias questões que fiquei com vontade de averiguar posteriormente.

**Elia Alves:** Dentro disso que a Mariana pontuou, podemos também pensar nas variáveis envolvendo o recorte de gênero das bibliografias aplicadas nos cursos de RI no Brasil. Se você ministrar um curso com uma base bibliografia composta apenas por homens, então isso vai sendo reproduzido. Com relação às primeiras tabelas do nosso artigo, envolvendo um recorte de gênero sobre o estado civil dos acadêmicos, podemos destacar as hipóteses que falam sobre os conflitos de interesse que envolvem a escolha profissional. Segundo nossa pesquisa, quase 14% das mulheres responderam que a escolha profissional pode ter impactado negativamente na sua vida pessoal. Em contrapartida, apenas 7,6% dos homens disseram ter a mesma impressão. Esse fato se desdobra em questões práticas importantes, como: deslocamento para o trabalho, escolha de onde trabalhar, restrição de onde vai trabalhar, dentre outras questões cotidianas que nos afetam, mas que não estão materializadas em dados.

**Xaman Minillo:** Sobre isso, talvez seja importante até dar um passo para trás e contextualizar essa pesquisa, separando esse olhar feminista, as mulheres e as relações internacionais, em duas diferentes esferas. Uma delas mais conceitual e teórica de estudos feministas e outra mais prática de análise das instituições e como elas tratam as relações de gênero. E eu acho que essa pesquisa, ao focar nos três temas de desigualdade,

---

education? New evidence from syllabi.” *Political Science & Politics*, 50 (2): 456-460; Maliniak, D., Powers, R., e Walter, B. 2013. “The gender citation gap in International Relations.” *International Organization* 67 (4): 889-922; Mitchell, S. M., Lange, S. e Brus, H. 2013. “Gendered citation patterns in International Relations journals.” *International Studies Perspectives* 14: 485-492

discriminação e assédio, lança luz sobre como, nessas relações práticas institucionais, a gente ainda precisa trabalhar muito. As vezes temos uma sensação de progresso por estar conseguindo trabalhar com temas feministas nas Relações Internacionais, mas é importante dar esse passo para trás e olhar para o ambiente acadêmico no qual a gente realiza essas pesquisas, dá aula, estuda, e realmente avaliar se nós estamos fazendo progresso nessas práticas diárias dentro das instituições.

Na questão da desigualdade de gênero, lidamos com questões estruturais. Essas mulheres que têm jornadas duplas ou triplas precisam conciliar família e trabalho, enquanto para muitos homens essa não é exatamente uma questão. Isso porque, a função deles ainda é vista muito restrita simplesmente ao trabalho fora do lar e a mulher tem que necessariamente tratar de tudo. E quando se olha para o trabalho, qual é o tipo de trabalho a que essas mulheres têm acesso? E em que tipo de instituição elas têm esses trabalhos? No caso do Brasil, vemos uma divisão muito clara entre dois tipos de instituição, as universidades públicas e as privadas, cada qual com tipos diferentes de trabalho. O trabalho numa universidade pública oferece uma estabilidade maior e teoricamente, como foi mencionado, também um salário sem diferenças entre gêneros, enquanto nas instituições privadas muitas vezes o trabalho é determinado pela quantidade de aulas que você dá. Nós analisamos a diferença salarial entre os professores em geral por gênero e identificamos pouca diferença, mas quando analisamos dentro das instituições privadas, aí havia uma diferença maior. Isto é, em instituições em que o salário não é um salário previamente determinado, como o do servidor público, a diferença salarial entre homens e mulheres é maior.

Então, é nesse contexto desigual de jornadas duplas ou triplas das mulheres, além das desigualdades dentro das estruturas de trabalho, que emergem algumas formas de discriminação e de assédio. Ou seja, ambientes sexistas, onde

se tornam mais frequentes questões como aquela levantada pela Mariana sobre a avaliação de performance enviesada pelo gênero do profissional e não pelo trabalho que está sendo realizado. Tudo isso, como sabemos, pode afetar a progressão da carreira, etc. E acho muito importante salientar um outro aspecto que emergiu da pesquisa: a importância das diferentes percepções sobre discriminação e assédio. Nós perguntamos sobre as pessoas terem experienciado ou visto algum tipo de discriminação, desde comentários deslegitimando o trabalho de mulheres e temáticas de pesquisa relacionadas a elas, ou mesmo se as pessoas, de um lado mais sério desse espectro, já vivenciaram ou viram práticas de assédio. E um dos aspectos mais alarmantes da pesquisa foi entender que muitas pessoas já tiveram contato com assédio e ao mesmo tempo como, para muitas pessoas, aquilo que para mim seriam claramente práticas de assédio, não foram interpretadas como tal. Ainda que seja um resultado indireto da pesquisa, esse dado chama nossa atenção para esse ponto que é muito importante: nós precisamos discutir sobre essas questões seriamente para conseguir lidar com elas de forma efetiva, isto é, evitando cenários de naturalização ou banalização de práticas que deveriam ser inadmissíveis.

**Elia Alves:** Gostaria de dar um exemplo nesse sentido. Quando analisamos as perguntas direcionadas à experiência de discriminação (“de que formas você já vivenciou discriminação no ambiente acadêmico?”), 63% das mulheres responderam que já sofreram discriminação na academia por causa de gênero. No entanto, apesar de 63% das mulheres terem dado esta resposta, quando fomos avaliar o campo “comente”, através do qual coletamos informações qualitativas, identificamos comentários dizendo que discriminação de gênero não é um problema nas Relações Internacionais. Mais especificamente, um dos respondentes indicou que “a discriminação mais importante é em relação a renda”. Não estou querendo deslegitimar a

categoria de renda como uma questão importante na academia, mas enquanto você tem 63% das mulheres falando que esse é um tema importante porque já sofreram em algum momento, vemos homens falando que não, que isso não é um problema. Por isso, é emblemático pensar nisso tudo que a Xaman está trazendo.

**Mariana Baccarini:** Concordo. E, justamente devido a esse cenário, que precisamos trazer essas questões e dialogar com os nossos alunos e conversar com nossos pares, até porque essa ausência de percepção sobre o problema é uma das causas de sua permanência. Quando falamos sobre assédio e discriminação, costumamos pontuar a ideia de que “não é não!”, mas penso que precisamos também problematizar o “sim”. Afinal, por que naturalizamos as discriminações? Por que as pessoas nem sempre se posicionam? Por que aceitam as violações? Na maioria dos casos, mulheres e homens não sabem identificar um assédio. Por isso, debater esses temas torna-se tão relevante tanto para aquelas pessoas que já sabem o que é discriminação e o que é assédio, mas também, e sobretudo, para informar aquelas que muitas vezes ainda não percebem que passam por isso.

**Entrevistadoras:** *Bom, como podemos verificar em suas falas, a cultura institucional sexista e misógina está entre as variáveis centrais das práticas discriminatórias na academia. Tal conclusão fica também evidente pelos dados da pesquisa que realizaram? Como podemos pensar transformações nesse âmbito? E, ainda, como vocês enxergam as resistências que estão surgindo?*

**Mariana Baccarini:** Acho que, com essa questão, chegamos ao cerne do nosso artigo que reside justamente na constatação de que um terço das mulheres já passaram por contato físico indesejado e, mais, que um quarto delas já experimentaram contato físico

de cunho sexual. Ou seja, muitas mulheres já experimentaram algum tipo de invasão do seu corpo e na maioria dos casos não levaram essas denúncias para frente. Ao analisarmos os motivos dessa indisposição para denunciar, percebemos que existe uma cultura institucional, quer nas universidades privadas, quer nas públicas, justamente impedindo esse tipo de reação. Vários artigos provam que, muitas vezes, uma ação legal ou mesmo institucional pode não surtir efeito.<sup>120</sup> Nesse sentido, precisamos mudar as práticas institucionais e para isso não adianta lutarmos apenas individualmente. Então, essas questões precisam ser trabalhadas sim, e precisam fazer barulho, se é balbúrdia que a gente costuma fazer, como dizem, então vamos fazer porque esse tipo de coisa não pode mais ficar escondido.

**Xaman Minillo:** Sobre o ponto mencionada pela Mariana, vale mencionar os dados da tabela 8 do nosso artigo, através dos quais pudemos verificar que mais da metade das mulheres que sofreram algum tipo de assédio optou por ignorar o ocorrido, enquanto 60% reagiu conversando com colegas não envolvidos, e apenas uma porcentagem menor reportou a questão para alguém numa posição de autoridade (17%) ou falou diretamente com a pessoa por quem ela havia sofrido o assédio (29%). Destaca-se, ainda, que 1% dos homens que responderam à pesquisa disse que sofreu assédio e iniciou ação legal. Por outro lado, nenhuma das mulheres respondentes, vítimas de algum tipo de assédio, iniciou a ação legal. Mais uma vez, isso salienta a importância dessa mudança cultural das instituições, assim como a necessidade de incentivar espaços de solidariedade entre as mulheres, entre as vítimas de discriminação e de assédio, porque são nos pequenos coletivos feministas, nas universidades, que essas vítimas muitas vezes encontram algum tipo de apoio.

---

<sup>120</sup> Monroe, K., Ozyurt, S., Wrigley, T, e Alexander, A. 2008. “Gender equality in academia: bad news from the trenches, and some possible solutions.” *Perspectives on Politics*, 6 (2): 215-233.

Nas instâncias institucionais, como já mencionado, a presença desse apoio é ainda bastante improvável.

**Mariana Baccarini:** Se há algo pelo qual a gente pode se regozijar é exatamente a existência desses coletivos feministas, cuja presença expressiva nas universidades é relativamente recente. Na UFPB, por exemplo, temos o “EmpodeRI”, um coletivo feminista formado por alunas, que não só estudam o feminismo, mas também realizam ações de apoio às mulheres vítimas de assédio, promovem eventos e constroem diálogos a fim de aprimorar as políticas públicas da região. Enfim, como podemos ver, a resistência já está mais organizada e de forma horizontal. Tal formato é particularmente importante, visto que verticalmente, isto é, em termos institucionais a capacidade de resposta é ainda muito baixa. A meu ver, a organização horizontal é capaz de mudar a percepção vertical também, e isso ajuda, por exemplo, que professoras se sintam inspiradas a participar de cargos de chefia, a levantar essa bandeira e assim irem mudando as instituições em que trabalham. Infelizmente, as instituições são resistentes às mudanças, por outro lado, se elas não mudam, tornam-se defasadas demais. Então, na prática, se elas não mudam, acabam sendo mudadas.

**Entrevistadoras:** *Ótimos apontamentos. Concordamos quando dizem que o contexto de organização feminista se expandiu muito, inclusive por conta das estudantes, das mulheres mais jovens, alunas, e isso tem gerado um tensionamento necessário. No entanto, institucionalmente, a Universidade continua dando respostas muito lentas e que desestimulam inclusive o próprio debate. Inclusive, a própria pesquisa levanta dados interessantes sobre as experiências de sexismo no ambiente de trabalho universitário. Segundo o artigo, 30% das respondentes disseram vivenciar linguagem e piadas sexistas de forma frequente, o que contribui para a desqualificação das atividades*

*profissionais dessas mulheres, e isso é muito grave. Ademais, dentre os desafios para desempenho profissional, a pesquisa também aborda a questão da maternidade. Nesse sentido, caso o questionário envolvesse perguntas sobre saúde mental certamente teríamos alguns resultados apontando para essa sobrecarga que acontece sobre as mães que estão na academia. O que vocês pensam sobre isso?*

**Elia Alves:** Apesar da proposta do artigo abordar a questão da dimensão profissional nas Relações Internacionais, você vê que isso é muito mais amplo. Quando apresentamos os dados, a pesquisa deixa claro que a vida profissional e a vida pessoal não estão separadas. Ainda assim, um dos apontamentos que mais chamou nossa atenção sobre os aspectos profissionais (presente na figura 16 do artigo), constata que, apesar da jornada dupla, da jornada tripla, das limitações, das dificuldades, as mulheres seguem com um alto percentual de publicação em periódicos indexados (Qualis). Em outras palavras, apesar de todas as dificuldades, percentualmente, os dados mostram mais mulheres do que homens publicando seis ou mais artigos em revistas com Qualis alto. Comparativamente aos homens, apesar das questões de estatísticas por trás, esse é um dado representativo do ponto de vista das mulheres e, inclusive, relevante. No entanto, ainda que emblemático, vale pontuar que existe uma série de desgastes que ficam invisíveis quando uma mulher publica um artigo. Os dados mencionados levantam essa questão, ou melhor, eles incitam o debate sobre como a publicação de um artigo é muitas vezes fruto de um trabalho silencioso de várias mulheres.

**Mariana Baccarini:** Na linha do que Elia apontou, podemos dizer que, quando uma mulher consegue avançar na carreira - ou seja, nós professoras que passamos por esse processo todo - ela o faz depois de uma árdua batalha contra o sistema e contra nós mesmas. Ao longo do processo, enfrentamos muitos desafios,

como a síndrome do impostor, que consiste em acreditar que não merecemos estar onde estamos. É por isso que acredito que a saída está na sororidade, em darmos a mão para as nossas alunas e carregá-las com a gente, ou seja, facilitar essa vida acadêmica. É dar a mão para alunas de graduação e continuar ajudando-as no mestrado, dar força para que elas consigam enfrentar também esse sistema de forma conjunta que é uma das formas de existência que hoje acredito ser mais eficaz e mais bonita também. Afinal de contas, somos todas mulheres num mundo machista, então por que não dar a mão e ajudar aquelas que estão ainda começando?

**Xaman Minillo:** Eu acho que a gente pode adicionar a isso, que é certamente um dos elementos centrais e mais bonitos da luta feminista, a importância do auto-respeito e do auto-cuidado. Reconhecer que as vezes uma coisa pequena, como aquela piadinha, pode gerar toda uma insegurança com o trabalho que você desenvolve. Aquele comentário relacionado ao seu gênero, pode colocar em questão toda dedicação que você está colocando no seu trabalho, na sua pesquisa, no seu estudo. Então, como essas pequenas coisas afetam a nossa saúde mental, que é um tema que vocês mencionaram e eu acredito que hoje vem ganhando mais destaque, mas ainda assim, é algo que demanda muita atenção. E essas questões estruturais de desigualdade, esses casos de discriminação e de assédio vão solapando nossa saúde mental, então é muito importante ter esse autocuidado.

Eu acho que realmente nós temos que seguir lutando, mas ao mesmo tempo em alguns momentos saber falar um “não” até para as coisas que aparentam ser boas. Durante essa luta nós também não conseguimos fazer tudo e daí a importância das aliadas. As vezes nós não conseguimos dar aquele apoio que queríamos, as vezes nós precisamos dar um passo para trás, porque nós mulheres também somos as mais sobrecarregadas, principalmente com essas questões de inclusão, sempre sobra

para alguma mulher lidar com essas questões. Enfim, é um equilíbrio muito difícil e não existe uma receita, depende de cada uma, de suas situações e dos desafios que estão enfrentados. Mas se faz necessário equilibrar esse trabalho com o apoio que se consegue dar para colegas, estudantes, com esse autocuidado, um espaço para si, para se recuperar dessas dificuldades diárias.

No momento, estou me recuperando de uma questão de saúde, estou muito confrontada com essa questão, é uma luta diária, a necessidade de produzir durante um doutorado, o desejo de produzir e as limitações que eu encontro. Então, eu acredito que nós mulheres, por sermos muitas vezes sobrecarregadas nos aspectos pessoais no mundo privado, temos que reconhecer o peso dessa carga para exatamente não deixá-la para trás escondida nas publicações. Afinal, sim, a gente consegue publicar e muito mais, mas a que custo? Então é importante reconhecer também essas questões e aceitar o quão pesadas elas podem ser e as nossas próprias limitações. E eu digo tudo isso, reconhecendo o contexto duro em que a gente está e a necessidade premente de lutar todos os dias, porque os nossos direitos estão ameaçados. Então, enfim, um desafio.

**Entrevistadores:** *Muito importante isso que você colocou, Xaman, porque é mesmo um equilíbrio muito difícil. Ainda assim, pouco se fala da questão da saúde mental entre os docentes e pesquisadores. Por isso, entender que às vezes a gente precisa desacelerar um pouco é também imprescindível. Assim como exercitar o “não”, quando possível, a fim de resistir à sobrecarga de trabalho herdada pelas práticas patriarcais da nossa sociedade. Nesse sentido, vale reforçar mais uma vez o valor dos coletivos e também dos grupos de estudo e pesquisa que, não raro, servem como espaço de troca, colaboração e escuta. Enfim, com isso, encerramos agradecendo imensamente a vocês por terem topado participar desse bate papo que levantou questões tão necessárias. Obrigada!*

\*\*\*

## Sugestões para aprofundamento:

### Bibliografia

AHMED, Sara. *Living a Feminist Life*, Durham: Duke University Press, 2017.

HARDING, Sandra. *The Feminist Standpoint Reader*, New York: Routledge. 2004.

\_\_\_\_\_. *The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire*. Berkeley: University of California Press. 2004a.

FALCÓN, Sylvanna M. *Power Interrupted: Antiracist and Feminist Activism Inside the United Nations*, Seattle: University of Washington Press. 2016.

\_\_\_\_\_. *Gendering World Politics: issues and approaches in the post-cold war era*. NewYork: Columbia University Press, 2001.

### Podcasts

Assédio e violência de gênero na universidade: o que eu aprendi com o caso do meu instituto. Charlando By Mila Pamplona, Episódio 8. Disponível em <https://anchor.fm/mila-pamplona/episodes/Episdio-8-Assdio-e-violncia-de-gnero-na-universidade-o-que-eu-aprendi-com-o-caso-do-meu-instituto-e1343ql> Acesso em: 22 outubro 2021.

A escalada dos vulneráveis por Ruth Manus | TEDxSaoPaulo, 2017. 1 vídeo (15 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4RbHzSRfoXo> Acesso em: 21 outubro 2021.

A memory scientist's advice on reporting harassment and discrimination por Julia Shaw | TED Talk, 2018. 1 video (9 min). Disponível em

[https://www.ted.com/talks/julia\\_shaw\\_a\\_memory\\_scientist\\_s\\_advice\\_on\\_reporting\\_harassment\\_and\\_discrimination](https://www.ted.com/talks/julia_shaw_a_memory_scientist_s_advice_on_reporting_harassment_and_discrimination). Acesso em: 21 outubro 2021.

### Filmografia

THE HUNTING GROUND. Direção de Kirby Dick, 2015. Colorado: Chain Camera Pictures. Prime Video (103 min).

A LIÇÃO DE MOREMI. Direção de Kunle Afolayan , 2020. Lagos: Golden Effects. Netflix (151 min)

## Capítulo 10 - O Assédio e o machismo na Universidade

Por Marcia Cristina Bernardes Barbosa

Entrevistadoras: Carol Pavese e Débora Prado  
Episódio divulgado no dia 3 de julho de 2018

### Introdução

Mulheres são a minoria como docentes nas Universidades. Estes números ficam ainda piores à medida que se avança aos cargos de mais poder e prestígio. A sub-representação, embora existente em todas as áreas nos cargos de poder, é mais dramática nas áreas de exatas e tecnológicas. Hoje no Brasil as mulheres são 30% na graduação em áreas de exatas e engenharias. Nos postos de destaques, as mulheres são inexistentes. Na Academia Brasileira de Ciências (ABC), por exemplo, as mulheres estão em torno de 14%<sup>121</sup>. Na ABC na área de exatas as mulheres não chegam a 7%<sup>122</sup>. O aumento do percentual de mulheres em posições de mais destaque quando ocorre o faz de forma muito lenta<sup>123</sup>. Na pós-graduação da área de exatas, por exemplo, tem se observado um retrocesso<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> FERRARI, N.C.; Martell, R.; Okido, Daniela H.; Romanzini, Grasielle; Magnan, Viviane; Barbosa, Marcia C.; Brito, Carolina, (2018) “Geographic and Gender Diversity in the Brazilian Academy of Sciences”. Anais da Academia Brasileira de Ciências, 90, 2243, 2018.

<sup>122</sup> BARBOSA, Marcia C.; Lima, Betina, S. (2013) “Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar?” In: Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Ed. Silvia Cristina Yannoulas.

<sup>123</sup> BARBOSA, Marcia C.; Lima, Betina, S. (2013) “Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar?” In: Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Ed. Silvia Cristina Yannoulas. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/gender-book-trabalhadoras-fisica.pdf>

<sup>124</sup> AREAS, Roberta.; Abreu, Alice; Nobre, Carlos; Barbosa, Marcia C.; Santana, Ademir E. “Androcentrism in the Scientific Field: Brazilian Systems of Graduate Studies, Science and Technology as a case study”. OSF Preprint, 2 Fev. 2021. Disponível em: <https://osf.io/8x2uz/>

Em uma sociedade patriarcal e escravocrata não surpreende que o comando esteja na mão dos homens brancos. Em um momento em que mulheres têm acesso à educação, esta estrutura se mantém graças a estratégias socialmente construídas ao longo de séculos para perpetuar este domínio. O desmonte desta estrutura é complexo, pois atravessa a existência. Crianças desde cedo aprendem que homens são inteligentes e mulheres esforçadas<sup>125</sup>. Consequentemente na divisão de atividades às mulheres são destinados trabalhos de menor prestígio econômico. Neste arcabouço inexiste o conceito de Inteligência Feminina como construtoras copartícipes do projeto de conhecimento universal<sup>126</sup>. Na qualidade de esforçadas, às mulheres cabe a pesada tarefa de atuar profissionalmente e, ao mesmo tempo, cuidar da casa e da família. O cérebro é do homem. Quanto mais competitiva é a profissão, mais se espera que seja exercida por um cérebro, mais o perfil de profissional é o do macho. Esta expectativa de que mulheres sejam menos competentes por serem mulheres foi medida. Um estudo internacional mostrou que pessoas ao avaliarem um currículo para assistente de laboratório consideraram a pessoa a quem o currículo pertencia menos competente no caso do mesmo ser identificado com uma mulher do que quando era identificado com um homem<sup>127</sup>. Uma consequência natural desta análise carregada de misoginia é que a média salarial oferecida ao potencial candidato era maior que a oferecida candidata. Os avaliadores dos currículos eram homens e mulheres o que

<sup>125</sup> BIAN, Lin Bian, Sarah-Jane Leslie, Andrei Cimpian, . (2017) “Gender stereotypes about intellectual emerge early and influence children’s interests”, *Science* 355, p. 389–391. DOI: 10.1126/science.aah6524

<sup>126</sup> da SILVA, Roberta Areas; Santana, Ademir E. ; Barbosa, Marcia C. (2020) “A Discriminação da Inteligencia no Campo Científico Brasileiro”, *Revista Educação, Cultura e Sociedade* 10, 002.

<sup>127</sup> MOSS-RACUSIN, Dovidio, John F.; Brescoll, Victoria L.; Graham, Mark J; Handelsman, Jo. (2021) “Science faculty’s subtle gender biases favor male students”, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, n<sup>o</sup>, vol. 41, p. 16474-16.479. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/109/41/16474>.

indica que a misoginia está tão impregnada no tecido social que afeta homens e mulheres.

Este ecossistema produz impactos na autoestima das mulheres. Um estudo realizado com estudantes da disciplina de Física I em uma universidade americana mostra que as estudantes tinham uma impressão depreciada do seu conhecimento. Ao responderem que nota davam para o seu aprendizado, mulheres que passaram na disciplina com conceito A (a nota máxima) em sua autoavaliação davam par si mesmas um conceito igual ao que estudantes homens que tiraram o conceito B na disciplina se deram<sup>128</sup>. No semestre seguinte, as estudantes que tiraram conceito A na disciplina em sua autoavaliação davam para si mesmas um igual aos estudantes homens que tiraram conceito C tinham se avaliado. Este estudo não só mostra que as mulheres entram no universo acadêmico com uma visão depreciada de seu conhecimento, mas que esta visão piora no decorrer do curso.

O processo de perda da autoestima das mulheres é complexo. Apresenta ingredientes sutis como a falta de estímulo por parte de pais, professores e colegas até ações mais explícitas como o assédio moral e sexual. O assédio moral é um instrumento que tira a pessoa de seu exercício da plenitude de suas possibilidades e restringe a um subconjunto de atividades, usualmente consideradas menores, triviais em uma sociedade capitalista. Na ciência, ele ocorre quando homens brancos e muitos deles vindo da elite econômica fazem piadas identificando que ciência não é lugar de mulher. Estas atitudes, embora muito agressivas, são surpreendentemente naturalizadas no

---

<sup>128</sup> MARSHMAN, Emily M.; Kalender, Yasemin; Nokes-Malach, Timothy; Schunn, Christian; Chandralekha. (2018) “Female students with A’s have similar physics self-efficacy as male students with C’s in introductory courses: A cause for alarm?”. *Physical Review Physics Education Research*, 14. Disponível em: <https://journals.aps.org/prper/abstract/10.1103/PhysRevPhysEducRes.14.020123>

meio acadêmico como uma espécie de rito de passagem para as mulheres que quiserem sobreviver no meio.

O assédio moral usa de sutilezas ao sugerir que certas atividades não devem ser para as mulheres ou negros, por serem mais fracos, menos inteligentes, menos focados ou simplesmente menos capazes de uma dedicação vestal à ciência. Estas atitudes insidiosas servem como ecossistema para surgir uma outra estratégia de dominação muito mais violenta: o assédio sexual. Estudos mostram que mesmo no meio acadêmico, onde imagináramos um certo grau de compreensão dos direitos humanos, as mulheres sofrem assédio sexual <sup>129</sup>. Ele expressa de uma forma física o conceito de que homens são inteligência, cérebro, e as mulheres são esforço, corpo.

O assédio sexual é o clímax de um processo que inicia na infância com a ideia de que mulheres são somente esforçadas seguido do assédio moral que são ineptas para a ciência e que seu papel é dar prazer aos verdadeiros produtores do conhecimento. O assédio faz com que a ciência perca pessoas capazes e que trariam diversidade para o meio acadêmico. Perde a pessoa, perde a sociedade e perde a ciência.

Nesta conversa percebemos que além chutar a escada, temos que coletivamente construir uma nova escada onde a diversidade seja um ingrediente fundamental.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *A inserção das mulheres na academia é limitada e tem sido objeto de muito debate. Levantamento*

---

<sup>129</sup> BRITO, Carolina; Barbosa, Marcia C. ; Pavani, Daniela B., Costa, Angelo Brandelli, Nardi, Henrique C. (2021) "Harassment in Brazilian Universities: how big is this problem: The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Anais da Academia Brasileira de Ciências (aceito). Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/aabc-assedio-2021.pdf>.

*apresentado pela Nexo<sup>130</sup> apontou a proporção de homens e mulheres mestres e doutores por gênero e nas diferentes áreas do conhecimento. Mesmo em áreas das Ciências Humanas, as mulheres seguem como minoria entre mestres e doutoras. A senhora é uma das poucas mulheres integrantes da Academia Brasileira de Ciências. Pode conversar conosco sobre sua experiência e os desafios enfrentados pelas pesquisadoras no ambiente acadêmico brasileiro?*

**Marcia Barbosa:** Eu sou física, ser físico tem as suas surpresas. No primeiro dia de aula de física eu era uma das quatro mulheres em uma sala com cerca de quarenta alunos. O restante da graduação acompanhou este mesmo cenário, com poucas mulheres atuando em posições de destaque. Note que eu sou, além de mulher em um meio masculino, provavelmente a única da escola pública brasileira. Naquela época não existiam cotas, não existia aluno de escola pública nas Federais. Sobrevivo a isso, consigo entrar nesse meio. E cada vez que a gente vai ascendendo na carreira a gente vai para o impacto internacional. Os números fora do Brasil são ainda piores, em presença feminina nas ciências. Nas academias são 6%, 7%.<sup>131</sup> Ou seja, o percentual vai baixando à medida que você vai se ascendendo, no sentido de que países que valorizam mais a ciência possuem ainda menos mulheres do que o Brasil,

---

<sup>130</sup> ALMEIDA, Rodolfo; Zanlorenssi, Gabriel. “Qual o gênero e a idade de mestres e doutores no Brasil?”, NEXO JORNAL, 23 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

<sup>131</sup> SAITOVITCH, Elisa B.; Lima, Betina; Barbosa, Marcia C. (2015) “Mulheres na Física: Porque tão poucas?” In: Mulheres na Física organizado por Elisa B. Saitovitch, Renata Z. Funchal, Marcia C. Barbosa, Suani R. R. de Pinho e Ademir E. Santana, Livraria da Física. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/barbosa-mulheres-mundo-brasil.pdf>

por várias razões. Sempre foi muito claro que eu teria que ser protagonista no trabalho. Embora fosse mais fácil me inserir em grupos mais bem estabelecidos, eu optei por ter o meu próprio grupo desde muito cedo também buscando compreender o motivo pelo qual a presença das mulheres na ciência é tão baixa.

Comecei a me envolver mais ativamente internacionalmente com esse tema e quando ganhei o prêmio (L'oréal) e utilizei este espaço para dar visibilidade ao debate sobre o papel das mulheres na ciência, além do meu trabalho de pesquisa. E esse prêmio também foi o que me levou a academia. Temos cerca de 13 a 14% de mulheres na ciência. Mas, se discriminarmos por área esses números baixam muito. Nas Ciências Sociais Aplicadas o cenário é um pouco mais equilibrado, com cerca de 50% de bolsistas mulheres. Nas exatas somos cerca de 7%. E se compararmos com a participação das mulheres na pós-graduação e em cargos importantes nas universidades o número de mulheres é muito reduzido. A grande pergunta é: o que acontece com as mulheres nesse processo? Por que elas abandonam a maratona, que é subir na carreira?

Tem a estrutura de poder, que está presente. O que mais me escandaliza é que em uma reunião, por exemplo, os homens ocupam muito mais o tempo de fala. Por que o tempo de fala masculino é sempre tão dominante? Nos poucos fóruns que são geralmente fóruns feministas, quando tema é as mulheres na ciência, as mulheres ganham tempo de fala e os homens reclamam questionando o motivo pelo qual ele é excluído do assunto. Tem todo esse domínio, que é se achar o dono do tempo de fala, do protagonismo de qualquer assunto. Esta é uma luta que devemos enfrentar coletivamente. Vou dar um exemplo que aconteceu comigo em uma reunião com mulheres de diversas áreas. Os homens sistematicamente interrompiam as mulheres até que uma colega tomou a palavra e disse que quem falaria naquele momento seria outra mulher que estava aguardando cerca de meia hora para falar. Temos que carregar algumas

coisas que vem dessa nossa habilidade de trabalhar em grupo. Mas, infelizmente, quando uma mulher ascende a posições de poder, ela acaba repetindo as mesmas estratégias masculinas.

**Entrevistadoras:** *Quais caminhos podemos seguir para enfrentamos o problema da baixa participação das mulheres na academia?*

**Marcia Barbosa:** Publiquei um artigo que foi para o Anais da Academia Brasileira de Ciência, <sup>132</sup> em que eu comparo o percentual de acadêmicos em cada grande área com o percentual de bolsistas do CNPq e observamos como à medida que você avança na carreira o percentual de mulheres diminui. Para analisar esta questão precisamos olhar para dois problemas. O primeiro relacionado ao ingresso: Como faço para que mais mulheres venham para a física? E o segundo problema vinculado a desistência das mulheres em seguir na carreira: Por que elas vão embora ou são expulsas da ciência?

As mulheres não vão embora porque elas querem. Precisamos compreender as causas deste processo e termos uma parceria de todas as áreas para fazer esta análise. Precisamos medir o que está fazendo as mulheres saírem. Quando comecei a falar de gênero no Brasil, as pessoas juravam que os departamentos de física tinham 50%, juravam que o mesmo percentual de meninas que entravam chegava ao topo e na pesquisa concluímos que isto não é verdade. Então, precisamos medir para garantir que o dado esteja lá. E ele não é um dado fácil de conseguir. Se tu pedes os dados para as agências e

---

<sup>132</sup> FERRARI, Natalia C.; Martell, R.; Okido, D. H.; Romanzini, G.; Magnan, V.; Barbosa, Marcia C.; Brito, Carolina (2018) “Geographic and Gender Diversity in the Brazilian Academy of Sciences”. Anais da Academia Brasileira de Ciências 90, 2243. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/gender-abc-cnpq.pdf>

universidades, eles não te dão. Agora temos o percentual, todas as coisas estão ali. Temos que garantir que as nossas instituições tenham dados acessíveis e visibilizados, isso é lei, lei de acesso à informação.

E, depois de ter os dados, o que é que eu faço com isso? Só ter os dados é muito pouco, só para dizer que temos um problema. Precisamos perguntar sobre a origem desse problema e como resolver esse problema. Para olhar a origem, temos que olhar para nossas instituições e nossos procedimentos. E pensar sobre como a instituição está preocupada com os discentes e com a relação entre discentes e docentes. Temos estatuto do servidor público, que é muito vago, que diz que tem que ter um comportamento de urbanidade no setor público, é vago, não tem uma regra que específica o que se pode fazer ou não no ambiente acadêmico.

O docente em posição de poder começa a exercer seu papel como se pudesse fazer o que bem entender. E nestes momentos acontecem abusos, frases intimidatórias. Frases do tipo “se vier com essa roupa de novo amanhã, te dou um ponto extra”. Internacionalmente, as instituições possuem estratégias sobre relações entre pessoas e os limites nestas relações mais claros. Mas, como a relação professor e aluno, tem um pedaço que é muito íntimo, no sentido que você vai até a sala do professor ou da professora, no laboratório, fica sozinha com outra pessoa. Temos que construir códigos de conduta humana, regular a conduta entre as pessoas. Quando eu falo isso para os meus colegas, eles ficam apavorados. Porque as pessoas não gostam desse “politicamente correto”, porque significa perder privilégios e ninguém está preparado para perder privilégios. Alguns colegas me perguntam “Marcia, eu não vou poder falar o que eu quero?”, e eu digo que não e que isso é bom, porque não devíamos falar o que queremos, e sim o que não ofende, não afasta. E estou falando sobre o assédio moral, dizer algo que intimida e desconforta o outro.

**Entrevistadoras:** *Pode aprofundar mais sobre essa questão da dificuldade em conseguir mapear esse cenário da violência e do assédio?*

**Marcia Barbosa:** Então, vamos começar com a dificuldade de se declarar vítima. Essa dificuldade tem dois níveis. A primeira é reconhecer que fostes assediada, não é trivial. A pessoa sempre acha que a culpa é dela e começa a desacreditar na sua competência, abandonando o ambiente acadêmico. E em segundo nível temos a dificuldade de falar sobre o assunto e o receio de sofrer retaliações. O sistema não é acessível e muitas vezes despreparado. Suponhamos que uma aluna sofre o assédio e vá à delegacia de polícia. No dia seguinte, ela tem de continuar assistindo aula com aquele professor, naquele mesmo ambiente acadêmico. A legislação também não ajuda. Não temos instrumentos institucionais efetivos. Temos uma lei, mas não conseguimos transitar muito bem entre a lei e as instituições que deveriam proteger os estudantes. Assédio é uma relação de poder. Alguns países regulam, tentam evitar o problema impondo limites nas relações entre professores e estudantes. A questão também é compreender esta estrutura de poder.

**Entrevistadoras:** *Os relatos de assédio no ambiente acadêmico são frequentes. É um problema sistemático. Levantamento do Instituto Avon sobre violência contra a mulher no ambiente acadêmico aponta que 56% das estudantes já sofreram assédio, 67% delas admitiram terem sido agredidas na universidade quando foram informadas sobre todos os tipos de violência que podem ser cometidos<sup>133</sup>. Quais medidas podem*

---

<sup>133</sup> INSTITUTO AVON. “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, disponível em: PesquisaInsti5utoAvon\_V9\_FINAL\_Bx2011.pdf (ufscar.br). Acesso: 23/08/2021.

*ser adotadas pelas universidades para enfrentar este problema? Pode também trazer para nós um relato sobre sua experiência?*

**Marcia Barbosa:** Precisamos primeiro prevenir e criar regras mais claras de conduta. Seria necessária a criação de setores específicos para acolher esse tipo de denúncia. Institucionalizar prevenir este tipo de violência. Estamos no momento querendo montar regras só para quando o problema está estabelecido. Gostaria de reforçar no programa a necessidade de criarmos mecanismos para identificar, quantificar e visibilizar este problema. Temos um grupo <sup>134</sup> para elaborar um questionário e medirmos o tamanho do problema. Não é um problema menor.

Sobre minha experiência no ambiente acadêmico, o tipo de assédio mais comum é o moral, a tentativa de desqualificar a posição em que você está, quando você consegue entrar em algum comitê ou consegue alguma visibilidade. Eles justificam você ter alcançado por ser mulher, por chamar mais atenção e ser visível. Num evento internacional, eu estava num debate bastante agressivo com um colega em que discutimos sobre um tema e ficou claro que eu estava com a razão. Ele perdeu o debate, e ao final disse que eu ganhei porque o meu perfume o atrapalhou. Ou seja, são estruturas que desqualificam o lugar onde está. Quando eu comecei a carreira eu ouvi de muitas mulheres, internacionais, me dizendo que eu não deveria me vestir como visto. Eu disse que não faria isso, disse que eu sobreviveria e não abriria mão de nada para isso. Se sou convidada para um evento, dizem que é por causa da cota para mulher. Isso é cotidiano e não passa se você ascende a carreira. Eu sofri assédio sexual. É doloroso, tem o sentimento de culpa e essa pessoa me perseguia pelo resto da vida ativa dela.

---

<sup>134</sup> HeforShe da UFRGS. <https://www.ufrgs.br/elesporelas/>

**Carolina Pavese:** Você tocou em dois pontos que eu me identifico. O primeiro é essa questão da vestimenta. Depois que eu passei a ter mais consciência dessa questão de gênero na academia, eu faço questão de colocar as minhas roupas mais femininas quando eu for para uma conferência ou uma palestra. Estou sempre de saia e blusa, justamente para marcar que é uma mulher que está ali. Ponho um belo salto e faço questão de afirmar isso. Abandonei um pouco os ternos para essas ocasiões. O outro ponto é em relação a essa questão do assédio na trajetória acadêmica. Eu tive uma experiência que até hoje é dolorosa. E é bem o que você falou Marcia. Fiquei pensando se em algum momento eu havia dado abertura para isso, se dei abertura. E volta o que eu falei no início, me descredibilizou academicamente. Me fez pensar que toda aquela aproximação e oferta de pós-doutorado não era porque eu era uma boa profissional, mas sim porque era uma tentativa de conquistar uma coisa a mais.

**Marcia Barbosa:** É isso, essa desvalorização. Sem falar na possibilidade de em momentos que a palavra de uma pessoa importante tem algum peso, essa palavra ou não será dada ou dada negativamente. Acho que é um momento de união e institucionalização dessas decisões. De tentar fazer com que as nossas instituições tenham dados, ou sejam, tentem entender onde é e que papel as mulheres estão exercendo, se olhem para ver como elas podem se aprimorar para permitir que tenhamos mais equidade nas relações e melhore as nossas relações humanas. E com isso, a consequência é que teremos uma melhor produção de conhecimento. Acredito que esse é o momento de mexermos nos dados e nas instituições para com isso transformar a nossa ciência.

**Débora Prado:** Marcia, gostaria de agradecer a sua participação nessa conversa tão necessária e importante. Temos

uma tradição no podcast do Chutando a Escada de “chutar a escada para alguma questão. Então eu gostaria de saber, para quem você chutaria a escada ou para o que você chutaria a escada?”

**Marcia Barbosa:** Eu chuto a escada para o assédio sexual. Nós vamos acabar com isso, vencer esse problema e eliminar essa doença. E não vamos fazer no individual, será feito em um coletivo, num “eu também”. Está na hora de um “Eu também” na academia.

**Carol Pavese:** Só queria agradecer. Mais uma vez te parabenizar pelo seu trabalho, não só pelas ações, mas pela área em que está atuando. É muito importante. Nas ciências humanas já temos até uma certa tradição em estudos de gênero, mas nas exatas faltam e acho que é importante atuar em todas as frentes. Foi muito bom conhecer uma cientista do outro lado, e que também abraça tanto essa causa, levanta essa bandeira. E vamos chutar essa escada juntas!

\*\*\*

### **Sugestões para aprofundamento:**

#### **Bibliografia**

AREAS, Roberta; Barbosa, Marcia C.; Santana, Ademir E. (2019) “Teorema de Emmy Nother, 100 anos: Alegoria da Misoginia em Ciência”, Rev. Bras. Ensino Física, nº 41, vol.4. <https://doi.org/10.1590/1806-9126-RBEF-2019-0017>.

AREAS, Roberta; Abreu, Alice, Santana, Ademir E.; Barbosa, M. C.; Nobre, C. (preprint) “Gender and the scissors graph of Brazilian science: from equality to invisibility”. Disponível em: <https://osf.io/m6eb4/>

AREAS, Roberta; Nodari, Carolina; Cardoso, Manoel; Santana, Ademir E.; Barbosa, Marcia C. (2021) “Misogyny in Brazilian Federal Government Agencies for Science and High-Education”, Anais da Academia Brasileira de Ciências 93, supl 33, e20201389. Disponível

em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/gender-aabc-2020.pdf>.

ALVES, Maiara Rosa; Barbosa, Marcia C.; Lindner, Edson L. (2019) “Mulheres na Ciência: a busca constante pela representatividade no cenário científico”. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/gender-enpec-2019.pdf>

FALCÃO, Juliana; Strapasson, Alexandre; Medeiros, Hirdan; Weber, Nathalia; Barbosa, Marcia Juliana Falcão, Alexandre Strapasson, Hirdan Medeiros, Nathália Weber and Marcia Barbosa (2019) “Energia e Gênero: Avaliação sobre Igualdade de Gênero no Setor de Energia do Brasil”. Anais do 10o Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/gender-10-pdpetro-2020.pdf>

### **Podcasts**

FRONTEIRAS DA CIÊNCIA: A Saga de Carlota. O podcast Fronteiras a ciência coordenado por Jeferson Arezon, Marco Idiart, Jorge Quinfeldt, Carolina Brito entrevista Marcia Barbosa e Carolina Brito sobre o projeto A Saga de Carlota que nasce de um teatro e se transforma em uma podfiction. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/asagadecarlota/episodio-no-podcast-fronteiras-da-ciencia/>

A SAGA DE CARLOTA (PODFICTION): Podfiction criado por Carolina Brito, Jeferson Arenzon, Cristina Bonorino, Ricardo Severo e Marcia Barbosa. A podfiction narra a história de uma mulher desde a infância e os obstáculos na carreira científica. A podfiction está disponível em todos os transmissores de podcast. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/asagadecarlota/a-saga-de-carlota/>

FEMNISMOS: ALGUMAS VERDADES INCONVENIENTES: Curso online transmitido tanto por vídeos como via podcast através da plataforma LUMINA da UFRGS. O curso aborda o feminismo na ciência, maternidade, na arte, ... , nas empresas. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/curso-ead-feminismos>

### **Documentário/Fimografia**

“A Ciência como ela é”. Produção: Napead UFRGS. Vídeos mostrando os obstáculos das mulheres na ciência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lphqe1f7gt0>

“Radioactive:”, por Marjane Strapi. Lançamento abril de 2020. Filme sobre a vida da cientista Marie Curie. Disponível no Netflix. Trailer disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3XLw8cCSPIo>

“Picture a Scientist”, Ian Cheney e Sharon Shattuck, Disponível no Netflix com legenda em português, Novembro de 2020. Trailer disponível em: <https://www.pictureascientist.com/media>

## Capítulo 11 - Mulheres na diplomacia brasileira

Por Karla Gobo

Entrevistadoras: Débora Prado e Carolina Pavese  
Episódio divulgado no dia 27 de março de 2018

### Introdução

Por que o Itamaraty? Por que mulheres no Itamaraty?

Ao final do mestrado, quando pesquisava o papel do Itamaraty na política externa durante a década de 1970, comecei a interessar por uma investigação a partir da perspectiva mais sociológica do Ministério das Relações Exteriores. Na época praticamente não se tinha estudos sobre este espaço, a não ser uma pesquisa do início dos anos 1980 de Zairo Borges Cheibub<sup>135</sup> e uma etnografia da Cristina Patriota Moura<sup>136</sup> sobre aqueles que haviam ingressado na instituição no início dos anos 1990.

Tendo certa afinidade com as pesquisas de gênero e pensando na estrutura da tese, julguei que não poderia trabalhar os diplomatas como uma categoria universal, sem as suas próprias dinâmicas internas ou assumir o discurso da racionalidade e impessoalidade da burocracia weberiana, desconsiderando assim dinâmicas sociais estruturantes, como gênero e raça.

Então a pesquisa, além do mapeamento social desse grupo, que embora a partir de uma perspectiva analítica diferente, atualizava alguns resultados de Cheibub dos anos

---

<sup>135</sup> CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.** Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

\_\_\_\_\_. **Diplomacia, Diplomatas e Política externa:** Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

<sup>136</sup> MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira:** um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV. 2009.

\_\_\_\_\_. **O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco.** Cena Internacional, ano 8, n° 1. 2006.

de 1980, resolvi também que deveria dedicar outros dois capítulos especialmente à questão das mulheres e dos negros na instituição. Eu gostaria também de trabalhar com o grupo LGBTQIA+, mas se já é difícil, devido à falta de dados, trabalhar com a questão dos diplomatas negros na instituição, esse grupo traria outros desafios difíceis de superar naquele momento.

O mais curioso de trabalhar a questão de gênero no Itamaraty é que, diferente de muitos outros espaços no mundo do trabalho, o MRE é um ambiente controlado, há uma única forma de acesso que é o concurso público, com provas não identificadas. Os aprovados têm uma origem social e de classe muito próximos. De acordo com um survey que realizei em 2015, com respostas de 208 diplomatas em diversas etapas da carreira, 74,5% dos pais e 64,4% das mães dos diplomatas brasileiros têm pelo menos o ensino superior, índices muito superiores à média nacional de pessoas que, na primeira década do século XXI, alcançou a sua melhor marca de 7,9%<sup>137</sup>. O uso de dados como a escolaridade dos pais é um importante indicador sobre a origem social, já que quanto maior a escolaridade, maiores são os salários e o acúmulo do capital cultural legítimo, recursos fundamentais para o sucesso num dos concursos mais difíceis do país. Estamos tratando, portanto, da “elite da elite”. Depois da análise do banco de dados com o universo de diplomatas ativos, pouco mais de 1500, vi que a maioria também vem da região com maior PIB do país, 60% são apenas do sudeste. A maior parte também vem das melhores universidades, 74% vêm exclusivamente das universidades públicas. E considerando o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF), 78% do universo desses egressos das universidades públicas passaram apenas pelas 10 melhores instituições do país, são elas: USP,

---

<sup>137</sup> GOBO, K. NOBLESSE D'ÉTAT : do campo ao habitus da diplomacia brasileira. Tese de doutorado – Campinas, SP: [s.n.], 2016. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo\\_Karla\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo_Karla_D.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2021

UNICAMP, UFRJ, UFMG, UFRGS, UNESP, UFSC, UFPR, UNB, UFPE. É quase desnecessário frisar que apenas UNB e UFPE estão fora do eixo Sul e Sudeste.

Esses marcadores sociais como origem de classe, escolaridade ou instituições escolares apontam para o capital econômico e cultural dos agentes envolvidos. Entretanto, apesar de bastante homogêneo, os dados e depoimentos mostram diferenças no acesso e percurso, cuja única variável explicativa para as diferenças é o gênero dos diplomatas.

A história das mulheres no Itamaraty é particularmente acidentada. O MRE foi um dos primeiros espaços da burocracia estatal a abrir espaços para as mulheres. A primeira mulher a ingressar no Itamaraty foi Maria José de Castro Rebello Mendes em 1918, tornando-se a primeira servidora pública brasileira a passar por um concurso de provas<sup>138</sup>. A reação dos jornais na época, expostos por Friaça (2018)<sup>139</sup>, mostram a perplexidade e os incômodos que esses primeiros passos emancipatórios que, em muitos casos, nem eram vistos como emancipação, mas apenas uma saída ou uma forma de sobrevivência para mulheres que, por diferentes razões, tinham se transformado nas responsáveis financeiras por suas famílias. Lima Barreto, em artigo de opinião publicado no periódico ABC, argumentava que a entrada de mulheres no serviço público iria “prejudicar a regularidade da reprodução da nossa raça” (Friaça. 2018, p. 78), seguindo os conhecimentos antropológicos e científicos da época dizia que as mulheres eram capazes de reproduzir conhecimento, mas não éramos “...capaz de iniciativa, de combinação de imagens, dados concretos e abstratos que definem a verdadeira inteligência” (Friaça. 2018, p. 79) e que o

---

<sup>138</sup> GOBO, K. (2018). Da Exclusão à Inclusão Consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. *Política & Sociedade - Florianópolis* - Vol. 17 - N° 38 - Jan./Abr. de 2018.

<sup>139</sup> FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918 – 2011)*. Brasília: Funag. 2018.

chanceler deveria se preocupar em “arranjar para as meninas bons maridos, honestos e trabalhadores” (Friaça. 2018, p. 79)

A reforma Afrânio de Mello Franco, 1931, foi o primeiro passo institucional para a exclusão da mulher em determinados espaços<sup>140</sup>. Ainda com a divisão da carreira entre Consular e Diplomática, ficou entendido que às mulheres só caberia a primeira. A carreira consular com menos prestígio, privilégios, ela não está voltada para a elaboração e o desenvolvimento da política externa, sua principal missão é cuidar dos brasileiros que estão no exterior. Em 1934, a proibição de casamentos entre funcionários públicos tentava limitar a presença de mulheres no funcionalismo em geral. Em 1938, a reforma Oswaldo Aranha, proibiu as mulheres de prestarem o concurso, medida que permaneceu até 1954.

Mesmo após a queda da resolução que proibia a entrada de mulheres no órgão, criaram-se outras medidas que dificultavam suas permanências ou progressões profissionais. Dentre elas estão o instituto da agregação: em caso de casamento com pessoas da carreira, um dos dois era obrigado a uma licença sem vencimento e contagem de tempo de trabalho, essencial para a progressão; proibição de servirem no mesmo posto e; por fim, a permissão de trabalharem no mesmo posto desde que um deles abdicasse da verba de representação que pode representar uma diminuição de 40% no salário. Medidas que atingiam e limitavam as condições das mulheres na carreira. Esses obstáculos, que a literatura de gênero e trabalho denomina de teto de vidro, estiveram presentes na carreira até 1996. Os resultados dessas políticas podem ser observados na análise dos aposentados da carreira em 2012. Apenas cerca de 12,2% eram mulheres. Enquanto 75,4% dos aposentados chegaram ao

---

<sup>140</sup> GOBO, K. NOBLESSE D'ÉTAT : do campo ao habitus da diplomacia brasileira. Tese de doutorado – Campinas, SP: [s.n.], 2016. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo\\_Karla\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo_Karla_D.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2021

posto mais alto da carreira – Embaixador – o mesmo aconteceu para apenas 26,5% das mulheres diplomatas aposentadas. A maioria delas alcançaram no máximo o posto de Cônsul quando eram promovidas e colocadas no quadro especial, 50%<sup>141</sup>.

Hoje, dentre os diplomatas ativos, o Itamaraty conta com aproximadamente 23% de diplomatas mulheres<sup>142</sup>. Um dos argumentos utilizados para justificar sua baixa presença na carreira diplomática são os deslocamentos constantes, que numa cultura patriarcal são mais penosos para as mulheres conseguirem conciliar o relacionamento com homens e os constrangimentos de mudanças constantes. Entretanto, no estudo de Balbino (2011) e num artigo recente da Gêssica do Carmo e meu, mostramos que isso não explica esse baixo percentual<sup>143</sup>. Em primeiro lugar porque a divisão sexual dos candidatos ao CPCD é próxima, são 40% aproximadamente de mulheres candidatas. Outro fator são as outras carreiras do MRE, Assistente e Oficial de Chancelaria, nas duas carreiras que têm os constrangimentos dos deslocamentos, mas maioria dos cargos são ocupados por mulheres. Essas duas são carreiras mais administrativas, de organização e funcionamento dos espaços, com menores salários e de menor valor simbólico, características dos ambientes mais frequentemente ocupado por mulheres no mercado de trabalho.

Não há estudos conclusivos que expliquem por que o índice de aprovação de mulheres é sensivelmente menor do que o número de inscritas. Mesmo com a eliminação de

---

<sup>141</sup> GOBO, K. NOBLESSE D'ÉTAT : do campo ao habitus da diplomacia brasileira. Tese de doutorado – Campinas, SP: [s.n.], 2016. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo\\_Karla\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo_Karla_D.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2021

<sup>142</sup> GOBO, Karla (2018). Da Exclusão à Inclusão Consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 38 - Jan./Abr. de 2018.

<sup>143</sup> CARMO, Gêssica e GOBO, Karla. ¿Dónde están las mujeres en Itamaraty? Un análisis de la ocupación de espacios en el Ministerio de Relaciones Exteriores. (no prelo).

entrevistas e provas orais que ocorreram na década de 1980 e 1990, respectivamente; as provas escritas e não identificadas; ou o aumento substantivo de diplomatas selecionados entre os anos 2006 e 2010, a divisão sexual dos recrutados não sofreu alterações significativas. Há algumas hipóteses que precisarão ser testadas em trabalhos futuros. Nos anuários recentes (2014-2019) notou-se que as mulheres são em média mais jovens do que os homens<sup>144</sup>. Exceto o anuário de 2017 que não trazia os dados etários dos aprovados, a média de idade dos homens aprovados foi de 29,8 anos, enquanto as mulheres ingressaram com idade média de 27,6. Como este é um concurso em que são menos frequentes os casos daqueles que passam na primeira tentativa, esses pouco mais de 2 anos de diferença podem indicar que as mulheres tentam o concurso por menos vezes, ou seja insistem menos na aprovação. Caso isso se confirme por meio da análise da repetição dos nomes na lista de candidatos inscritos, é preciso ainda entender as causas para isso, que podem estar intimamente relacionadas aos papéis de gênero, como o matrimônio e a maternidade ou até mesmo as baixas expectativas ou estímulos familiares para seguir tentando assegurar uma vaga na concorrida diplomacia brasileira.

\*\*\*

**Entrevistadoras:** *Karla, sua tese de doutorado e sua dissertação de mestrado tiveram como objeto de estudo o Itamaraty. Pode falar para mais para nós sobre esta agenda de pesquisa?*

**Karla Gobo:** A minha curiosidade surgiu no mestrado com as entrevistas realizadas com diplomatas e com a leitura da obra

---

<sup>144</sup> BRASIL. Anuário do Instituto Rio Branco. 2014: Brasília – DF: 2015 a 2019.

“A Sociedade de Corte” do Norbert Elias<sup>145</sup>. Vi muita similaridade entre a Sociedade de Corte, de Luís XIV, com os diplomatas o que despertou a curiosidade sobre as especificidades dessa burocracia. Algumas questões foram motivações para a pesquisa: Onde nascem esses diplomatas? De onde eles são? Qual a escolaridade? Qual curso? Por quais instituições eles passaram? Além disto, busquei compreender a inserção das mulheres e também da população negra na diplomacia. Durante a pesquisa empírica realizei um levantamento com banco de dados e aplicação de *survey* buscando dimensionar questões institucionais e sociológicas do Itamaraty.

**Entrevistadoras:** *Temos acompanhado um aumento no debate sobre a inserção das mulheres na diplomacia. Qual é a inserção das mulheres no Itamaraty?*

**Karla Gobo:** Quando iniciei minha pesquisa, parti da hipótese de que durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com a criação de uma secretaria<sup>146</sup> de assuntos voltados para as questões de gênero, ocorreu uma ação mais incisiva para a promoção de mulheres diplomatas. As mulheres foram proibidas de fazer o concurso até 1954, e é justamente nesse momento que o Itamaraty se burocratiza e exclui a mulher do corpo diplomático. Isso vai criar uma disparidade bastante significativa. De acordo com os dados que coletei, quando a gente olha para os aposentados do Itamaraty, só 26% das mulheres conseguiram chegar ao cargo de embaixadoras, enquanto aproximadamente 75% dos homens conseguiram chegar ao cargo de embaixador. As mulheres chegaram em sua maioria, 50%, até cônsul enquanto os homens chegaram ao topo da carreira. Quando as mulheres começaram a entrar

---

<sup>145</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

<sup>146</sup> Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, criada em 2003.

na carreira em 1954, a gente tem uma série de barreiras que impediam a ascensão dessas mulheres. Por exemplo, se elas se casavam com um diplomata, elas eram obrigadas a agregar – não que elas eram obrigadas, um dos dois tinha que agregar, mas na sociedade em que o machismo é estrutural, na maioria dos casos esta decisão ficava com as mulheres. O que isso significa? Que elas saíam da carreira e não se contava o tempo de trabalho, e este tempo é um dos elementos para você conseguir ascender profissionalmente e alcançar os postos mais altos da carreira. Depois houve uma pequena flexibilização e as mulheres não podiam servir com os maridos nos mesmos postos. Então, a mulher era praticamente obrigada a escolher entre a carreira e o matrimônio. Num momento posterior, já na década de 1980, as mulheres podiam servir com o marido no mesmo posto, mas não recebiam a verba de representação que corresponde a grande parte do salário quando você está servindo fora do país. Para além da misoginia colocada na questão, temos um grande desperdício de recursos públicos. A formação dessas profissionais se estende por uns dois anos, são mulheres altamente gabaritadas. O Estado investe na formação de uma profissional de ponta para depois colocá-la de canto. Isso é um absurdo do ponto de vista da gestão pública. Só a partir dos anos 1990 temos a queda de todas as barreiras que impediam a ascensão de mulheres na carreira. Ainda assim, em 1996 tínhamos somente três mulheres embaixadoras na ativa. Para termos dimensão quantitativa, em 2005 tínhamos apenas nove diplomatas do sexo feminino, mas em 2011 o número sobe para 26, com um acréscimo de 17 diplomatas em menos de seis anos.

Inicialmente, a hipótese era a de que o aumento estava atrelado a ações do governo PT. Mas, ao longo das entrevistas as diplomatas ressaltavam para mim que esta não era uma agenda do partido, mas do Ministro Celso Amorim. Tanto que durante o governo PT posterior ao Celso Amorim, com os ministros Figueiredo e Patriota, o tema não teve o mesmo tratamento. Uma das

diplomatas entrevistadas destacou que o ministro Celso Amorim, fazia questão que tivessem mulheres nas listas de promoção, e ele destacava que as mulheres foram preteridas durante muito tempo no Itamaraty. Temos aí uma dimensão objetiva relacionada ao tempo de carreira, mas também temos outra dimensão que é a dimensão do capital social. As mulheres têm mais dificuldade de sair depois do expediente, tomar uma cerveja com os colegas, cultivar um pouco mais as relações sociais para além do seu tempo regular. Elas trabalham mais que os homens quando somamos o trabalho remunerado ao trabalho doméstico, e isso não é diferente na diplomacia. Há uma dimensão sociológica fundamental para compreendermos. Até porque é diferente quando um homem faz capital social. Quando a mulher tenta fazer esse tipo de aproximação, a leitura da mulher é diferente daquela feita pelos homens. Um homem conversando com seu chefe no corredor é uma coisa, quando uma mulher conversa com seu chefe no corredor pode dar uma outra leitura para a situação. Então muitas evitam isso e acabam não cultivando capital social que é importante para elas no momento da promoção. Essas diferenças baseadas em gênero são muito relevantes.

**Entrevistadoras:** *Sobre a progressão das carreiras das diplomatas, temos um levantamento publicado pelo O Globo sobre a dificuldade que as juízas federais têm em conseguir apoio para a progressão na carreira, pois precisam do apoio familiar e de seus companheiros. No caso das diplomatas a progressão na carreira também traz consigo a obrigatoriedade de passar um tempo no exterior ou em uma missão em um lugar afastado? Estas dificuldades estão presentes também?*

**Karla Gobo:** Uma das questões levantadas durante as entrevistas<sup>147</sup> buscou identificar se a carreira é diferente para

<sup>147</sup> GOBO, K. NOBLESSE D'ÉTAT : do campo ao habitus da diplomacia brasileira. Tese de doutorado – Campinas, SP: [s.n.], 2016. Disponível em:

homens e para mulheres. 54% dos homens disseram que não enquanto 85% das mulheres afirmavam que há diferenças na carreira. As principais questões levantadas em relação a essas diferenças diziam a respeito à conciliação da vida pessoal e a paternidade/maternidade. 25% dos homens e 35% das mulheres colocam essa questão como sendo a mais problemática. Os homens colocam a questão da paternidade como o foco enquanto as mulheres colocam a questão do matrimônio, de conseguir ter um companheiro enquanto se está numa carreira que exige que você se mude de país a cada 3 ou 4 anos para servir em postos de diferentes classificações. Observei também que mesmo quando as mulheres chegam ao topo da carreira, elas não ocupam os postos mais importantes. Não tivemos nenhuma mulher embaixadora nos postos mais importantes. Já tivemos embaixadora na Angola e outros países africanos, mas nunca tivemos uma mulher em Washington, Paris ou Genebra, por exemplo. Em postos de maior visibilidade, ou seja, aqueles localizados também em cidades com melhores estruturas, não tivemos nenhuma mulher embaixadora. O posto de ministro é um posto político, mas o posto de secretário-geral é sempre um diplomata de carreira. E nunca tivemos uma mulher secretária-geral. Se olharmos numa perspectiva histórica, a maioria dos gabinetes foram majoritariamente masculinos. Escutei uma vez de um ex-ministro que o gabinete dele era apenas com homens, porque “mulheres podiam atrapalhar os meninos trabalharem”. Nossa! Somos penalizadas porque existe a possibilidade de sofrermos assédio?

**Entrevistadoras:** *Artigo publicado pela Foreign Policies Analysis, intitulado: “Gênero, Status Internacional e Cargos de Embaixador”, aponta que entre os 50 países com maiores PIB em*

---

[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo\\_Karla\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322241/1/Gobo_Karla_D.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2021

*2014 as mulheres ocupam em torno de 25% a 40% dos cargos de embaixadores. Na América Latina 18% das embaixatrizes são mulheres, na América do Norte 25%, e o menor índice é no Oriente Médio, com apenas 6%. Quando tivemos a primeira mulher embaixadora no Brasil?*

**Karla Gobo:** Os embaixadores não precisam ser necessariamente de carreira. No Brasil a maioria é de carreira, mas é possível que uma figura ilustre seja nomeada embaixadora ou embaixador. A Maria José de Castro Rebello Mendes foi a primeira mulher diplomata, em 1918. A primeira mulher embaixadora foi nomeada em 1956, Odette de Carvalho e Souza.

**Entrevistadoras:** *A representação de mulheres no Itamaraty é de cerca de 22%. Qual é a participação das mulheres no concurso de Admissão à Carreira de Diplomata?*

**Karla Gobo:** Nos governos Lula tivemos uma representação de 24,7% de mulheres, durante os governos Dilma o percentual foi de 24,2%. Antes disto tivemos 20,6% durante o período do regime militar, 19,4% de mulheres no governo Sarney, 18,7% no governo Collor, 18,7% com Itamar e 16,8% de mulheres no governo de Fernando Henrique Cardoso. No início do governo Lula, as provas orais foram suspensas (até 2004) e neste período tivemos um aumento de 5% de aprovação de mulheres. Embora pequeno, temos um impacto. Até 1985 além da prova oral, tínhamos as entrevistas e as mulheres eram questionadas por temas diferentes e eram submetidas a tratamentos diferentes dos homens. O livro de Viviane Balbino “Diplomata: substantivo comum de dois gêneros” narra que as mulheres eram questionadas se continuariam na carreira após o casamento ou após a maternidade. Temas que não eram feitos aos homens. Entrevistei uma diplomata que iniciou a carreira na década de 1970 que relatou sobre uma entrevista com uma banca

composta também por militares. Quando ela entrou para fazer essa entrevista falaram para ela tirar a blusa e ela questionou: “Por que eu tenho que tirar a blusa? Vou passar por um exame médico?” Daí a pessoa da banca disse: “Considere que sim e considere que não” e ela: “Na consideração que sim, peço que vocês me encaminhem para a sala do médico responsável; na consideração que não, eu não vejo porque eu tenho que tirar a blusa”. Nesse livro da Viviane tem alguns discursos de mulheres falando que o chefe pediu para ela servir bombom na reunião. Então, você se esforça, passa por um curso superior, você estuda para passar no concurso, talvez o mais difícil do país, para servir bombom.

**Entrevistadoras:** *Reportagem da Folha de São Paulo denunciou que 66% dos funcionários do Itamaraty sofreram algum tipo de assédio moral, relatos muito chocantes. Qual é o preconceito que as mulheres enfrentam no Itamaraty? Tivemos casos graves que ocuparam as manchetes da imprensa nos últimos anos. Um deles envolveu o diplomata Renato de Ávila Viana, acusado de agressão física contra três mulheres. Houve uma intensa mobilização de mulheres para denunciar este caso. A denúncia ocorreu em dezembro de 2017. Aconteceu algo com ele em termos de sanção no Itamaraty? Outro caso foi aquele que envolveu o embaixador do Brasil na FAO, João Carlos, acusado de assédio sexual contra funcionárias da organização. Ele já havia sido acusado e foi realocado para outros postos na organização. Outro caso envolveu denúncias contra o Cônsul Antônio Fontenelle que foi retirado de suas funções após denúncias de abusos em Sydney. Algo parecido acontece quando analisamos as denúncias envolvendo os soldados das Nações Unidas envolvidos em missões de peacekeeping e peacebuilding porque com a imunidade eles acabam retornando ao país de origem sem uma punição.*

**Karla Gobo:** Essa questão é bastante sensível, por questões óbvias de ter que encarar esse tipo de violência, são também sensíveis porque você acaba ficando muito exposta e isso pode prejudicar sua carreira. Então, em 2014, quando estive Itamaraty, tinha cartazes colados em vários lugares, dizendo: “Não vai acabar em pizza”. Porque os diplomatas acabam sendo julgados ali dentro da própria casa, então as sanções são muitas vezes bastante leves, para se dizer o mínimo. Este caso do Renato de Ávila foi caso mais escandaloso e ele já tinha feito aquilo outras vezes. Mas, ele não foi exonerado. Desde 2014 temos no Itamaraty o Comitê de Gênero e Raça para tentar lidar com essas questões. A mulher, quando denuncia um assédio desse tipo, muitas vezes fica muito exposta e pode enfrentar muitos problemas em decorrência desta denúncia. A decisão por denunciar é um ato bastante corajoso. Isto porque ela pode realizar a denúncia e o diplomata pode ser punido apenas com três meses de suspensão. A criação deste Comitê, já é bastante interessante. Pelo menos como um primeiro passo. Agora precisamos que acompanhar os trabalhos deste Comitê para identificar se de fato eles conseguem pressionar o Itamaraty para que as punições sejam mais efetivas. Os casos que a gente sabe são os aqueles com maior repercussão, mas por conta desta estrutura o índice de subnotificações é alto.

**Entrevistadoras:** *Nas suas pesquisas você abordou a questão da representatividade no Itamaraty. Qual é a representatividade em termos de gênero e raça?*

**Karla Gobo:** Tive dificuldades ao acesso de dados sobre representação negra no Itamaraty, por isto acabei baseando minha pesquisa em trabalhos anteriores. E o racismo é um problema estrutural também nesta instituição. Um caso que tornou-se público foi a entrevista com o ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa que denunciou ter sido

eliminado em concurso do Itamaraty por ser negro<sup>148</sup>. O Itamaraty é uma instituição que também procurou retratar a elite brasileira que é branca. Como o Itamaraty não tem esse dado, a estimativa é de que apenas 4% dos diplomatas são negros. No final do governo Fernando Henrique tivemos a implementação de uma bolsa para destinar recursos aos candidatos de baixa renda. Este programa é pouco efetivo, temos uma taxa bastante pequena de pessoas que conseguiram passar no concurso tendo o auxílio dessa bolsa. Isso não mostra que a bolsa é ruim, mas que a nossa desigualdade é tão grande que só a bolsa não é capaz de suficientemente qualificar essas pessoas para entrarem, nas mesmas condições das demais. Por isso que as cotas e a bolsa, esses dois mecanismos de ações juntas são importantes. É um direito fundamental para a gente melhorar a representação brasileira no exterior.

**Entrevistadoras:** *Gostaríamos de agradecer sua participação. Você trouxe informações muito relevantes, dados que contribuem para ilustrar bem a nossa realidade. Muito obrigada Karla.*

\*\*\*

### **Sugestões para aprofundamento:**

#### **Bibliografia**

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata, substantivo comum de dois gêneros:** um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2011.

CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional:** O Itamaraty em Perspectiva Histórica. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

---

<sup>148</sup> Militão, Eduardo. 2013, “Entrevista de Joaquim Barbosa causa polêmica no Itamaraty”. Congresso em Foco, 30 de julho de 2013. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/entrevista-de-joaquim-causa-polemica-no-itamaraty/>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

DELAMONICA, Laura Berdine Santos. Mulheres diplomatas brasileiras. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/16802/1/2014\\_LauraBerdineSantosDalamonica.pdf](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/16802/1/2014_LauraBerdineSantosDalamonica.pdf). Acesso em 21 de outubro de 2021.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918 – 2011)**. Brasília: Funag. 2018

GOBO, Karla. **Da Exclusão à Inclusão Consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 38 - Jan./Abr. de 2018.

### **Filmografia**

“Mulheres Brasileiras na Diplomacia”. Produção: Grupo de Mulheres Diplomatas. Lançamento, 2018. Disponível em: Mulheres Brasileiras na Diplomacia on Vimeo

Série: “Mais mulheres diplomatas”. Produção: Ministério das Relações Exteriores. Lançamento, 2018. Disponível em: #Maismulheresdiplomatas – Secretária Lilian Cristina Nascimento Pinho - YouTube

## **SOBRE AS AUTORAS**

**Carol Pavese** é Professora de Relações Internacionais na ESPM. PhD em Relações Internacionais pela London School of Economics (2014). Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas, UNESP-UNICAMP-PUC-SP (2007) e especialista em Estudos Europeus pelo Colegio Europeu de Parma -Italia (2007). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2001) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Possui experiência de docência e pesquisa na PUC-Minas, London School of Economics e Universidade de Oxford. Atua na área de Relações Internacionais, com ênfase em cooperação internacional e organizações internacionais, principalmente nos seguintes temas: Relações Brasil - União Europeia, Integração Regional, Governança Global e Feminismo.

**Cristiane Julião Pankararu** é uma liderança indígena Pankararu, doutoranda no Museu Nacional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atua no Coletivo Voz das Mulheres Indígenas entre outras instâncias representativas.

**Daniela Mussi** é jornalista e cientista social, professora adjunta do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP-Unicamp) na linha de pesquisa Teoria e Pensamento Político. Coordenadora do Laboratório de Pensamento Político da Unicamp (PEPOL-Unicamp) e pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDD-CEBRAP). Membro da secretaria de redação revista Outubro e coordenadora de ações de extensão na área de educação popular.

**Débora Prado** é professora associada do Instituto de Economia e Relações internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É pesquisadora do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT/INEU). É coordenadora do Grupo de Estudos sobre Gênero e Relações Internacionais - GENERI UFU, e atua principalmente nos seguintes temas: Paradiplomacia, Governos subnacionais, Federalismo, Feminismos. Participa como host do podcast sobre política internacional Chutando a Escada. Mãe de Elias e Davi.

**Elia Elisa Cia Alves** é Professora adjunta no Departamento de Relações Internacionais (DRI) da UFPB e no Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) da UFPB. Doutora em Ciência Política pelo DCP (UFPE), com estágio pós-doutoral na mesma instituição (PNPD, CAPES). Mestre em Ciências Econômicas pela Unicamp (2012), Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP) (2008) e Bacharel em ciências econômicas pela Unisul (2016). Vice-coordenadora do Bacharelado de RI da UFPB (2020-2022) e do Grupo de Estudos em Meio Ambiente, Política e Relações Internacionais - MAPORI, da Universidade Federal de Pernambuco. É coordenadora da AT Ensino e Métodos da ABCP (2019-2022), colaboradora no Mettrica Lab e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Política Comparada e Internacional (NEPI - UFPE). Desenvolve estudos nas áreas de economia política internacional, meio-ambiente, métodos e ensino em Relações Internacionais. Ela tem um canal no youtube que

discute questões de Ensino em RI - o Superiori. É casada com Thiago e mãe do Samuel e do Lucas.

**Flávia Biroli** é Doutora em História pela Unicamp (2003), professora associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e pesquisadora do CNPq. É presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP, 2018-20). Foi editora da Revista Brasileira de Ciência Política (2009-2017) e editora associada da revista *Politics & Gender* (2018-19). Fez parte do Grupo de Assessoras da Sociedade Civil da ONU-Mulheres (2016-17). É autora, entre outros, de *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática* (Eduff e Horizonte, 2013), *Feminismo e política* (com Luis Felipe Miguel, Boitempo, 2014), *Família: novos conceitos* (Perseu Abramo, 2014), *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil* (Boitempo, 2018) e *Gênero, neoconservadorismo e desigualdades* (com Maria das Dores C. Machado e Juan M. Vaggione, Boitempo, 2020). Entre as obras que co-organizou, está a mais recente “Mulheres, poder e Ciência Política” (Editora da Unicamp, 2020).

**Flávia Melo** é Doutora e mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) onde é professora desde 2009. Atua nas áreas de Gênero, Violência, Políticas Públicas e Fronteira na região amazônica, principalmente no Alto Rio Solimões, tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFAM) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Integra a Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia.

**Joana Perrone** atualmente é doutoranda em Estudos Latino-americanos, na Universidade de Oxford, Reino Unido, onde pesquisa feminicídio no Brasil e como essa violência é compreendida e vivida pela sociedade, usando uma metodologia interdisciplinar que mistura fenomenologia existencial feminista e teoria feminista de relações internacionais. Bacharel em Relações Internacionais (Universidade de Sussex) e Mestre em Estudos da Mulher (Universidade de Oxford), Joana passou os últimos sete anos trabalhando com violência de gênero, particularmente no papel do Estado e da mídia em promover narrativas e retratos desse fenômeno. Para além do seu doutorado, Joana organiza uma variedade de projetos educacionais na Inglaterra e no exterior, leciona para as Universidades de Oxford, Stanford e Sarah Lawrence e escreve para diversos veículos de mídia.

**Karla Gobo** é Doutora em Sociologia (UNICAMP). Mestre em Ciência Política (USP) e graduação em Ciências Sociais (UFPR). Atualmente é professora nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda da ESPM. Pesquisadora do Laboratório Cidades Criativas (ESPM – RIO) e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR)

**Katiuscia Moreno Galhera** é Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFGD). Doutora em Ciência Política (UNICAMP) com visiting scholar period em direitos globais de trabalhadores(as) na Penn State University (PSU) e estágio pós-doutoral em Sociologia (UEL). Última publicação: Labor Contestation in Walmart Brazil: Limits of Global Diffusion in Latin America, London: Palgrave, 2021 (em co-autoria com Scott Martin e João Paulo Veiga) <https://www.palgrave.com/us/book/9783030746711>

**Khazar Masoumi** possui graduação em Direito pela University of Tehran(2005), mestrado em Droit de

l'environnement, des territoires et des risques pela Université de Strasbourg(2009) e doutorado em Direito internacional pela Université de Strasbourg(2017). Atualmente é Revisor de periódico da Comparative Law Review e Professor DNS I da Universidade Anhembi Morumbi. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Atuando principalmente nos seguintes temas: Direito ambiental, Lago Urmia, Irã.

**Lara Martim Rodrigues Selis** possui mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2011) e doutorado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é Professora Adjunta no curso de graduação e no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É coordenadora do Grupo de Estudos sobre Gênero e Relações Internacionais (GENERI/UFU), e atua principalmente nos seguintes temas: Teoria das Relações Internacionais, Pós-colonialismo, Feminismos e América Latina.

**Márcia Cristina Bernardes Barbosa** é Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Mundial de Ciências (TWAS). Contemplada com a medalha Nicholson pela Sociedade Americana de Física, em 2009. Vencedora do prêmio L'oréal- Unesco de mulheres na ciência (2013) e ganhadora do Prêmio Anísio Teixeira da Capes.

**Mariana Pimenta Oliveira Baccarini** é professora adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e leciona no curso de Relações Internacionais do CCSA e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da UFPB. Possui graduação e mestrado em Relações Internacionais pela PUC-Minas, e doutorado em Ciência Política pela UFMG. Tem

experiência na área de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: instituições/ organizações internacionais e mudança institucional. É Coordenadora do Projeto de Extensão Grupo de Teatro Político Interna-só-na-mente. Mãe do Rafael e da Alice.

**Patrícia Nabuco Martuscelli** é Social Science Research Fellow in Conflict and Migration no Institute for Risk and Disaster Reduction (University College London). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2016-2019). Bolsista CAPES/PROEX. Foi Visiting Scholar no Carolina Population Center da University of North Carolina at Chapel Hill (2017-2018), no Jacobs Center for Productive Youth Development da University of Zurich (2018-2019) e no Zukunftskolleg da University of Konstanz (2019). Mestre em Relações Internacionais com ênfase em Política Internacional e Comparada pela Universidade de Brasília (2014-2015). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2010-2013). Membro do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Deslocados Ambientais (NEPDA/UEPB), da Rede Brasileira de Operações de Paz (REBRAPAZ) e do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Vulnerabilidades (UniSantos). Realiza pesquisas nas áreas de proteção e participação internacional da infância, direitos das crianças, migração infantil e menores desacompanhados, crianças e conflitos armados, direitos humanos, teoria das relações internacionais e situação dos refugiados e migrantes no Brasil e na América Latina.

**Sandra Procópio da Silva** é professora na Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com atuação destacada na educação do campo e integrante do Movimento Sem Terra.

**Tchella Fernandes Maso** é professora da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD e doutoranda em Estudos Feministas e de Gênero na Universidade do País Basco.

**Xaman Minillo** cursou graduação e mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Trabalhou como consultora em avaliação de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na Agência de Cooperação Internacional do Japão. Hoje, além de professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, cursa seu doutorado na Escola de Sociologia, Política e Estudos Internacionais da Universidade de Bristol, onde pesquisa ativismos LGBTQI+ no Zimbábue como forma de construção de cidadania. Sobrevivente do câncer, Xaman busca o bem viver e contribui para a promoção da igualdade de gênero na comunidade acadêmica como membro do grupo MulheRIs e mentora no programa de mentoria feminina Alumna. Este trabalho foi elaborado com o apoio financeiro do Funds For Women Graduates.

O presente livro reúne entrevistas que, juntas, nos ajudam a compreender este emaranhado de perspectivas, atores e agendas que compõem as experiências das mulheres e populações LGBTQI+ ao redor do globo. No todo, vislumbra-se um manual cuja natureza apresenta-se irônica por essência, já que ele não dispõe normas ou procedimentos totalizantes, mas contesta-os. O título da obra segue então as lições de Oswald de Andrade, para quem a ironia e a paródia são traços de estilo para deglutição antropofágica das heranças hegemônicas. Portanto, contra as ideologias patriarcais que nos querem comedidas, trazemos aqui vozes contestatórias, cuja enunciação recatada ganha um novo sentido, agora voltado para denúncia pública das opressões, violências e silenciamentos impostos sobre os corpos femininos ou feminilizados.

Tal ideia surgiu do diálogo estabelecido entre a equipe do Podcast Chutando a Escada e o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (GENERI-UFU). Reunidos pelo interesse de fortalecer a divulgação científica das agendas sobre gênero e sexualidade e de avançar no debate junto à sociedade, vimos uma oportunidade fortuita na transcrição de algumas das excelentes entrevistas realizadas nos programas do Podcast. Desse processo, nasce o livro que conta, ainda, com apoio do projeto "Promoção da Educação em Culturas Populares em parceria com a Universidade" desenvolvido no âmbito da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Em comum, todos os capítulos foram pensados no formato de diálogos acessíveis, diretos e consistentes. Assim, ao percorrer as entrevistas, esperamos que as/os leitoras/es sintam-se integradas/os às conversas, que puxem a cadeira e convidem seus círculos a se juntarem a nós nesse bate-papo. Com isso, exercitamos uma das principais lições que o feminismo oferece para nossa prática política e que consiste na construção de diálogos democráticos, pautados na busca por equidade e no respeito à diversidade. Boa leitura a todas/os.



GENERI-UFU

UFU

Universidade  
Federal de  
Uberlândia

